Manaus, Santarém, Boa Vista, Macapá, Altamira, Porto Velho e Rio Branco - Cr$ 33,00

SÍMBOLO

extra
REALIDADE BRASILEIRA

Coleção Livro-Reportagem

3

Ano I/Fevereiro de 1977 Cr$ 25

ESPECIAL 84 PÁGINAS

Os documentos da CNBB

IGREJA E GOVERNO

1 - A tragédia dos índios
2 - A violência na Amazônia
3 - O drama dos posseiros
4 - A invasão das multinacionais
5 - Quem defende o homem

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

COLEÇÃO LIVRO – REPORTAGEM, REALIDADE BRASILEIRA

extra

NÚMERO 3 FEVEREIRO 1977 ANO I

Editor — Moysés Baumstein
Editor Executivo — Hamilton de Almeida Filho
Editor de Texto — Mylton Severiano da Silva
Editor de Arte — Sergio Fujiwara
Editor Adjunto — Alberto Baumstein
Editor Contribuinte — Narciso Kalili
Secretária Executiva — Lina Araújo Ferreira
Publicidade, Circulação, Administração — Armindo Machado, Rubens Kishimoto Tamura
Produção — Orcileu Santana

Equipe Editorial: Vanira Codato, Jayme Leão, Amancio Chiodi, Dacio Nitrini, Thaís B. Oliveira, Palmério Dória, Alex Solnik, Monica Teixeira, Vera Nóbrega, Elifas Andreato, Octávio Ribeiro, Marco Antonio Montandon, Antonio Carlos Graça, J. Agapito.

EXTRA É UMA PUBLICAÇÃO DA SIMBOLO S.A. INDÚSTRIAS GRÁFICAS, REDAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, OFICINA E CORRESPONDÊNCIA, RUA GENERAL FLORES, 518/22, TELEFONE 220-0267, 221-5833 (PBX), CEP 01129, SÃO PAULO, SP. DISTRIBUIÇÃO NACIONAL: ABRIL, CULTURAL E INDUSTRIAL S.A., RUA DO CURTUME, 554, TELEFONE 262-7977, 65-8416, SÃO PAULO, SP. TIRAGEM: 50 MIL EXEMPLARES.

EXTRA, REALIDADE BRASILEIRA, O LIVRO-REPORTAGEM É MARCA REGISTRADA DE SIMBOLO S.A. INDÚSTRIAS GRÁFICAS. TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. O TEXTO DE CADA OBRA NÃO REFLETE NECESSARIAMENTE A OPINIÃO DOS EDITORES, SENDO DE RESPONSABILIDADE DO AUTOR.

Colaboraram nesta edição: D. Paulo Evaristo, Cardeal Arns; padre Virgilio Uchoa; prof. Cândido Procópio Ferreira de Camargo, e as seguintes entidades: Conferência Nacional do Bispos do Brasil (CNBB), Boletim Semanal e Mensal da CNBB, Serviço de Documentação (SEDOC), Estudos da CNBB (Edições Paulinas), Documentos da CNBB (Edições Paulinas), Revista Eclesiástica Brasileira (REB), Documentos do Conselho Indianista Missionário (Cimi), Cadernos do Centro de Estudo e Ação Social (CEAS), Centro de Informação Ecclésia, Instituto Nacional Pastoral (INP)

FICHA CATALOGRÁFICA
(Preparada pelo Centro de Catalogação – na – Fonte,
CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO, SP)

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.
C758i Igreja x Governo: documentos oficiais da CNBB. São Paulo, Ed. Símbolo, Ed. Extra, CNBB, 1977.
(Extra-realidade brasileira. Livro-reportagem, 3)
1. Igreja e Estado no Brasil 2. Igreja e problemas sociais – Brasil I. Título.

CDD-261.80981
77-0064 -261.70981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil: Governo e Igreja: Teologia social 261.70981
2. Brasil: Igreja e Governo: Teologia social 261.80981
3. Brasil: Igreja e problemas agrários: Teologia social 261.80981
4. Brasil: Igreja e problemas econômico-sociais 261.80981
5. Brasil: Igreja e problemas sócio-econômicos: Teologia social 261.80981

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

CEMAP_ENTRA_REALIDADE_BRASILEIRA_FEVEREIRO_DE_1977_N_3

Os documentos da CNBB

IGREJA E GOVERNO

1 - A tragédia dos índios
2 - A violência na Amazônia
3 - O drama dos posseiros
4 - A invasão das multinacionais
5 - Quem defende o homem

EDIÇÕES SÍMBOLO
São Paulo

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

APRESENTAÇÃO

A palavra de D. Paulo

Há semanas, fomos procurado por dois jornalistas, nossos conhecidos. Com eles, havíamos trabalhado por anos. Além de darem provas de honestidade profissional, revelaram sempre grande sensibilidade para o momento da História.

Pediam-nos eles colaboração para lançarem todos os documentos da CNBB que se referissem à situaçao do Homem e da Terra no Brasil. Seria uma coletânea. Coisa que não existe, em nosso meio.

Depois de combinarmos que a seleção de tais documentos deveria ser feita sob a orientação da própria CNBB, ou ao menos por sua anuência, ainda julgamos útil que algum Padre bem informado ajudasse na interpretação dos mesmos documentos.

Assim é que nasceu esse jornal-livro. E podemos garantir que merece confiança.

Vem ele preencher uma lacuna para o julgamento atual da Igreja, como também para uma futura avaliação histórica.

Portanto, serviço útil a todos.

A Igreja sempre desejou que seus documentos fossem públicos, pois ela só vai às catacumbas quando a tanto a obrigam. Em tempos normais, ela segue o exemplo de Cristo. Este sobe a montanha e revela o seu programa de vida; desce à planície e fala com o povo; vai a Jerusalém, que é a capital, para tornar pública a sua mensagem.

O mesmo há de acontecer com os Apóstolos de Jesus, que são os Bispos da Igreja. Suas declarações devem ser a Boa Nova para os dias de hoje. A mensagem de libertação, que pode causar conflitos. Mas, esses conflitos só serão definitivos para quem vive instalado, usufruindo do que não é seu.

Os que querem andar na paz hão de ouvir aqueles que foram constituídos por Cristo os mensageiros da paz e do bem. O mesmo Cristo ainda lhes deu a promessa: *"Quem vos ouve a mim ouve, e quem vos despreza a mim despreza."*

Por que se interessa a Igreja pelo Homem e pela Terra?

A preocupação com o homem é o cerne mesmo da Revelação de Deus, desde o primeiro Livro, o Gênesis, até o último, o Apocalipse.

Por causa do homem, o Filho de Deus se tornou o centro da História. Assumiu o título de Filho do Homem, para julgar as nações, sobre o que fizerem de errado e de certo em favor do homem.

Embora a sensibilidade pela dignidade do homem tenha despertado de forma mais generalizada no pós-guerra, na realidade sempre os homens de bem lutaram pela dignidade de todo e qualquer ser humano.

Muito ligado à idéia do Homem está o conceito de Terra. Ela faz parte das promessas de Deus. Traz o sentido da Esperança.

Os bispos, reunidos em número de mais de dois mil, no Concílio Ecumênico Vaticano II, chegaram a formular esta frase, que é programa:

> *"A esperança de uma nova terra, longe de atenuar, antes deve impulsionar a solicitude pelo aperfeiçoamento desta terra. Nela cresce o corpo da nova família humana, que já pode apresentar um esboço do tempo que há de vir"* (Documento A IGREJA E O MUNDO, nº 39).

Na época da urbanização tumultuada, o problema da terra começou a preocupar os Pastores da Igreja, tanto no interior do País quanto na periferia das cidades. Os conflitos começam a entrar aí em fase aguda.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

Se não quisermos remontar a Nóbrega, que em sua expressão simbólica dizia *"esta terra é nossa empresa"*, deveríamos ao menos tornar a ler o documento profético do humilde Bispo franciscano de Campanha, Minas Gerais, D. Inocêncio Engelke. A partir dele, os demais documentos hão de insistir constantemente na mesma tecla: A sorte do homem está ligada à justiça, e esta, muito ligada à terra.

Fazemos votos de que esta coletânea tenha a mesma sorte dos Documentos Pontifícios sobre questões sociais. Longe de esgotarem toda a ação pastoral da Igreja, expõem todavia as diretrizes do Evangelho para esta área. Serão, com certeza, fundamento sólido para a verdadeira paz em nossa Terra.

Paulo Evaristo, CARDEAL ARNS

O assessor da CNBB

Os cristãos, unidos às pessoas de boa vontade, falam de muitas e variadas maneiras a respeito de acontecimentos de hoje e de sempre. A Fé os obriga a um contato permanente com a vida. É a certeza de tocar no campo fecundo de onde brotam as verdades. Falar sobre a vida significa estar disponível e atento à trama dos pequenos ou grandes acontecimentos, que envolvem o homem na trágica e fascinante luta de cada dia.

Compromisso é uma palavra chave para os cristãos. Significa atenção objetiva aos fatos e coerente mudança de atitudes perante os mesmos, a fim de que sempre mais apareça a verdade, a justiça, o bem de todos.

É claro que a Palavra é o grande veículo de comunicação e do compromisso. A Palavra escrita, entendida em seu contexto, abre horizontes novos de esperança e alento, diante das dificuldades e anseios, inerentes aos fatos humanos.

Entre os cristãos há testemunhos qualificados, não tanto pela honra ou prestígio social, mas pelo serviço, dedicado e eficiente, que podem prestar. São os bispos e padres, que por especial consagração e obrigação, colocam-se à frente, na busca comum a todos.

Naturalmente, sob a inspiração deste testemunho qualificado, despertam-se organizações, capazes de ajudar a eficiência da Palavra escrita. Hoje são muitos os organismos, que nascem sob a orientação de tal estímulo.

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), expressão concreta do afeto colegial dos bispos, com seus organismos anexos e outras instituições, em esforço de diálogo mútuo e permanente, manifesta sua Palavra escrita através de documentos pastorais, relativos a questões candentes do momento nacional. Missão de serviço, mas também sujeita a incompreensões. Aparentemente intromissão indevida, conclama a todos a uma tarefa comum: restaurar a pessoa humana à imagem e semelhança da pessoa de Jesus Cristo, em seus justos anseios de realização no momento histórico brasileiro.

Este momento é de particular atenção aos Direitos Humanos. Não apenas como bandeira oportunista de uma luta política. Porém, como afirmação de valores inerentes à própria pessoa humana, permanentemente ameaçada de destruição, de conflito consigo mesma, com os outros e com o seu ambiente, muitas vezes injusto. A Palavra qualificada do episcopado se fez sentir a este respeito, de modo mais amplo e solene, nas afirmações contidas num dos documentos emanados da sua XIII Assembéia Geral, realizada em fevereiro de 1973. Direta ou indiretamente, outros documentos da sua Comissão Central ou Comissão Representativa, procurando estar atentos a importantes acontecimentos da vida nacional, sobre eles expressaram sentimentos de responsabilidade. Os limites desta publicação nos obrigam a situar tais documentos no período que vai de 1969 a 1976.

Parece importante para a História, presente e futura, trazer à luz, de modo acessível, estes documentos, naturalmente não exaustivos. São marcos importantes dentro de um processo lento, pacífico, despretensioso porém tenaz

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

para ajudar a compreender o que se passa ao nosso redor. Além disso, a consistência clara diante dos fatos induz a um testemunho mais veraz e eficiente.

Face a tantos documentos optou-se também por selecionar aquilo que apareceu como palavra orientadora a respeito do problema da posse e uso da terra e situação dos nossos indígenas. É evidente que tais assuntos são hoje um tema nacional. Porém, não faltam nem equívocos nem desinformações a respeito destas candentes questões. Os documentos a respeito destes temas particulares naturalmente, surgem de grupos de bispos e instituições pastorais, que mais de perto estão ao alcance dos acontecimentos de caráter mais específico. É sinal de que a Igreja no Brasil procura ser fiel à sua missão original. Encarnar-se na realidade de um povo, tão rico em expressões culturais e variado em experiências e problemas, significa também dizer uma palavra não uniforme. Feliz é a Igreja no Brasil porque pode experimentar, como nenhuma outra instituição, a riqueza de viver situações tão diversas! Isto obriga a uma permanente busca de unidade, na diversidade de manifestações. Seria uma ilusão pensar na Igreja como uma instituição monolítica e uniforme. Há uma obediência comum de todos à voz do Espírito de Deus, que sopra onde quer e como quer. Por isso, nos documentos que se seguem o leitor experimentará a sensação de que está diante de contradições. Atenção, porém. Tudo não passa de mera aparência. Fiel a um esforço de presença concreta a problemas bem característicos implica, para a voz autorizada de bispos e instituições, níveis diferentes de expressões. Uma é a Palavra da Assembléia dos Bispos. Outra de seus órgãos representativos ou organismos nascidos sob sua inspiração. Todas, porém, dignas de crédito, tendo em vista as considerações acima.

É de se esperar que a presente publicação ajude aos leitores, de um lado a entender o esforço variado, não uniforme mas coerente da Igreja do Brasil; de outro desperte a consciência de quantos, com sinceridade e constância, procuram prestar um serviço ao nosso povo, ligado à terra e ao indígena, que sente no dia-a-dia em sua carne os problemas dos seus direitos fundamentais.

Pe. Virgilio Leite Uchôa
Assessor da CNBB

Nota dos Editores

A idéia deste livro surgiu quando as relações entre o Governo e a Igreja no Brasil atingiram o seu ponto crítico – basicamente na época da expulsão do padre Fontenelle e da prisão do padre Maboni, no Norte do Brasil. Desde o primeiro momento, o objetivo dos editores de Extra,Realidade Brasileira foi contribuir de maneira positiva para o encaminhamento dos problemas surgidos entre o Governo e a Igreja. Este encaminhamento, em nosso entender, somente seria possível a partir do conhecimento das origens das questões, ainda hoje debatidas em todo o País. Por isso quando do primeiro contato com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), através do Cardeal D. Paulo Evaristo Arns, expressamos nosso plano editorial – imediatamente assumido por ele – de que o Extra,Realidade Brasileira nº 3 deveria tentar dar uma visão global de três aspectos centrais, que aprofundam a crise entre as duas instituições: o problema dos índios; o problema de posseiros e peões (na base do qual está a terra); e a questão dos Direitos Humanos.

Foi seguindo exatamente esta divisão que montamos a presente edição. E limitamos cronologicamente os documentos publicados, a partir do momento em que as discrepâncias entre Igreja e Governo se aprofundaram, em resultado da orientação assumida pela grande maioria do bispado brasileiro, a partir do Concílio Vaticano II e das reuniões realizadas em Medellín, na Colômbia. Exemplificando: os documentos da CNBB publicados nesta edição abrangem o período que marca a transição e aprofundamento da nova posição da Igreja Católica no mundo, principalmente na América Latina (não mais unicamente uma Igreja de Salvação, mas também, e principalmente, um Igreja de Libertação do Homem).

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

Abre este livro uma espécie de apresentação feita pelo sociólogo Cândido Procópio, catedrático da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e estudioso das relaçoes Igreja-Estado no Brasil e na América Latina (o professor Cândido Procópio pertence também ao Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – Cebrap).

Finalizando esta breve apresentação – necessariamente curta dada a eloqüência de documentação apresentada – agradecemos a todos os institutos católicos de informação e particularmente ao INP (Instituto Nacional de Pastoral), sem cuja colaboração não poderíamos contar com a riqueza do material pesquisado. Oferecemos este trabalho à reflexão de todos os brasileiros, católicos ou não, interessados na discussão dos graves problemas que hoje afligem grande parte da população brasileira – nos campos e nas cidades – e no encontro dos caminhos, calcados dentro de um "modelo brasileiro", capaz de levar nosso País à solução das flagrantes injustiças sociais que hoje presenciamos.

Os Editores

Uma análise do Professor Cândido

Em que sentido se encaminha o poder da Igreja na sociedade brasileira? A coletânea de textos deste número de Extra documenta fatos e sugere uma resposta à provocante pergunta.

O material coligido neste livro delineia retrato que mostra ao mesmo tempo o verso e o reverso da realidade social em áreas pioneiras do Brasil. De um lado revela a Igreja, de outro expõe a opressão. O leitor cuidadoso saberá ver, refletida na história de protestos da Igreja, a imagem invertida das injustiças reais que lhes deram origem. Antigos e recorrentes são os fatos relativos à espoliação do trabalhador rural e ao genocídio de povos nativos no País; rejuvenescida mostra-se a fisionomia da Igreja.

Documenta-se aqui a renovação católica – seus limites e seu alcance estão contidos no futuro da História. Importa aos cidadãos brasileiros conhecer de modo objetivo esta realidade contemporânea, compreender as raízes deste surto e avaliar suas conseqüências. A sensibilidade moral e a ação política dos brasileiros não podem estar alheias ao processo social que transparece nesta coletânea de documentos.

Poder-se-á argüir (e com razão) ser a Igreja mais complexa e mais ambigua que a imagem interiça refletida nos textos selecionados. Essa interpelação não surpreende os que acompanham a história das instituições religiosas no País. O que há de novo e relevante é a efetiva atuação da Igreja, retratada no documentário de Extra, e que constitui o objeto de minhas observações. A leitura de vários trechos renova a indagação dos estudiosos a respeito da maneira como se processou a transformação do catolicismo no Brasil.

As mudanças internas da Igreja, como instituição, não podem ser explicadas sem uma referência à sociedade brasileira inclusiva. Neste sentido dois aspectos devem ser salientados: os referentes à realidade econômica e os que dizem respeito à formação da ideologia estatal dominante. Assim, o modelo econômico implantado no País desencadeou processo de acumulação de riquezas cuja conseqüência foi a perversa distribuição de renda em setores urbanos e a expropriação da terra de posseiros e grupos indígenas. De modo coerente a ideologia estatal dominante é de natureza econômica, sendo essencialmente profana. O crescimento da economia do País constitui sua própria legitimação; torna-se desnecessário, para justificar o **statu quo**, qualquer apelo ao transcendental.

Neste contexto social e ideológico a Igreja desenvolveu perspectivas que vieram ocasionar os conflitos relatados no documentário.

Convém assinalar que a concepção da moral católica, anteriormente centrada na conduta individual, assume aos poucos uma dimensão social. Em outros termos, a virtude não orna apenas os indivíduos, nem a culpa do peca-

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

do é somente pessoal. As estruturas sociais constituem igualmente objeto de julgamento ético. As injustiças inerentes à vida social são também pecaminosas. Cada um carrega uma parcela de responsabilidade na medida em que a própria condição social leva à espoliação dos homens. Entretanto as camadas sociais envolvidas em situações estruturais de injustiça não são igualmente responsáveis e culpadas. Há os opressores e os oprimidos; estes últimos são vítimas do que a Igreja considera uma situação social pecaminosa.

Focalizada a moral cristã pelo prisma do que se poderia chamar uma ética social, a Igreja redefine várias dimensões de sua função e se torna porta-voz de classes subalternas, atenta para padrões de dominação alienantes e espoliativos. Considerando especialmente que a manifestação dos sindicatos e dos partidos políticos acha-se rigidamente contida no País, avulta a importância da Igreja, cuja relativa independência em relação ao Estado, além da sua tradicional auréola de prestígio, permite que ela se torne porta-voz dos que não podem falar.

Considerando sua visão católica, isto é, universal porque dirige sua mensagem a todos os homens, observa-se, entretanto, na aplicação prática da moral da Igreja, uma hierarquia de prioridades: as classes subalternas, a dos oprimidos, atraem a principal preocupação de sua pastoral. Parece se inverter, desta forma, o relacionamento entre Igreja e classes sociais, alterando o modelo que havia predominado desde a época do Imperador Constantino.

Os textos coligidos encerram uma realidade que claramente redefine compromissos ideológicos no Brasil. Eles levam o leitor a se perguntar sobre a persistência da pastoral que os anima e a especular a respeito de novas utopias que talvez estejam germinando no bojo da História.

Aspecto importante da transformação da Igreja encontra-se na chamada teologia da libertação que em vários países da América Latina, inclusive no Brasil, constitui a base teórica da ação pastoral. Como dizem os teólogos, a missão da Igreja é libertadora na medida em que atinge diretamente a servidão dos homens. Ao pecado presente na sociedade como espoliação organizada e sistemática contrapõe-se a redenção que liberta os seres humanos de grilhões forjados pelo próprio sistema de dominação.

Mudanças da prática pastoral, profundas alterações no relacionamento com classes sociais, criativa reformulação ideológica somam-se como ingredientes que concorrem na edificação da postura social anunciada nos textos escolhidos.

Neste processo busca e seleciona a Igreja, no inesgotável patrimônio de sua origem e de seu longo passado, o discurso e a prática que evidenciam sua continuidade e fundamentam sua juventude.

Cândido Procópio Ferreira de Camargo

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

Mater et Magistra

IV Capítulo
"Restaurar os laços de vida comum, na verdade, na justiça e no amor"

Já que, tanto no passado como em nosso tempo, o progresso das ciências e da técnica redunda muitas vêzes no estreitamento dos laços entre os cidadãos, parece ser preciso que êsses laços, tanto nacionais como internacionais, tenham um cunho mais justo e humano.

Sôbre isto muitas teorias foram pensadas e escritas, das quais uma parte já se desfez como a névoa pelo sol; outras estão hoje completamente mudadas; outras cada vez seduzem menos os espíritos. Essa precariedade vem de que tais opiniões nem compreendem a totalidade do homem nem se referem a sua parte mais importante. Além disso, não levam em conta as inegáveis fraquezas da natureza humana, como as doenças e dores, para as quais não há organização econômica e social, por mais apurada que seja, capaz de dar remédio absoluto. A isto, em tôda parte os homens são movidos por íntimo e invencível senso religioso que nenhuma violência consegue arrancar nem a falsidade oprimir.

Uma falsíssima opinião, muito espalhada em nossos dias, pretende que o senso religioso que a natureza implantou nos homens deve ser tido por algo de fantástico e imaginário, devendo ser totalmente estirpado, pois estaria em aberta contradição com a tendência de nossos dias e o progresso da civilização. Muito ao contrário, a propensão íntima do homem para a religião prova que foi verdadeiramente criado por Deus para a Êle tender irrevogàvelmente. Assim lemos em Santo Agostinho: «Tu nos fizeste para Ti, Senhor, e inquieto está nosso coração enquanto não repousa em Ti» (Confissões, I, 1).

Por conseguinte, por mais que se desenvolvam a técnica e as ciências econômicas, em tôda a terra jamais poderá haver justiça e paz, enquanto os homens não perceberem quanta dignidade neles reside por terem sido criados por Deus e Dêle serem filhos; repetimos, de Deus, que deve ser considerado como a primeira e a última causa de tôdas as coisas que Êle criou. Afastado de Deus, torna-se o homem cruel para si e para os outros; por esta razão, as relações mútuas entre os homens requerem absolutamente uma reta referência da consciência humana a Deus, fonte de tôda verdade, justiça e de todo amor.

Todos bem sabem que em muitos países, alguns de antiga civilização cristã, muitos irmãos e filhos Nossos, muito queridos, já há vários anos são cruelmente atormentados. Essa contingência põe aos olhos de todos, ao mesmo tempo, a excelente dignidade dos perseguidos e a requintada ferocidade dos perseguidores. Embora não tenham êstes últimos com isto caído em si, muitos, no entanto, são levados a repensar essa situação.

Todavia, nenhuma insensatez parece mais própria a nosso tempo do que querer estabelecer uma ordem temporal sólida e eficaz às coisas desta vida terrena, sem colocar por baixo o fundamento indispensável, isto é, sem fazer caso de Deus. Querem também exaltar a grandeza do homem, mas depois de secarem a fonte donde ela emana e recebe alimento; isto é, retendo e, se possível, quebrando o impulso das almas para Deus. Mas, eis que os acontecimentos de nosso tempo, depois de cortar a esperança de muitos e de mergulhar não poucos no luto, confirmam como é verdade o que está escrito: «Se o Senhor não edificar a casa, em vão trabalham os que a edificam» (Salmo 126,1).

A doutrina que a Igreja católica ensina e proclama sôbre a comunidade e a sociedade dos homens possui, sem sompra de dúvida, um valor atual e perpétuo.

O ponto principal dessa doutrina é que os homens, um por um, constituem, necessàriamente, o fundamento, a causa e o fim de tôdas as instituições sociais, uma vez que são por natureza sociáveis e elevados àquela condição sobrenatural pela qual superam e vencem a natureza.

Dêste importantíssimo princípio, que permite à dignidade sagrada da pessoa humana afirmar-se e defender-se, nestes últimos cem anos de modo particular, a Santa Igreja, utilizando-se dos trabalhos de cerdotes e leigos muito doutos, formulou claramente os preceitos sôbre a questão social, segundo os quais se ordenam as relações recíprocas, tendo em vista principalmente as normas gerais conformes à natureza das coisas e às diversas condições da sociedade humana, como também à índole atual; por êste motivo, podem essas normas ser aprovadas por todos.

Todavia, hoje, mais do que nunca, é de tôda necessidade que êstes preceitos sejam não apenas conhecidos e assimilados, mas realizados na vida social na medida e no modo que os diversos tempos e a situação dos lugares comportarem ou exigirem. Árduo cometimento, sim, mas grandioso. Exortamos à sua realização não só Nossos irmãos e filhos espalhados pelo mundo, mas ainda todos os homens de boa vontade.

Antes de tudo confirmamos que a doutrina social professada pela Igreja católica não se pode separar da sua doutrina referente à vida dos homens.

Por esta razão desejamos vivamente que esta disciplina seja cada vez mais estudada. Em primeiro lugar, exortamos a que seja ensinada, como dever obrigatório, nas escolas católicas de qualquer grau, mas sobretudo nos Seminários, embora já saibamos que em alguns dêstes estabelecimentos, desde algum tempo, os jovens a estudam com ardor. Pedimos ainda seja o estudo da questão social acrescentado ao índice das matérias religiosas nas quais as paróquias ou associações de leigos instruem seus membros para incentivá-los ao apostolado; seja apresentada por todos os modos atualmente empregados, isto é, por artigos cotidianos ou periódicos; depois, por livros editados sôbre assuntos relativos à doutrina, destinados ou aos eruditos ou ao povo; por fim, por transmissões radiofônicas e televisivas.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

Para que a doutrina social da Igreja Católica se torne cada vez mais conhecida, julgamos que muito poderão concorrer os Nossos filhos do laicato, se não se contentarem apenas em aprendê-la e em conformarem a ela sua ação, mas cuidarem com todo o zêlo em dar aos outros a conhecer a sua existência.

Estejam plenamente persuadidos de jamais poderem demonstrar com maior proveito a retidão e eficiência desta doutrina do que provando ser a mesma capaz de solucionar os problemas desta natureza. Por êste meio voltar-se-ão para ela os espíritos que hoje a combatem por ignorá-la; talvez mesmo aconteça que estas pessoas venham a haurir um pouco de sua luz.

Contudo, não basta expor os preceitos sociais, mas é preciso aplicá-los de fato. Isto cabe muito bem à doutrina social da Igreja, pois sua luz é a verdade; seu fim, a justiça; sua fôrça principal, o amor.

Portanto, importa muitíssimo que Nossos filhos, além de procurarem conhecer os preceitos sociais, ainda os ponham em prática.

Se a formação cristã para ser completa deve estender-se a tôdas as funções de qualquer ordem que sejam, é então necessário que os cristãos, estimulados por ela, na consciência do dever conformem sua atividade às diretrizes da Igreja no tocante aos problemas econômicos e sociais.

Porquanto, se coisa difícil é por si mesmo passar algo da idéia à realização efetiva, mais árduo será tentar pôr em obra a doutrina social da Igreja católica. Isto se dá por três causas principais: o homem tem profundamente arraigado em si o amor imoderado por seus bens; em nossos dias alastra-se amplamente na sociedade humana a doutrina materialista; e, enfim, não é nada fácil, por vêzes, perceber em concreto, as exigências da justiça.

Assim sendo, não basta ensinar aos cristãos que devem em tôdas as circunstâncias agir de acôrdo com os preceitos da Igreja em matéria econômica e social, mas é preciso também mostrar os métodos para cumprir de modo satisfatório o seu dever.

Pois, julgamos não bastar a instrução, se ao esfôrço do mestre não se juntar o trabalho do próprio aluno e se à doutrina entregue não se acrescentar a ação à guisa de experiência.

Do mesmo modo que, como diz o provérbio muito conhecido, ninguém aprende a gozar bem da liberdade a não ser pela liberdade bem praticada, também ninguém sabe como agir nas questões sociais e econômicas de acôrdo com a doutrina católica, se pessoalmente não a exercer nestes domínios.

Por êste motivo, na divulgação desta doutrina, grande parte deve ser dada às associações dedicadas ao apostolado dos leigos, principalmente àquelas cuja finalidade está em informar pela lei cristã algum setor da ordem temporal. Assim, seus membros poderão, pelo uso cotidiano, primeiro a si mesmos, depois aos jovens, instruir sôbre a melhor maneira de realizá-la.

Não será afastarmo-Nos do assunto lembrar aqui a todos, tanto aos poderosos como aos mais indigentes, não ser possível de modo algum separar da significação da vida, tal como a compreende a sabedoria cristã, a sobriedade, bem como a disposição para tolerar as coisas duras, pela graça de Deus.

Hoje, porém, infelizmente, a busca desenfreada dos prazeres dominou o coração de muitos, que em tôda a vida nada mais vêem de desejável do que cobiçar as delícias, saciar a sêde de deleites; donde surgem graves danos não apenas para as almas, mas, sem dúvida, para os corpos. Mesmo para quem só considera o plano natural, é evidente que é sabio e prudente aquêle que em tudo se comporta com moderação e reprime os desejos desregrados. Quem, então, no plano sobrenatural avalia tudo pela lei divina, êste na verdade não ignora que o Evangelho de Cristo, a Igreja Católica e a disciplina ascética tradicional requerem dos cristãos que dominem vigorosamente as concupiscências e tolerem com singular paciência os sofrimentos da vida. Além de darem à alma um firme e equilibrado domínio sôbre a carne, estas virtudes proporcionam ainda um poderoso auxílio para que expiemos a pena do pecado, pois, com exceção de Cristo Jesus e Sua Mãe Imaculada, ninguém dêle é imune.

As prescrições da doutrina social efetuam-se, em geral, pelos três graus seguintes: primeiro, estuda-se qual a verdadeira situação das coisas; em seguida, compara-se cuidadosamente o estado de coisas com as prescrições; finalmente, estabelece-se o que se pode e o que se deve fazer a fim de que as normas dadas possam ser aplicadas conforme os tempos e os lugares. Costuma-se designar êstes três graus pelas palavras: «Ver, julgar e agir».

Será de grande vantagem que os jovens reflitam nesta ordem de execução e, mais ainda, que a pratiquem; não aconteça pensarem que basta ter em mente as prescrições ensinadas, não sendo necessário pô-las igualmente em prática.

Na ocasião, porém, de aplicar os preceitos, é possível, por vêzes, que até católicos sinceros adotem sentenças divergentes. Onde tal se der, que haja em uns e outros a preocupação de guardar e de testemunhar mútua estima e consideração, e juntos examinem os pontos em que podem concordar as suas opiniões, a fim de que acudam oportunamente às exigências necessárias. Cuidem com o máximo empenho em não gastar as fôrças em freqüentes discussões, nem, a pretexto de querer o que lhes parece o ótimo, deixem escapar aquilo que realmente se poderia e, portanto, se deveria fazer.

Os católicos, na execução de encargos relativos à economia nacional e social, não raro se encontram com pessoas que têm outra concepção da vida. Quando isto acontecer, aquêles que professam ser católicos atendam com grande vigilância a se manterem sempre firmes e não descerem a concessões que representam algum prejuízo na integridade da religião ou da moral. No entanto, mostrem-se igualmente solícitos em acolher de boa vontade o parecer dos outros, sem referir tudo aos próprios interêsses, e estejam prontos a colaborar com confiança e união de fôrças no que fôr bom por sua natureza, ou pelo menos tendente ao bem. Mas, se acontecer que as autoridades religiosas estabeleçam ou decretem algo sôbre a questão, é claro que devem ser obedecidas à risca. Pois, por direito e por dever, a Igreja tem de, não só guardar os princípios atinentes à religião e à integridade dos costumes, mas também, com tôda a autoridade, pronunciar sentenças relativas à aplicação dos mesmos.

Não há dúvida de que as prescrições por Nós dadas devem passar para a ação. Coisa que compete principalmente a Nossos filhos do lacaito, já que seu trabalho se desenvolve em geral na execução das tarefas terrestres da vida ou na criação de instituições a ela relacionadas.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

No exercício dessa digna missão, sejam os leigos peritos em seus trabalhos profissionais e empreguem tôda a indústria em agir segundo as leis naturais que conduzem com eficácia aos fins visados, mas sobretudo conformem a sua atividade aos preceitos e normas da Igreja sôbre a questão social. Confiem sinceramente em sua sabedoria e obedeçam como filhos às suas exortações. Considerem êles atentamente como, a não ser que observem diligentemente em sua ação os princípios e normas sociais dados pela Igreja e por Nós confirmados, se pode chegar a desprezar deveres, e, muitas vêzes a pôr em risco os direitos alheios e ir ao ponto de deixar arrefecer-se a confiança nessa doutrina, que se consideraria ótima em si, mas impotente para dirigir as ações.

Como já acima dissemos, muitos em nossos dias têm perscrutado em maior extensão e profundeza as leis da natureza, inventado aparelhos que submetem a seu poder as fôrças naturais, realizado, e continuado a realizar, façanhas admiráveis. Contudo, procurando dominar as coisas e transformá-las, correm o risco de deixar de lado, negligentemente, a si mesmos, e de esgotar as energias do corpo e da alma. Nosso Predecessor Pio XI já o advertira com grande tristeza na Encíclica «Quadragesimo Anno» e assim se queixava: «Até o trabalho corporal que a divina Providência, mesmo depois do pecado original, estabelecera como exercício de um bem tanto do corpo como da alma, se converte, aqui e ali, em instrumento de perversão; isto é, a matéria inerte sai enobrecida da oficina, enquanto os homens aí se corrompem e aviltam» (A.A.S. XXIII, 1931, p. 221ss).

Também Nosso Predecessor Pio XII com razão dizia que nossa época se distinguia das demais pelo imenso progresso da ciência e da técnica de um lado e, de outro, pelo esquecimento, por parte dos homens, do senso de sua dignidade. É um privilégio da nossa época «aquêle completo e monstruoso resultado, isto é, que o homem se tornou um gigante na ordem natural, mas na ordem sobrenatural e eterna se transformou em pigmeu» (Mensagem radiofônica da Vigília do Natal de 1958; cfr. A.A.S. XLVI, p. 10).

Em nossos dias repete-se em grandes proporções o testemunho do Salmista sôbre os adoradores de falsos deuses, a saber, que os homens quando agem, esquecem-se de si mesmos e admiram tanto suas obras, que as adoram como ídolos: «Seus ídolos são prata e ouro, obras das mãos dos homens» (Salmo 113,4).

Por isto, impulsionado pelo zêlo Pastoral com que cercamos todos os homens, exortamos com fôrça Nossos filhos a que, enquanto exercem seus ofícios e se empenham em alcançar o fim visado, não consintam em que a consciência se entorpeça nem se oblitere a hierarquia dos valores.

É claro como a luz do dia ter a Igreja sempre ensinado e ainda ensinar que o desenvolvimento das ciências e da técnica e a prosperidade daí resultante são coisas boas em si mesmas e devem ser apreciadas como indícios de adiantada civilização; e, igualmente, apreciados de acôrdo com sua natureza, pois estão entre os instrumentos utilizados pelo homem para, em melhores condições, alcançar o fim supremo, isto é, para mais fàcilmente poder tornar-se melhor, seja na ordem natural, seja na sobrenatural.

Como desejamos que em todo tempo ressoem aos ouvidos de Nossos filhos as palavras do Divino Mestre que adverte: «Que adiantará ao homem lucrar o universo inteiro, se vier a sofrer detrimento em sua alma? Ou, que dará o homem em troca de sua alma?» (Mat. 16,26).

Estas advertências, como se vê, estão bem próximas daquela que prescreve o descanso nos dias de festa.

A fim de defender a dignidade que orna o homem por ter sido criado por Deus e que Deus plasmou à Sua imagem, a Igreja Católica sempre ordenou que o terceiro mandamento do Decálogo: «Lembra-te de santificar o dia de sábado» (Êxodo, 20,8) fôsse diligentemente satisfeito por todos. Deus tem o direito e o poder de ordenar ao homem que consagre cada sétimo dia a tributar à majestade divina o justo culto devido; a erguer o espírito, pondo de parte as preocupações cotidianas, para os bens celestes; a perscrutar os segredos da consciência a fim de saber que lugar ocupam as suas necessárias e invioláveis relações com Deus.

Tem também o homem o direito e a necessidade de interromper por algum tempo o trabalho, não só para relaxar as fôrças do corpo do duro exercício de todos os dias e permitir ao espírito um justo descanso, mas ainda para dedicar-se à união da família que exige de todos os membros que mantenham uma grande convivência de vida e uma intimidade sem nuvens.

É, pois, uma exigência comum da religião, dos preceitos morais e do cuidado com a saúde, que haja algum tempo de descanso. A Igreja Católica, já há muitos séculos, determinou que os fiéis guardassem êste lazer no domingo e assistissem neste dia ao Sacrifício Eucarístico que renova a memória da divina Redenção ao mesmo tempo que concede seus frutos às almas.

Todavia, com profunda dor reparamos e não podemos deixar de reprovar que muitos, talvez sem aberta intenção de infringir esta santa lei, no entanto, dela se afastem com frequência. Com isto, como que necessàriamente, Nossos caríssimos operários sofrem prejuízo, tanto em relação à salvação da alma como à saúde do corpo.

Por conseguinte, atendendo ao bem das almas e dos corpos, a todos os homens, sejam Chefes de Estado, sejam empregadores ou patrões, advertimos, como que com as próprias palavras de Deus, a observarem êste preceito da eterna Majestade e da Igreja Católica e estejam convictos de que terão de prestar contas dêle a Deus e à sociedade humana.

Mas, daquilo a que acabamos de aludir sucintamente, não vá algum de Nossos filhos, e principalmente dentre os leigos, deduzir que agem com prudência se se entregam com menor empenho às obras relativas a esta vida passageira; bem ao contrário, reafirmamos o seu dever de dedicar-se a elas com intensidade sempre maior.

De fato, Cristo Senhor, ao pronunciar a solene oração pela unidade de Sua Igreja, pediu ao Pai para Seus discípulos esta graça: «Não rogo que os tires do mundo, mas que os guardes do mal» (João, 17,15). Ninguém imagine maldosamente que se opõem estas duas coisas que, ao contrário, podem perfeitamente se ajustar, a saber, a perfeição da alma e os negócios da vida presente, como se fôsse obrigatório afastar-se das obras da vida mortal para tender à própria perfeição cristã, ou não ser absolutamente possível exercer tais negócios sem que a dignidade própria ao homem e ao cristão corra perigo.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

Ao invés, concorda plenamente com os desígnios da Providência de Deus que os homens se aperfeiçoem mediante o trabalho cotidiano que, na quase totalidade, concerne às coisas pertencentes a esta vida mortal. Por êste motivo, há atualmente para a Igreja árduo dever: impregnar com normas humanas e evangélicas a civilização moderna. Nosso tempo espera êste sinal da Igreja, parece mesmo desejá-lo com ardentíssimos votos, não só para alcançar a meta celeste, mas para pôr em segurança suas aquisições sem prejuízo para si. Com êste intento, como já dissemos, a Igreja solicita a ajuda dos leigos, de modo particular, porque exercem sua profissão no meio dos negócios terrenos, de tal forma que, prestando auxílio a outros, isto façam unidos de coração a Deus pelo Cristo e na intenção de glorificar a Deus, como ordenou o Apóstolo S. Paulo: «Quer comais, quer bebais, o que quer que fizerdes, fazei tudo para a glória de Deus» (I Cor. 10,31). E em outro lugar: «Tudo que fizerdes em palavra ou ação, tudo fazei em nome do Senhor Jesus Cristo, dando graças a Deus Pai por Êle» (Col. 3.17).

Tôdas as vêzes que as atividades e instituições humanas, destinadas às coisas dêste mundo, favorecem o aperfeiçoamento da alma e a eterna bem-aventurança do homem, devem ser reputadas, sem dúvida, como possuidoras de poder mais eficaz para obter o fim específico e imediato a que tendem por sua natureza. Na verdade, vale para todo tempo a luminosa sentença do Divino Mestre: «Buscai primeiro o Reino de Deus e Sua justiça e tudo mais vos será acrescentado» (Mat. 6,33). Pois, quem se tornou «luz no Senhor» (Ef. 5,8) e como «filho da luz» (cf. ibid.) caminha, êste certamente percebe por um juízo mais seguro o que se há de fazer segundo os preceitos da justiça nos diversos campos da atividade humana e até naqueles eriçados de maiores dificuldades pelo amor imoderado, que a muitos mina, pelos seus, pela pátria ou pela raça. Acrescente-se ainda que quem é conduzido pela caridade cristã não pode deixar de amar os outros, considera como suas as necessidades, os sofrimentos e as alegrias dêles; e sua ação em qualquer âmbito que se concretize é firme, alegre, plenamente humana e desinteressada; porque «a caridade é paciente, é benígna; a caridade não é invejosa, não é temerária, não se ensoberbece, não é ambiciosa, não busca os seus próprios interêsses, não se irrita, não suspeita mal, não folga com a injustiça, mas folga com a verdade; tudo desculpa, tudo crê, tudo espera, tudo sofre» (I Cor. 13, 4-7).

Mas não queremos terminar esta Nossa Encíclica sem vos recordar, Veneráveis Irmãos, aquela gravíssima e capital verdade da doutrina católica; somos membros vivos do Corpo Místico de Jesus Cristo, que é a Igreja: «Porque assim como o corpo é um e tem muitos membros, mas todos os membros do corpo, embora sejam muitos, são contudo um só corpo, assim também é Cristo» (I Cor. 12,12). Por isso exortamos insistentemente Nossos filhos, pertencentes ao clero ou ao laicato, a tomarem profunda consciência da grande nobreza e dignidade de estarem unidos a Jesus Cristo como ramos à videira: «Eu sou a videira e vós, as varas» (João, 15,5) — e de poderem participar da Sua própria vida. Em vista disso, quando os fiéis exercem suas atividades temporais profundamente unidos ao Santíssimo Redentor, o trabalho dêles se torna como a continuação do trabalho de Jesus Cristo, penetrado da mesma fôrça e virtude redentora: «O que permanece em Mim e Eu nêle, êste dá muito fruto» (ibid.).

Assim o trabalho humano de tal modo se eleva e se enobrece que aperfeiçoa espiritualmente aquêles que o exercem e contribui para estender e difundir os frutos da Redenção cristã. É o que também se dá quando os preceitos cristãos, como fermento evangélico, penetram a sociedade civil em que vivemos e trabalhamos.

Embora reconheçamos estar o nosso século penetrado de erros gravissimos e agitado por desordens profundas, é no entanto uma época em que se apresentam aos operários da Igreja imensos campos de trabalho apostólico que dão grande esperança às nossas almas.

Veneráveis Irmãos e caros Filhos, à luz dos sublimes ensinamentos da Encíclica de Leão XIII, consideramos convosco os vários problemas atinentes à vida social contemporânea; daí deduzimos normas e preceitos que vos exortamos insistentemente não só a meditar, mas também a trabalhar para que sejam realizados. Se cada um entregar-se de coração a esta obra, não pode deixar de ser um grande auxílio para o estabelecimento do Reino de Cristo na terra, «Reino de verdade e de vida, Reino de santidade e de graça, Reino de justiça, de amor e de paz» (Prefácio da Festa de Cristo-Rei); do qual um dia emigraremos para aquela bem-aventurança celeste para a qual Deus nos criou e que ardentemente desejamos.

Trata-se de fato da doutrina da Igreja Católica e Apostólica, Mãe e Mestra de tôdas as Nações, cuja luz ilumina, incendeia e inflama; cuja voz materna, cheia de sabedoria celeste, pertence a todos os tempos; cuja fôrça sempre oferece remédios eficazes e adaptados às crescentes necessidades dos homens, às angústias e ansiedades desta vida mortal. Com esta voz se harmoniza de modo admirável aquela palavra do Salmista que incessantemente fortifica e eleva nossas almas: «Ouvirei o que o Senhor diz: sem dúvida fala de paz ao seu povo e aos seus santos e àqueles que de coração se voltam a Êle. Sim, a Sua salvação está perto dos que o temem, a fim de que a glória habite em nossa terra. A misericórdia e a fidelidade se encontram juntas, a justiça e a paz se oscularam. A fidelidade germinará da terra e a justiça olhará do alto do céu. Também o Senhor dará o bem, e a nossa terra produzirá o seu fruto. A justiça irá adiante dêle e a salvação pelo caminho de seus passos» (Salmo 84,

Êstes são os votos, Veneráveis Irmãos, que fazemos ao concluir esta Encíclica na qual por muito tempo colocamos nossa solicitude pela Igreja universal; desejamos que o divino Redentor dos homens, «que foi feito por Deus sabedoria para nós e justiça e santificação e redenção» (I Cor. I,30) reine e triunfe através dos séculos, em todos e sôbre tôdas as coisas; desejamos também que, estabelecida a ordem da sociedade, tôdas as Nações gozem finalmente de prosperidade, de alegria e de paz.

Como testemunho dêstes votos e em penhor de Nossa paterna benevolência, damos de modo especial no Senhor a Bênção Apostólica a Vós, Veneráveis Irmãos, e a todos os fiéis entregues aos vossos cuidados, sobretudo àqueles que, de boa vontade, corresponderem a esta Nossa exortação.

Dada em Roma, junto de São Pedro, no dia 15 de maio do ano de 1961, terceiro de Nosso Pontificado.

JOANNES PP. XXIII

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

Prot. Nº 889/52

SACRA CONGREGATIO PRO EPISCOPIS

BRASILIAE

De Conferentiae Episcopalis Statutorum recognitione

DECRETUM

Brasiliae Sacrorum Antistites, qui communione fraternae caritatis permoti iam dudum vires ac voluntates suas consociaverant ad maius bonum suarum Ecclesiarum provehendum, nuperrime, Secunda Vaticana Synodo feliciter confecta eiusdemque decretis rite promulgatis, retractationem Statutorum Episcopalis Coetus diligenter curarunt.

Cum vero eadem Statuta ad Sedem Apostolicam relata fuerint, ut recognitionem assequerentur, Summus Pontifex PAULUS, Divina Provedentia PP. VI, referente infrascripto Cardinale Sacrae Congregationis pro Episcopis Praefecto, in Audienta die 23 mensis Januarii anni 1971, Statuta quae supra memorata sunt, prout in adiuncto exemplari continentur, rata habuit et ad quinquennium, experimenti causa, recognovit.

Contrariis quibuslibet minime obstantibus.

Datum Romae, ex Aedibus Sacrae Congregationis pro Episcopis, die 23 Januarii anno 1971

D. Card. Confalonieri
Praef.
Ernestus Civardi
Archiep. tit. Serdicensis
Secretarius

Estatuto da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

Capítulo I – **Da natureza e constituição**

Art. 1º – A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a seguir designada pela sigla CNBB, é a instituição do Episcopado no Brasil que, como expressão do afetc colegial, tem por finalidade:

a) estudar assuntos de interesse comum da Igreja no país, para melhor promover a ação pastoral orgânica;
b) deliberar em matérias de sua competência, segundo as normas do direitc comum ou de mandato especial da Sé Apostólica;
c) manifestar solicitude pela Igreja Universal, através da comunhão e colaboração com a Sé Apostólica e com as outras Conferências Episcopais
d) cuidar do relacionamento com os poderes públicos, a serviço do bem comum, ressalvado o conveniente entendimento com a Nunciatura Apostólica, no âmbito de sua competência específica.

Art. 2º – A CNBB pertencem, e, em seguida, são designados simplesmente como membros:

a) por direito comum, os Ordinários de lugar, de qualquer rito (exceto os Vigários gerais), os Bispos Coadjutores, os Auxiliares e outros Bispos encarregados de função especial pela Santa Sé ou pela Conferência Episcopal;
b) por direito particular, os demais Bispos, em comunhão com a Santa Sé, que tenham domicílio canônico no Brasil.

Parágrafo único – O Núncio Apostólico, embora não seja membro da CNBB, será convidado às reuniões da Assembléia Geral.

Art. 3º – São órgãos da CNBB:

a) a Assembléia Geral;
b) a Comissão Representativa;
c) as Comissões Episcopais Regionais;
d) a Presidência;
e) a Comissão Episcopal de Pastoral;
f) a Comissão Nacional do Clero e outras Comissões especiais criadas por determinação da Santa Sé ou decisão da Assembléia Geral;
g) o Conselho Pastoral Nacional,
h) o Secretariado Geral

Capítulo II – **Da Assembléia Geral**

Art. 4º – A Assembléia Geral, órgão supremo da CNBB, é a reunião de seus membros para constituir os órgãos permanentes, traçar as linhas diretivas da ação pastoral e deliberar sobre outros assuntos de sua competência.

Parágrafo único – A Assembléia Geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez cada dois anos, e, extraordinariamente, quando sua convocação for requerida por ao menos dois terços dos membros da CNBB ou da Comissão Representativa

Art. 5º – Todos os que, nos termos do artigo 2º, pertencem à CNBB devem ser convocados para a Assembléia Geral

§ 1º – A Assembléia Geral funcionará, desde que esteja pessoalmente presente a maioria absoluta dos membros da CNBB.

§ 2º – Poderão ser convidadas pela Presidência, para participar de reuniões da Assembléia Geral, pessoas que não pertençam à CNBB.

Art. 6º – Têm direito a voz e voto deliberativo nas Assembléias Gerais os membros pessoalmente presentes à reunião, salvo quando o direito comum exigir voto deliberativo também dos ausentes

§ 1º – O direito de voz e voto deliberativo será exercido de acordo com as normas do Regimento.

§ 2º – Os membros que não estiverem pessoalmente presentes à reunião, bem como os convidados presentes à reunião, que não forem membros da CNBB, terão voto consultivo de acordo com o Regimento.

Art. 7º – Na primeira sessão de cada Assembléia Geral, proceder-se-á à aprovação da pauta dos trabalhos e à designação do Secretário Especial da Assembléia.

Art. 8º – Serão eleitos pela Assembléia Geral:

a) os membros da Presidência, por maioria de dois terços no primeiro e segundo escrutínios, e, por maioria absoluta, a partir do terceiro escrutínio, para um mandato de quatro anos;
b) os membros da Comissão Episcopal de Pastoral, por maioria absoluta em qualquer escrutínio, para um mandato de quatro anos;

Parágrafo único – É permitida a reeleição, por uma só vez, para o período imediatamente seguinte.

Art. 9º – Nas eleições podem ser votados todos os membros da CNBB e podem votar somente os membros que estiverem presentes pessoalmente à reunião.

Art. 10º – As deliberações da Assembléia Geral somente terão força de lei nos casos e modos previstos pelo direito comum.

§ 1º – Em virtude do bem comum e da comunhão hierárquica, procurem os membros executar o que for deliberado em Assembléia Geral e se abstenham de pronunciamentos públicos contra o estabelecido.

§ 2º – As deliberações da Assembléia Geral que dependerem de confirmação pela Santa Sé serão consideradas definitivas e tornadas oficialmente públicas, cumprida esta condição.

Art. 11 – As Atas da Assembléia Geral, devidamente autenticadas, serão remetidas à Santa Sé, e publicadas, ou ao menos registradas, no órgão oficial da CNBB.

Capítulo III – **Da Comissão Representativa**

Art. 12 – A Comissão Representativa é constituída pelos membros da Presidência e da Comissão Episcopal de Pastoral e pelos Bispos eleitos pelas Comissões Episcopais Regionais.

Art. 13 – A Comissão Representativa tem como atribuições:

a) tomar decisões inadiáveis "ad referendum" da Assembléia Geral;
b) elaborar a pauta dos trabalhos da Assembléia Geral;
c) acompanhar as atividades dos organismos permanentes da CNBB;
d) deliberar sobre qualquer assunto, por delegação expressa da Assembléia Geral, salvo prescrição do direito comum ou determinação da Santa Sé.

Art. 14 – A Comissão Representativa se reune, ordinariamente, uma vez cada ano, e, extraordinariamente, quando a sua convocação for requerida por dois terços de seus membros ou pela Presidência, e delibera, desde que compareça a maioria absoluta dos membros.

Capítulo IV – **Das Comissões Episcopais Regionais**

Art. 15 – A CNBB funciona nas Regiões Pastorais delimitadas pela Assembléia Geral, através de Comissões Episcopais Regionais compostas de todos os membros da CNBB domiciliados na Região e por meio dos órgãos por estas estabelecidos.

Parágrafo único – A cada Comissão Espicopal Regional compete definir a própria organização e as normas de seu funcionamento.

Art. 16 – Compete às Comissões Episcopais Regionais:

a) promover a pastoral orgânica na Região;
b) estudar assuntos de interesse de suas circunscrições;
c) atender a solicitações de estudo e aplicar as orientações emanadas da Santa Sé, da Assembléia Geral e de outros órgãos da CNBB, cujos préstimos utilizam;
d) determinar os participantes de suas reuniões;
e) apresentar candidatos ao episcopado.

Capítulo V – **Da Presidência**

Art. 17 – A Presidência é órgão executivo constituído de um Presidente, um Vice-Presidente e do Secretário geral, eleitos dentre os membros da CNBB, de acordo com os artigos 8º e 9º do Estatuto e as normas regimentais.

Art. 18 – Compete à Presidência:

a) preparar as reuniões da Assembléia Geral e da Comissão Representativa;
b) executar as determinações de ordem administrativa emanadas da Assembléia Geral ou da Comissão Representativa;
c) resolver os casos omissos ou duvidosos do Estatuto ou do Regimento "ad referendum" da Assembléia Geral;
d) pronunciar-se ou agir, em nome da CNBB, "ad referendum" da Assembléia Geral, quando se impuserem decisões urgentes ou declarações inadiáveis, e não for possível reunir a tempo a Assembléia Geral ou a Comissão Representativa ou, pelos menos, a Comissão Episcopal de Pastoral, cientificados os membros da CNBB e a Santa Sé.

Art. 19 – A Presidência reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, e, extraordinariamente, quantas vezes for necessário, sempre por convocação do Presidente

Art. 20 – Compete ao Presidente

a) convocar e presidir a Assembléia Geral e as reuniões da Comissão Representativa e da Presidência;
b) representar legalmente a CNBB.

Art. 21 – Compete ao Vice-Presidente:

a) substituir o Presidente nas suas ausências e impedimentos;
b) presidir a Comissão Nacional do Clero.

Art. 22 – Compete ao Secretário Geral dirigir o Secretariado Geral.

Capítulo VI – **Da Comissão Episcopal de Pastoral**

Art. 23 – A Comissão Episcopal de Pastoral é orgão executivo que coordena a execução das deliberações de ordem pastoral da Assembléia Geral e da Comissão Representativa.

Art. 24 – A Comissão Episcopal de Pastoral é constituída de tantos membros quantos a Assembléia Geral eleger para coordenar as linhas de ação pastoral por esta definidas.

Art. 25 – Compete à Comissão Episcopal de Pastoral:

a) integrar e dirigir o Conselho Pastoral Nacional;
b) designar, de própria iniciativa, ou por solicitação do Conselho Pastoral Nacional, grupos de trabalho e assessores a serviço da coordenação geral e especializada, os quais integrarão o Conselho Pastoral Nacional, e supervisionar-lhes as atividades;
c) coordenar os trabalhos pastorais das Comissões criadas por determinação da Santa Sé ou decisão da Assembléia Geral.

Parágrafo único – A Comissão Episcopal de Pastoral, além de suas reuniões ordinárias, realizará trimestralmente outras em conjunto com a Presidência para tratar de assuntos relativos à ação pastoral orgânica.

Capítulo VII– **Da Comissão Nacional do Clero**

Art. 26 – A Comissão Nacional do Clero, órgão de natureza consultiva, é constituída de representantes eleitos pelas Comissões Regionais do Clero.

Art. 27 – Compete à Comissão Nacional do Clero:

a) por iniciativa própria, encaminhar à Comissão Representativa, ou à Presidência, os assuntos que, a juízo das Comissões Regionais do Clero convém sejam tratados em âmbito nacional, e opinar sobre a pauta das Assembléias Gerais;
b) levar à Assembléia Geral, ou a outros órgãos da CNBB, sugestões relativas à vida e ao ministério dos Presbíteros;
c) transmitir às Comissões Regionais do Clero as solicitações de estudo e fometar a conveniente aplicação das normas de ação traçadas pela Assembléia Geral e por órgãos da CNBB.

Capítulo VIII – **Do Conselho Pastoral Nacional**

Art. 28 – O Conselho Pastoral Nacional é órgão de natureza consultiva e tem, no âmbito nacional, atribuições análogas às que competem ao Conselho Pastoral Diocesano.

Art. 29 – O Conselho Pastoral Nacional é constituído pela Comissão Episcopal de Pastoral, que o dirige, pelo Secretário Geral, e pelos Bispos, Presbíteros, Diáconos, Religiosos e Leigos que a Comissão Episcopal de Pastoral designar, levando em consideração as indicações das Comissões Episcopais Regionais.

Art. 30 – O Conselho Pastoral Nacional agirá como um todo co-responsável, para organicidade da ação pastoral.

Capítulo IX – **Do Secretariado Geral**

Art. 31 – O Secretariado Geral é órgão permanente executivo que serve à coordenação, continuidade e eficiência das atividades dos organismos nacionais e à comunicação entre todos os órgãos da CNBB, e mantém, de modo especial, contacto com as Comissões Episcopais Regionais.

Art. 32 – O Secretário Geral será coadjuvado por Secretários Gerais adjuntos e por Subsecretários Gerais, e valer-se-á dos serviços de tantos Diretores de Departamentos, clérigos ou leigos, quantos necessários.

Capítulo X – **Normas Gerais**

Art. 33 – Com a entrada em vigor do presente Estatuto, cessa a vigência de todas as normas estatutárias e regimentais promulgadas anteriormente, exceto as que reproduzem o direito comum ou determinação especial da Santa Sé

Art. 34 – Salvo o direito da Santa Sé este Estatuto, aprovado pela Assembléia Geral, só por esta pode ser modificado

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

Art. 35 — Este estatuto é complementado pelo Regimento CNBB, aprovado pela Assembléia Geral.

Art. 36 — Para efeitos perante as leis do País, tem a CNBB Estatuto proprio, exarado em conformidade com as exigências das mesmas.

Art. 37 — As atividades dos organismos da CNBB serão custeadas com recursos provenientes das contribuições das Circunscrições e outras instituições eclesiásticas e doações ou legados e de eventuais receitas.

Disposições transitórias

1 – Este Estatuto, uma vez aprovado pela Santa Sé, entrará em vigor no ato da instalação dos trabalhos da XII Assembléia Geral.
2 – A XII Assembléia Geral, logo após a instalação dos trabalhos, procederá à discussão e aprovação do Regimento da CNBB, que deve complementar este Estatuto.
3 – A XII Assembléia Geral discutirá e aprovará igualmente o Estatuto, de que fala o art. 36, para efeitos perante as leis do País.
4 – No ato de entrada em vigor deste Estatuto, cessarão todos os mandatos relativos a cargos exercidos nos órgãos nacionais da CNBB, permanecendo todavia os titulares interinamente nas suas funções, até a posse dos respectivos sucessores.
5 – A XII Assembléia Geral procederá, em conformidade com as normas deste Estatudo e do Regimento que aprovar, à eleição dos titulares de todos os cargos, cujo preenchimento seja de sua atribuição.
6 – As entidades e organismos ligados á CNBB, como a Campanha da Fraternidade, a Cáritas Brasileira, o Centro de Estatística Religiosa e de Investigações Social, o Instituto Nacional de Pastoral, o Instituto de Previdência do Clero, o Movimento de Educação de Base, o Serviço de Cooperação Apostólica Internacional e outros, terão definidas, após estudos adequados e por decisão da Comissão Representativa, a sua vinculação e autonomia relativamente á CNBB.

Brasília, 25 de maio de 1970

(Este Estatuto foi aprovado na XI Assembléia Geral da CNBB, realizada em Brasília, de 16 a 27 de maio de 1970).

Regimento da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

Capítulo I — Normas Gerais

Artigo 1º — Este Regimento particulariza, interpreta e suplementa as disposições do Estatuto da CNBB, e serve de orientação e norma para os Regulamentos que se estabelecerem.

Art. 2º — É de atribuição exclusiva da Assembléia Geral modificar este Regimento.

Capítulo II — Das Assembléias Gerais

Seção primeira — Natureza e fins das Assembléias Gerais

Art. 3º — As Assembléias Gerais da CNBB são expressão do vínculo da paz, do amor e da unidade que irmana os Bispos do Brasil. Os que participam das Assembléias Gerais da CNBB procurarão, concorde e conjuntamente, promover o bem comum da Igreja, principalmente no País, e o das próprias Igrejas particulares.

Art. 4º — As decisões das Assembléias Gerais têm força de lei e consequências jurídicas, quando reunirem as três condições seguintes:

a) obtiverem aprovação de ao menos dois terços dos membros;
b) versarem sobre matéria confiada á deliberação da Assembléia, por determinação do direito comum, ou por delegação da Sé Apostólica, conferida por iniciativa desta, ou solicitada pela Propria Assembléia;
c) forem confirmadas pela Santa Sé.

Parágrafo único — Entre as consequências jurídicas, a que se refere este artigo, inclui-se o direito de recurso judiciário ou administrativo aos órgãos eclesiásticos competentes, por parte das pessoas físicas ou morais, que se tenham por prejudicadas.

Art. 5º — As Assembléias Gerais podem ser ordinárias ou extraordinárias.

§ 1º — As Assembléias ordinárias são as que se realizam de dois em dois anos, em obediência ao que dispõe o Estatuto.

§ 2º — Assembléias extraordinárias são todas as demais, convocadas para fim urgente e determinado.

Seção segunda — Da Convocação

Art. 6º — Todos os que pertencem á CNBB, nos termos do art. 2º do Estatuto, devem ser convocados para as Assembléias Gerais ordinárias e extraordinárias.

§ 1º — Para os efeitos legais, a convocação das Assembléias gerais ordinárias far-se-á por meio de Edital, assinado pelo Presidente e pelo Secretário Geral, publicado no órgão oficial da CNBB, com a antecedência mínima de quatro meses, e do qual deve constar a indicação do local, dia e hora e temário.

§ 2 — As Assembléias extraordinárias poderão ser convocadas por qualquer processo adequado e com antecedência razoável.

§ 3 — Requerida a convocação da Assembléia Geral extraordinária deverá o Presidente executá-la imediatamente.

Seção terceira — Da preparação

Art. 7º — Compete á Comissão Representativa designar data e local, elaborar o temário e organizar a ordem dos trabalhos das Assembléias Gerais ordinárias.

Parágrafo único — O Secretário Geral remeterá a todos os convocados os documentos e subsídios necessários á realização da Assembléia Geral ordinária com a antecedência de pelo menos dois meses.

Art. 8º — Compete ao Secretário Geral tomar as medidas que se referem ás necessidades de pessoal, de material e de locais para a realização das assembléias gerais ordinárias e extraordinárias.

Seção quarta - Do comparecimento dos convocados

Art. 9º — Todos os convocados são obrigados a comparecer pessoalmente ás Assembléias Gerais ordinárias e extraordinárias.

§ 1º — Os convocados que se virem legitimamente impedidos de comparecer, justifiquem por escrito a sua ausência.

§ 2º — A ausência, ainda que justificada, não exonera os convocados do cumprimento do que estabelece o art. 10 § 1º do Estatuto.

Art. 10º — Não é admitida a presença por delegação ou representação.

Parágrafo único — O "quorum", exigido pelo § 1º do art. 5º do Estatuto, para que a Assembléia funcione, se tem por havido, desde que se verifique nas folhas de presença, em qualquer uma das sessões, o comparecimento da maioria absoluta dos membros da CNBB.

Art. 11 — Ás Assembléias Gerais, a critério da Comissão Representativa, serão normalmente convidados a comparecerem, com voz consultiva:

a) os membros da Comissão Nacional do Clero;
b) os representantes do Conselho Pastoral Nacional, designados pela Comissão Espicopal de Pastoral;
c) os secretários gerais adjuntos e os subsecretários gerais;
d) o titular executivo da coordenação geral da pastoral orgânica de cada uma das Regiões;
e) um representante de cada um dos demais órgãos da CNBB e de cada uma das entidades dependentes;
f) dois representantes da Conferência dos Religosos do Brasil.

Seção quinta — Do funcionamento

Art. 12 — Na ordem dos trabalhos seja previsto tempo para a realização de atos litúrgicos, para a reflexão espiritual, teológica e pastoral bem como para comunicações e deliberações.

Art. 13 — As Assembléias Ordinárias comportarão tantas sessões quantas necessárias para se cumprir a pauta de trabalho.

Art. 14 — Especial cuidado se terá em cada sessão no que se refere á assinatura das folhas de presença, necessária á verificação de "quorum" de presença e ao cômputo da maioria nas votações.

Art. 15 — Cópias das atas sejam distribuídas a todos os presentes, para que possam oferecer emendas e aprová-las, sem que seja necessária a sua leitura em público.

Art. 16 — Na primeira sessão de cada Assembléia Geral ordinária ou extraordinária, logo após a abertura, seja posta em votação a pauta dos trabalhos e se proceda à designação do Secretário Especial, mediante indicação á Assembléia pelo Presidente.

§ 1º — Para a aprovação da pauta dos trabalhos e eleição do Secretário Especial não se requer a presença, na primeira sessão, da maioria absoluta dos membros da CNBB, nos termos do § único do art. 10º deste Regimento.

§ 2º — Sobre a pauta dos trabalhos, cada orador poderá falar uma única vez, pelo tempo máximo de dois minutos, excluída a cessão de tempo de um orador a outro.

§ 3º — Terminada a apresentação de observações e emendas á pauta dos trabalhos, o Presidente as submeterá, devidamente relacionadas, á votação a descoberto, considerando-se aprovadas as que obtiverem os sufrágios da maioria absoluta dos presentes.

Art. 17 — Mediante solicitação ao Presidente é facultada a palavra para questões de ordem.

§ 1º — Sobre cada uma das questões de ordem pode cada orador falar uma só vez, pelo tempo de um minuto, sem direito a replicar.

§ 2º — O Presidente solucionará as questões de ordem, cabendo de sua decisão recurso á Comissão Representativa, em caráter devolutivo e definitivo.

Art. 18 — Os assuntos mais importantes a serem votados pela Assembléia serão apresentados por um ou mais Expositores designados pela Presidência.

§ 1º — Após as exposições, haverá estudo em grupos sob a coordenação do Secretário Geral.

§ 2º — Cda grupo de estudo escolherá o próprio Coordenador e o Relator.

§ 3º — O resultado da reflexão dos grupos será ordinariamente levado ao Plenário por meio de um relatório único, elaborado pelos relatores dos grupos, sob a coordenação do Secretário Geral.

§ 4º — O Presidente dará a palavra, em plenário, aos oradores que se inscreverem para complementar o relatório apresentado, podendo cada um deles falar pelo prazo máximo de dois minutos.

Art. 19 — Durante o horário dos trabalhos das assembléias poderá haver reuniões privativas dos membros, ou ainda de grupos dos mesmos, e de órgãos da CNBB, mediante convocação do Presidente ou com aprovação do mesmo.

Seção sexta — Do exercício do direito de voz e voto

Art. 20 — Os membros da CNBB têm direito á manifestação do próprio pensamento perante á Assembléia Geral, observadas as normas regimentais.

§ 1º — O direito de voz é exercido mediante inscrição, exceto quando se tratar de questões de ordem ou da pauta dos trabalhos.

§ 2º — A inscrição se fará, no decorrer dos trabalhos da Assembléia, junto ao Secretário Especial, observada a ordem do temário.

§ 3º — A concessão do uso da palavra será feita segundo a ordem de inscrição, pelo prazo determinado pela Presidência.

§ 4º — Depois que tiverem se manifestado todos os inscritos, poderá ser-lhes concedido novamente o uso da palavra, por uma só vez, para réplica ou esclarecimento.

§ 5º — O Secretário Especial comunicará as contribuições e observações enviadas pelos ausentes.

Art. 21 — O direito de voto deliberativo ou eletivo só pode ser exercido pelos membros da CNBB presentes á sessão, podendo ser votados também os membros ausentes.

§ 1º — O "quorum" de votantes, necessário para que se realizem votações ou eleições, se verifica pelo cômputo total dos que assinaram a Folha de Presença da sessão em que se processa a votação ou eleição, bastando que se verifique o comparecimento á mesma da maioria absoluta dos membros da CNBB, salvo expressa determinação, em contrário, da Santa Sé.

§ 2º — As votações e eleições se decidem por maioria absoluta dos votantes, exceto ao se tratar de deliberação, da qual se origine obrigação jurídica, e da eleição da Presidência, nos têrmos do art. 8º do Estatuto.

§ 3º — Os votos que indicam aceitação da proposição na sua substância, mas lhe fazem algum acréscimo ou restrição (votos "iuxta modum") são contados como favoráveis.

§ 4º — Nos casos em que, de acordo com o artigo 6º do Estatuto, for necessário computar os votos dos membros ausentes, serão estes votos pedidos e manifestados por escrito, dentro do prazo determinado pela Presidência.

Art. 22 — Nas deliberações, a votação pode ser a descoberto ou secreta, seja por determinação do Presidente, seja por solicitação de membros da Assembléia, sempre com aprovação da mesma.

Art. 23 — Nas eleições a votação será sempre secreta.

Art. 24 — É de competência exclusiva da Assembléia Geral a eleição dos membros da Presidência da CNBB, da Comissão Episcopal de Pastoral, e a aprovação do Secretário Especial da Assembléia.

Art. 25 — Normalmente, a eleição dos membros de Comissões Episcopais Especiais compete á Comissão Representativa, salvo determinação expressa da Santa Sé.

Art. 26 — Nas eleições, o processo de votação será individual, procedendo-se a tantos escrutínios, separadamente, quantos são os cargos a preencher.

Parágrafo único — Os cargos da Presidência, da Comissão Episcopal de Pastoral e da Comissão Representativa não podem ser exercidos cumulativamente por um mesmo membro da CNBB, devendo corresponder a cada função um titular.

Art. 27 — Realizar a eleição, proceder-se-á á apuração por escrutinadores designados pela Presidência.

Art. 28 — Finda a apuração, o Secretário Especial anunciará os resultados.

Art. 29 — Qualquer impugnação da votação, ou da apuração deve ser apresentada dentro do prazo de duas horas, a contar do anúncio feito pelo Secretário Especial.

§ 1º — Não havendo impugnação, e decorrido o prazo, o Presidente declarará válidas as deliberações que tenham obtido a maioria requerida de votos favoráveis, ou proclamará os eleitos, e determinará a data e hora da posse.

§ 2º — Havendo impugnação, reunir-se-á para julgá la a Comissão Representativa, que decidirá em caráter definitivo.

Art. 30 — Após a proclamação definitiva de êxito da votação, serão destruídas as cédulas utilizadas, que até então deverão estar sob a guarda do Secretário Especial.

Art. 31 — Todos os mandatos da CNBB, resultantes de eleição pela Assembléia Geral, terão a duração de quatro anos.

Art. 32 — Só é admitida a reeleição para o período imediatamente seguinte, por uma única vez.

Art. 33 — Vagando cargo da Presidência ou da Comissão Episcopal de Pastoral, durante o decurso do mandato, proceder-se-á da seguinte forma:

a) Se a vaga ocorrer após três anos de exercício, a Presidência da CNBB, em reunião conjunta com a Comissão Episcopal de Pastoral, nomeará substituto que exerça o mandato até o término do mesmo.
b) Se a vaga ocorrer antes de passados três anos de duração do mandato, far-se-á nova eleição na primeira Assembléia Geral que se reunir após a ocorrência da vaga, cabendo á Presidência, em reunião conjunta com a Comissão Episcopal de Pastoral, designar um responsável interino para a função.

Art. 34 — A ocupação de cargo da Presidência ou da Comissão Episcopal de Pastoral que não for devida a eleição, não inabilita o titular para exercê-lo nos dois períodos eletivos seguintes.

Capítulo III — Da Comissão Representativa

Art. 35 — A Comissão Representativa assegura a presença da Assembléia Geral junto aos órgãos responsáveis pelas atividades permanentes da CNBB, em âmbito nacional.

Parágrafo único — A Comissão Representativa, em todas as suas manifestações e decisões, procure traduzir com fidelidade o pensamento daqueles que representa.

Art. 36 — A Comissão Representativa, no exercício das próprias atribuições, se reveste da autoridade da Assembléia Geral, em cujo nome e por cuja delegação atua.

Parágrafo único — Somente a Assembléia Geral poderá rever ou contrariar os atos da Comissão Representativa.

Art. 37 — Cabe com exclusividade ás Comissões Episcopais Regionais, eleger os respectivos representantes, para integrar a Comissão Representativa.

§ 1º — a) As Comissões Episcopais Regionais das Regiões Pastorais nas quais tiverem domicílio até dez membros da CNBB, elegerão um representante cada uma;

b) as Comissões Episcopais das Regiões, nas quais se encontrarem domiciliados de onze a vinte membros da CNBB, elegerão dois representantes cada uma;
c) as Comissões Episcopais das Regiões, nas quais tiverem domicílio mais de vinte mebros da CNBB, elegerão três representantes cada uma.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

§ 2º – O processo da eleição dos representantes das Comissões Episcopais Regionais é de livre determinação de cada Comissão Episcopal Regional, de acordo com o § único do art. 15 do Estatuto.

Art. 38 – Quanto no capítulo anterior se determina sobre preparação, comparecimento, exercício do direito de voz e voto e sobre eleições, com relação à Assembléia Geral, vale para as reuniões da Comissão Representativa, desde que não contrarie o disposto nos artidos deste Capítulo.

Art. 39 – As reuniões ordinárias da Comissão Representativa se realizam uma vez cada ano.

Parágrafo único – As reuniões ordinárias da Comissão Representativa serão convocadas pelo Presidente da CNBB, por correspondência ou por edital publicado no órgão oficial, devendo constar da convocação a designação de local, dia e hora e temário estabelecidos pela Presidência, em reunião conjunta com a Comissão Episcopal de Pastoral.

Art. 40 – A Presidência, em reunião conjunta com a Comissão Episcopal de Pastoral, indicará as pessoas que serão convidadas a participar das reuniões da Comissão Representativa.

Art. 41 – As reuniões extraordinárias da Comissão Representativa poderão ser convocadas por qualquer processo adequado pelo Presidente, por iniciativa da Presidência ou de ao menos dois terços dos membros da Comissão Representativa, com antecedência mínima de uma semana.

Capítulo IV – Da Presidência

Art. 42 – Às reuniões da Presidência deverão comparecer todos os seus membros, não podendo a mesma deliberar, se estiver qualquer deles ausente a menos que seja substituído nos termos do § único desse artigo.

§ 1º – Em caso de ausência ou impedimento, os membros da Presidência se substituirão uns aos outros na ordem em que estão enumerados no art. 17 do Estatuto.

§ 2º – Como suplente de membro ausente deverá ser convocado à reunião da Presidência algum dos integrantes da Comissão Episcopal de Pastoral, na ordem indicada no regulamento interno da Presidência aprovado pela Comissão Representativa.

Art. 43 – O Presidente deverá convocar por escrito os membros da Presidência e os da Comissão Episcopal de Pastoral para as reuniões conjuntas ordinárias.

Art. 44 – O Presidente convocará, por qualquer processo adequado e com razoável antecedência, reunião extraordinária conjunta da Presidência com a Comissão Episcopal de Pastoral, por iniciativa da Presidência ou quando a requerer a maioria dos membros da Presidência ou da Comissão Episcopal de Pastoral.

Art. 45 – Nas reuniões conjuntas da Presidência com a Comissão Episcopal de Pastoral requer-se, para que possa haver deliberação, o comparecimento de pelo menos dois terços dos convocados.

Parágrafo único – Na reunião conjunta da Presidência com a Comissão Episcopal de Pastoral, as decisões serão tomadas por maioria absoluta dos presentes.

Art. 46 – A Presidência e a Comissão Episcopal de Pastoral terão, como norma mais particularizada de suas atividades conjuntas, Regulamento elaborado em comum e aprovado pela Comissão Representativa.

Capítulo V – Da Comissão Episcopal de Pastoral

Art. 47 – À Comissão Episcopal de Pastoral compete promover executivamente a unidade de esforços e a coordenação da ação pastoral em âmbito nacional, bem como procurar desenvolver cada uma das linhas de ação pastoral definidas pela Assembléia Geral e seus setores especializados.

Parágrafo único – O Secretário-Geral participará das reuniões da Comissão Episcopal de Pastoral.

Art. 48 – A Comissão Episcopal de Pastoral se regerá mais particularmente por Regulamento por ela mesma elaborado e aprovado pela Comissão Representativa.

Capítulo VI – Da Comissão Nacional do Clero

Art. 49 – A Comissão Nacional do Clero deverá expressar a participação dos Presbíteros do Brasil no desempenho das responsabilidades próprias dos Bispos reunidos na CNBB.

Art. 50 – A eleição dos membros da Comissão Nacional do Clero compete às Comissões do Clero Regionais, na proporção de um representante para cada Região Pastoral.

Art. 51 – Aplica-se aos membros da Comissão Nacional do Clero o que estabelece o art. 10º § 1º do Estatuto.

Parágrafo único – É dever dos membros da Comissão Nacional do Clero empenhar-se para que se conformem ao disposto no art. 10º § 1º do Estatuto também os membros das Comissões Ragionais do Clero, que representam.

Art. 52 – Os membros da Comissão do Clero comuniquem às respectivas Comissões Regionais do Clero os assuntos, sobre os quais deverão opinar, e acolham os pareceres destes últimos, de modo a poderem transmitir e traduzir com fidelidade, respeitadas as diversidades, o pensamento daqueles que representam.

Art. 53 – A Comissão Nacional do Clero reunir-se-á, de ordinário, uma vez por ano e extraordinariamente, quando convocada por seu Presidente, "ex-ofício", ou a pedido de dois terços de seus membros.

Parágrafo único – A Comissão Nacional do Clero reger-se á por Regulamento elaborado pelos seus membros, em conformidade com o Estatuto e o Regimento da CNBB, e aprovado pela Comissão Representativa da CNBB.

Capítulo VII – Do Conselho Pastoral Nacional

Art. 54 – Compete ao Conselho Pastoral Nacional estudar os subsídios para reflexão e decisão dos membros da CNBB e para a ação pastoral orgânica, e sobre eles dar parecer à Comissão Episcopal de Pastoral.

Art. 55 – São membros natos do Conselho Pastoral Nacional dos Bispos integrantes da Comissão Episcopal de Pastoral e o Secretário Geral.

§ 1º – O Conselho Pastoral Nacional constará de outros membros, Bispos, Presbíteros, Diáconos, Religiosos e Leigos, quantos necessários, designados pela Comissão Episcopal de Pastoral em reunião conjunta com a Presidência.

§ 2º – Os membros do Conselho Pastoral Nacional serão escolhidos nas diversas Regiões mediante entendimento entre a Comissão Episcopal de Pastoral e as Comissões Episcopais Regionais.

Art. 56 – O Conselho Pastoral Nacional terá normas mais particularizadas de funcionamento elaboradas pelo mesmo e aprovadas pela Comissão Representativa.

Capítulo VIII – Do Secretariado Geral

Art. 57 – O Secretariado Geral é dirigido pelo Secretário Geral, coadjuvado pelos Secretários gerais adjuntos e pelos subsecretários gerais que necessitar.

Parágrafo único – Compete ao Secretário Geral indicar previamente à Comissão Representativa os nomes dos Secretários adjuntos e dos subsecretários gerais para aprovação.

Art. 58 – O Secretário Geral terá, devidamente organizados e aparelhados, os Departamentos especializados necessários.

§ 1º – Cada Departamento do Secretariado Geral empregará tantos funcionários quantos necessários, os quais receberão tratamento conforme aos princípios sociais da Igreja.

§ 2º – A designação dos titulares dos cargos profissionais do Secretariado Geral compete ao Secretário Geral, "ad referendum" da Presidência.

Art. 59 – O Secretariado Geral prestará contas da administração financeira da CNBB, uma vez cada semestre, à Presidência e à Comissão Episcopal de Pastoral, conjuntamente, e à Assembléia Geral, toda vez que esta se reunir ordinariamente.

§ 1º – O Secretariado Geral apresentará, em tempo hábil, à Comissão Representativa, para exame e aprovação, o balanço do exercício findo e o orçamento para o exercício do seguinte.

§ 2º – Do orçamento deverão constar as verbas destinadas à execução de projetos e a atividades especificadas com antecedência, bem como outras disponibilidades para o atendimento de despesas com atividades e projetos não previstos com a antecedência mas que a Presidência, juntamente com a Comissão Episcopal de Pastoral, julgar necessários e inadiáveis, não podendo ser excedido o teto pré-fixado.

Art. 60 – O Secretariado Geral terá suas normas de funcionamento aprovadas pela Comissão Representativa.

(Este Regimento foi aprovado na XII Assembléia Geral da CNBB, realizada em Belo Horizonte, de 9 a 17 de fevereiro de 1971)

I) Organização da Conferência

Endereço: Rua do Russel, 76, Caixa Postal 16.085, ZC-01, 20.000 Rio de Janeiro, RJ. Telefones: 285-0244 (geral) 245-2907 (Secret.-Geral), Telex: (021) 23-655.

Em Brasília: E. S. 801, lote 1 A, Av. L 3 Sul, Caixa Postal 13-2067, 70.000 Brasília, DF. Fone: (0612) 23-5540

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) tem por finalidade:

a) estudar assuntos de interesse comum da Igreja no País, para melhor promover a ação pastoral orgânica;

b) deliberar em matérias de sua competência, segundo as normas do direito comum ou de mandato especial da Sé Apostólica;

c) manifestar solicitude pela Igreja Universal, através da comunhão e colaboração com a Sé Apostólica e com as outras Conferências Episcopais;

d) cuidar do relacionamento com os poderes públicos, a serviço do bem comum, ressalvado o conveniente entendimento com a Nunciatura Apostólica, no âmbito de sua competência específica.

PRESIDÊNCIA (eleita a 25 de novembro de 1974, empossada a 28 de janeiro de 1975, com mandato por 4 anos)

Dom Aloísio Lorscheider – Presidente
Av. Mons. Tabosa, 60
Caixa Postal, 9
60000 **FORTALEZA**, Ceará
Fone: (0852) 26-2545

Dom Geraldo Fernandes Bijos – Vice-Presidente
Av. São Paulo s/n
Caixa Postal, 872
86100 **LONDRINA**, Paraná
Fone: (0432) 221960

Dom Ivo Lorscheiter – Secretário Geral
Rua Silva Jardim, 2 029
Caixa Postal, 17
97100 **SANTA MARIA**, Rio Grande do Sul
Fones: (0552) 212598 e 213412

COMISSÃO EPISCOPAL DE PASTORAL (CEP, eleita a 25 de novembro de 1974, empossada a 28 de janeiro de 1975, por 4 anos).

Dom José Freire Falcão
Av. Frei Serafim, 1693
Caixa Postal, 140
64000 **TERESINA**, Piauí
Fone 3021

Dom Paulo Eduardo Andrade Ponte
Av. Duque de Caxias, 1125
62500 **ITAPIPOCA**, Ceará
Fone 101

Dom Moacyr Grechi
Residência Episcopal
Caixa Postal, 473
69900 **RIO BRANCO**, Estado do Acre
Fone 2355

Dom Clemente José Carlos Isnard
Rua Mons. Miranda, 51
Caixa Postal, 143
28600 **NOVA FRIBURGO**, Rio de Janeiro
Fones: 2929 e 2799

Dom Cláudio Hummes
Praça do Carmo, 48
09 000 **SANTO ANDRÉ**, SP
Fones: (011) 449-2077 e 449-6443

Dom Nivaldo Monte
Rua Mipibu, 441
Caixa Postal, 227
59000 **NATAL**, Rio Grande do Norte
Fones: (0842) 22904 e 23063

SECRETARIADOS REGIONAIS

NORTE I (Amazonas, Acre, Roraima, parte de Rondônia)
Av. Joaquim Nabuco, 1.023
Caixa Postal, 89
69000 **MANAUS** – Amazonas
Fone: 21890
TITULAR
D. João de Souza Lima

NORTE II (Pará, Amapá)
Av. Governador José Malcher, 915
Caixa Postal, 1359
66000 **BELÉM** – Pará
Fone: (0912) 235995
TITULAR
D. Ângelo Frosi

NORDESTE I (Maranhão, Piauí, Ceará)
Av. Dom Manoel 3
Caixa Postal, 715
60000 **FORTALEZA** – Ceará
Fones: (0852) 267620 e 262545
TITULAR
D. Edilberto Dinkelborg

NORDESTE II (RG do Norte, Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Fernando Noronha)
Rua Giriquiti, 48
50000 **RECIFE** – Pernambuco
Fone: (0812) 22-0711
TITULAR
D. Hélder P. Câmara

NORDESTE III (Sergipe, Bahia)
Praça da Sé, 1
40000 **SALVADOR** – Bahia
Fone: (0712) 3-2979
TITULAR
D. Tomás Guilherme Murphy

LESTE I
(Estado do Rio de Janeiro)
Rua São José, 90 s/2104
20000 **RIO DE JANEIRO** – RJ.
Fone: 2322025
TITULAR
D. Eduardo Koaik

LESTE II (Minas Gerais, Espírito Santo)
Rua Espírito Santo 1059, 11º andar
30000 **BELO HORIZONTE**
- Minas Gerais
Fone: (0312) 224-2434
TITULAR
D. João Resende Costa

CENTRO OESTE (Goiás)
Praça D. Emanuel
Caixa Postal, 174
74000 **GOIÂNIA** – Goiás
Fone: (0622) 6-1854
TITULAR
D. Antonio Ribeiro de Oliveira

EXTREMO OESTE (Mato Grosso e parte de Rondônia)
Rua Dr. Euler de Azevedo, 478 F
Caixa Postal, 3
79100 **CAMPO GRANDE** – MT
Fone: 43323
TITULAR
D. Antônio Barbosa

SUL I (São Paulo)
Av. Higienópolis, 901 (01238 SP)
Caixa Postal 30.029
01000 **SÃO PAULO** – Capital
Fone: (011) 664541
TITULAR
D. Paulo E. Arns

SUL II (Paraná)
Av. Jaime Reis, 369
80000 **CURITIBA** – Paraná
Fone: (0412) 247512
TITULAR
D. Pedro Fedalto

SUL III (RG do Sul)
Av. Alberto Bins, 1026
90000 **PORTO ALEGRE**
– Rio Grande do Sul
Fone: (0512) 241893
TITULAR
D. Vicente Scherer

SUL IV (Santa Catarina)
Praça Getúlio Vargas, 19
88000 **FLORIANÓPOLIS**
– Santa Catarina
Fone: (0482) 22-2792
TITULAR
D. Afonso Niehues

II) Nomes dos Srs. Arcebispos, Bispos e Prelados

REGIONAL NORTE I

PROVÍNCIA ECLESIÁSTICA DE MANAUS (1952)

D. João de Sousa Lima (16 jan. 1958; c. 21 set. 1949), Arcebispo de Manaus. End.: Av. Joaquim Nabuco, 1.035, Caixa Postal 89, 69000 Manaus, Amazonas. Fone: 32-1035.

D. Milton Corrêa Pereira (23 ag. 1962 – 25 abr. 1973, 30 set. 1962), Arcebispo Titular de Equilium, Coadjutor, com direito a sucessão.

D. João Batista Costa, S.D.B. (6 out. 1946; c. 30 nov. 1946), Bispo Titular de Scilio, Prelado de Porto Velho. End.: Residência episcopal, Rua Gonçalves Dias 825, Caixa Postal 232, 78900 Porto Velho, Território de Rondônia. Fones: 2270 e 2321.

D. Antônio Sarto, S.D.B. (24 maio 1971; c. 15 ag. 1971), Bispo Titular de Aras da Mauritânia, Coadutor c.d.s.

D. Joaquim de Lange, C.S.Sp. (18 abr. 1952; c. 6 jul. 1952), Bispo Titular de Fotice, Prelado de Tefé. End.: Rua 15 de Junho 10, 69470 Tefé, Amazonas.

D. Arcângelo Cerqua, P.I.M.E. (3 fev. 1961; c. 14 maio 1961), Bispo Titular de Olbia, Prelado de Parintins. End.: Residência episcopal, Rua Vieira Junior 1724, 69 150 Parintins, Amazonas.

D. Frei Adalberto Domingos Marzi, O.F.M.Cap. (4 fev. 1961; c. 9 jul. 1961), Bispo Tit. de Sesina, Prelado de Alto Solimões. End.: Praça São Paulo s/n, 69 600 São Paulo de Olivença, Amazonas.

D. Miguel D'Aversa, S.D.B. (21 maio 1962; c. 5 ag. 1962), Bispo Titular de Macri, Prelado de Humaitá. End.: Rua

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

dência episcopal. Praça da Matriz s/n. 69.290 Humaitá, Amazonas.

D. Adriano J.M. Veigle, T.O.R. (24 março 1966; c. 9 jun. 1966). Bispo Titular de Gigti. Prelado de Borba. End.: Residência episcopal, Rua Nossa Senhora de Fátima s/n, 69.200 Borba, Amazonas. Corresp.: Caixa Postal 391, 69.000 Manaus, Amazonas. Fone: 32-3691. Cúria: Av. Getúlio Vargas, 90.

D. Henrique Ruth, C.S.Sp. (21 junh. 1966; c. 2 out. 1966). Bispo Titular de Leptimino, Prelado de Juruá. End.: Praça da Glória, 185, 69.980 Cruzeiro do Sul, Estado do Acre. Fone: 356.

D. Miguel Alegna, S.D.B. (16 jun. 1967; c. 24 ag. 1967). Bispo Titular de Fornos Maior, Prelado de Rio Negro. End.: Residência episcopal, Urupês, Amazonas. (Correspond.: Caixa Postal 475. 69000 Manaus, AM).

D. Frei Fiorentino Zabalza Iturri, O.A.R. (12 jun. 1971; c. 28 ag. 1971). Bispo Titular de Scebatiana, Prelado de Lábrea. End.: Caixa Postal 238, 78900 Porto Velho, Rondônia.

D. Moacyr Grechi, O.S.M. (30 julho 1973; c. 21 out. 1973). Bispo Titular de Vegesela na Numidia e Prelado do Acre e Purus. End.: Residência episcopal. Praça da Catedral, Caixa Postal 473, 69900 Rio Branco, Estado do Acre. Fone: 2355.

Mons. Gutemberg Freire Régis, C.SS.R. (23 out. 1974). Prelado de Coari, End.: Praça S. Sebastião, 301, 69460 Coari, Amazonas.

Mons. Jorge Marskell, S.F.M. (23 jan. 1975). Administrador Apostólico de Itacoatiara. End.: Rua Mons. Joaquim Pereira 144, Caixa Postal, 25, 69100 Itacoatiara, Amazonas Fone: 74.

D. Aldo Mongiano, I.M.C. (14 maio 1975; c. 5 out. 1975). Bispo Titular de Nasai, Prelado de Roraima. End.: Res.: Rua Bento Brasil 284, Caixa Postal 482. Cúria: Caixa Postal 163, 69800 Boa Vista, Território de Roraima. Fones: 2286 e 2482.

REGIONAL NORTE II

PROVÍNCIA ECLESIÁSTICA DE BELÉM (1906)

D. Alberto Gaudêncio Ramos (16 fev. 1952 - 9 maio 1957; c. 1º jan. 1949). Arcebispo de Belém do Pará. End.: Praça D. Frei Caetano Brandão, Caixa Postal 282, 66000 Belém, Pará. Fones: (0912) 231565 (resid.), 231365 (escrit.). Usar este último para falar ao Arcebispo nas horas de expediente.

D. Frei Henrique Tadeu Prost, O.F.M. (23 ag. 1962; c. 1º nov. 1962). Bispo Titular de Fronta. Aux. End.: Caixa Postal 660. Fone: (0912) 22-4584.

D. Eliseu Maria Corolli, C.C.R.S.P. (10 ag. 1940; c. 13 out. 1940). Bispo Tit. de Zama, Prelado de Guamá. End.: Instituto S. Teresinha, Rua Tamoios, 1481, Caixa Postal 7, 68600 Bragança, Pará. Cúria: Praça da Bandeira, s/n. Fone: 213.

D. Frei Luis Antônio Palha, O.P. (20 fev. 1951; c. 13 maio 1951). Bispo Titular de Lunda, Prelado de Marabá. End.: Hospital Nossa Senhora do Rosário, 68 540, Conceição do Araguaia, PA.

D. Frei Alano Pena, O.P. (7 abr. 1975; c. 25 maio 1976). Bispo Titular de Vardimissa, Auxiliar.

D. Frei Tiago C. Ryan, O.F.M. (31 jan. 1958; c. 9 abr. 1958). Bispo Titular de Margo, Prelado de Santarém. End.: Residência episcopal, Pr. Mons. José Gregório, 453, Caixa Postal 133. 68100 Santarém, Pará. Fone: 326.

D. José Maritano, P.I.M.E. (29 dez. 1965; c. 19 março 1966). Bispo Tit. de Castra Severiana. Prelado de Macapá. End.: Residência episcopal. Rua Leopoldo Machado, s/n. 69900 Macapá, Território do Amapá. Cúria: Praça Veiga Cabral s/n. Fones: 2446 ou 2415.

D. Ângelo Rivato, S.J. (13 jun. 1967; c. 6 ag. 1967). Bispo Titular de Germânia in Numidia. Prelado de Ponta de Pedras. End.: Residência episcopal, 68 836 Ponta de Pedras, Pará. Para correspondência: Rua Dr. Assis 834, Caixa Postal 963. 66000 Belém, Pará. Fone: (0912) 23-0330.

D. Frei Alquilio Álvarez Diez, O.A.R. (13 jun. 1967; c. 3 set. 1967). Bispo Titular de Junca in Mauritânia, Prelado de Marajó. End.: Residência episcopal, 3ª Rua, n. 1428. 68870 Soure, Ilha de Marajó, Para. Fone: 133.

D. Ângelo Frosi, S.X. (2 fev. 1970; c. 1º maio 1970). Bispo Titular de Magneto e Prelado de Abaeté no Tocantins. End.: Rua Padre Luis Varela s/n, 68440 Abaetetuba, Pará. Fone: 436.

D. Eurico Krautler, C.PP.S. (3 maio 1971; c. 27 jun. 1971). Bispo Titular de Cissa e Prelado de Xingu. End.: Residência episcopal, Rua Coronel José Porfirio 1322, 68370 Altamira, Pará. (Corresp. Caixa Postal 717, 66000 Belém, PA). Pròcuradoria da Prelazia em Belém, Fone: 23-4529.

Mons. Henrique Riemslag, C.M. (16 julho 1970). Administrador Apostólico de Cametá. End.: Estrada Cônego Siqueira 1653, Caixa Postal 5, 68400 Cametá, Pará. Fone: 197.

D. Frei Estêvão Cardoso de Avelar, O.P. (12 ag. 1971 - 14 jul 1976; c. 26 set. 1971). Bispo Titular de Eucárpia e Prelado de Conceição do Araguaia. End.: Residência episcopal, 68540 Conceição do Araguaia, Pará.

Mons. Frei Martinho Lammers, O.F.M. (21 jul. 1976). Prelado de Óbidos. End.: Residência episcopal: Rua Justo Chermont, 805. Cúria: Praça do Bom Jesus, s/n. 68250 Óbidos, PA. Fone: 33.

REGIONAL NORDESTE I

PROVÍNCIA ECLESIÁSTICA DE FORTALEZA (1915)

CARDEAL D. FREI ALOÍSIO LORSCHEIDER. O.F.M. (3 jan. 1962 – 26 mar. 1973; c. 20 de maio 1962). Arcebispo de Fortaleza. End.: Av. Mons. Tabosa, 60. Caixa Postal 9, 60000 Fortaleza, Ceará. Fone: (0852) 262545. Cúria: 26-6503.

D. Raimundo de Castro e Silva (17 jun. 1950 - 9 nov. 1957; c. 15 ag. 1950). Bispo Titular de Uzali, Aux. End.: Av. Mons. Tabosa, 60; Fone: (0852) 26-1645.

D. Manuel Edmilson da Cruz (12 ag. 1966; 3 jul. 1974; c. 6 nov. 1966). Bispo Titular de Vico di Cesare, Auxiliar. Fone: (0852) 26-7620. End.: Av. Mons. Tabosa, 60.

D. Gerardo de Milleville, C.S.Sp. (11 nov. 1955; 10 mar. 1962; c. 20 nov. 1955). Arcebispo Titular de Gabala e Vigário-Geral das Religiosas. Caixa Postal 9. Fone: (0852) 26-7620. End.: Av. Mons. Tabosa 60.

D. Vicente de Paulo Araújo Matos (21 abr. 1955 – 28 jan. 1961; c. 11 jun 1955). Bispo de Crato. End.: Rua Dom Quitino 808, Caixa Postal 20, 63100 Crato, Ceará.

D. Antônio Batista Fregoso (13 mar. 1957 – 28 abr. 1964; c. 30 maio 1957). Bispo de Crateus. End.: Rua Firmino Rosa 1.064, Caixa Postal 52, 63700 Crateus, Ceará.

D. Walfrido Teixeira Vieira (15 mar. 1961 - 6 jan. 1965; c. 29 jun. 1961). Bispo de Sobral. End.: Residência episcopal. Praça Quirino Rodrigues 76-4, 62100 Sobral, Ceará. Fone: 288.

D. José Mauro Ramalho de Alarcón Santiago (13 out. 1961; c. 6 jan. 1962). Bispo de Iguatu. End.: Rua 13 de Maio s/n, 63500 Iguatu, Ceará. Fone: 263. Cúria: Rua Dr. João Pessoa 484, Fone: 431.

D. Frei Timóteo Francisco Nemésio Cordeiro, O.F.M. Cap. (30 abril 1971; c. 4 julho 1971). Bispo de Tianguá. End.: Residência episcopal, Praça Mons. Aguiar 203, 62.320 Tianguá, Ceará. Cúria: Praça Mons. Aguiar 585. Fone: 130.

D. Joaquim Rufino do Rêgo (30 de abril 1971; c. 4 julho 1971). Bispo de Quixadá. End.: Residência episcopal, Rua Pascoal Crispino 193, 63900 Quixadá, Ceará. Fone: 238.

D. Paulo Eduardo Andrade Ponte (25 jun. 1971; c. 21 nov. 1971). Bispo de Itapipoca. End.: Av. Duque de Caxias 1125. 62500 Itapipoca, Ceará. Fone: 101.

D. Pompeu Bezerra Bessa (2 fev. 1973; c. 1º maio 1973). Bispo de Limoeiro do Norte. End.: Rua Francisco Remígio, s/n. Caixa Postal 20, 69930 Limoeiro do Norte, Ceará. Fones: 044, 055 e 064.

PROVÍNCIA ECLESIÁSTICA DE SÃO LUÍS DO MARANHÃO (1922)

D. João José da Motta e Albuquerque (28 abr 1964; c. 28 abr. 1957). Arcebispo de São Luís do Maranhão. End.: Residência arquiepiscopal, Av. D. Pedro II, Caixa Postal 11. 65000 São Luis, Maranhão, Fone: 2-0197.

D. Luis Gonzaga da Cunha Marelim, C.M. (19 jul. 1941; c. 7 set. 1941). Bispo de Caxias do Maranhão. End.: Residência episcopal, Praça Magalhães de Almeida s/n, 65.600 Caxias do Norte, Maranhão.

D. Carmelo Cassati, M.S.C. (27 abr. 1970; 5 jul. 1975; c. 28 jun. 1970). Bispo Titular de Nova Germânia, Prelado de Pinheiro. End.: Residência episcopal, 65200 Pinheiro, Maranhão. Fone: 152. Cúria: Av. Presidente Vargas 160.

D. Guido M. Casullo (27 maio 1951 - 27 fev. 1966; c. 15 jul. 1951). Bispo Titular de Utica, Prelado de Cândido Mendes. End.: Residência episcopal. Corresp.: Caixa Postal 527, 65.000 São Luís, Maranhão.

D. Rino Carlesi, F.S.C.J. (12 jan. 1967; 2 abr. 1967). Bispo Titular de África. Prelado de S. Antônio de Balsas. End.: Praça Getúlio Vargas 27, 65800 Balsas, Maranhão.

D. Frei Pascásio Rettler, O.F.M. (24 jul. 1968; c. 12 set. 1968). Bispo de Bacabal. End.: Rua Teixeira Mendes, 45, Caixa Postal 1, 65700 Bacabal, Maranhão. Fone: 207.

D. Frei Valentim Giacomo Lazzari, O.F.M.Cap. (18 maio 1971; c. 25 jul 1971). Bispo Titular de Castelo de Tatroporto e Prelado de São José do Grajaú. End.: Residência episcopal, Praça Dom Roberto s/n. 65940 Grajaú, Maranhão.

D. Frei Marcelino Sérgio Bicego, O.F.M.-Cap. (6 ag. 1971; c. 24 out 1971). Bispo Titular de Lida e Prelado de Carolina. End.: Av. Getúlio Vargas 23. Caixa Postal 15. 65980 Carolina, Maranhão.

D. Afonso de Oliveira Lima, S.D.S. (7 dez. 1971; c. 9 abr. 1972). Bispo de Brejo. End.: Praça Benedito Leite 166. 65520 Brejo, MA.

D. Frei Adalberto Paulo da Silva, O.F.M.-Cap. (9 abr. 1975; c. 3 ag. 1975). Bispo de Viana. End.: Residência Episcopal, Praça Mons. Arouche 132. 65215 Viana, Maranhão.

PROVÍNCIA ECLESIÁSTICA DE TERESINA (1952)

D. José Freire Falcão (24 abr. 1967 - 20 fev. 1972; c. 17 jun. 1967). Arcebispo de Teresina. End.: Rua Frei Serafim 1693, Caixa Postal 140, Telex da Rádio Pioneira (arquid.). Prefixo (862) 152. 64000 Teresina, Piauí. Fone. 3021.

D. Paulo Hipólito de Sousa Libório (15 mar 1949 - 20 jun. 1959; c. 5 jun. 1949). Bispo de Parnaíba. End.: Rua Josias Morais 676. Caixa Postal 185, 64200 Parnaíba, Piauí. Fone: 2358.

D. José Vásquez Dias, O. das M. (8 jul. 1956; c. 9 set. 1956). Bispo Tit de Usula. Prelado de Bom Jesus do Piauí. End.: Residência episcopal. Av. Getúlio Vargas 89, 64900 Bom Jesus, Piauí.

D. Frei Edilberto Dinkelborg, O.F.M. (20 jun. 1959; c. 11 out. 1959). Bispo de Oeiras. End.: Praça Visconde de Parnaíba 159. 64500 Oeiras, Piauí. Fone: 26.

D. Frei Cândido Lorenzo González, O. das M. (5 dez. 1969; c. 19 mar. 1970). Bispo Titular de Scardona, Prelado de S. Raimundo Nonato. End.: Praça Com. Paulino 185, 64770 São Raimundo Nonato, Piauí.

D. Augusto Alves da Rocha (28 maio 1975; c. 23 ag. 1975). Bispo de Picos. End.: Residência episcopal. Rua Padre Madeira 20, 64600 Picos, Piauí. Fone: 203.

D. Frei Abel Alonso Nuñez, O. das M. (20 jul. 1971; 31 mar. 1976; c. 24 set. 1971). Bispo de Campo Maior. End.: Residência episcopal, 64280 Campo Maior, Piauí.

REGIONAL NORDESTE II

PROVÍNCIA ECLESIÁSTICA DE OLINDA E RECIFE (1910)

D. Hélder Pessoa Câmara (2 abr. 1955 - 12 abr. 1964; c. 20 abr. 1952). Arcebispo de Olinda e Recife. End.: Palácio S. José do Manguinho, Av. Rui Barbosa s/n, 50000 Recife, Pernambuco. Cúria: Rua Giriquiti 48. Fone: (0812) 22-0711.

D. José Lamartine Soares (16 nov. 1962; c. 3 mar. 1963). Bispo Titular de Fussala, Auxiliar. End.: Palácio S. José do Manguinho, Av. Rui Barbosa s/n, 50000 Recife, Pernambuco Fone: (0812) 22-0959 (resid.).

D. Severino Mariano de Aguiar (3 dez. 1956; c. 31 mar. 1957). Bispo de Pesqueira. End.: Rua Cardeal Arcoverde 23, 55.200 Pesqueira, Pernambuco.

D. Augusto Carvalho (8 ag. 1959; c. 25 out. 1959). Bispo de Caruaru. End.: Residência episcopal, Praça Henrique Pinto 99. Caixa Postal 41, 55100 Caruaru, Pernambuco. Fone. 4658.

D. Francisco Austregésilo de Mesquita Filho (25 maio 1961; c. 24 ag. 1961). Bispo de Afogados da Ingazeira. End.: Rua Roberto Nogueira Lima 366, 56800 Afogados da Ingazeira, Pernambuco. Fone: 01.

D. Acácio Rodrigues Alves (11 jul. 1962; c. 16 set. 1962). Bispo de Palmares. End.: Res.: Rua da Conceição, 1198. Cúria: Rua Vig. Bastos, Edif. Ada, 55.545 Palmares, Pernambuco.

D. Manuel Lisboa de Oliveira (25 fev. 1963; c. 26 maio 1963). Bispo de Nazaré. End.: Praça Herculano Bandeira, 35 (Cúria: Caixa Postal 2), 55800 Nazaré da Mata, Pernambuco. Fone: 36.

D. Francisco Xavier Nierhoff, M.S.F. (4 ag. 1964; c. 29 nov. 1964). Bispo de Floresta. End.: Residência episcopal, Av. Cel. Antônio David, s/n, 56400 Floresta, Pernambuco.

D. Tiago Postma (20 jun. 1974; c. 14 dez. 1974). Bispo de Garanhuns. End.: Av. Santo Antônio 40, Caixa Postal 54, 55300 Garanhuns, Pernambuco. Fones: 2159 (cúria) e 2339 (resid.).

D. Gerardo Andrade Ponte (6 fev. 1975; c. 17 ag. 1975). Bispo de Petrolina. End.: Praça Dom Malan 99, Caixa Postal 16, 56300 Petrolina, Pernambuco. Fone: 5156.

PROVÍNCIA ECLESIÁSTICA DE PARAÍBA (1914)

D. José Maria Pires (22 maio 1957 - 20 dez. 1965; c. 22 set. 1957). Arcebispo de João Pessoa. End.: Residência arquiepiscopal, Praça Dom Adauto s/n, Caixa Postal 13, 58000 João Pessoa, Paraíba. Fones: (0832) 6085 e 4048.

D. Marcelo Pinto Carvalheira (5 nov. 1975; c. 27 dez. 1975). Bispo Titular de Bitílio, Auxiliar. End.: Residência episcopal, 58200 Guarabira, Paraíba.

D. Zacarias Rolim de Moura (27 abr. 1953; c. 26 jul 1953). Bispo de Cajazeiras. End.: Praça Cardeal Arcoverde 371; Caixa Postal 13, 58900 Cajazeiras, Paraíba.

D. Expedito Eduardo de Oliveira (1º out. 1953 - 25 fev. 1959; c. 13 dez. 1953). Bispo de Patos. End.: Rua Peregrino Filho 76, 58700 Patos, Paraíba. Fone: 21-3584. Cúria: Rua Roldão Meira s/n, Fone: 21-3861.

D. Manuel Pereira da Costa (31 maio 1954 - 23 ag. 1962; c. 15 ag. 1954). Bispo de Campina Grande. End.: Rua Bento Viana 82, Caixa Postal 515, 58100 Campina Grande, Paraíba. Cúria: Rua Floriano Peixoto s/n, Caixa Postal 515; Fone: (01833) 21-2300.

PROVÍNCIA ECLESIÁSTICA DE MACEIÓ (1920)

D. Adelmo Machado Cevalcanti (24 jun 1955; c. 15 ag. 1948). Arcebispo de

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

Maceió. End.: Rua Barão de Anadia 110, 57.000 Maceió, Alagoas. Fone: 32732.

D. Miguel Fenelon Câmara (12 jan. 1970 - 6 fev. 1974; c. 19 março 1970), Bispo Coadjutor com direito à sucessão e Administrador Apostólico "sede plena".

D. Frei Constantino Luers, O.F.M. (13 abr. 1973; 31 mar. 1976; c. 17 jun. 1973), Bispo de Penedo. End.: Av. Nilo Peçanha 106, Caixa Postal 93, 57200 Penedo, Alagoas. Fone: 2722.

D. Otávio Aguiar (6 nov. 1954 - 4 jul. 1962; c. 30 jan. 1955), Bispo de Palmeira dos Índios. End.: Praça Mons. Macedo 190, Caixa Postal 7, 57600 Palmeira dos Índios, Alagoas.

PROVÍNCIA ECLESIÁSTICA DE NATAL (1952)

D. Nivaldo Monte (25 abr. 1963 - 6 set. 1967; c. 21 jul. 1963), Arcebispo de Natal, Praça Pio X 335, Caixa Postal 227, 59000 Natal, Rio Grande do Norte. Cúria: Fone: (0842) 22904. Resid.: Rua Mipibu 441; Fone: 23063.

D. Antônio Soares Costa (2 dez. 1971; c. 6 fev. 1972), Bispo Titular de Sínada na Mauritânia, Auxiliar. End.: Praça Pio X 335. Fones: 22904, 20662 e (resid.) 26374.

D. Manuel Tavares de Araújo (8 jan. 1959; c. 5 abr. 1959), Bispo de Caicó. End.: Praça Dr. José Augusto 299, Caixa Postal 31, 59300 Caicó, Rio Grande do Norte. Fones: 520 e 519.

D. Gentil Diniz Barreto (11 jun. 1960; c. 21 set. 1960), Bispo de Mossoró. End.: Praça Coração de Jesus s/n. Caixa Postal 16 (Resid.: Rua Pedro Velho 41. Fone: 212), 59600 Mossoró, Rio Grande do Norte. Fone: 209.

D. José Freire de Oliveira Neto (7 nov. 1973; c. 2 jun. 1974), Bispo Titular de Illici, Auxiliar. End.: Rua Duodécimo Rosado 421. Fone: 8295.

REGIONAL NORDESTE III

PROVÍNCIA ECLESIÁSTICA DA BAHIA (1676)

CARDEAL D. AVELAR BRANDÃO VILELA (5 nov. 1955 - 27 mar. 1971; c. 27 out. 1946), Arcebispo de São Salvador da Bahia e Primaz do Brasil. End.: Praça da Sé, n. 1, 40000 Salvador, Bahia. Fones (0712) (res.): 52083.

D. Tomáz Guilherme Murphy, C.SS.R. (16 out. 1962 - 30 jan. 1974, c. 2 jan. 1963), Auxiliar. End.: Retiro São Francisco, Caixa Postal, 1420 (Brotas), 40000 Salvador, BA (ou Arcebispado, como acima). Fone: (0712) 3-2012.

D. Jackson Berenguer Prado (16 abr. 1958 - 8 out. 1971; c. 3 ag. 1958), Bispo de Paulo Afonso. End.: Residência Episcopal, Av. Getúlio Vargas, s/n, 48600 Paulo Afonso, BA. Fone: 268.

D. José Nicomedes Grossi (1º set. 1962; c. 25 jan. 1963), Bispo de Bom Jesus da Lapa. End.: Residência episcopal, Av. Lauro Farani Freitas, s/n, 47600 Bom Jesus da Lapa, Bahia.

D. Climério de Almeida Andrade (24 set. 1962; c. 30 dez. 1962), Bispo de Vitória da Conquista. End.: Av. Nova Conquista s/n, Caixa Postal 10, 45100 Vitória da Conquista, Bahia. Fones: 1992 e 1179.

D. Frei Felipe Tiago Broers, O.F.M. (2 maio 1963; c. 15 jul. 1963), Bispo de Caravelas. End.: praça Santo Antônio 28, 45900 Caravelas, Bahia.

D. Valfredo B. Tepe, O.F.M. (13 fev. 1967 - 21 jan. 1971; c. 30 de maio 1967), Bispo de Ilhéus. End.: Residência episcopal, Rua Manoel Vitorino, 33, Caixa Postal 33, 45660 Ilhéus, Bahia. Fones: 2821 e 2978.

D. Hélio Paschoal, C.S.S. (29 mar. 1967; c. 25 jun. 1967), Bispo de Livramento de Nossa Senhora. End.: Residência episcopal, Av. Edilson Pontes, s/n, 46140 Livramento de Nossa Senhora, Bahia.

D. Alair Vilar Fernandes de Melo (25 mar. 1970; c. 17 maio 1970), Bispo de Amargosa. End.: Residência episcopal Av. Lomanto Júnior, 11, 45300 Amargosa, Bahia. Fone: 193.

D. Frei Silvério Albuquerque, O.F.M. (25 mar. 1970; 24 jan. 1973; c. 10 maio 1970), Bispo de Feira de Sant'Ana. End.: Av. Getúlio Vargas, 394, Caixa Postal 276, 44100 Feira de Sant'Ana, Bahia. Cúria: Rua Mons. Mário Pessoa, 119, Caixa Postal 276. Fone: (0752) 20571.

D. Frei Eliseu Maria Gomes de Oliveira, O.C. (3 fev. 1968 - 6 fev. 1974; c. 19 março 1968), Bispo de Caetité. End.: Rua Barão, 1, Caixa Postal 276, 46400 Caetité, Bahia.

D. Frei Orlando Octacílio Dotti, O.F.M.-Cap. (12 mar. 1969, 7 abr. 1976; c. 25 maio 1969), Bispo de Barra. End.: Praça Barão de Cotegipe, 13, 47100 Barra, Bahia. Fone: 213.

D. Jairo Ruy Matos da Silva (16 jan. 1974; c. 5 maio 1974), Bispo de Bonfim. End.: Rua Cônego Hugo, 721, Caixa Postal 12, 48970 Bonfim, Bahia.

D. José Floriberto Cornelis (10 nov. 1959; c. 27 dez. 1958; 13 nov. 1974), Arcebispo-Bispo de Alagoinhas. End.: Rua Dr. Manoel Vitorino 584, 48100 Alagoinhas, Bahia. Cúria: Rua Dr. Manoel Vitorino 368.

D. José Rodrigues de Souza, C.SS.R. (12 dez. 1974; c. 9 fev. 1975), Bispo de Juazeiro. End.: Travessa Vianna, 8, Caixa Postal 192, 48900 Juazeiro, Bahia. Fone: 2244. Cúria: Rua Visconde do Rio Branco 26. Fone: 2097.

D. Matias Schmidt, O.S.B. (10 jun. 1972; 10 maio 1976; c. 10 set. 1972), Bispo de Rui Barbosa. End.: Rua Amyntas Brito, 95, Caixa Postal 2366, 46800 Rui Barbosa, Bahia. Fone: 20.

PROVÍNCIA ECLESIÁSTICA DE ARACAJU (1960)

D. Luciano José Cabral Duarte (14 jul. 1968 - 13 mar. 1971; c. 2 out. 1966), Arcebispo de Aracaju. End.: Praça Olímpio de Campos 228. Caixa Postal 281, 49000 Aracaju, Sergipe. Fones: (0782) 3409, 2982 e (res.) 3179.

D. Edvaldo Gonçalves Amaral, S.D.B. (15 fev. 1975 - 20 abr. 1975), Bispo Titular de Zallata, Auxiliar. Fones: (0782) 2982 e (resid.) 3409.

D. José Bezerra Coutinho (6 ag. 1956 - 28 jan. 1961; c. 28 out. 1956), Bispo de Estância. End.: Praça Jackson de Figueiredo 13, 49200 Estância, Sergipe. Fone: 266.

D. José Brandão de Castro, C.SS.R. (2 jul. 1960; c. 21 set. 1960), Bispo de Propriá. End.: Av. Pedro Abreu de Lima 482, 49900 Propriá, Sergipe. Fone: 342.

REGIONAL LESTE I

PROVÍNCIA ECLESIÁSTICA DE SÃO SEBASTIÃO DO RIO DE JANEIRO (1892)

CARDEAL D. EUGÊNIO DE ARAÚJO SALES (29 out. 1968 - 27 mar. 1971; c. 15 ag. 1954), Arcebispo de São Sebastião do Rio de Janeiro. End.: Palácio S. Joaquim, Rua da Glória 446, 20000 Rio de Janeiro, RJ. Fones: (021) 222-9484, 222-9485, 222-9482.

D. Eduardo Koaik (3 nov. 1973; c. 6 jan. 1974), Bispo Titular de Nova, Auxiliar. End.: Rua Francisco Otaviano, 99, Copacabana (Posto 6), 20000 Rio de Janeiro, RJ. Fones: 227-7698 (par.), 267-1075 (res.).

D. Karl Josef Romer (28 out. 1975; c. 12 dez. 1975), Bispo Titular de Colonnata, Auxiliar. End.: Av. Paulo de Frontin, 568. Fone: 264-2043.

D. Carlos Alberto Etchandy Gimeno Navarro (28 out. 1975; c. 12 dez. 1975), Bispo Titular de Gene, Auxiliar. End.: Rua da Glória, 446. Fone: 222-9485.

D. José Costa Campos (9 dez. 1960; c. 24 fev. 1961), Bispo de Valença. End.: Praça Visconde do Rio Preto 375, Caixa Postal 32, 27600 Valença, Rio de Janeiro. Fone: 5207. Cúria: Praça Visconde do Rio Preto, 128. Fone: 5260.

D. Frei Adriano Hipólito, O.F.M. (22 nov. 1962 - 29 ag. 1966; c. 17 fev. 1963), Bispo de Nova Iguaçu. End.: Catedral de S. Antônio. Res.: Alameda dos Eucaliptos, s/n, Parque Flora, Caixa Postal 22, 26.000 Nova Iguaçu, Rio de Janeiro. Cúria: Av. Mal. Floriano Peixoto, 2262, Caixa Postal 22. fone: (021) 2609.

D. Valdir Calheiros de Novais (25 fev. 1964; 20 out. 1966; c. 1º maio 1964), Bispo de Volta Redonda. End.: para corresp.: Rua 156 n. 260, Caixa Postal 393, 27180 (Volta Redonda, Rio de Janeiro. Fones: (0223) 42-3648 (Cúria) e 42-3230 (res.).

D. Inácio Barbosa Accioly, O.S.B. (eleito 30 out. 1969, confirmado 21 nov. 1969), Abade Nullius de Nossa Senhora de Monserrate, no Rio de Janeiro. End.: Mosteiro de S. Bento, Rua Dom Gerardo 68, Caixa Postal 2.666, ZC-00 20000 Rio de Janeiro, RJ. Fone: (021) 253-7122.

PROVÍNCIA ECLESIÁSTICA DE NITERÓI (1960)

D. Antônio de Almeida Morais Júnior (17 nov. 1951 - 23 abr. 1960; c. 12 dez. 1948), Arcebispo de Niterói. End.: Rua Gavião Peixoto 250, 24.000 Niterói, Rio de Janeiro. Fone: 22457.

D. José Gonçalves da Costa, C.SS.R. (26 jun. 1962; 26 mar. 1976; c. 19 ag. 1962), Arcebispo Coadjutor e Administrador Ap. "sede plena".

D. Manuel Pedro da Cunha Cintra (3 jan. 1948; c. 28 mar. 1948), Bispo de Petrópolis. End.: Rua Santos Dumont 571, Caixa Postal 103, 25600 Petrópolis, Rio de Janeiro. Fone: (0242) 42-0082.

D. José Fernandes Veloso (25 março 1966; c. 22 maio 1966), Bispo Titular de Aquae in Proconsulari, Aux. End.: Rua Benjamim Constant 213.

D. Antônio de Castro Mayer (6 mar. 1948 - 3 jan. 1949; c. 23 maio 1948), Bispo de Campos. End.: Avenida 7 de Setembro 247, Caixa Postal 333, 28100 Campos, Rio de Janeiro. Fone: (0262) 3028. Cúria: Praça do SS. Salvador s/n. Fone: 4345.

D. Clemente José Carlos Isnard, O.S.B. (23 abr. 1960; c. 25 jul. 1960), Bispo de Nova Friburgo. End.: Rua Mons. Miranda, 51, Caixa Postal 143, 28600 Nova Friburgo, Rio de Janeiro. Fones: 2929 e 2799.

REGIONAL LESTE II

PROVÍNCIA ECLESIÁSTICA DE MARIANA (1906)

D. Oscar de Oliveira (31 jan. 1959 - 25 abr. 1960; c. 22 ag. 1954), Arcebispo de Mariana. End.: Residência episcopal, Praça S. Bento s/n, 35420 Mariana, Minas Gerais. Fones. 203 e 327. Cúria: Rua Direita 102, Caixa Postal 13. Fones: 396 e 270.

D. Hermínio Malzone Hugo (29 jan. 1957; c. 5 maio 1957), Bispo de Governador Valadares. End.: Av. Brasil 2770, 2º Caixa Postal 211, 35100 Governador Valadares, MG. Fones: (0332) 2666 e 3076.

D. José Heleno (21 jun. 1976; c. ..... (1976), Bispo Coadjutor com direito a sucessão.

D. José Eugênio Correia (19 ag. 1957; c. 10 nov. 1957), Bispo de Caratinga. End.: Residência episcopal, Praça Cesário Alvim, 156, Caixa Postal 13, 35300 Caratinga, MG. Fone: 2283.

D. Mário Teixeira Gurgel, S.D.S. (20 fev. 1967 - 3 maio 1971; 14 maio 1967), Bispo de Itabira. End.: Rua Coronel Linhares Guerra, 100 Caixa Postal 89, 35900 Itabira, MG. Fones: 2491 e 2772.

PROVÍNCIA ECLESIÁSTICA DE DIAMANTINA (1917)

D. Geraldo de Proença Sigaud, S.V.D. (20 dez. 1960; c. 1º maio 1947), Arcebispo de Diamantina. End.: Rua do Contrato 104, Caixa Postal 49, 39100 Diamantina, Minas Gerais. Fone: 2120.

D. José Alves Trindade (4 out. 1948 - 27 maio 1956; c. 21 nov. 1948), Bispo de Montes Claros. End.: Praça Dr. Chaves 52, Caixa Postal 40, 39 400 Montes Claros, Minas Gerais. Fone: 2250.

D. Frei Quirino Adolfo Schmitz, O.F.M. (22 dez. 1960; c. 25 abr. 1961), Bispo de Teófilo Ottoni. End.: Rua Dr. João Antonio 312, 3º andar. Caixa Postal 84, 39800 Teófilo Ottoni, Minas Gerais. Fone: 8659. Cúria: Rua Dr. João Antônio 278, Caixa Postal 84.

D....., Bispo Januária. End.: Rua 11 de Março, 358, 39480 Januária, Minas Gerais. Fone: 342.

D. Silvestre Luis Scandian, S.V.D. (4 jan. 1975; c. 22 fev. 1975), Bispo de Araçuaí. End.: Residência episcopal, Caixa Postal 34, 39600 Araçuaí, Minas Gerais.

PROVÍNCIA ECLESIÁSTICA DE BELO HORIZONTE (1924)

D. João Resende Costa, S.D.B. (19 jul. 1957 - 15 nov. 1967; c. 24 maio 1953), Arcebispo de Belo Horizonte. End.: Praça da Liberdade 263, Caixa Postal 494, 30000 Belo Horizonte, Minas Gerais. Fone: (031) 222-1937.

D. Serafim Fernandes de Araújo (19 jan. 1959; c. 7 maio 1959), Bispo Titular de Verinópolis, Auxiliar. End.: Praça da Liberdade 263, 30000 Belo Horizonte, MG. Fone: (031) 222-1937.

D. José Dalvit, F.S.C.J. (9 maio 1959, c. 29 jun. 1959), Bispo Auxiliar, End.: Sanatório Marques Lisboa, Av. Raja Gabaglia s/n, Caixa Postal 425, 30000 Belo Horizonte, MG. Fone: 335-2584.

D. Arnaldo Ribeiro (6 nov. 1975; c. 27 dez. 1975), Bispo Titular de Sicilibba, Auxiliar. End.: Av. 31 de Março 1020; Caixa Postal 494. Fone: (0312) 332-6233.

D. José de Medeiros Leite (14 ag. 1945; c. 28 out. 1945), Bispo de Oliveira. End.: Praça Manoelina Chagas 40, C.P. 20, 35.540 Oliveira, Minas Gerais. Fone: 1054.

D. Antônio Carlos Mesquita (10 abr. 1974; c. 29 jun. 1974), Bispo Coadjutor e Administrador Apostólico "sede plena". End.: Rua Carlos Bernardes Costa 382, Caixa Postal 20. Fone: 1024.

D. Daniel Tavares Baeta Neves (29 mar. 1947 - 2 jan. 1964; c. 29 jun. 1947), Bispo de Sete Lagoas. End.: Residência episcopal, Caixa Postal 126, 35700 Sete Lagoas, Minas Gerais. Fone: 1310.

D. Cristiano Portela de Araújo Pena (19 fev. 1959; c. 17 maio 1959), Bispo de Divinópolis. End.: Av. 1º de Junho 1138, 35500 Divinópolis, Minas Gerais. Fone: 1678.

D. Belchior Joaquim da Silva Neto, C.M. (13 fev. 1960 - 9 jul. 1967; c. 24 abr. 1960), Bispo de Luz. End.: Rua 8 de Julho 153, Caixa Postal 31, 35595 Luz, Minas Gerais. Cúria: Caixa Postal 08. Fone: 1106.

PROVÍNCIA ECLESIÁSTICA DE UBERABA (1962)

D. Alexandre Gonçalves do Amaral - (14 abr. 1962; c. 29 out. 1939), Arcebispo de Uberaba. End.: Residência arquiepiscopal, Caixa Postal 36, 38100 Uberaba, Minas Gerais. Cúria: Rua S. Sebastião, 49, Caixa Postal 36. Fone: (0343) 32-2025.

D. José Pedro Costa (25 maio 1957 - 28 dez. 1968, c. 15 set. 1957), Arcebispo Titular de Marceliana, Coadjutor c. d. s. e Administrador Apostólico "sede plena", nomeado a 6 de maio 1970. End.: Rua São Sebastião 49, Caixa Postal 36, 38100 Uberaba, Minas Gerais. Fone: (0343) 32-4220.

D. Almir Marques Ferreira (23 abr. 1957 - 19 ag. 1961, c. 5 ag. 1957), Bispo de Uberlândia. End.: Praça Nossa Senhora Aparecida 134, Caixa Postal 493, 38400 Uberlândia, Minas Gerais. Fones (0342) 45440 (res.) e 45074 e 45130.

D. Onofre Cândido Rosa, S.D.B. (12 jan. 1970, c. 19 março 1970), Bispo Titular de Illiberi, Coadjutor

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

com d. a s. End. e Fones: os mesmos.

D. Frei Jorge Scarso, O.F.M. Cap. (8 dez. 1967 - 28 dez. 1968; c. 24 março 1968). Bispo de Patos de Minas. End.: Rua Tenente Brito, 141, Caixa Postal 450, 38700 Patos de Minas, Minas Gerais. Fone: 2102. Cúria: Caixa Postal, 306.

D. Frei Carmelo Recchia S.O.Cist. Administrador Apostólico, nomeado em dezembro de 1972. End.: Mosteiro Cirterciense, 37997 Claraval (via Franca), Minas Gerais.

PROVÍNCIA ECLESIÁSTICA DE POUSO ALEGRE (1962)

D. José D'Ângelo Neto (14 abr. 1962; c. 26 maio 1960). Arcebispo de Pouso Alegre. End.: Praça Dom Otávio 271, (Cúria: Rua Dom Nery 367), Caixa Postal 122, 37550 Pouso Alegre, Minas Gerais. Fone: (035) 421-1248.

D. Othon Motta (10 mar. 1953 - 16 maio 1960; c. 24 maio 1953). Bispo de Campinha. End.: Rua João Luis Alves 106, Caixa Postal 14, 37400 Campanha, Minas Gerais. Fone: 217.

D. José Alberto Lopes de Castro Pinto (25 fev. 1964; 16 jan. 1976; c. 1 maio 1964). Bispo de Guaxupé. End.: Rua Cel. Joaquim Costa 235, Caixa Postal 6, 37800 Guaxupé, Minas Gerais. Fone: 13.

PROVÍNCIA ECLESIÁSTICA DE JUIZ DE FORA (1962)

D. Geraldo Maria de Morais Penido (10 mar. 1956 - 14 abr. 1962; c. 11 maio 1956). Arcebispo de Juiz de Fora. End.: Av. Rio Branco 2872, Cúria: Rua S. Antônio 1201, 36100 Juiz de Fora, Minas Gerais. Fone: (0322) 212-1951. Fone da Cúria: 212-4214.

D. Altivo Pacheco Ribeiro (4 abr. 1963 - 31 dez. 1973; c. 11 jun. 1963). Auxiliar. End.: Rua Dom Silvério 379, 36100 Juiz de Fora, MG.

D. Delfim Ribeiro Guedes (26 jun. 1943 - 23 jul. 1960; c. 3 out. 1943). Bispo de S. João del Rei. End.: Praça Frei Orlando 130, Caixa Postal 102, 36300 São João del Rei, Minas Gerais. Fone: 2060. Cúria: Av. Leite de Castro, 871, Caixa Postal 102. Fone: 2110.

D. Gerardo Ferreira Reis (16 jun. 1961; c. 24 ag. 1951). Bispo de Leopoldina. End.: Residência episcopal, Praça Dom Helvécio 51, Caixa Postal 7, 36700 Leopoldina, Minas Gerais. Fone: 2008.

PROVÍNCIA ECLESIÁSTICA DE VITÓRIA (1958)

D. João Batista da Motta e Albuquerque (26 maio 1958; c. 25 jul. 1957). Arcebispo de Vitória. End.: Rua Abílio dos Santos s/n, Caixa Postal 107, 29000 Vitória, Espírito Santo. Fone: (0272) 3-0552.

D. Luis Gonzaga Fernandes (6 nov. 1965; c. 5 dez. 1965). Bispo Tit. de Midila. Auxiliar.

D. Luis Gonzaga Peluso (13 jun. 1946 - 25 jul. 1959; c. 18 ag. 1946). Bispo de Cachoeiro de Itapemirim. End.: Rua Costa Pereira 39, 29300 Cachoeiro do Itapemirim, Espírito Santo.

D. Aldo Gerna, F.S.C.J. (24 maio 1971; c. 1 ag. 1971). Bispo de São Mateus. End.: Av. João XXIII 1381, Caixa Postal 38, 29930 São Mateus, Espírito Santo. Fone 2051.

DA PROVÍNCIA ECLESIASTICA DE BRASÍLIA

D. Raimundo Lui, O.C. (11 jun. 1952; c. 29 jul. 1961). Bispo de Paracatu. Rua J.K. 371, Caixa Postal 30, 38600 Paracatu, Minas Gerais. Cúria: Rua Alexandre Silva 294.

REGIONAL SUL I

PROVÍNCIA ECLESIÁSTICA DE SÃO PAULO (1908)

CARDEAL D. FREI PAULO EVARISTO ARNS, O.F.M. (2 maio 1966 - 22 out. 1970; c. 3 jul. 1966). Arcebispo de São Paulo. End.: Rua Maceió 71, Caixa Postal 916, (CEP 01255). Fone: (011) 62-0817. Cúria: Av. Higienópolis 890, Caixa Postal 30.405, 01000 São Paulo, SP. Fones: (011) 67-5722, 67-4468, 67-5102.

D. José Thurler (12 de fev. 1959 - 22 de março 1962; c. 5 abr. 1959). Bispo Titular de Capitaliade, Aux. End.: Av. Higienópolis, 890, 01238 São Paulo, SP. Caixa Postal 30.405, 01000 São Paulo, SP. Fone: (011) 67-4468.

D. Benedito Ulhoa Vieira (29 nov. 1971; c. 25 jan. 1972). Bispo Titular de Bitectum, Auxiliar. End.: Rua Afonso Sardinha 62, Lapa, 05075 São Paulo, SP. Caixa Postal 30.405, 01000 São Paulo, SP. (Cúria).

D. Francisco Manuel Vieira (12 dez. 1974; c. 25 jan. 1975). Bispo Titular de Hipona, Auxiliar. End.: Praça Antônio Menk, 34, 12° andar, apt° 121, Caixa Postal 56, 06000 Osasco, SP. Fone: (011) 478-9857.

D. Joel Ivo Catapan, S.V.D. (12 dez. 1974; c. 25 jan. 1975). Bispo Titular de Macriana Menor, Auxiliar. End.: Rua Amaral Gama, 133, Caixa Postal 12.231, (CEP 02018). Fone: (011) 298-7075.

D. Angélico Sândalo Bernardino (12 dez. 1974; c. 25 jan. 1975). Bispo Titular de Tambee, Auxiliar. End.: Largo São José de Belém, 37, 2° andar, Caixa Postal 10.086, 03057 São Paulo, SP. Fone: (011) 93-0287.

D. Mauro Morelli (12 dez. 1974; c. 25 jan. 1975). Bispo Titular de Vatabra, Auxiliar (Sul). End.: Caixa Postal 30.045, 01000 São Paulo, SP. Fones: (011) 240-4650 e 241-9362.

D. Antônio Celso Queiroz (15 out. 1975; c. 14 dez. 1975). Bispo Titular de Saetabis, Auxiliar (Sudeste). End. para corresp.: Rua Moreira e Costa 474, 04266 São Paulo, SP. Fone (011) 63-4430.

D. Luciano Pedro Mendes de Almeida, S.J. (3 mar. 1976; c. 2 maio 1976). Bispo Titular de Torre de Proconsular, Auxiliar. End.: Largo S. José do Belém 37, 2°, 03057 São Paulo, SP. Fone: (011) 93-0287.

D. Frei Cláudio Hummes, O.F.M. (22 mar. 1975; 29 dez. 1975; c. 25 maio 1975). Bispo de Santo André. End.: Praça do Carmo 48, 09000 Santo André, SP. Cúria: Praça do Carmo 36. Fones: (011) 449-2077 e 449-6443.

D. Frei Gabriel Paulino Bueno Couto, O.C. (26 out. 1946 - 21 nov. 1966; c. 15 dez. 1946). Bispo de Jundiaí. End.: Rua do Retiro 390, Caixa Postal 21, 13200 Jundiaí, São Paulo. Fone: 6-4182. Cúria: Rua Senador Fonseca 830, Caixa Postal 21. Fones: 61445 e 40120.

D. Roberto Pinarello de Almeida (18 abr. 1970 - 24 julho 1971; 21 jun. 1970). Bispo Titular de Gemelle de Bizacena, Auxiliar. End.: Rua Senador Fonseca, 830, Caixa Postal 21. Fone: 6-1445.

D. João Chedid (21 abr. 1956 - 23 dez. 1971; c. 29 jun. 1956). Eparca da Eparquia de Nossa Senhora do Líbano para os fiéis maronitas. End.: Rua Tamandaré 355, 01525 São Paulo, SP. Fone: (011) 278-2904.

D. David Picão (14 maio 1960 - 21 nov. 1966; c. 31 jul. 1960). Bispo de Santos. End.: Cúria Diocesana, Av. Conselheiro Nébias, 791, Caixa Postal 1.124, Fones: (0132) 4-8909 e 4-1584; Residência: Rua Oswaldo Cruz 77, 11100 Santos, SP.

D. Elias Couéter (17 nov. 1960 - 23 dez. 1971; c. 5 fev. 1961). Eparca da Eparquia de Nossa Senhora do Paraíso para os fiéis Melquitas. End.: Catedral Nossa Senhora do Paraíso, Rua do Paraíso 21, 04103 São Paulo, SP. Fone: (011) 285-0157.

D. José Melhado Campos (29 maio 1960 - 8 jan. 1973; c. 17 jul. 1960). Bispo de Sorocaba. End.: Av. Dr. Eugênio Salerno 60, Caixa Postal 45, 18100 Sorocaba, São Paulo. Fone: (0152) 2-5555.

D. Amaury Castanho (21 jul. 1976; c. ... 1976). Bispo Titular de Talessio, Auxiliar.

D. D. José Lambert, C.S.S. (4 jan. 1975; c. 19 mar. 1975). Bispo de Itapeva. End.: Residência episcopal. Cúria: Rua Coronel Levino Ribeiro 735, 18400 Itapeva, São Paulo. Fone: (0155) 22-0015.

D. Apparecido José Dias, S.V.D. (13 dez. 1974; c. 6 fev. 1975). Bispo de Registro. End.: Rua S. Francisco Xavier 165, Caixa Postal 110, 11900 Registro, São Paulo.

D. Emílio Pignoli (5 maio 1976; c. 24 jun. 1976). Bispo de Mogi das Cruzes. End.: Av. Plínio Ribeiro 1469, Caixa Postal 400, 08700 Mogi das Cruzes, São Paulo. Fones: 2052 (res.) e 2672 (cúria).

PROVÍNCIA ECLESIÁSTICA DE BOTUCATU (1958)

D. Vicente Marchetti Zioni (20 abr. 1955 - 18 abr. 1968; c. 29 jun. 1955). Arcebispo de Botucatu. End.: Rua Dr. Costa Leite 648, Caixa Postal 33, 18600 Botucatu, São Paulo. Fone: (0149) 20535.

D. Frei Daniel Tomasella, O.F.M.Cap. (6 set. 1969 - 23 abr. 1975; c. 8 dez. 1969). Bispo de Marília. End.: Av. Brigadeiro Eduardo Gomes 826, Caixa Postal 295. Cúria: Rua 9 de Julho 889, Caixa Postal 11, 17500 Marília, São Paulo. Fones: (0144) 3424 (resid.) e 3582 (cúria).

D. José Lázaro Neves, C.M. (30 ag. 1948 - 1° fev. 1956; c. 21 nov. 1948). Bispo de Assis. End.: Rua Smith Vasconcelos 520, Caixa Postal 78, 19800 Assis, São Paulo. Fone: 7524.

D. Antônio de Souza - (13 fev. 1974; c. 16 abr. 1974). Coadjutor com direito a sucessão e Administrador Apostólico "sede plena", titular de Egnatia.

D. Pedro Paulo Koop, M.S.C. (27 jul. 1964; c. 8 set. 1954). Bispo de Lins. End.: Rua Olavo Bilac 824, Caixa Postal 92, 16400 Lins, São Paulo. Fone: 2165. Cúria: Rua 9 de Julho 523, Caixa Postal 92. Fone: 2606.

D. Cândido Padin, O.S.B. (25 jun. 1962 - 6 maio 1970; c. 5 ag. 1962). Bispo de Bauru. End.: Av. Rodrigues Alves 1035, Caixa Postal 550, 17100 Bauru, São Paulo. Fones: (0142) 24464 (cúria) e 23346 (res.).

D. Antônio Agostinho Marochi (27 set. 1973 - 11 fev. 1976; c. 6 dez. 1973). Bispo de Presidente Prudente. End.: Rua Marrey Junior 250, Caixa Postal 1.003, Bairro Bongiovani. Fone: (0182) 33008. Cúria: Rua Barão do Rio Branco 671, Caixa Postal 1.016, 19100 Presidente Prudente, São Paulo. Fone: (0182) 33008.

PROVÍNCIA ECLESIÁSTICA DE CAMPINAS (1958)

D. Antônio Maria Alves de Siqueira (19 jul. 1957 - 19 set. 1968; c. 20 jul. 1947). Arcebispo de Campinas. End.: Rua Dr. José Ferreira de Camargo 844, Caixa Postal 192. Cúria: Rua Aquidaban 734, Caixa Postal 98, 13100 Campinas, São Paulo. Fone: (0192) 8-3382.

D. Gilberto Pereira Lopes (3 nov. 1968; c. 18 dez. 1968). Arcebispo Coadjutor com direito a sucessão.

Ruy Serra (13 fev. 1948; c. 1 maio 1948). Bispo de São Carlos. End.: Rua 28 de Setembro 1870, 13560 São Carlos, São Paulo. Fone: 4940.

D. Constantino Amstalden (11 mar. 1971; c. 23 maio 1971). Bispo titular de Hierpiniana. Coadjutor com direito de sucessão e Administrador Apostólico "sede plena". End.: Rua 9 de Julho 1529, 13 560 São Carlos, SP. Fone: 3330.

D. Aniger Francisco Maria Melilo (29 maio 1960; c. 25 jun. 1960). Bispo de Piracicaba. End.: Rua Governador Pedro de Toledo 454 (Cúria: Rua Regente Feijó 814), 13400 Piracicaba, São Paulo. Fone: 2-2475.

D. José Lafayette Ferreira Alvares (25 jul. 1965 - 4 fev. 1971; c. 8 set. 1965). Bispo de Bragança Paulista. End.: Residência episcopal, Praça Princesa Isabel s/n, 12900 Bragança Paulista, São Paulo. Fones: 433-0144 e 433-0623 (cúria) e 433-0683 (resid.).

D. Tarcísio Arlovaldo Amaral, C.S.S.R. (28 maio 1976; c. 25 jun. 1976). Bispo de Limeira. End.: Rua Capitão Flaminio 456, 13480 Limeira, São Paulo.

PROVÍNCIA ECLESIÁSTICA DE RIBEIRÃO PRETO (1958)

D. Bernardo José Bueno Miele (22 nov. 1962 - 25 jan. 1967 - 11 jul. 1972; c. 10 fev. 1963). Arcebispo de Ribeirão Preto. End.: Rua Lafaiete, 452, Caixa Postal 483, 14100 Ribeirão Preto, São Paulo. Fone: (0166) 25-1417. Cúria: Caixa Postal 105. Fone: 34-4441.

D. José Varani (27 ag. 1950 - 7 fev. 1961; c. 1° nov. 1950). Bispo de Jaboticabal. End.: Av. Benjamin Constant 662, Caixa Postal 48, 14870 Jaboticabal, São Paulo. Fones: 20485 (res.) e 20390 (cúria). Cúria: Rua Rui Barbosa 452, Caixa Postal 48.

D. José de Aquino Pereira (23 jan. 1958 - 6 maio 1968; c. 13 abr. 1958). Bispo de São José do Rio Preto. End.: Avenida da Constituição 1372, Caixa Postal 611, 15100 São José do Rio Preto, São Paulo. Fone: 1175.

D. Tomás Vaquero (2 jul. 1963; c. 15 ag. 1963). Bispo de S. João da Boa Vista. End.: Praça Roque Fiori 80, Caixa Postal 106, 13870 São João da Boa Vista, São Paulo. Fones: 22-2802 e 22-2245.

D. Luis Eugênio Pérez (16 março 1970; c. 11 jun. 1970). Bispo de Jales. End.: Rua Vinte 1012, Caixa Postal 109, 15700 Jales, São Paulo. Fones: 379 e 375.

D. Diógenes Silva Matthes (18 mar. 1971; c. 11 jun. 1971). Bispo de Franca. End.: Rua Rômulo Bonfim 1145. Cúria: Rua Major Claudiano 1545, Caixa Postal 220, 14400 Franca, São Paulo. Fones: (0167) 22-0218 (resid.) e 22-1466 e 22-1717 (cúria).

D. José de Matos, C.M.F. (25 abr. 1973; c. 6 jun. 1973). Bispo de Barretos. End.: Avenida 5, n. 63, Caixa Postal 283, 14780 Barretos, São Paulo. Fone: 22-3722.

PROVÍNCIA ECLESIÁSTICA DE APARECIDA (1958)

CARDEAL D. CARLOS CARMELO DE VASCONCELOS MOTTA, do Título de São Pancrácio (19 dez. 1935 - 22 abr. 1964; c. 30 out. 1932). Arcebispo de Aparecida. End.: Praça Nossa Senhora Aparecida 220, 12570 Aparecida, São Paulo. Fone: 284. Cúria: Praça Nossa Senhora Aparecida 303.

D. Antônio Ferreira de Macedo, C.SS.R. (22 jun. 1964; c. 26 jun. 1955). Arcebispo Tit. de Gangra, Coadjuntor da Arquidiocese de Aparecida. End.: Praça Nossa Senhora Aparecida 220, Fone: 284.

D. Antônio Afonso de Miranda (8 nov. 1971; c. 27 dez. 1971). Bispo de Lorena. End.: Residência episcopal, Rua Hepacaré 59, 12600 Lorena, São Paulo. Fone: (0125) 52-0256.

D. José Antônio do Couto, S.C.J. (3 jul. 1975 - 5 maio 1976; c. 18 ag. 1974). Bispo de Taubaté. End.: Av. Dr. Granadeiro Guimarães 122, Caixa Postal 10, 12100 Taubaté, São Paulo. Fones: (0122) 2-2879 (resid.) e 2-2855 (cúria).

REGIONAL SUL II

PROVÍNCIA ECLESIÁSTICA DE CURITIBA (1926)

D. Pedro Fedalto (3 jun. 1966 - 31 dez. 1970; c. 28 ag. 1966). Arcebispo de Curitiba. End.: Rua Dr. Keller 450, Caixa Postal 1371, 80000 Curitiba, Paraná. Fone: (0412) 24-7767. Cúria: Av. Jaime Reis 369, Caixa Postal 1.371. Fone: (0412) 24-3921.

D. Albano Bortoletto Cavallin (20 jun. 1973;; c. 28 agg. 1973). Bispo titular de Aquae novae in numidia, Auxiliar. End.: Av. Nossa Senhora Aparecida 174, Caixa Postal 1.371. fone: 42-3032 ou resid. 42-3032.

D. Domingos Gabriel Wisniewski (2 jul. 1975; c. 28 ag. 1975). Bispo titular de Tela, Auxiliar. Fone: (0412) 23-0561. End.: Av. Jaime Reis 531, Caixa Postal 155.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

D. Armando Círio. O.S.J. (14 maio 1960; c. 28 ag. 1960), Bispo de Toledo. End.: Rua Mal. Cândido Rondon 2006, Caixa Postal 220, 85900 Toledo, Paraná.

D. José Romão Martenetz, O.S.B.M. (10 maio 1960 - 23 dez. 1971; c. 15 ag. 1960), Eparca da Eparquia de São João Batista para os fiéis ucranianos. End.: Rua Martin Afonso 341, Caixa Postal 2.845, 80000 Curitiba, Paraná.

D. Efraim Basílio Krevey, O.S.B.M. (23 dez. 1971; c. 13 fev. 1972), Bispo Titular de Cafa e Coadjutor com direito a sucessão. End.: Caixa Postal 6.192, 80000 Curitiba, Paraná.

D. Geraldo Michelleto Pellanda, C.P. (9 nov. 1960; c. 11 fev. 1961), Bispo de Ponta Grossa. End.: Res.: Rua Emílio de Menezes 82, Cúria: Praça Mal. Floriano Peixoto 581, Caixa Postal 394, 84100 Ponta Grossa, Paraná. Fone: (0422) 24-1140.

D. Bernardo José Nolker, C.S.S.R. (7 jan. 1963; c. 25 abr. 1963), Bispo de Paranaguá. End. : Rua Conselheiro Sinimbu 498, Caixa Postal 531, 83300 Paranaguá, Paraná. Fone: (0414) 22-0600.

D. Frederico Heimel, S.V.D. (25 março de 1966; c. 19 maio de 1966), Bispo de Guarapuava. End.: Rua Vicente Machado 2.129, Caixa Postal 93, 85100 Guapuava, Paraná. Fone: (0427) 23-2496. Cúria: Rua Floriano Peixoto 1171, Caixa Postal 93.

D. Frei Agostinho José Sartori, O.F.M. Cap (16 fev1970;c.26 abr.1970),Bispo de Palmas. End.: Rua Dom Carlos 819; Caixa Postal 50, 84670 Palmas, Paraná. Fone: (0462) - 62-1134.

PROVÍNCIA ECLESIÁSTICA DE LONDRINA (1970)

D. Geraldo Fernandes Bijos, C.M.F. (16 nov. 1956 - 24 nov. 1970; c. 13 jan. 1957), Arcebispo de Londrina. End.: Av. S. Paulo s/n, Residência arquiepiscopal, Caixa Postal 872, 86100 Londrina, Paraná. Fones: (0432) 22-1960 e 22-0101.

D. Eliseu Simões Mendes (19 ag. 1950 - 17 out. 1959; c. 3 dez. 1950), Bispo de Campo Mourão. End.: Residência espiscopal, Rua Santa Catarina 430, Caixa Postal 470, 87300 Campo Mourão, Paraná. Fone: (0048) 23-1767.

D. José Joaquim Gonçalves (22 ag. 1951 - 20 de jun. 1973; c. 8 dez. 1951), Bispo de Cornélio Procópio. End.: Residência episcopal, Caixa Postal 393, 86300 Cornélio Procópio, Parana.

D. Jaime Luis Coelho (3 dez. 1956; c. 20 jan. 1957), Bispo de Maringá. End.: Residência episcopal, Rua Lopes Trovão, 395, Caixa Postal 152, 87100 Maringá, Paraná. Fones: (0442) 22-9080 e 22-9433.

D. Pedro Filipak (8 fev. 1962; c. 13 de maio 1962), Bispo de Jacarezinho. End.: Palácio S. José, Av. Getúlio Vargas 262, Caixa Postal 54, 86400 Jacarezinho, Paraná. Fone: (0437) 22-0707.

D. Romeu Alberti (25 mar. 1964 - 22 fev. 1965; c. 24 maio 1964), Bispo de Apucarana. End.: Praça Rui Barbosa, Caixa Postal 586, 86800 Apucarana, Paraná. Fones: (0434) 22-0049 (cúria) e 22-0646 (resid.) Cúria: Rua do Seminário s/n, Caixa Postal 586.

D.Benjamim de Souza Gomes (11 março 1968; c. 9 jun. 1973), Bispo de Paranavaí. End.: Rua Francisco Vieira Borges 373, Caixa Postal 453, 87700 Paranavaí, Paraná. Fone: (0444) 22-0394.

D. José Maria Maiomone, S.A.C: (21 jun. 1973; c. 29 jun. 1973), Bispo de Umuarama. End.: Av. Mauá 4200, Caixa Postal 556, 87500 Umuarama, Paraná. Fone: (0446) 23-1127. Cúria: Caixa Postal 191.

REGIONAL SUL III

PROVÍNCIA ECLESIÁSTICA DE PORTO ALEGRE (1910)

Cardeal D. Afredo Vicente Scherer. (30 dez. 1946; c. 23 fev. 1947), Arcebispo de Porto Alegre. End.: Rua Espírito Santo, 95, 90000 Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Fones: (0512) 24-4772 e 24-2367

D. Edmundo Luis Kunz (1º ag. 1955; c. 30 out. 1965), Bispo Titular de Ptolemaida da Fenícia, Aux.

D. Frei Antônio do Carmo Cheuiche, O.C.D. (2 abril 1969; c. 29 junho 1969), Bispo Titular de Sutunurca, Auxiliar.

D. Urbano José Allgayer (6 fev. 1974; c. 24 mar. 1974), Bispo Titular de Tununa, Auxiliar.

D.Antônio Zattera (20 fev. 1942; c. 31 maio 1942), Bispo de Pelotas. End.: Residência espiscopal, Praça José Bonifácio 104, 96.100 Pelotas, Rio Grande do Sul. Fopne: 25109.

D. Jaime Chemello (11 fev. 1969; c. 20 abr. 1969), Bispo Titular de Bisica, Auxiliar.

D. Henrique Gelain (29 jul. 1944 - 29 mar. 1964; c. 10 dez. 1944), Bispo de Vacaria. End.: Rua Ramiro Barcelos 806, Caixa Postal 3, 95200 Vacaria, Rio Grande do Sul. Fone: (0545) 22-1597. Cúria: Praça Daltro Filho 1399, Caixa Postal 3. Fone: (0545) 22-1373.

D. Benedito Zorzi (27 ag. 1946 - 24 jun. 1952; c. 30 nov. 1946); Bispo de Caxias do Sul. End.: Rua Sinimbu 1.756, Caixa Postal 59, 95100 Caxias do Sul, Rio Grande do Sul. Fone: (0542) 21-1183.

D. Nei Paulo Moretto (16 nov. 1972; c. 28 jan. 1973), Bispo Coadjutor c. d. s. (28-5-1976).

D. Frei Cândido Júlio Bampi, O.F.M. Cap. (27 ju n. 1936; c. 4 out. 1936), Bispo Tit. de Tlós, Auxiliar.

D. Cláudio Colling (12 dez. 1949 - 23 mar. 1951; c. 29 jan. 1950), Bispo de Passo Fundo: End.: Residência espiscopal, Rua Cel. Chicuta, 463, Caixa Postal 230, 99100 Passo Fundo, Rio Grande do Sul. Fone: 22-2293.

D. Augusto Petró (16 de maio 1958 - 12 de mar. 1964; c. 27 jul. 1958), Bispo de Uruguaiana. End.: Rua Santana 2612, Caixa Postal 186, 97500 Uruguaiana, Rio Grande do Sul. Fone: 2-1246.

D. Alberto Frederico Etges (1º ag. 1959; c. 25 out. 1959), Bispo de Santa Cruz. End.: Rua Marechal Deodoro 582, Caixa Postal 86, 96800 Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul. Fone: (0526) 22-2078.

D. João Aloysio Hoffmann (26 mar. 1962 - 27 maio 1971; c. 10 jun. 1962), Bispo de Erexim. End.: Rua Silveira Martins 683, Cúria: Caixa Postal 795, 99700 Erexim, Rio Grande do Sul. Fone: 2239. Cúria: Av. Sete de Setembro s/n, Caixa Postal 795. Fone: 2445.

D. José Ivo Lorscheiter (12 nov. 1965 - 21 abr. 1974; c. 6 março 1966), Bispo de Santa Maria. End.: Rua Silva Jardim 2029, Caixa Postal 17, 97100 Santa Maria, Rio Grande do Sul. Fone: (0552) 21-2598. Cúria: Rua Silva Jardim 2038. Fone: (0552) 21-3412.

D. Bruno Maldaner (14 abril 1966 - 2 jun. 1971; c. 29 jun. 1966), Bispo de Frederico Westphalen. End.: Residência episcopal, Caixa Postal 82, 98400 Frederico Westphalen, Rio Grande do Sul. Fone: 186.

D. Ângelo Feliz Mugnol (7 fev. 1966 - 15 jan. 1969; c. 24 abril 1966), Bispo de Bagé. End.: Av. Marcílio Dias 1586, Caixa Postal 270, 96400 Bagé, Rio Grande do Sul. Fone: 2-1177.

D. Frederico Didonet (14 jul. 1971; c. 12 set. 1971), Bispo do Rio Grande. End.: Rua Bacelar 444, Caixa Postal 108. Fone: 2-1422. Cúria: Rua 24 de Maio 532, 96200 Rio Grande, Rio Grande do Sul. Fone: 2-2008.

D. Jacó Roberto Hilgert (21 jul. 1976; c. ..... 1976), Bispo de Cruz Alta. End.: Rua Venâncio Aires 810, Caixa Postal 298, 98100 Cruz Alta, Rio Grande do Sul. Fone: (0575) 2-1257. Cúria: Rua Duque de Caxias 729, Caixa Postal 298. Fone: (0575) 2-1257.

D. Estanislau Amadeu Kreutz (19 jun. 1972; c. 17 set. 1972). Bispo de Santo Ângelo. End.: Rua Marquês do Herval 1270, Caixa Postal 202, 98800 Santo Ângelo, Rio Grande do Sul. Fone: 2650.

REGIONAL SUL IV

PROVÍNCIA ECLESIÁSTICA DE FLORIANÓPOLIS (1927)

D. Afonso Niehues (8 jan. 1959 - 18 maio 1967; c. 5 abr. 1959), Arcebispo de Florianópolis. End.: Rua Esteves Júnior 105, 88000 Florianópolis, Santa Catarina. Fone: (0482) 22-4799.

D. Frei Anselmo Pietrulla, O.F.M. (13 dez. 1947 - 11 maio 1955; c. 8 fev. 1948), Bispo de Tubarão. End.: Residência episcopal, Rua Anita Garibaldi s/n, Caixa Postal 40, 88700 Tubarão, Santa Catarina. Fone: 22-0774. Cúria: Rua Nossa Senhora da Piedade s/n, Caixa Postal 40.

Gregório Warmeling (13 abr. 1957; c. 29 jun. 1957), Bispo de Joinbille. End.: Residência episcopal, Rua Jaguaruna 147, Caixa Postal 284, 89200 Joinville, Santa Catarina. Fone: (0474) 3584. Cúria: Rua Abdon Batista 134, Caixa Postal 284. Fone: 3836.

D. Honorato Piazera, S.C.J. (11 jul. 1959 - 8 nov. 1973; c. 11 out. 1959), Bispo de Lages. End.: Rua Correia Pinto 247, Caixa Postal 20, 88500 Lages, Santa Catarina. Fone: (0492) 22-1520. Cúria: Rua Correia Pinto 376, Caixa Postal 20. Fone: 22-1520.

D. José Gomes (18 março 1961 - 16 jul. 1968; c. 25 jun. 1961), Bispo de Chapecó. End.: Residência episcopal, Av. Getúlio Vargas 2080, Caixa Postal 41, 89800 Chapecó, Santa Catarina. Fone: (0497) 22-0470.

D. ....., Bispo de Caçador. End. Rua Santa Catarina 228, Caixa Postal 227, 89500 Caçador, Santa Catarina. Fone: 277.

D. Tito Buss (12 março 1969; c. 2 ag. 1969), Bispo de Rio Grande do Sul. End.: Residência episcopal, Rua Maria Auxiliadora 79, Caixa Postal 306, 89160 Rio do Sul, Santa Catarina. Fone: (0478) 22-0324. Cúria: Praça da Catedral s/n, Caixa Postal 306. Fone: (0478) 22-0315.

D Frei Henrique Mueller, O.F.M. (2 jul. 1975; c. 14 set. 1975), Bispo de Joaçaba. End.: Rua Frei Edgar 58, Caixa Postal D-11, 89600 Joaçaba, Santa Catarina. Fone: (0495) 22-1294.

REGIONAL CENTRO OESTE

PROVÍNCIA ECLESIÁSTICA DE GOIÂNIA (1956(

D. Fernando Gomes dos Santos (9 jan. 1943; 7 mar. 1957; c. 4 abr. 1943), Arcebispo de Goiânia. End.: Rua Vinte, nº 45, Caixa Postal 174, 74000 Goiânia, Goiás. Fones: (0622) 61304 e 60761 (resid.).

D. Frei Celso Pereira de Almeida, O.P. (7. fev. 1972 - 5 maio 1976; c. 22 abr. 1972), Bispo de Porto Nacional. End.: Rua Padre Antônio 1, Caixa Postal 2, 77500 Porto Nacional, Goias.

D. Frei Jaime Antônio Schuck, O.F.M. (25 de Nov. 1958; c. 24 fev. 1959), Bispo Tit. de Avissa, Prelado de Cristalância. End.: Residência episcopal, Praça da Catedral s/n, 77480 Cristalância, Goiás.

D. Epaminondas José de Araújo (14 dez. 1959 - 21 out. 1966); c. 27 mar. 1960), Bispo de Anápolis. End.: Rua Desembargador Jaime 255, Caixa Postal 178, 77100 Anápolis, Goiás.

D. Frei Benedito Coscia, O.F.M. (8 jun. 1961; c. 21 set. 1961), Bispo de Jatal. End.: Praça D. Germano 660, Caixa Postal 2, 76300 Jatal, Goiás. Fones: 1428 e 1486.

D. Cornélio Chizzini, F.D.P. (12 abr. 1962; c. 29 jun. 1962), Bispo Titular de Ege, Prelado de Tocantinópolis. End.: Rua 15 de Novembro 15, Caixa Postal, 01, 77900 Tocantinópolis, Goiás.

D. Estanislau Arnoldo Van Melis, O.P. (26 nov. 1962; c. 2 fev. 1963), Bispo Tit. de Polemônio, Prelado de S. Luís de Montes Belos. End.: Residência episcopal, Praça da República s/n, Caixa Postal 11, 76500 São Luís de Montes Belos, Goiás. Fone: 237.

D. Antônio Ribeiro de Oliveira, (25 ag. 1961 - 19 dez. 1975; c. 29 out. 1961), Bispo de Ipameri. End.: Praça da Catedral 12, Caixa Postal 32, 76820 Ipameri, Goiás. Fone: 345.

D. Jaime Collins, C.SS.R. (15 ag. 1967; c. 14 set. 1967), Bispo Titular de Tetci e Prelado de Miracema. End.: Residência episcopal, rua 7 de Setembro s/n, 77560 Miracema do Norte, Goiás.

D. Juvenal Roriz, C.SS.R. (15 ag. 1967 - 11 out . 1967) Bispo Titular de Lemelefa e Prelado de Rubiataba. End.: Residência episcopal, Caixa Postal 1, 76710 Rubiataba, Praça Bacaba s/n, Goiás. Fones: 11, 12 e 13.

D. Frei Tomás Balduino, O.P. (15 ag. 1967 - 10 nov. 1967; c. 26 nov. 1967), Bispo de Goiás. End.: Residência episcopal, Rua Dr. Joaquim Rodrigues s/n, Caixa Postal 5, 76600 Goiás, Goiás. Fone: 241.

D. José Lima (24 abr. 1973 - 15 jul. 1973), Bispo de Itumbiara. End.: Rua Osvaldo Cruz 458, Caixa Postal 81, 76100 Itumbiara, Goiás. End.: Cúria: Praça da República 27. Fones: 5-2899 e 5-2867.

PROVÍNCIA ECLESIÁSTICA DE BRASÍLIA

D. José Newton de Almeida Batista (5 jan. 1954 - 12 maio 1960; c. 2 set. 1944), Arcebispo de Brasília. End.: HIGS 707 - Bloco H, casa 74, Caixa Postal 07-0561. 70000 Brasília, Distrito Federal. Fones: (0612) 42-2978 e 42-2404 (Cúria). End.: Cúria: como acima, excato: casa 80.

D. José da Silva Chaves (29 nov. 1967 - 19 maio 1976; c. 11 fev. 1968), Bispo de Uruaçu. End.: Rua Tiradentes 1113, Caixa Postal 10, 77420 Uruaçu, Goiás.

D. Victor Tielbeek, SS.CC. (4 fev. 1961; c. 9 abr. 1961), Bispo Titular de Tipasa na Numídia. Prelado de Formosa. End.: Av. Valeriano de Castro 1.000, Caixa Postal 16, 77200 Formosa, Goiás. Fone: 1149.

Nota: Pertence a esta Província a Diocese de Paracatu.

REGIONAL EXTREMO OESTE

PROVÍNCIA ECLESIÁSTICA DE CUIABÁ (1910)

D. Orlando Chaves, S.D.B. (18 dez. 1956; c. 24 maio 1948), Arcebispo de Cuiabá. End.: Praça do Seminário 141, Caixa Postal 22, 78000 Cuiabá, Mato Grosso. Fones: 2650 (Cúria) e 3334.

D. Bonifácio Piccinini, S.D.B. (2 jul. 1976; c. 31 ag. 1975), Arcebispo titular de Torri de Bizancena e Coadjutor com direito a sucessão e Administrador Apostólico "sede plena".

D. Camilo Faresin, S.D.B. (13 ag. 1954; c. 24 out. 1954), Bispo Titular de Bubástia, Prelado de Guiratinga. End.: Av. General Rondon 880, Caixa Postal 19, 78400 Guiratinga, Mato Grosso. Fone: 18.

D. Ladislau Paz, S.D.B. (12 jul. 1955 - 28 nov. 1957; c. 12 out. 1955), Bispo de Corumbá. End.: Av. Marechal Rondon 437, Caixa Postal 12, 79300 Corumbá, Mato Grosso. Fone: 2456.

D. Antônio Barbosa, S.D.B. (23 jan. 1958; c. 1º maio 1958), Bispo de Campo Grande. End.: Rua Rui Barbosa 877, Caixa Postal 554, 79.100 Campo Grande, Mato Grosso. Fone: 4-3323.

D. Frei Roberto Gomes de Arruda. T.O.R. (25 março 1966; c. 16 agosto 1966), Bispo Tit. de Feradi Menor, Prelado de Guarajá-Mirim. End.: Residência episcopal, Av. Dr. Antônio Corrêa da Costa s/n. Fone: 296, Cúria: Praça Dr. Mário Corrêa 561 , Caixa Postal 55, 78980 - Guajará--Mirim, Território de Rondônia. Fone: 275

D. Frei Máximo Biennès, T.O.R. (3 nov. 1967; c. 25 fev. 1968), Bispo de S. Luis de Cáceres. End.: Praça Barão do Rio Branco 296, Caixa Postal 250, 78700 Cáceres, MT. Fone: 384.

D. Frei Teodardo Leitz, O.F.M. (5. dez. 1970; c. 13 fev. 1971) Bispo de Dourados End.: Av. Marcelino Pires 790, Caixa Postal 493, 79800 Dourados, Mato Grosso. Fone: 2339.

D. Frei Osório Villbaldo Stoffel, O.F.M. (12 ag. 1971; c. 10 out. 1971), Bispo Titular de Ceramo, Prelado de Rondonópolis. End.: rua 13 de Maio 1500, Caixa Postal 50, 78500 Rondonópolis, Mato Grosso, Via Cuiabá. Fone: 457

D. Pedro Casaldáliga, C.M.F. (30 ag. 1971; c. 23 out. 1971), Bispo Titular de Altava e Prelado de São Félix. End.: Prelazia de São Félix, São Félix, Mato Grosso.

D. Henrique Froehlich, S.J. (29 nov. 1971; c. 20 fev. 1972), Bispo titular de Iomnium e Prelado de Diamantino. End.: Residência episcopal, 78.860 Diamantino, Mato Grosso.

VICARIATO MILITAR (6. nov. 1950)

D. José Newton de Almeida Batista (nom. 9 nov. 1963) Arcebispo de Brasília, Vigário Militar. End.: HIGS 707 - Bloco H, casa 74, Caixa Postal 07-0561, 70000 Brasília, Distrito Federal. Fones: (0612) 422978 e (Cúria) 422404.

PARA OS FIÉIS DE RITOS ORIENTAIS

Maronitas:
D. João Chedid, 1cf. . 49; n. 129

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

Melquitas:
D. Elias Coueter, cf. p. 49, n. 131

Ucranianos:

D. José Romão Martenetz eparca, e **D. Efraim Brasilio Krevey,** coadjutor, cf. p. 54, n. 159.

Orientais que não tem bispo próprio:
D. Engênio de Araújo Sales, Cardeal-Arcebispo de São Sebastião do Rio de Janeiro (nomeado a 22 de julho de 1972), Ordinário para os católicos de rito armênio, russo, sirlaco e rumeno. Vigário-Geral: Mons. Francisco Nogueira Bessa.

ARCEBISPOS E BISPOS TITULARES

Nota: Nesta lista constam os nomes dos Bispos Titulares que trabalharam no Brasil, embora diversos deles já não pertençam à CNBB, por não terem residência canônica no país.

CARDEAL DOM ANGELO ROSSI (5 mar. 1956 - 6 set. 1962; c. 15 abr. 1965), do Título de Grande Mãe de Deus (22 fev. 1965), Prefeito da Sagrada Congregação para a Evangelização dos Povos. End.: Piazza di Spagna 48, Roma, Itália. Resid.: Via Urbano VIII, 16, Roma, Itália.

D. Antônio Mazzarotto (16 dez. 1929; c. 23 fev. 1930). End.: Residência episcopal, Caixa Postal 977, 84100 Ponta Grossa, Paraná.

D. Lafayette Libânio (8 ag. 1930; c. 27 dez. 1930). End.: Av. da Constituição, Caixa Postal 611, 15100 São José do Rio Preto, São Paulo. Fone: 1306.

D. Hugo Bressane de Araújo (3 set. 1951; c. 16 fev. 1936). End.: Av. Nelson Spielmann 674, Caixa Postal 417, 17500 Marília, São Paulo. Fone: (0144) 7182.

D. Frei João Alano Maria du Noday, O.P. (21 mar. 1936; c. 1º maio 1936). End.: Rua Francisco Alves da Silva, Caixa Postalç 2, 77500 Porto Nacional, Goiás.

D. João Batista Cavati, C.M. (3 ag. 1938; c. 30 out. 1938); Bispo Titular de Eucarpia. End.: Seminário São Vicente de Paulo, Av. Barão do Rio Branco 747, 25600 Petrópolis, RJ. (Fone: (0242) 42-2723.

D. Francisco Borja do Amaral (21 dez. 1940; c. 16 fev. 1941), End.: Praça Barão do Rio Branco j30, Caixa Postal 27, 12100 Taubaté, SP. Fone: (0122) 2-2944.

D. José de Medeiros Delgado (4 set. 1951; c, 29 jun. 1941); Arcebispo resignatário de Fortaleza. End.: Rua Visconde do Livramento 273/3, 50000 Recife, Pernambuco, Fone: (0812) 21-0283.

D. Ernesto de Paula (22 nov. 1941; c. 4 jan. 1942), Bispo Titular de Hierocesaréia. End.: Rua Senador Fellcio dos Santos 352, Aclimação, 01511 São Paulo, SP. Fone: (011) 278-0240.

D. Florêncio Sisinio Vieira (11 abr. 1942; c. 2 ag. 1942). End.: Convento do Carmelo, Caixa Postal 1.158, 4000, Salvador, BA.

D. João Muniz, C.SS.R. (24 ag. 1942; c. 15 nov. 1942), outrora Bispo Titular de Velefi. End.: Paróquia S. José, Rua Tupis 164, 30000 Belo Horizonte, MG. Fone: (031) 222-6838.

D. Frei Gregório Alonso Aparicio, O.A.R. (2 fev. 1943; c. 11 jul. 1943), Bispo Titular de Pogla. End.: Igreja Santa Mônica, Av. Autaulfo de Paiva 527, Leblon, 20000 Rio de Janeiro, RJ. Fone: (021) 287-1088.

D. Inácio Krause, C.M. (13 ja. 1944; c. 23 abr. 1944), Bispo de Shanteh. End.: Rua S. Vicente de Paulo 1060, Caixa Postal 34, 82800 Araucária, Paraná. Fone: (0418) 421184.

D. Francisco Xavier Rey, T.O.R. (19 maio 1945; c. 9 set. 1945), Bispo Titular de Facusa. End.: Residência episcopal, Caixa Postal 55, 78980 Guajará-Mirim, RO.

D. Francisco Prada Carrera, C.M.F. (3 set. 1946; c. 20 out. 1946). End.: Rua Tiradentes 1113, Caixa Postal 7, 77420 Uruaçu, GO.

D. Jorge Marcos de Oliveira (3 ag. 1946; c. 27 out. 1946). End.: Praça do Carmo 33, 09000 Santo André, SP. Fone: (011) 333172.

D. Clemente Geiger, C.PP.S. (17 jan. 1948; c. 19 maio 1948), Bispo Titular de Olena. End.: Rua Coronel José Porfírio 2338, 68370 Altamira, PA:

D. José Terceiro de Souza (13 fev. 1948; c. 20 jun. 1948). End.: Av. Aquanhambi 773, 60000 Fortaleza, CE. Fone: (0852) 31-2593.

D. Afonso Maria Ungarelli, M.S.C. (13 nov. 1948; c. 27 mar. 1949), Bispo Titular de Azura. End.: Rua Rodrigues Fernandes 159, Caixa Postal 192, 65000 São Luiz, Maranhão. Fone: 20408.

D. Antonio Campelo de Aragão. S.D.B. (15 jun. 1950; c. 13 ag. 1950). End.: Caixa Postal 16, 56300 Petrolina, Pernambuco.

D. Frei Floriano Loewenau, O.F.M. (8 set. 1950; c. 26 nov. 1950), Bispo Titular de Trivasto. End.: Hospital da Caridade, Rua Menino Deus s/n, Caixa Postal 198, 88000 Florianópolis, SC. Fone: (0482) 22-0058.

D. José Adelino Danta
s7, 59365 Carnaúba dos Dantas, RN. Fone: 20

José de Almeida Batista Pereira (22 dez. 1953; c. 2 fev. 1954). End.: Rua Souza Cardoso 50, Apto. 404, Caixa Postal 2.553, 28600 Nova Friburgo, RJ. Fone: 2591.

D. Afonso Silveira de Mello, S.J. (13 jun. 1955; c. 21 ag. 1955). End.: Av. Nilo Peçanha 1521, Caixa Postal 358, 90000 Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Fone: (0512) 22-6117.

D. Aristides Pirovano, P.I.M.E. (21 jul. 1955; c. 13 nov. 1955), Bispo Titular de Adriano. End.: Via F. D. Guerazzi, 11, 00512 Roma, Itália.

D. Jerônimo Mazzarotto (24 maio 1957, c. 21 jul. 1957), Bispo Titular de Arsinoe na Arcádia. End.: Av. Visconde de Guarapuava 4773, 80000 Curitiba, Paraná, Fone: 22-9628.

D. Wilson Laus Schmidt (14 set. 1957; c. 8 dez. 1957), Bispo titular de Sinnada de Mauritânia. End.: Rua Esteves Júnio 105, 88000 Florianópolis, SC. Fone: (0482). 22-4799.

D. Walmor Battú Wichrowski (14 fev. 1958; c. 25 maio 1958), Bispo titular de Felbe. End.: A/C do Hospital Banco de Olhos, Rua Eng. Walter Boehl 285, Vila Ipiranga, 90000 Porto Alegre, Rs.

D. Frei Adolfo Luis Bosi, O.F.M. Cap. (18 jun. 1958; c. 14 set. 1958), Bispo titular de Parnasso. End.: Piazzale Cemitério Maggiore 5, 20151 Milano "Ovest", Itália.

D. Renato Luisi (18 dez. 1959; c. 28 fev. 1960), Bispo Titular de Cátula; destinado ao clero da prelazia de Cândido Mendes a 25 de julho de 1968. End.: (Itália).

D. Artur Hosthuis, A.A. (13 fev. 1960; c. 29 jun. 1960). End.: Rua Lafaiete 452, Caixa Postal 483, 14100 Ribeirão Preto, SP. Fone: (0166) 25-1417.

D. Frei Carlos Schmitt, O.F.M. (29 ag. 1960; c. 28 out. 1960). End.: Rua Itajaí, 545, Caixa Postal, 363, 89100 Blumenau SC. Fone: (0473) 22-3477.

D. Cornélio Veerman, C.M. (27 fev. 1961; c. 1º jun. 1961). End.: Schippergracht 22, Velendam, Holanda.

D. João Marchesi, S.D.B. (21 maio 1962; c. 24 ag. 1962; c. 24 ag. 1962), Bispo Titular de Cela. End.: Missão Salesiana, Jauaretá, Mun. São Gabriel da Cachoeira, rio Uaupés, Amazonas, p/ correspondência: Caixa Postal 475, 69000 Manaus, Amazonas.

D.1 João Gazza, S.X. (12 nov. 1962; c. 8 dez. 1962). Bispo Titular de Circésio. End.: Missioni Estere, Via Francesco Nulle 6, 6, 00152 Roma, Itália.

D. Frei Amadeu Gonzalez Ferreiros. O. de M. (18 fev. 1963; c. 19 maio 1963), Bispo Titular de Metre. End.: General Moscardo 23, Caixa Postral 51013 Madrid, Espanha. Fone: 233-5844.

D. Alberto Trevisan (25 fev. 1964; c. 17 maio 1964), Bispo Titular de Centuriões (Numidia). End.: Hospital Central do Exército, Rua Francisco Manoel 125, 20000 Rio de Janeiro, RJ.

D. Marcos Antônio Noronha (7 jul. 1965; c. 20 ag. 1965). End.: Residência episcopal, Caixa Postal 6, 37008 Guaxupé, MG.

D. Frei Lucas Moreira Neves, O.P. (6 jun. 1967; c. 26 ag. 1967), Bispo Titular de Feradi Maius, Vice-Presidente do Pontifício Conselho para os Leigos. End.: Colégio Pio Brasileiro, Via Aurelia 527, 00165 Roma, Itáia.

D. Francisco Paulo McHugh, S.F.M. (4 ag. 1967; c. 3 out. 1967), Bispo Titular de Legis da Volumnio. End.: Scarboro Foreign Missions 2685, Kingston Rd., Scarboro, Ontário, Canadá.

D. Servilio Conti, I.M.C. (8 fev. 1968; c. 5 maio 1968). End.: Rua Silva Jardim 2029, Caixa Postal 17, 97100 Santa Maria, RS.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

"NÃO OPRIMAS TEU IRMÃO"

Documentos assinados por: Comissão Central da CNBB (RJ) – Comissão Representativa da CNBB (RJ) – D. Agnelo Rossi, Cardeal Arcebispo de São Paulo, 1969 (SP) – D. Carlos Carmelo de Vasconcellos Motta, Cardeal Arcebispo de Aparecida (SP) – D. Jaime de Barros Câmara, Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro (RJ) – D. Eugênio de Araújo Sales, Arcebispo de Salvador, Primaz do Brasil (BA) – D. Vicente Scherer, Arcebispo de Porto Alegre (RS) – D. Alberto Ramos, Arcebispo de Belém (PA) – D. José Newton de Almeida Baptista, Arcebispo de Brasília (DF) – D. Hélder Câmara, Arcebispo de Olinda e Recife (PE) – D. Fernando Gomes dos Santos, Arcebispo de Goiânia (GO) – D. João Rezende Costa, Arcebispo de Belo Horizonte (MG) – D. João José da Motta e Albuquerque, Arcebispo de São Luís (MA) – D. Afonso Niehues, Arcebispo de Florianópolis (SC) – D. José Maria Pires, Arcebispo de João Pessoa (PB) – D. Gabriel Bueno Couto, Bispo de Jundiaí (SP) – D. Antonio Barbosa, Bispo de Campo Grande (MT) – D. José Alberto de Castro Pinto, Bispo Auxiliar do Rio de Janeiro (RJ) – D. Clemente José Carlos Isnard, Bispo de Nova Friburgo (RJ) – D. Arcangelo Cerqua, Bispo Prelado de Parintins (AM) – D. Tiago Cloin, Bispo de Barra do Rio Grande (RS) – D. Valfredo Tepe, Bispo Auxiliar de Salvador (BA) – D. Pedro Fedalto, Bispo Auxiliar de Curitiba (PR) – D. José Costa Campos, Bispo de Valença (RJ) – D. Lucas Moreira Neves Bispo Auxiliar de São Paulo (SP) – D. Aloísio Lorscheider, Bispo de Santo Ângelo (RS).

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

Os direitos humanos

Mensagem de paz ao povo brasileiro – Comunicação pastoral ao povo de Deus – Testemunho de paz – Declaração dos membros da Comissão Central da CNBB – Documento da CNBB sobre Direitos Humanos – A morte do metalúrgico – Homília de D. Paulo Evaristo, Cardeal Arns – "Não oprimas teu irmão"

Mensagem de paz ao povo brasileiro

O dia da Paz, que em todo o mundo se celebrará a 1º de janeiro, seria uma celebração vã, se ela não se exprimisse através de uma decisão sincera por promover a paz.

A paz não acontece como um fenômeno natural, como a chuva ou a primavera. Ela se conquista por um esforço pacífico e permanente de todos, que, para ser coroado de êxito, tem condições e exigências precisas.

A primeira é a certeza de que a paz é possível. É esta a grande certeza reconfortante, que o santo padre procura transmitir em sua mensagem a todo o mundo. Nossa pátria tem condições privilegiadas para confirmar esta certeza e para demonstrar ao mundo que é possível atender pacificamente às exigências de um desenvolvimento pleno e integral. O Brasil, com efeito, resolveu na paz, problemas que ainda hoje dilaceram outras nações. E superou incruentamente crises que ensanguentaram outros países. Nosso povo tem imensas reservas pacíficas de paciência, de esperança, embora essas reservas não sejam inesgotáveis.

A segunda condição exige de nós uma conversão interior, um desarmamento do espírito, que nos leve a estender a mão a todos os nossos irmãos, de coração aberto. Contrariamente ao que pensaram os antigos, em outras circunstâncias, hoje a paz não se constrói preparando a guerra. A paz se constrói tornando a guerra inviável, e a guerra, em todas as suas dimensões, só se tornará inviável quando todos nós nos despojarmos interiormente de nossos ódios, de nossos rancores, de nossos preconceitos e prevenções. Temos certeza de que a paz é um anelo profundamente arraigado no coração de todos. Não temos dúvida de que, na construção da paz, as intenções são sempre maiores do que as realizações, e isto é para todos nós um motivo de esperança. Mas cremos que também temos o direito de pedir que acreditem nas nossas intenções e que se exclua definitivamente a tenaz e absurda prevenção de taxar como subversão comunista todo clamor em defesa dos que não têm voz e todo gesto de solidariedade em favor dos oprimidos.

E é esta a terceira e imperiosa condição da paz, que, como nos inculca o papa, é não só possível mas obrigatória. A paz não é apenas uma possibilidade, mas um dever, do qual temos de nos desempenhar não somente com palavras, mas com obras. É com obras que procuramos demonstrar a sinceridade de nosso esforço. É a paz que buscamos, em toda a nossa atividade pastoral, quando nos empenhamos na promoção dos humildes, neste vasto Brasil missionário; quando nos solidarizamos com todos os marginalizados pela expansão das fronteiras internas. Mesmo quando, no cumprimento de nossa missão profética, denunciamos os abusos do poder, é a paz que cordialmente procuramos. Porque não pode haver paz sem justiça, e não pode haver justiça sem a segurança do direito, que garante a todos as possibilidades reais de colaborar na realização do bem comum, aceitando os sacrifícios indispensáveis, equanimemente suportados, e participando com eqüidade nos frutos do trabalho comum. Toda força exercida fora deste direito é violência, e a paz não se constrói com a violência, que gera o ódio e as discórdias entre os irmãos. Não confundimos a paz verdadeira com o silêncio, imposto pelo medo das repressões arbitrárias. Não sejamos uma paz de cemitérios, mas uma paz que defenda a vida, em todos os seus aspectos físicos e morais. É esta a paz que desejamos e em cuja construção nos comprometemos a colaborar. Queremos a paz que se constrói na alegria, no amor, na confiança e na participação de todos. Queremos uma paz que nos leve a uma união íntima e profunda entre os irmãos, na contínua construção de uma igreja mais santa e despojada, porque unida pelos vínculos de uma verdadeira caridade, nascida, realmente, no coração de Deus.

Iluminados pela fé, nós cremos que não foi em vão que um Deus se fez homem e apareceu entre nós como uma criança, para nos despojar de toda impiedade e preparar a nossa reconciliação com Deus e com os homens. Junto ao presépio do Senhor, ao qual acorreram a magia dos reis e a humildade dos pastores, fazemos votos que ele nos faça ouvir de novo a voz dos anjos, anunciando que a glória de Deus no céu se realiza com a paz na terra entre os homens que Ele tanto amou.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1976

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

Comunicação pastoral ao povo de Deus

I – INTRODUÇÃO

Os Bispos da Comissão Representativa da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, reunidos na cidade do Rio de Janeiro de 19 a 25 de outubro de 1976, diante dos acontecimentos recentes que atingiram a Igreja no Brasil, comovendo a tantos no País e no exterior, pensamos em vocês, gente simples, gente religiosa, gente das comunidades de base e dos grupos de reflexão, e lhes oferecemos esta reflexão pastoral.

Falando após tantas manifestações de pastores e Igrejas, não queremos fazer um documento de denúncia, ainda que os fatos aqui narrados já sejam, por si mesmos, uma denúncia clara e forte. Nossa intenção é iluminar com a luz da Palavra de Deus os acontecimentos atuais para que os cristãos tomem, diante deles, uma atitude de fé e coragem, uma animação parecida com aquela que dá o livro do Apocalipse. Ao cristão é proibido ter medo. É proibido ficar triste.

Para esta comunicação pastoral, pudemos contar com a preciosa e fraterna colaboração de padres, religiosos , religiosas e leigos. Assim, queremos apresentar:

1º **Os fatos** – Contamos coisas que os jornais já divulgaram e que achamos bom recordar para servir de base à reflexão. Colocamos,também, algumas coisas que não saíram nos jornais, nem no rádio.

2º **O sentido desses fatos** – Aconteceram por acaso ou são frutos produzidos por alguma árvore que devemos procurar conhecer?

3º **Alguns princípios pastorais e novos apelos de Deus** – O que a Palavra de Deus nos diz a respeito desses acontecimentos? Se Deus nos fala, não só pela Bíblia e pela sua Igreja, mas também pelos acontecimentos, procuremos descobrir os caminhos do Senhor no meio das coisas contadas e editadas nestas páginas.

II – OS FATOS

Recentemente ocorreram fatos que, por sua gravidade, abalaram a Igreja e o povo brasileiro. Referimo-nos principalmente ao assassinato dos sacerdotes Pe. Rodolfo Lunkenbein, Pe. João Bosco Penido Burnier e ao seqüestro do bispo Dom Adriano Hipólito, da diocese de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, no Estado do Rio de Janeiro.

– O caso de Merure, MT

A origem deste caso está ligada à demarcação da terra dos índios, feita com autorização da Funai.

Dois dias depois de iniciados os trabalhos, no dia 15 de julho deste ano, mais de 60 pessoas entre fazendeiros, posseiros e capangas, foram armados à sede da Missão Salesiana de Merure, MT, procurando pelo Pe. Rodolfo, diretor da Missão, para tomar satisfação.

O Pe. Gonçalo que os atendeu foi por eles maltratado. Pouco depois chegaram Pe. Rodolfo e alguns índios Bororos. Pe. Rodolfo não reagiu às provocações. Tentou convencê-los a recorrer à Justiça. Alguns Bororos logo queriam fazer alguma coisa para impedir o desacato ao Pe. Rodolfo.

Lourenço, chefe dos Bororos, levou um tiro pelas costas. Três outros tiros foram dados. O Pe. Rodolfo foi atingido e morreu 10 minutos depois. O tiroteio se generalizou. Outros índios foram chegando para perto. Ficaram feridos cinco deles e alguns dos atacantes. Um deles, Aloísio, caiu morto por um tiro no rosto e facadas. O índio Simão caiu também ferido. Quando sua mãe Tereza tentou socorrê-lo, foi também gravemente ferida. Os atacantes fugiram logo após, deixando no local o corpo de Aloísio e um de seus carros.

Os feridos foram levados para Barra do Garças. No caminho morreu o índio Simão.O enterro de Simão foi no dia seguinte, e do padre Rodolfo dois dias depois. O corpo de Aloísio foi entregue à família pela polícia.

– O seqüestro de Dom Adriano Hipólito

Na quarta-feira, dia 22 de setembro do corrente ano, Dom Adriano Hipólito, bispo de Nova Iguaçu, deixou a Cúria Diocesana acompanhado de seu sobrinho e pela noiva deste, num carro Volkswagen pertencente ao bispo.

Após percorrerem poucas ruas, foram interceptados por dois carros, dos quais saíram cinco ou seis homens armados de pistolas. De modo brutal obrigaram o bispo e seu sobrinho a sair do carro, enquanto a moça conseguia, no meio da confusão, fugir para sua casa. O bispo foi atirado no banco traseiro do carro dos seqüestradores. Colocaram-lhe um capuz na cabeça e algemas nos pulsos, obrigando-o a se abaixar para não ser visto da rua, enquanto o carro partia em louca disparada. Os raptores cortaram todos os botões da batina do bispo.

Após uns trinta minutos, pararam o carro e tiraram toda a roupa do bispo, deixando-o inteiramente nu. Tentaram enfiar-lhe na boca uma garrafa cheia de cachaça. Tendo o bispo reagido, desistiram da idéia. Ao mesmo tempo, gritavam que eram da "Aliança Anticomunista Brasileira", que o bispo era um "comunista traidor" e que "depois chegará a hora do bispo Carvalhos"! (Trata-se de Dom Waldyr Calheiros, bispo de Volta Redonda, RJ).

Depois levaram o bispo para um lugar mais afastado de onde pôde ouvir os gritos de seu sobrinho. Tendo borrifado o bispo com tinta vermelha, tornaram a colocá-lo no carro. Abandonaram-no amarrado, bem distante de Nova Iguaçu, na calçada de uma rua do bairro de Jacarepaguá.

O bispo foi encontrado por alguns homens que lhe deram algumas roupas e o levaram à paróquia mais próxima. Dom Adriano dirigiu-se, então, à Delegacia do Distrito local e dali, após prestar depoimento, foi levado para a Polícia Política. No DOPS recebeu informação de que seu sobrinho tinha sido encontrado e, juntamente com a noiva, estava a caminho para prestar esclarecimentos. Informaram-lhe, ainda, que o seu carro tinha sido explodido em frente da sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, no bairro da Glória, na cidade do Rio de Janeiro.

Ainda no DOPS, Dom Adriano recebeu a visita do Sr. Núncio Apostólico, o representante do Papa, no Brasil, trazendo-lhe sua solidariedade. De início, o Sr. Núncio fora impedido de entrar na sala onde o bispo prestava depoimento.

Até a presente data, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil não tem conhecimento do resultado do inquérito aberto pelas autoridades para descobrir os responsáveis pelo seqüestro.

– A morte do padre João Bosco Penido Burnier.

O Pe. João Bosco Penido Burnier, jesuíta, missionário na Prelazia de Diamantino, em Mato Grosso, viajava na companhia do bispo Dom Pedro Casaldáliga, de São Félix, daquele Estado, no dia 11 de outubro, regressando de uma reunião de padres sobre problemas dos índios.

Passando pelo povoado de Ribeirão Bonito, no município de Barra do Garças, o bispo e o padre se dirigiram à Delegacia local para reclamar contra injusta prisão e torturas que estavam sofrendo duas mulheres do lugar.

Oito dias antes, fora assassinado o cabo Félix, da Polícia Militar de Mato Grosso, por ocasião da prisão, num clima de brutalidade e violência, dos filhos do Sr. Jovino Barbosa. A morte do cabo trouxe ao povoado de Ribeirão Bonito um grande contingente de policiais de Barra do Garças. A polícia semeou terror na área, prendendo, espancando, torturando.

Dona Margarida Barbosa, irmã do Sr. Jovino, foi presa nos dias 5 e 11 deste mês e torturada pela polícia, que a fez se ajoelhar, de braços abertos, em cima de tampas de

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

garrafas. Enfiaram-lhe agulhas debaixo das unhas de suas mãos e nos seios. Espancaram-na. O interrogatório foi feito sob a mira do fuzil e com dois revólveres aos ouvidos. Durante este tempo não recebeu comida nem água. No dia 11, às 17 horas, ouviam-se, da rua, seus gritos: "Não me batam".

Dona Santana, esposa de Paulo, filho do Sr. Jovino, de resguardo de duas semanas, foi presa nas mesmas datas e violentada por vários soldados que também queimaram a roça e a casa do marido, com todo o arroz na tulha.

O sofrimento destas mulheres foi o motivo da ida de Dom Pedro e do Pe. João Bosco à Delegacia de Ribeirão Bonito. Eles tentaram em vão um diálogo sereno com os cabos Juraci e Messias e com dois soldados, intercedendo pelas vítimas. A polícia reagiu com insultos e ameaças, se ousassem denunciar estas arbitrariedades. O padre recebeu um soco e uma coronhada no rosto e um tiro de bala "dum-dum" na cabeça.

Durante umas três horas de lucidez, Pe. João Bosco recebeu os sacramentos e ofereceu a Deus seus sofrimentos pelo povo e pelos índios. Levado, agonizante, para a cidade de Goiânia, faleceu às 17 horas do dia 12 de outubro.

– Outros fatos

A estes somam-se ainda outros fatos que mostram a Igreja sendo coagida de forma permanente.

– Dom Helder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife, conhecido no mundo todo, tem sido vítima, de longa data, da censura oficial. A simples menção do nome de Dom Helder através da imprensa, do rádio, da televisão, foi proibida através de instruções escritas do Departamento de Polícia Federal, do Ministério da Justiça. O semanário "O São Paulo", instrumento de comunicação da Arquidiocese de São Paulo, está obrigado a dupla censura prévia no Departamento de Censura da Polícia Federal.

– A ação da violência tem-se manifestado ainda contra outras instituições: os recentes atentados terroristas cometidos contra a Ordem dos Advogados do Brasil, a Associação Brasileira de Imprensa, ambas no Rio de Janeiro, a sede da Auditoria Militar, em Porto Alegre, e o Centro Brasileiro de Análises e Pesquisas (Cebrap), em São Paulo.

– Na mesma noite do seqüestro de Dom Adriano Hipólito, além da explosão do carro na frente da sede da CNBB, uma bomba explodiu, também no Rio de Janeiro, na residência do jornalista Roberto Marinho, diretor do jornal "O Globo", ferindo um de seus empregados.

– A esses fatos, de maior repercussão, não podemos deixar de relembrar que, durante os últimos anos, ocorreram prisões políticas arbitrárias que incluíam seqüestros, maus tratos, torturas, desaparecimentos e mortes, embora desde maio último, ao que se sabe, tais fatos não tenham sido repetidos. O mesmo não se pode dizer, porém, quanto aos crimes que continuam a ser cometidos por elementos de forças policiais contra a população através do nosso imenso Brasil, sendo mais notórios os episódios ocorridos recentemente em Campo Grande, MT, quando oficiais da Polícia Militar seqüestraram e mataram um jovem. Na Baixada Fluminense, no Estado do Rio de Janeiro, e, em São Paulo, SP, outros crimes foram cometidos por elementos da Polícia Militar.

Violência gera violência. A violência instigada contra os presos políticos alastrou-se entre militares e policiais.

Parece evidente a constatação de que, além da deformação de elementos das forças policiais, os mais recentes atentados têm caracterizado a atuação de organizações terroristas no Continente Latino-Americano.

Uma demonstração do terrorismo político-militar, em nível latino-americano, foi a prisão de 17 bispos católicos, acompanhados de cerca de 20 assessores padres, religiosos e leigos, no dia 13 de agosto passado, na cidade de Riobamba, no Equador, levados para a cidade de Quito pelas autoridades militares daquele país. Na ocasião, esses bispos, que incluíam brasileiros (Dom Cândido Padim e Dom Antônio Batista Fragoso), norte-americanos, chilenos, mexicanos, além de um paraguaio, um argentino e um venezuelano, endereçaram carta ao Papa na qual afirmavam que o objetivo do encontro era exclusivamente de ordem pastoral, para refletir juntos sobre problemas relacionados com a evangelização nas respectivas dioceses, no atual contexto histórico da América Latina.

III – O SENTIDO DOS FATOS

Diante de todos esses fatos, quem deve ser responsabilizado pela onda de perversidade que vem assumindo proporções alarmantes? O que está por trás de todos os crimes que, em nosso País, alcançaram um grau requintado de crueldade?

A ação perniciosa e nefasta, anônima ou pública, daqueles que tacham bispos, padres e leigos de subversivos, agitadores e comunistas quando tomam a defesa dos pobres, dos humildes, dos presos e das vítimas de torturas, contribui para o clima e a prática da violência e das arbitrariedades.

Diante de tantos fatos que revoltam a opinião do País, não se pode responsabilizar somente o pequeno policial que puxa o gatilho do revólver, a este ou aquele policial ou militar. Torna-se necessário procurar as raízes mais profundas que colaboram para gerar o clima de violência.

Dentre os principais fatores de violência apontamos os seguintes:

– Os pobres sem justiça

São os pobres, os indefesos que enchem as cadeias, as delegacias, onde as torturas são frequentes em vítimas que aí se encontram sob a acusação de não trazerem documentos de identidade, ou presos durante o "arrastão" das batidas policiais. Somente pobres são acusados e presos por vadiagem.

Para os poderosos, a situação é bem diferente. Há criminosos que não são punidos, porque protegidos pelo poder do dinheiro, pelo prestígio e pela influência na sociedade que acoberta e, portanto, é cúmplice deste tipo de injustiça.

Esse duplo tratamento parede sugerir que, em nossa sociedade, só, ou acima de tudo, o dinheiro, e não o ser gente, é fonte de direito. Na Assembléia da Ordem dos Advogados, reunida nestes dias na Bahia, foi expressa a preocupação dos próprios advogados com esse estado de coisas, ao ser lembrado que: "o direito penal é o direito dos pobres, não porque os tutele e proteja, mas sim porque sobre eles, exclusivamente, faz pesar sua força e seu rigor".

– A impunidade de policiais criminosos

É notória a ação criminosa do famoso "Esquadrão da Morte", cuja presença é constatada em vários Estados da Federação. É sabido que, em vários casos, policiais assassinos foram presos e punidos segundo a lei.

Grave é o caso de policiais que, acusados de crimes de morte, corrupção, tráfico de drogas, lenocínio, não são levados às barras dos tribunais porque acobertados por poderes mais altos que os protegem sob a alegação de que são elementos valiosos na repressão de crimes políticos, impedindo-se à justiça de cumprir o seu dever de assegurar o princípio da igualdade de todos perante a lei, base de qualquer sociedade que se pretenda civilizada.

– A má distribuição da terra

A má distribuição da terra, no Brasil, remonta ao período colonial. O problema se acentuou, porém, nos últimos anos, como resultado da política de incentivos fiscais às grandes empresas agropecuárias. Como resultado negativo, além da desenfreada especulação imobiliária levada ao interior do País, surgem as grandes empresas que, aparelhadas com recursos jurídicos e financeiros, acabam com os pequenos proprietários, expulsando os indígenas e posseiros de suas terras.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

Estes pequenos proprietários, sitiantes e posseiros, com dificuldade até para obter uma carteira de identidade, não conseguem documentar a posse da terra, ou fazer valer, perante a Justiça, os seus direitos de usucapião.

São, então, expulsos das terras, tangidos para mais longe, até para países vizinhos, ou transformados em novos nômades destinados a vagar pelas estradas do País.

Quando resistem, dão margem aos conflitos que se multiplicam, especialmente nas regiões amazônica e matogrossense.

Outros demandam às cidades mais próximas, provocando a vasta migração interna, que termina por "inchar" as grandes cidades onde têm que se alojar em casebres miseráveis, levando vida desumana, até que sejam varridos para mais longe, quando as áreas, nas quais se instalaram, passam a ser de interesse para a especulação imobiliária ou para a implantação de grandes projetos de urbanização. Antes disso, porém, já terão sofrido os males da cidade grande, tais como, o aviltamento dos salários e a péssima qualidade, ou total ausência, dos serviços urbanos.

– A situação dos índios

Os índios, especialmente na Amazônia Legal, perdem extensões crescentes de suas terras, para fazendeiros e posseiros, dos quais alguns, por sua vez, foram expulsos de suas terras de origem por empresários poderosos, repetindo-se hoje o que aconteceu no passado com os indígenas do Sul do País.

Neste quadro, o "Estatuto do Índio" torna-se letra morta, enquanto os indígenas, quando sobrevivem, passam a ser explorados como mão-de-obra barata, ou se dirigem para a periferia das cidades ou, ainda, famintos e doentes, vagueiam pelas estradas que rasgam suas reservas.

A tutela do Estado, tornando-os parcialmente incapazes perante a lei, impede que os índios se tornem sujeitos de seu crescimento e de seu destino.

É lento o processo para a demarcação das terras dos índios, problema que se acentua dada a ganância dos que se dedicam à exploração das riquezas minerais e das florestas.

A introdução de um modelo de progresso, apoiado em amplos recursos financeiros, expõe tribos inteiras ao extermínio, como é o caso da abertura de estradas sem um planejamento prévio, que respeite os primitivos habitantes da área. Neste caso incluem-se projetos do próprio INCRA.

Não é de surpreender, assim, que os índios sejam levados a ter vergonha de sua raça, procurando esconder suas origens, proclamando-se bolivianos, peruanos, para poderem ser aceitos por uma sociedade que se considera superior.

– Segurança Nacional e Segurança Individual

Já dissemos que o princípio da igualdade de todos perante a lei é a base de qualquer sociedade que se pretenda civilizada. Logo, a segurança de cada um e de todos os cidadãos de um país é essencial para a segurança interna de uma nação.

A Constituição Brasileira, em vigor, afirma que "todo o poder vem do povo e em seu nome é exercido". A afirmação em contrário, segundo a qual "é o Estado que outorga a liberdade e os direitos humanos" aos cidadãos, ao povo, não deve nos surpreender, se tivermos em mente o pensamento que inspira a "doutrina da Segurança Nacional", a qual desde 1964 tem inspirado o Governo Brasileiro, dando origem a um sistema político cada vez mais centralizado e, em igual proporção, cada vez contando menos com a participação do povo.

Na visão humanista e cristã, a Nação resume todas as formas de associação do povo. O direito de livre associação tem que ser reconhecido, respeitado e promovido pelo Estado, isto é, pelo Governo. Ser nacionalista, portanto, não significa sacrificar uma fé, um sentimento, ideais, valores que possam parecer nocivos e até incompatíveis com os interesses e pontos de vista do sistema político vigente.

Ainda segundo a visão humanista e cristã, Nação não é sinônimo de Estado. Nem é o Estado que outorga a liberdade e os direitos humanos, cuja existência é anterior à da própria Nação, cabendo, porém, ao Estado, reconhecer, defender e promover os direitos humanos de todos e de cada um dos cidadãos.

Outra grande tentação dos detentores do poder é confundir o dever de lealdade do povo para com a Nação com a lealdade ao Estado, isto é, ao Governo. Colocar o Estado, o Governo, acima da Nação, significa supervalorizar a segurança estatal e desprezar a segurança individual. Isto significa reduzir o povo ao silêncio e a um clima de medo.

Sem a consulta e a participação popular, os programas, projetos, planos oficiais, por melhores que possam ser, e mesmo se tiverem êxito material e econômico, mais facilmente levam à corrupção e não se justificam quando não correspondem às necessidades e aspirações do povo.

A ideologia da Segurança Nacional colocada acima da Segurança Pessoal, espalha-se pelo continente latino-americano, como ocorreu nos países sob domínio soviético. Nela inspirados, os regimes de força, em nome da luta contra o comunismo e em favor do desenvolvimento econômico, declaram a "guerra anti-subversiva" contra todos aqueles que não concordam com a visão autoritária da organização da sociedade.

O treino para esta "guerra anti-subversiva", na América Latina, contra o comunismo, além de levar ao embrutecimento crescente de seus agentes, gera um novo tipo de fanatismo, um clima de violência e de medo. São sacrificadas as liberdades de pensamento e de imprensa, são supressas as garantias individuais.

Essa doutrina tem levado os regimes de força a incorrerem nas características e práticas dos regimes comunistas: o abuso do poder pelo Estado, as prisões arbitrárias, as torturas, a supressão da liberdade de pensamento.

IV – ALGUNS PRINCÍPIOS PASTORAIS E NOVOS APELOS DE DEUS

Colocando-nos diante da realidade dos fatos e de algumas de suas principais causas e raízes, suplicamos as luzes e a sabedoria do Santo Espírito para poder perceber, nesses acontecimentos e nessas situações, os apelos de Deus para nossa missão evangelizadora e afirmar alguns princípios que norteiam nossa ação pastoral.

Vamos refletir juntos baseados na Palavra de Deus, especialmente nos Santos Evangelhos.

O mundo contém a presença do bem e do mal. O Evangelho fala de um campo onde foi semeado trigo e joio, de uma rede onde foram apanhados peixes bons e maus, de uma terra onde a semente germina, cresce e dá fruto e de outra onde a mesma semente nem nasce. Cristo veio salvar a todos. Há, porém, os filhos de luz que recebem a mensagem da salvação e há os filhos das trevas que se recusam a recebê-la.

Reconhecemos que, mesmo entre os cristãos, pode haver e há muitos a serviço do poder do mal. Reconhecemos também por outro lado, que, mesmo fora das Igrejas, pode haver e há pessoas lutando do lado de Cristo sem saber e sem reconhecer que só ele liberta. Essa divisão entre o bem e o mal passa pelo coração de cada homem. Todos sentimos, como São Paulo, duas forças dentro de nós: uma nos chamando para a liberdade, outra nos escravizando no pecado. Daí a necessidade constante de conversão, de deixar o Espírito Santo ir expulsando, com suas luzes, as trevas que ainda há em nós.

No campo do mal, nem todos são "lobos vestidos com pele de ovelha". Há também pessoas bem intencionadas, que estão ali por ignorância como Saulo que perseguia os cristãos, ou como o centurião que comandou a execução de Cristo. Há mesmo os que julgam, com sinceridade, estar servindo à causa do bem e "estar prestando um serviço a Deus". Por isso, mesmo quando fazem sofrer um irmão, não podemos alimentar

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

desejos de vingança ou de que Deus os castigue. Devemos rezar por eles como Cristo fez: "Pai, perdoai-lhes porque não sabem o que fazem". Nossa luta não pode ser contra as pessoas: todas merecem nosso amor. Nossa luta é contra a escravidão do pecado, da fome, das injustiças, pelas quais as pessoas, muitas vezes inconscientemente, se tornam responsáveis.

As forças organizadas do mal não querem dar lugar aos fracos e aos pequenos que são a maioria do povo. Só os grandes e poderosos é que têm direito. O pequeno deve ter só o estritamente necessário para continuar vivendo e servindo ao poder. No momento em que ele se recusar a servir ou começar a ser uma pedra no sapato do grande, ele deve desaparecer, sua terra deve ser invadida, sua choupana desapropriada e destruída.

O plano de Deus é diferente. Ele mandou seu filho Jesus para ser a esperança e defesa do fraco, do marginalizado, do oprimido. Por isso Jesus repreendeu os discípulos porque foram grosseiros com as crianças, deu valor ao gesto humilde da prostituta, salvou de apedrejamento a mulher que traiu o marido, assentou-se à mesa com pessoas de má fama, como os publicanos, e até escolheu Mateus, um deles, para ser apóstolo. Com perdão e misericórdia, deixou as noventa e nove já salvas, saindo em busca da ovelha perdida.

A Igreja deve seguir o exemplo de Cristo. Ela não pode excluir ninguém e deve oferecer a todos, grandes e pequenos, os meios de salvação que recebeu de Cristo. Mas sua opção e seus prediletos são os fracos e os oprimidos. Não pode ficar indiferente à espoliação do índio expulso de suas terras, à destruição de sua cultura. Não pode fechar os olhos ante a grave situação de insegurança em que vivem os pequenos, ante a fome dos pobres e a desnutrição das crianças. Não pode ignorar os desenraizados, os migrantes que buscam novas oportunidades, e que somente encontram abrigo debaixo dos viadutos ou se aninham nos arredores das grandes cidades. Cristo se faz presente e visível nestas pessoas. Maltratá-las é maltratar a Cristo.

Diante dos males que afligem diariamente os pequeninos, o sofrimento e a morte de nossos irmãos, pastores ou leigos, são por nós considerados como participação na cruz de Cristo e de seu povo e modo novo de beber do cálice do Senhor.

Cristo foi o grande defensor dos direitos humanos. Ele nos ensina que somos todos filhos amados do mesmo Pai do céu, portanto irmãos, com o dever e o direito de partilhar os bens criados.

Os grandes daquele tempo não toleravam que Cristo os igualasse, diante de Deus, aos pequenos, aos ignorantes da lei e aos pecadores. A estes últimos, Cristo, porém, deu preferência, afirmando: "As meretrizes e os publicanos estão vos precedendo no Reino de Deus" (Mt 21,31).

A Igreja tem procurado tomar a defesa dos direitos do fraco, do pobre, do índio, da criança que vai nascer. Mas hoje reclama para o povo não mais a esmola das sobras que caem da mesa dos ricos, mas uma repartição mais justa dos bens. Por que só alguns podem comer do bom e do melhor, e a maioria tem que dormir com fome? Por que alguns – até estrangeiros – podem adquirir, por dinheiro, milhares de hectares de terra para criar gado e exportar a carne, e nossa pobre gente não pode continuar cultivando o pedaço de terra onde nasceu e se criou ou já vive e trabalha há dezenas de anos?

Por que somente alguns têm o poder de decisão? Por que uns ganham 30, 50, 100 mil cruzeiros por mês, e tantos não fazem mais do que o salário-mínimo? Há países em que a diferença entre os salários mínimo e máximo não excede a 12 vezes, enquanto no Brasil passa de 200 vezes. Por que alguns podem ir passear e conhecer o mundo todo, e a maioria não pode tirar uma semana de férias e sair com a família? Lembramos, contudo, que, embora as diferenças econômicas não sejam pecado em si mesmas, são pecado as injustiças que as tiverem provocado.

Houve um tempo em que nossas pregações ao povo aconselhavam sobretudo a paciência e a resignação. Hoje, sem deixar de fazê-lo, nossa palavra se dirige também aos grandes e poderosos para apontar-lhes suas responsabilidades pelos sofrimentos do povo.

Como reagem eles? Com um exame de consciência? Com a defesa de seus interesses? Assim reagiram os poderosos do tempo de Cristo: "Se o deixarmos assim, todos crerão nele e os romanos virão e arruinarão a nossa cidade e toda a nação" (Jo 11,48). Os grandes daquele tempo pensavam em si e não no povo. Hoje é a mesma coisa? Se o Evangelho for seguido, será bom para o povo, mas os grandes terão que perder seus privilégios, como Maria Santíssima já havia profetizado: "Derrubou do trono os poderosos e exaltou os humildes. Saciou de bens os famintos e despediu os ricos de mãos vazias" (Lc 1,52-53).

Como pastores, sinceramente desejamos que estes não virem as costas à Palavra do Deus que ouve os clamores do seu povo.

Àqueles que fazem uso indevido da Palavra de Deus: "Meu reino não é deste mundo. Se meu reino fosse deste mundo, meus súditos teriam combatido para eu não ser entregue aos judeus. Mas meu reino não é daqui" (Jo 1,36), respondemos que, não ignorando que a parte mais bela do Reino será vivida na casa do Pai, a Igreja sabe, também, que o Reino de Deus começa aqui. Todos devemos trabalhar para que o povo possa passar "de situações menos humanas, para situações mais humanas".

A Igreja não pode ser um poder como os outros poderes. Ela não deve confiar na força nem tentar usar as mesmas armas dos poderosos. Sua arma é a cruz! Sua força é a graça de Deus. Para construir o reino não deste mundo, mas o de Deus, é preciso crer, orar e sobretudo sofrer e até morrer, porque "sem derramamento de sangue não há redenção" (Hb 9,22).

Eis porque ninguém deve admirar-se de que muitos dos que seguem o evangelho sejam tão criticados e até acusados de comunistas ou subversivos. O Evangelho diz a respeito de Cristo: "Eis que este menino foi colocado... como um sinal de contradição" (Lc 2,34). Ele que "passou a vida fazendo o bem" foi criticado, acusado de tanta coisa, preso, levado aos tribunais e condenado à morte. "O discípulo não é maior do que o Mestre". Ninguém fique triste com essas acusações, nem preocupado em defender-se delas. Como Paulo, pode dizer: "Longe de mim gloriar-me a não ser na cruz de Nosso Senhor Jesus Cristo, por quem o mundo está crucificado para mim e eu para o mundo" (GL 6,14).

É isso que os grandes do mundo dificilmente podem entender: a felicidade da cruz aceita em união com Cristo crucificado. "Bem-aventurados sois quando vos injuriarem e vos perseguirem e, mentindo, disserem todo o mal contra vós por causa de mim. Alegrai-vos e regozijai-vos porque será grande vossa recompensa nos céus, pois foi assim que perseguiram os profetas que vieram antes de vós" (Mt 5,11-12). Não devemos lamentar a sorte de Dom Adriano, dos padres Rodolfo e João Bosco, do índio Simão. Seria bom se as autoridades descobrissem e punissem os responsáveis pelo seqüestro, não para desagravar o bispo, mas para o povo da Baixada poder confiar mais no Governo e ter a segurança de que não continuará sem proteção e sem defesa, nas mãos de tantos criminosos.

Seria bom que a Justiça castigasse os assassinos do Pe. João Bosco, não por ele ser de uma família importante, mas para que, nunca mais, elementos da polícia desrespeitem e torturem ninguém, como torturaram nossas irmãs Margarida e Santana, e nem continuem espalhando terror entre os pequenos. Seria bom que João Mineiro e seus companheiros de crime fossem presos e condenados, não para vingar a morte do

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

Pe. Rodolfo e do índio Simão, mas para que os invasores de terras entendam que sobre eles também pesa o braço da justiça. Todavia, a simples punição dos executores dos crimes não pode tranquilizar a consciência das autoridades, enquanto o sistema sócio-político e econômico continuar gerando uma ordem social marcada por injustiças e propícia à violência.

Diante de tudo isso, o que é que Cristo está a exigir de nós? Ele nos faz estes apelos:

"Não temais aqueles que matam o corpo mas não podem matar a alma" (Mt 10,28).

"No mundo tereis tribulações, mas tende coragem: eu venci o mundo" (Jo 16,33).

"Se o mundo vos odeia, sabei que primeiro me odiou a mim" (Jo 15,18).

"Assume a tua parte de sofrimento como um bom soldado de Cristo Jesus" (2Tm 2,3).

"Mostra-te fiel até a morte e eu te darei a coroa da vida" (Ap 2,10).

"Completo na minha carne o que falta à paixão de Cristo" (Cl 1,24)

"Ai de mim se eu não disser a verdade que ouvi. Ai de mim se eu me calar quando Deus me mandar falar" (Liturgia).

É com esse esforço constante de fidelidade que a Igreja, formada de todos nós, poderá ir se purificando e ir caminhando na realidade do Reino de Deus. Somente então será verdade o que São João escreveu no livro do Apocalipse: "Eis a tenda de Deus, com os homens. Ele habitará com eles, eles serão o seu povo, e ele, Deus-com-eles, será o seu Deus. Ele enxugará toda lágrima dos seus olhos, pois nunca mais haverá morte, nem luto, nem clamor, e nem dor haverá mais. Sim! As coisas antigas se foram" (Ap 21,3-4.)

Assim , amados irmãos, continuemos a percorrer juntos o **caminho da esperança.**

Desejosos de que esta Comunicação Pastoral ao Povo de Deus fique em seu campo próprio e não venha a ser instrumentalizada por forças políticas de quaisquer orientações; e movidos, ao mesmo tempo, por um sentimento de respeito pelo processo eleitoral, no qual não desejamos intervir, adiamos sua publicação para depois das eleições de 15 de novembro.

Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1976.
(In: "Documentos da CNBB",
Edições Paulinas, São Paulo, 1976)

A morte do metalúrgico

No dia 24 de janeiro p. p. foram celebradas diversas missas por intenção do metalúrgico Manoel Fiel Filho. Uma dessas missas foi iniciativa de D. Angélico Sândalo Bernardino, bispo da Região Leste e da Pastoral no mundo do trabalho. O Sindicato dos metalúrgicos também havia pedido ao cardeal Arns para celebrar uma missa. Como o cardeal estivesse impedido pediu ao Pe. Antônio Haddad que celebrasse a missa. Transcrevemos a seguir as duas homilias de "O São Paulo" de 31-1-6-2-76.

HOMILIA DE D. ANGÉLICO

Meus irmãos,

Estamos aqui, unidos a Jesus Cristo, a grande vítima do egoísmo, da violência. Crucificado e libertador do mundo, o operário-carpinteiro Jesus de Nazaré, venceu, com sua ressurreição, a própria morte. Ele é a certeza de que todo sofrimento humano não é vão. O homem não é paixão inútil. Sua dor se transforma em libertação: "quem semeia com lágrimas, colhe com gritos de alegria. Quem vai, vai chorando, a semear sua semente. Ao voltar, voltará cantando a carregar o seu trigo" (Sl 125).

Estamos aqui reunidos, irmãos, para meditarmos a Palavra de Deus. O Senhor nos fala e sua palavra é Jesus. Fala-nos na Sagrada Escritura. Conversa conosco, nos acontecimentos que nos envolvem! Quem não está vendo Deus a falar, na morte triste do metalúrgico Manoel Fiel Filho? Como tantos outros, foi ele torturado? Morreu em consequência de maus tratos? Provas de torturas? Mas, há quem duvide ter-se transformado o DOI–CODI/II Exército em "casa de horrores, onde os presos são submetidos a terríveis constrangimentos e violências", para vergonha dos homens dignos deste País?

Pois bem, esta realidade tenebrosa acaba de ser sacudida do alto a baixo. A morte do homem do povo, de simples operário, foi a alavanca. É Deus a se utilizar, ainda hoje, dos humildes para "arrancar os poderosos de seus tronos" (Lc 1,52). É Davi o pequeno pastor, a dizer, através dos tempos, ao filisteu Golias: "Tu vens a mim com espada, lança e escudo; eu, porém, vou a ti em nome do Senhor todo-poderoso" (1Sam 17,45).

Deus nos diz, através do acontecimento presente, que o humilde, o trabalhador, não devem cair no desespero. Unido a seu companheiro de sofrimento, este homem pisado será o construtor principal de sua própria e da alheia libertação.

Deus nos diz também, que o caminho da violência é mentiroso e destruidor. Violência das guerras, da fome, da exploração do homem pelo homem, dos assaltos, sequestros. Violência da guerrilha, dos instrumentos de tortura. Um oceano de fraqueza e covardia conspirando contra o homem. Esquecem-se os que optam pela violência, de que "os direitos humanos e a dignidade da pessoa humana estão acima de qualquer coisa, pois o homem é uma criatura de Deus e, como tal, deve ser tratado com dignidade e ver respeitados seus direitos legais".

Não reconhecemos a ninguém o direito de usar do homem como objeto, inclusive para que certos fins, tidos como bons, possam ser atingidos. Onde quer, sob qualquer pretexto, que os direitos humanos sejam desrespeitados – na Rússia, Cuba, China, Estados Unidos, Angola ou Brasil – devemos estar presentes para elevar o grito: isto não é lícito!

E por esta razão que, uma vez mais, com os bispos paulistas, repetimos:

– "Não é lícito efetuar prisões da forma como frequentemente estão sendo feitas entre nós: sem identificação da autoridade coatora nem dos agentes que a executam, sem comunicação ao Juiz competente dentro do prazo legal".

– "Não é lícito utilizar no interrogatório de pessoas suspeitas,... métodos de tortura física, psíquica ou moral, sobretudo quando levados até à mutilação, à quebra da saúde e até à morte como tem acontecido".

– "Não é lícito privar os acusados de seu direito de ampla defesa ou prejudicá-la mediante ameaças nem prejulgar o acusado como réu, antes de julgado, nem protelar, por tempo indeterminado, o processo regular, quando nossa Carta Magna expressamente determina que "a lei assegurará aos acusados a ampla defesa com os recursos a ela inerentes (Artigo 153, § 15)".

– "Não é lícito a qualquer outra autoridade sobrepor-se à consciência dos juízes ou criar impedimentos ao livre exercício de sua função".

– "Lamentamos também, de modo especial, a suspensão da plena garantia do habeas-corpus"... (cf. SEDOC 8, 729-730).

Não é lícito, diante do fato lamentável como o da morte de Manoel, descarregar a responsabilidade pelo acontecimento num carcereiro ou general quando, sem excluir culpas pessoais que devem ser provadas, o grande mal nasce da dupla ordem (que não passa de desordem) existente no País: ordem institucional e ordem constitucional, tendo-se aviltado, inclusive, no sistema reinante, o Poder Judiciário!

A esta altura alguém, quem sabe, num gesto de frustração, diria talvez: "mas o Manoel está morto, acabou-se".

De fato, mal imenso lhe foi feito. Dor profunda atinge sua mulher e filhas. Mas ele se transformou em semente! Continua vivo, em nova dimensão, chamado que foi à visão da face do Pai. Ao morrer, falou muito alto, num verdadeiro brado de paz. Lembrou-nos, uma vez ainda, a mensagem do Senhor Jesus: "eu sou o faminto, sedento, estrangeiro, nu, doente, preso... que está a seu lado. Tudo quanto vocês fizerem ao menor dos meus irmãos, estão fazendo a mim". Que, no dia-a-dia, irmãos, encontremos o rosto de Cristo, na face de cada homem. E o amemos!

Continuemos agora, irmãos, nessa prece, pedindo a Deus em favor de Manoel Fiel Filho e de todos quantos, no mundo, estão caindo vítimas das mais diversificadas formas de violência. Tombando à maneira da semente que, amanhã, surgirá no vigor da esperança, na doação-amor dos frutos maduros da libertação do irmão que ainda caminha, apesar de tudo, na *esperança*.

HOMILIA DO PE. HADDAD

Meus amigos,

Manoel morreu. Ele não está mais aqui.

Nós acreditamos que a vida do homem não termina com a morte. Acreditamos que a pessoa humana sobrevive de um modo que que não adianta a gente especular, mas é algo tão sublime para nós: o ser humano. É incabível pensar-se que voltaremos ao nada. Eu acredito que Manoel hoje está vivendo. Ele está vivendo na plenitude da vida, da vida que ele levou. Eu acho que a plenitude de sua vida é admirável. O seu sangue, neste momento sagrado para nós nos leva a um questionamento.

Manoel se foi. Nós estamos aqui. A História está em nossas mãos. Manoel faz parte da nossa história enquanto vivemos neste momento histórico em que a vida dele foi tirada e deixa para nós questionamentos, quem sabe sinais de esperança, quem sabe sinais de frustração.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

Vamos pensar em nós, que aqui estamos.

Um dia, não sei quando, milhares, milhões de anos atrás, o homem foi criado por Deus à sua imagem e semelhança. Todo mundo conhece este livro: a Bíblia. O primeiro livro da Bíblia se chama Gênesis. Gênesis significa origem.

No Gênesis Deus nos diz ainda que o homem deve trabalhar com suor de seu rosto. Deve construir a sua vida, Deus criou todas as coisas e as entregou ao homem: isto tudo é teu, eu te dou a liberdade, eu te dou a responsabilidade; agora você junto com outros vai construir a História.

Você sozinho não, com egoísmo não, você junto com os outros; mas saiba que você é uma pessoa, você deve ser respeitado, você tem sua dignidade. Mas, irmãos, eu não estou falando na Carta da ONU, na Declaração dos Direitos do Homem, nem de nenhum documento. Estou falando do Gênesis: primeiro livro da Bíblia. Daquela estória e sabemos que o homem, diante deste plano maravilhoso de Deus, de liberdade.de responsabilidade, de comunicação com os outros, de construir juntos a História, de ter a responsabilidade do caminhar desta História, chega num determinado momento em que o homem diz: eu? Não. E corta o relacionamento. Rompe o plano. "Eu não quero este plano comunitário, eu opto pelo plano egoísta".

No Evangelho de hoje (Lc 4,14-24) nós ouvimos qual foi a missão dele. Ele veio para quê? A resposta vaga que a gente ouve sempre: "Ele veio para salvar o homem do pecado" – é muito abstrata, aérea. Até aí não há problema, ninguém se espanta. Mas quando a gente "destrincha" esse pecado que Jesus Cristo veio tirar, a gente fica com medo.

Ele veio trazer uma mensagem para fazer o homem ser homem. *Ele veio como homem ensinar o homem a ser homem.* Ele veio como homem simples. Filho de um operário, operário como Manoel: bom, humilde, honesto, trabalhador livre.

Ele entra na sinagoga e define sua tarefa, sua missão: "Eu vim para evangelizar os pobres". Pobres na Bíblia não significam só aqueles que não têm dinheiro, mas os que estão abertos, preocupados com o essencial e fundamental da realização humana; os que não estão apegados às coisas, mas ao amor e à justiça entre as pessoas.

Na primeira leitura desta nossa celebração ouvimos o Apóstolo S. João dizer: "Deus é Amor" (1Jo 4,8). Quem ama percebe quem é Deus. Quem não ama não percebe nada.

Quem fez tudo o que fez com Manoel dificilmente saberá quem é Deus e não chegará a fazer essa experiência básica de um Deus – Amor. O que fizeram com Manoel não foi nessa base do amor. E Deus é Amor.

Cristo quis a Igreja para fazer a vida dos homens "bater" com o plano de realização humana. E a Igreja hoje continua na defesa dos direitos do homem. Por quê? Porque o homem, segundo o primeiro livro da Bíblia, foi criado "à imagem e semelhança de Deus". E mexer no homem, na dignidade do homem, é mexer com Deus.

A pessoa humana é sagrada. Nós temos o dever divino de defender o homem. De novo: Jesus Cristo veio como homem ensinar o homem a ser homem. Ele, o Cristo, que se realizou plenamente como homem, veio nos ensinar o caminho de "ser gente" – O relacionamento humano.

O grande mandamento dele qual foi? "Amai-vos uns aos outros como eu vos amei" (Jo 13,34). Meus irmãos, nós vamos rezar neste instante. Eu gostaria que cada um dos presentes saísse daqui com um remorso de consciência: eu, vocês, nós.

Uma gotinha de sangue de Manoel que foi derramada: a culpa é minha, a culpa é sua, a culpa é de todos nós.

Vamos rezar e pedir perdão.

(SEDOC, maio/1976)

Homilia de D. Paulo Evaristo, Cardeal Arns

Culto Ecumênico na Catedral de São Paulo, em 31 de outubro de 1975

Estamos diante de Deus, único dono da vida, senhor da História e esperança dos que n'Ele confiam.

1. De fato, Deus é dono da vida. Ninguém toca impunemente no homem, que nasceu do coração de Deus, para ser fonte de amor em favor dos demais homens.

Desde as primeiras páginas da Bíblia Sagrada até a última, Deus faz questão de comunicar constantemente aos homens que é maldito quem mancha suas mãos com o sangue de seu Irmão.

Nem as feras do Apocalipse hão de cantar vitórias diante de um Deus que confiou aos homens sua própria obra de amor. A liberdade, repito – a liberdade humana nos foi confiada como tarefa fundamental, para preservarmos, todos juntos, a vida do nosso Irmão, pela qual somos responsáveis tanto individual quanto coletivamente.

Jamais poderemos delegar poder algum que vá contra esta disposição de Deus e que vá contra nossa missão histórica.

2. Deus é também o senhor da História. Ao longo de toda a experiência humana, incentivou Ele os homens a se unirem e a marcharem juntos para construir um mundo de paz, onde os pobres não fossem oprimidos e ninguém fosse opressor.

As marchas da História, quando feitas para unir os homens em favor de todos, sempre tiveram um Deus que caminhasse à frente deles, como uma coluna de fogo durante as noites e como a coluna da defesa durante os dias.

O senhor da História não aceita a violência em fase alguma, como solução de conflitos. Prefere sacrificar o próprio Unigênito para que não morram os demais irmãos. No meio da caminhada, oferece-lhes o Decálogo, para os orientar. E, no meio do Decálogo, aparece a ordem, como Imperativo Inarredável, princípio universal, Indiscutível: "Não matarás". Quem matar, se entrega a si próprio nas mãos do senhor da História e não será apenas maldito na memória dos homens, mas também no julgamento de Deus.

3. Nosso Deus é um Deus de esperança. Acontece facilmente que nos esquecemos do nosso Deus, quando achamos que sozinhos resolvemos os problemas. Mas Ele está aí, na hora do caos, na hora da desesperança, nos acontecimentos sem saída. Ele se apresenta como Deus da esperança e da salvação, volta a apontar-nos o caminho da Justiça, a caminhada da solidariedade nas sendas da paz.

Justiça que respeite a todos e não prejudique a ninguém. Justiça que não exclua o perdão, se este for o adubo de uma Justiça maior. Justiça que possa consubstanciar-se nas leis, mas que tenha sua força no interior de cada homem, disposto a dizer a si mesmo e aos outros: Basta.

É hora de se unirem os que ainda querem olhar para os olhos do irmão e ainda querem ser dignos da luz que desvenda a falsidade. A esperança reside na solidariedade. Aquela solidariedade que é capaz de sacrificar os egoísmos individuais e grupais no altar de uma Pátria, no altar de um Estado, no altar de uma cidade.

Neste momento, o Deus da esperança nos conclama para a solidariedade e para a luta pacífica, mas persistente, crescente, corajosa, em favor de uma geração que terá como símbolos os filhos de Wladimir Herzog, sua esposa e sua mãe.

O Deus da vida, o Deus da História e o Deus da esperança coloca em mãos a missão, exigente mas pacífica, oposta a qualquer arbitrariedade e a qualquer violência, o que temos em nós de mais divino e de mais humano. Construamos a Paz, na Justiça e na Verdade.

"Não oprimas teu irmão"

Em nome do Evangelho de Jesus Cristo que nos manda anunciar "aos cativos a redenção, aos oprimidos a liberdade e publicar o ano da graça do Senhor" (Lc 4,19), nós, Bispos da Igreja neste Estado de São Paulo, reunidos em Assembléia, em união com todo o povo de Deus, erguemos nossa voz diante da onda de violência oriunda de todas as partes e que se patenteia por atentados à vida, sequestros, assaltos e diante sobretudo dos graves acontecimentos que vêm estarrecendo e inquietando a população de São Paulo.

Assistimos, de fato, a flagrantes desrespeitos à pessoa humana, imagem de Deus Criador, caracterizados por prisões arbitrárias que tomam geralmente a forma de verdadeiros sequestros; pelo recrudescimento das torturas, acompanhadas até de mortes, algumas das quais chegam ao conhecimento público; por ameaças públicas e particulares, partindo inclusive de autoridades. O mais grave é que muitos destes atos, que levam a um clima de insegurança, são praticados sob pretexto de defen-

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

der e manter a paz e a tranqüilidade da sociedade, alegando seus patrocinadores estarem alicerçados em princípios cristãos.

Ao mesmo tempo em que nos solidarizamos com os sofrimentos das vítimas das prisões e torturas e participamos da angústia de seus parentes e amigos, reiteramos as graves advertências contidas em nossa mensagem de Brodósqui, SP, "TESTEMUNHO DE PAZ", de junho de 1972:

"Falharíamos a um imperativo de consciência se não retomássemos a palavra de João Batista, dizendo como o profeta: 'NÃO TE É LÍCITO' (Mc 6i,3)".

"NÃO É LÍCITO efetuar prisões da forma como frequentemente estão sendo feitas entre nós: sem identificação da autoridade coatora nem dos agentes que a executam, sem comunicação ao Juiz competente dentro do prazo legal..." (Cf. Constituição - 1969 - art. 153, § 1º).

"NÃO É LÍCITO privar os acusados de seu direito de ampla defesa ou prejudicá-la mediante ameaças, nem prejulgar o acusado como réu, antes de julgado, nem protelar, por tempo indeterminado, o processo regular, quando nossa Carta Magna expressamente determina que 'a lei assegurará aos acusados a ampla defesa com os recursos a ela inerentes' (Art. 153, § 15)".

"NÃO É LÍCITO a qualquer outra autoridade sobrepor-se à consciência dos juízes ou criar impedimentos ao livre exercício de sua função".

"Lamentamos, também, de modo especial, a suspensão da plena garantia do habeas-corpus. Colocamo-nos ao lado dos que pleiteiam o retorno total dessa garantia. É exatamente sua falta que contribui não pouco a criar e a manter um clima de insegurança social. Insegurança de pessoas que se sentem ameaçadas de prisão e maus tratos até sob meras suspeitas ou por engano. Insegurança de famílias inteiras, impossibilitadas de obter durante meses notícias de membros seus, presos. Insegurança na própria sociedade incapacitada de confiar naqueles que têm a responsabilidade de sua proteção".

Estas nossas advertências brotam do mais profundo da consciência humana, expressa na Declaração Universal dos Direitos do Homem, eco direto da palavra de Deus, "Não matarás" (Ex 20,13):

"Todo homem tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal". (Art. 3º).

"Ninguém será submetido a tortura nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante" (Art. 5º).

Esta nossa atitude de reprovação a esses e a outros atentados contra o homem não nos exime de reconhecer a parte de responsabilidade que nos cabe pela situação por que passamos e pelos sofrimentos de nossos irmãos, por causa das nossas omissões na defesa permanente dos direitos da pessoa humana. Como o publicano do Evangelho, suplicamos também: "Tende piedade de nós, pecadores" (Lc 18,13). Isto nos leva a propor alguns gestos concretos:

1. Manifestamos nosso desejo de colocarmo-nos sempre ao lado dos que estão sofrendo e de caminharmos juntos com todos os grupos e instituições que lutam pelo respeito da pessoa humana em nosso país: Igrejas e Confissões Religiosas, Pontifícia Comissão "Justiça e Paz", Sindicatos, Imprensa, Universidades, Ordem dos Advogados do Brasil, Corporações Profissionais e Estudantis, Movimentos de Não-Violência, e com todos aqueles que nos Poderes Constituídos, nas Forças Armadas e na sociedade em geral se sentem feridos em sua consciência de homens, por esta situação.

2. Conclamamos o Povo de Deus a comparecer no dia 2 de novembro nas Catedrais das Dioceses, à Missa vespertina por intenção dos desaparecidos, dos que sofrem nos cárceres, e por alma dos que morreram vítimas de qualquer tipo de violência. Em todas as Missas do dia 2 ou 9 de novembro, nas Paróquias de nossas Dioceses, faça-se a leitura deste documento.

3. Como expressão de penitência e súplica do povo e dos Bispos do Estado de São Paulo, convidamos a todos para um dia de oração e jejum na sexta-feira, 14 de novembro, pedindo a Deus pela Paz e pela Justiça em nossa Pátria.

4. Convidamos nossos irmãos de outras Confissões a que se unam a nós em suas preces, pelas intenções expostas.

Dirigimo-nos aos que detêm maior parcela de responsabilidade por esta situação, instando em nome de Deus, a quem os pensamentos e intenções dos homens não são ocultos e que a cada um há de julgar segundo as suas obras (cf. 1 Cor 4,5; Tg 2), para que se coloquem, com atos e palavras, em favor da defesa e afirmação dos Direitos Humanos, tanto no Judiciário como no Legislativo e Executivo.

Terminando esta mensagem, lembramos aos opressores a Palavra da Escritura:

"Eis que a voz do sangue de teu irmão clama por mim desde a terra" (Gên 4,10).

"Não matarás" (Ex 20,13).

"NÃO OPRIMAS TEU IRMÃO" (Lev 25,14).

Certos de que "a tribulação produz a constância, e esta, a esperança" (Rom 5,3-4), confiamos que os homens de boa vontade escutem nossa Palavra de Pastores.

Itaici, 30 de outubro de 1975

Documento da CNBB sobre os Direitos Humanos

Preposição 1

Considerando que a Igreja deve chegar por todos os meios a uma consciência clara das exigências pastorais dos Direitos Humanos (DH) e urgir a sua realização, explicitam-se as exigências seguintes:

1.1. A Igreja deve cumprir, para com aqueles que com ela colaboram, as exigências dos DH.

1.2. As Igrejas mais favorecidas devem partilhar seus recursos com as Igrejas menos favorecidas.

1.3. A Igreja deve informar a opinião pública, através dos meios de comunicação disponíveis, sobre as violações dos DH, aceitando as consequências e mesmo sem esperar resultados imediatos.

1.4. A Igreja deve formar as consciências dos fiéis, não só na compreensão dos seus direitos, mas também na aceitação real de seus deveres, especialmente os deveres para com o bem comum.

1.5. A Igreja deve esclarecer as bases evangélicas dos DH e mover os fiéis a uma participação responsável no processo de desenvolvimento não só material mas principalmente espiritual.

1.6. Ajudar os mais humildes a conquistar os seus DH, pela promoção social (por meio da informação, apoio, estimulando-os, por exemplo, na formação de sindicatos, cooperativas e outras organizações).

1.7. A Igreja deve mobilizar o laicado para o esforço de informação, denúncia e defesa dos DH.

1.8. A Igreja deve apoiar e prestigiar o trabalho das comissões de Justiça e Paz.

1.9. A Igreja deve atuar junto aos órgãos governamentais no sentido de facilitar a aquisição dos direitos civis a muitos brasileiros que nem sequer são registrados.

1.10 A Igreja deve aprofundar o estudo de novos direitos que visem ao "ser mais" do homem, de maneira a não ser criticada de chegar atrasada também nesse assunto.

1.11. A Igreja deve empenhar-se numa doutrinação constante dos fiéis quanto aos direitos da pessoa humana e de suas raízes teológicas, alertando-os para a correlação necessária entre a promoção dos DH e a presença de Deus na história.

1.12. Os DH impõem à Igreja a grave exigência de abertura e efetiva doação às classes mais marginalizadas social, moral e economicamente, apoiando-as objetivamente em suas justas reivindicações.

1.13. Os pastores devem se esforçar coletivamente, através de uma evangelização mais profunda, para levar os fiéis a uma vivência comunitária dos deveres de cada um, abrindo-se ao outro e formando equipes que decididamente assumam as responsabilidades promocionais da pessoa humana em todos os níveis.

1.14. Os leigos e os sacerdotes devem ser exemplo no cumprimento de seus deveres sociais, em especial os que concernem ao pagamento de impostos e de justos salários.

1.15 A Igreja deve tomar consciência plena da sua responsabilidade em urgir, não apenas a defesa teóriea dos DH, mas também o seu atendimento, criando comunidades onde ela mesma possa ser o sinal e testemunho desse atendimento.

1.16. Os que presidem às celebrações eucarísticas devem levar os fiéis, através das preces comunitárias, a tomar consciência da realidade dos fatos e a rezar pelos oprimidos.

1.17. A Igreja deve levar os homens públicos a uma consciência crescente de seus deveres sociais, através da organização de cursos para lideranças políticas, classes dirigentes e patronais.

1.18. A CNBB, nos cursos para padres e bispos, deve conseguir a presença de peritos que explicitem a complexidade do atual sistema brasileiro, para que a denúncia não seja superficial e se atinja a raiz das injustiças.

1.19. A CNBB deve estudar a possibilidade de a Cáritas diocesana ser o órgão para a Igreja diocesana exercer seu múnus promocional inclusive dos DH. Para tanto é necessário que o episcopado defina a função da Cáritas na Igreja do Brasil, oficializando-a "como o órgão através do qual a hierarquia exerce o seu múnus pastoral de promoção do homem".

1.20. Cada diocese deve procurar, na medida do possível, dentro da estrutura de sua pastoral de conjunto, criar um Secretariado ou departamento de Opinião Pública, como veículo de esclarecimento e conscientização do povo de Deus.

Proposição 2

Considerando que, entre os DH menos respeitados, foram enumerados os que constam da lista abaixo,

Propõe-se: A Igreja deve se empenhar para que cresça o respeito a esses direitos e para que um número crescente de brasileiros possa gozar dos benefícios que eles garantem.

2.1. Direito à instrução em face da taxa ainda elevada de analfabetismo.

2.2. Direito à educação e à alimentação.

2.3. Direito à justa remuneração do trabalho, incluindo a familiar.

2.4. Direito ao trabalho e às condições humanas em que deve ser exercido.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

2.5. Direito à liberdade e integridade física, em face da repressão excessiva.
2.6. Direito ao repouso dominical.
2.7. Direito à participação política, especialmente negado ao partido da oposição.
2.8. Direito de associação, especialmente com respeito à liberdade sindical.
2.9. Direito à expressão e informação.
2.10. Direito de defesa, pela impossibilidade do habeas corpus.
2.11. Direito à igualdade.
2.12. Direito à posse da terra, para os que nela trabalham.
2.13. Direito a não ser submetido a processos sistemáticos de propaganda política e social, de publicidade comercial agressiva e indiscriminada.
2.14. Direito à crítica positiva de situações locais.
2.15. Direito à assistência médico-hospitalar das populações rurais principalmente.
2.16. Direito de participação mais intensa da Igreja nas atividades sociais, programadas pelas autoridades civis.
2.17. Direito à vida ameaçada pela campanha de natalidade e por uma legislação permissiva com relação ao aborto.

Proposição 3

A Declaração Universal dos DH propiciou um avanço no sentido de maior liberdade da pessoa humana, enquanto despertou uma consciência mais clara desses mesmos direitos e maior disposição para defendê-los.

Proposição 4

A Declaração Universal dos DH propiciou um avanço no sentido de maior liberdade da pessoa humana, na medida em que foram incorporados às legislações de muitos países, e que permitiu caracterizar como criminosa sua violação.

Proposição 5

Considerando que entre os novos DH mais importantes para a ação pastoral foram enumerados os que constam da lista abaixo,

Propõe-se: A Igreja deve se empenhar para que cresça o respeito a esses novos direitos e para que cada vez mais as pessoas e as nações possam gozar dos benefícios por eles garantidos.
5.1. Direito ao desenvolvimento.
5.2. Direito à contestação.
5.3. Direito à justa imagem.
5.4. Direito à autonomia na visão do mundo.
5.5. Direito a um estatuto e disciplina das sociedades multinacionais.
5.6. Direito à privaticidade.
5.7. Direito à objeção de consciência.

Proposição 6

Considerando que a pressão social é um direito dos indivíduos e dos grupos,

Propõe-se: A Igreja deve se empenhar em que o exercício desse direito obedeça às devidas condições, entre as quais se enumeram as que constam da lista abaixo:
6.1. Que seja exercida em defesa da verdade, da justiça e do bem comum.
6.2. Que se exerça até o ponto de não se transformar em outro meio de opressão social.
6.3. Que seja feita em defesa de uma causa justa.
6.4. Que seja feita em defesa de interesses gerais, não de interesse de indivíduos.
6.5. Que se faça sempre deixando claro o objetivo que se pretende atingir.
6.6. Que seja exercida sem violência.
6.7. Que seja exercida exclusivamente através de meios lícitos.
6.8. Que seja exercida somente depois de se esgotarem outros meios, como o diálogo e o recurso aos meios normais.
6.9. Que seja exercida contra as injustiças institucionalizadas e contra um poder de legitimidade ambígua.

Proposição 7

Considerando que o direito ao desenvolvimento implica exigências de justiça enumeradas abaixo,

Propõe-se: A Igreja deve se empenhar no sentido de que os indivíduos e as nações tomem consciência dessas exigências e se esforcem cada vez mais para realizá-las na prática:
7.1. É um direito natural do homem "ser mais" e de realizar-se como pessoa.
7.2. É um direito a estruturas sócio-econômicas adequadas que favoreçam a realização dos homens como pessoas e lhes garantam também o necessário "ter mais".
7.3. É um direito das nações pobres que se traduz num dever das nações ricas de não promoverem o próprio desenvolvimento às custas das nações pobres, dever que implica obrigação da restituição.

Proposição 8

O Episcopado brasileiro deve se empenhar em eliminar todas as formas de discriminação que existem dentro da Igreja e que se manifestam sob os aspectos abaixo enumerados:
8.1. Discriminação em favor de sacerdotes cultos, em prejuízo dos destinados a trabalhos mais humildes.
8.2. Discriminação pastoral em favor do povo da cidade, em prejuízo do povo do campo.
8.3. Discriminação entre ricos e pobres, quanto à celebração do casamento.
8.4. Discriminação contra os teólogos que lançam novas idéias.
8.5. Discriminação contra os padres que deixam o ministério, não os convocando para funções que se confiam a leigos e relegando-os a uma condição humilhante, vítimas do desprezo da própria Igreja.
8.6. Desrespeito aos DH das religiosas.

Proposição 9

O Episcopado brasileiro deve se empenhar em alertar os fiéis para as seguintes formas de discriminação ainda existentes no Brasil e em movê-los a se esforçar por eliminá-las.
9.1. Discriminação entre famílias camponesas e grandes proprietários, quanto à posse da terra.
9.2. Discriminação entre os quadros dirigentes e os operários, dentro das empresas.
9.3. Discriminação quanto à condição da mulher.
9.4. Desvalorização da empregada doméstica.
9.5. Discriminação entre a sociedade e o povo.
9.6. Discriminação entre as camadas populares marginalizadas e os beneficiários do regime, quanto à elaboração de opções e à participação no processo político, econômico, social e cultural.
9.7. Discriminação entre ricos e pobres, quanto ao acesso ao ensino superior.
9.8. Discriminação entre os tecnocratas e os que representam e encarnam valores religiosos e humanistas.
9.9. Discriminação entre classes ricas e classes pobres, quanto à participação na renda.
9.10. Discriminação entre brancos e pretos.
9.11. Discriminação entre partidos da situação e partidos da oposição, quanto à participação em favores administrativos.

Proposição 10

Considerando a situação de nossos índios, dos quais aproximadamente uns cem mil estão em processo de exterminação,

Propõe-se: Que a CNBB confie ao Conselho Indigenista Missionário a tarefa de proceder a um levantamento da situação de nossos indígenas, de maneira a motivar a todos os que com eles trabalham, no sentido de juntar esforços para dar-lhes melhor assistência.

Proposição 11

Considerando a importância do testemunho sobre os DH e as dificuldades que ele encontra na atual conjuntura brasileira,

Propõe-se: Que a Igreja no Brasil se empenhe em que os seus testemunhos se inspirem nas normas abaixo assinaladas:
11.1. Que os testemunhos tenham sempre um cunho evangélico e pastoral, sem demagogia.
11.2. Que os testemunhos sejam sempre baseados num conhecimento de causa, evitando-se declarações não devidamente fundamentadas.
11.3. Que os testemunhos denunciatórios só sejam feitos após esgotar outros meios de solução como o diálogo com as autoridades.
11.4. Que esses testemunhos sejam feitos com o apoio do Regional ou dos colegas.
11.5. Que a amplitude dada a esses testemunhos seja proporcional ao fato que se pretende denunciar.
11.6. Que esses testemunhos sejam acompanhados do apoio às vítimas daquilo que se denuncia, mesmo com prejuízo próprio.
11.7. Que os testemunhos não se refiram apenas a aspectos negativos, mas reconheçam também os aspectos positivos do que se vem fazendo para a promoção dos DH.

Proposição 12

Considerando a necessidade de fundamentar devidamente os testemunhos relativos aos DH,

Propõe-se: A criação de centros de informação, nas dioceses e Regionais, de maneira a organizar melhor a circulação de informações em âmbito diocesano, regional e nacional.

A criação de uma assessoria nacional que possa colaborar com os Regionais e as dioceses, no conhecimento, interpretação e fundamentação teológica dos problemas relativos aos DH.

Proposição 13

Considerando a importância da solidariedade episcopal no testemunho sobre os DH,

Propõe-se: A Igreja deve procurar inspirar-se, para sua missão de testemunho, nas seguintes normas abaixo enumeradas:
13.1. Que haja pleno conhecimento dos fatos, mediante a confiança ao colega que informa sobre os mesmos.
13.2. Que se procure a independência financeira e política, para garantir a plena liberdade dos pronunciamentos.
13.3. Que a solidariedade se exprima em gestos concretos, com os bispos do mesmo Regional e com todo o colégio episcopal.
13.4. Que a solidariedade colegial seja também concretizada pela participação em programas, como o de Igrejas-Irmãs, que são respostas às exigências dos direitos da pessoa humana, em benefício de suas necessidades no campo da saúde, educação etc.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

Proposição 14

Considerando a tendência que se acentua, na América Latina, de governos autoritários como soluções inevitáveis;

Considerando que essas soluções pretendem justificar-se pela alegação de incapacidade dos nossos povos de exercer uma completa democracia,

Propõe-se: Que as instituições de natureza não-governamental, especialmente as Igrejas e as sociedades culturais de plano internacional, assumam o encargo de criar um Tribunal Mundial da Dignidade Humana, com a função de julgar eticamente os regimes que violem os direitos fundamentais da pessoa humana, tomando como critério básico de seus julgamentos a Carta Universal dos Direitos do Homem da ONU, a fim de evitar a prevalência de atitudes sectárias, por parte de grupos religiosos e ideológicos. Não participariam desses julgamentos juízes pertencentes aos países onde se passam as violações.

Proposição 15

Considerando a decisiva importância de uma tomada de consciência clara dos DH, na atual conjuntura brasileira,

Propõe-se: A Igreja deve se empenhar por tornar efetivas as iniciativas abaixo mencionadas:

15.1. Que se prepare uma edição popular da Declaração Universal dos DH, para ser amplamente divulgada, acompanhada de citações da doutrina da Igreja e de declarações das autoridades e de comentários a nível popular.

15.2. Que a Assembléia Geral encarregue a Comissão Episcopal de Pastoral (CEP) de preparar um documento sobre o tema dos DH, nos moldes do documento sobre Unidade e Pluralismo.

15.3. Que a CNBB promova, no Advento, uma campanha sobre os DH, nos moldes da Campanha da Fraternidade, com material de propaganda e estudos apropriados.

15.4. Que a CNBB promova uma solenidade na data comemorativa, a ser celebrada em todas as dioceses, com a participação pessoal dos senhores bispos.

15.5. Que se promova, nas bases, uma reflexão sobre o tema dos DH e Pluralismo.

15.6. Que se utilizem os meios de comunicação locais para uma intensa divulgação do tema dos DH, através de uma ampla mobilização do laicado.

15.7. Que se aproveite das reuniões do clero para planejar a divulgação e as comemorações.

15.8. Que se aproveite das aulas de Moral e Civismo e de Problemas Brasileiros, para tratar do tema dos DH.

15.9. Que se preparem subsídios adequados para a divulgação do tema através das pregações.

15.10. Que se organize em cada diocese ou regional algo semelhante à Comissão de Justiça e Paz, incumbido de continuar a promover o estudo do problema.

15.11. Que se dê a todas essas iniciativas um caráter ecumênico e que se aproveite, outrossim, das mesmas para intensificar o diálogo com os não-crentes.

15.12. Que as dioceses e a CNBB nacional promovam tanto as comemorações da *Pacem in Terris*, como as da Declaração Universal dos DH.

Proposição 16

Considerando a importância da questão da participação da mulher na vida da Igreja e a oportunidade oferecida pela comemoração do 10º aniversário da *Pacem in Terris*,

Propõe-se: A Igreja deve se empenhar em desenvolver no Brasil, ainda este ano, as iniciativas abaixo mencionadas:

16.1. Dar ampla divulgação dos textos oficiais da Igreja Universal e Nacional referentes ao tema.

16.2. Estimular o surgimento de grupos de estudo que aprofundem o tema; acompanhar o resultado de suas reflexões e publicar o que se produzir de válido.

16.3. Encorajar as congregações religiosas femininas e encaminhar religiosas aos cursos de teologia, auxiliando na seleção das pessoas mais inteligentes e capazes.

16.4. Favorecer ainda mais a participação da mulher na liturgia, pelo menos dentro dos limites permitidos pela legislação eclesiástica.

16.5. Garantir a participação real e efetiva da mulher no planejamento, nas decisões e na execução das atividades dos Conselhos Pastorais de todos os níveis da Igreja.

16.6. Constituir uma Comissão permanente com a participação de leigas e religiosas, para o estudo mais aprofundado dos problemas referentes à participação da mulher na Igreja.

Proposição 17

Que a Assembléia exprima seu apoio à Declaração de Brodósqui.

Proposição 18

Que as Igrejas particulares, a exemplo do que já se vem realizando em algumas áreas diocesanas, promovam e intensifiquem um trabalho planejado, com acompanhamento e avaliação e com a devida assessoria, no sentido de orientar a consciência política dos cristãos no que se refere ao voto, sobretudo nos períodos pré-eleitorais, com a devida antecedência às eleições.

Que o assunto seja colocado na Pastoral da Igreja particular e possivelmente nos Regionais, como atitude de uma fé atuante e comprometida com Cristo e com nossos irmãos, para o bem comum.

Proposição 19

Que a Igreja garanta a todos os fiéis o exercício dos direitos, que lhes confere sua condição de batizados, especialmente no que concerne à sã doutrina e à confissão auricular.

"Testemunho de paz"

(Declaração conjunta do Episcopado Paulista)

A Assembléia Ordinária do Regional Sul I da CNBB, reunida em Brodosqui, de 6 a 8 de junho de 1972, aprovou a seguinte declaração:

TESTEMUNHO DE PAZ

Ao Povo de Deus, ao qual servimos como pastores legitimamente constituídos por Cristo e pela Santa Igreja, e a todos os homens que conosco convivem na sociedade onde se situam nossas dioceses, enviamos a mais sincera e fraterna saudação de paz e de amizade.

Responsáveis pela presença eficaz da comunidade de salvação entre os homens – característica essencial da Igreja, – devemos estar atentos às condições reais da convivência humana que facilitam ou impedem a comunhão fraterna entre os homens. Essa vigilância nos incumbe pela própria essência da função de pastores, aos quais cabe não apenas orientar diretamente quanto aos caminhos a serem seguidos pelos fiéis, mas também contribuir para a correção de comportamentos e medidas que contrariam a lei fundamental do Evangelho, de amor e respeito a todos os homens: ... "o que fizestes a um dos menores desses meus irmãos, a Mim o fizestes" (Mateus 25,40); "amai o vosso inimigo, orai pelos que vos perseguem" (Mateus 5, 44).

A consciência viva que temos da missão de pastores, a nós confiada por Cristo, obriga-nos a uma vigilante atenção para a plenitude de vida de nossos fiéis: "Eu vim para que tenham a vida, e a tenham em abundância" (João 10,10). Missão esta que o apóstolo Pedro sintetiza nestas palavras: "Velai sobre o rebanho de Deus que vos é confiado" (1ª carta de Pedro 5,2).

As celebrações sesquicentenárias da Independência do Brasil convidam-nos antes de mais nada a agradecer a maravilhosa providência de Deus por todos os benefícios de que cumulou nossa Pátria nesses longos anos de sua autonomia política. Temos, porém, que reconhecer sinceramente que não houve sempre da parte de nós homens a devida obediência à Sua Vontade Divina, manifestada pelas leis natural e positiva e pelo Evangelho.

Colocados pelo Espírito Santo à frente do Povo de Deus que vive no Estado de São Paulo, convidamos todos os nossos irmãos a fazermos juntos um sincero exame de consciência, no intuito de colocar em evidência as transgressões das leis divinas e ao mesmo tempo nos inteirar da gravíssima responsabilidade que assumimos diante da Justiça Divina, sobretudo quando essas transgressões atingem nosso irmão cujo amor Cristo estabeleceu como o maior sinal de sua presença salvífica no mundo (cf. João 13,35).

Assim é que mais uma vez vemo-nos impelidos a trazer à consideração dos responsáveis pela ordem pública atitudes e fatos já conhecidos tanto dentro de nossas fronteiras como no estrangeiro, que atentam violentamente contra a incolumidade física, a integridade psíquica, a dignidade da pessoa humana no seu valor moral e religioso.

Fatos e atitudes que já foram objeto de uma clara afirmação da Assembléia Nacional do Episcopado, no Documento Pastoral de Brasília: "... é notório que, apesar dos desmentidos, há bem viva na consciência de nossa população e muito difundida na opinião pública internacional a convicção de que é relevante a incidência dos casos de tortura no Brasil" (Maio de 1970). Fenômenos desta natureza não são exclusivos da realidade nacional, mas infelizmente ocorrem também em outros países, não cabendo a povo algum o direito de atirar a primeira pedra.

De fato, não são raros os casos que chegam ao nosso conhecimento, casos esses ocorridos no Estado de São Paulo, revelando que essa situação não mudou, substancialmente, desde aquela data até hoje.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

Colocado perante uma situação de iniqüidade, João Batista ergueu a voz para dizer com coragem profética: "Não te é lícito" (Marcos 6,18).

Falharíamos a um imperativo da consciência se não retomássemos a palavra de João Batista, diante de alguns fatos de hoje.

Não é lícito efetuar prisões da forma como freqüentemente estão sendo feitas entre nós: sem identificação da autoridade coatora nem de agentes que a executam, sem comunicação ao Juiz competente dentro do prazo legal. Muitas dessas detenções tomam o aspecto de verdadeiros sequestros. – Ora, a lei que nos rege, emanada do próprio Movimento Revolucionário de Março de 1964, claramente determina que "ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita da autoridade competente" (Const. de 1969, Art. 153 § 1º).

Não é lícito utilizar, no interrogatório de pessoas suspeitas, com o fim de obter confissões, revelações, ou delação de outros, métodos de tortura física, psíquica ou moral, sobretudo quando levados até a mutilação, à quebra da saúde e até à morte, como tem acontecido. Está isso em frontal desacordo com a Constituição que taxativamente diz que se "impõe a todas as autoridades o respeito à integridade do detento e do presidiário" (Art. 153 § 14).

Ouçam os responsáveis por essas ações: "Eis que a voz do sangue de teu irmão clama por mim desde a terra"(Gênesis 4, 10). E lembrem-se, outrossim, da grave obrigação que têm de oferecer aos arbitrariamente punidos e injustiçados a devida reparação pelos danos morais e sociais infligidos à sua pessoa cfr. Mateus 7,1-2).

Não é lícito privar os acusados de seu direito de ampla defesa ou prejudicá-la mediante ameaças, nem prejudicar o acusado como réu, antes de julgado, nem protelar por tempo indeterminado o processo regular, quando nossa Carta Magna expressamente determina que "a lei assegurará aos acusados a ampla defesa com os recursos a ela inerentes" (Art. 153 § 15); e que "a instrução criminal será contraditória" (Ibid. § 16).

Não é lícito a qualquer outra autoridade sobrepor-se a consciência dos juízes ou criar impedimentos ao livre exercício de sua função. Seria expor o magistrado a uma eventual iniqüidade, condenada pela Palavra de Deus: "Afasta-te da injustiça e ela se afastará de ti. Não procures tornar-te juiz se não fores bastante forte para destruir a iniqüidade, não aconteça que temas perante um homem poderoso e te exponhas a pecar contra a equidade. Não acrescentes um segundo pecado ao primeiro, pois, mesmo por causa de um só, não ficarás impune" (Eclesiástico 7, Iss).

Sabemos, por experiência pessoal, como é difícil que a autoridade seja sempre atendida na execução de suas determinações. Acreditamos que as mais altas Autoridades do País, neste momento histórico da Pátria, estão imbuídas de sinceros propósitos para levar a feliz termo a obra da Paz, na Verdade e na Justiça. Impõe-se, porém, que os responsáveis pela ordem social, em nosso País, reflitam, com maior insistência, sobre os fatos e atitudes, que aqui denunciamos, para não se verem, de algum modo, incriminados pelas misérias morais que atualmente se verificam. "Ai daqueles que... denegam a justiça àquele que tem o direito ao seu lado" (Isaias 5,23).

Aplaudimos as Autoridades quando, no exercício legítimo de suas atribuições, condenam o crime, a violência, ou a desordem social. Lamentamos, porém, de modo especial, a suspensão da plena garantia do *habeas-corpus*. Colocamo-nos ao lado dos que pleiteam o retorno total dessa garantia. É exatamente sua falta que contribui não pouco a criar e a manter um clima de insegurança social. Insegurança de pessoas que se sentem ameaçadas de prisão e maus tratos até sob meras suspeitas ou por engano. Insegurança de famílias inteiras, impossibilitadas de obter durante meses notícias de membros seus, presos. Insegurança da própria sociedade incapacitada de confiar naqueles que têm a responsabilidade de sua proteção.

A reposição de uma clima de confiança na Justiça, certamente voltará a tranqüilizar nossas famílias e todo nosso povo.

Bem sabemos que é próprio da Misericórdia Divina oferecer o perdão a todos os que reconhecem suas fraquezas. "Deus não quer a morte do pecador, mas que se converta e viva" (cf. Ezequiel 33,11). O que não se pode admitir é a perseverança no erro e no mal, quando conhecidos.

Estamos certos de que as Autoridades, sensíveis à consciência cristã, saberão interpretar este nosso apelo, como uma forma fraterna de colaboração e expressão da Vontade de Deus, que nos conclama a todos para a vivência da Paz que tem sua plenitude em Cristo.

Que essa paz guarde nossos corações e nossas inteligências e nos torne atentos à Verdade e desejosos da Justiça.

Brodósqui, 8 de junho de 1972

Declaração dos membros da Comissão Central da CNBB

Presença da Igreja

Após o agravamento da situação nacional, a partir de 13 de dezembro p.p., é a primeira vez que a Comissão Central da CNBB se reúne, e acha ela de sua estrita obrigação manifestar de público seu pensamento e suas preocupações.

Somos, os signatários, cidadãos desta Pátria que muito amamos. Movem-nos, não motivos político-partidários, mas, o bem comum, e, como Pastores, a responsabilidade da missão da Igreja, que é também de serviço, de solidariedade e comunhão com os sofrimentos e as aspirações de nossos concidadãos, além do desejo de estimular os esforços que se cumprem para o progresso desta Nação.

A Igreja Católica, cuja ortodoxia e ação no Brasil nos têm como responsáveis – e que sempre esteve presente, de maneira positiva e benéfica, em todas as páginas de nossa História – não pode fugir, na hora presente, de uma leal colaboração com o Governo em todos os setores onde sinceramente se procurem a verdade e a justiça, a liberdade e o amor.

Reformas em função do Homem

É neste sentido de colaboração e de serviço conscientes que nos empenhamos no dever de atuar a doutrina social cristã, fator importante de evangelização, e que exige reformas, cuja necessidade o próprio Governo tem reafirmado e que, agora, mediante os poderes de exceção de que dispõe, poderá concretizar de maneira expedita. Reformas que não significam subversão da ordem, mas, mudança de estruturas arcaicas, flagrante empecilho ao desenvolvimento. Reformas que em absolutc aceitam postulados marxistas ou comunistas, mas, que nãc podem, por outro lado, visar à defesa e à melhoria acidental de um "status-quo", no qual o lucro é o valor *supremo* do progresso econômico, a concorrência é a lei *única* da economia, a propriedade privada dos bens de produção é o direito *absoluto*. Não é a partir de uma concepção materialista da vida em que o fator eficiência, a economia, a produção, a técnica situam-se no centro, mas, a partir do homem, que consideramos autêntico o desenvolvimento. Todo homem tem o direito de se realizar como pessoa, isto é, de assumir a sua vocação na sociedade, de ser responsável no campo do trabalho que lhe compete. Uma reforma para o desenvolvimento integral do homem só poderá realizar-se em solidariedade: deve o homem encontrar o homem como irmão, como filho de Deus, para construir uma sociedade justa e fraterna, em que o progresso de alguns não seja obstáculo ao desenvolvimento de todos.

Desejaríamos, por outro lado, se pusesse cobro à ambiguidade de certos termos, como "subversão", "socialização", "democracia", "conscientização", "segurança", "desenvolvimento"...

Missão da Igreja

Em novembro de 1967 escrevíamos: "Ainda que o magistério da Igreja, fundado na mensagem revelada de modo perfeito por Jesus Cristo, se refira essencialmente às verdades que definem o destino eterno do homem, inclui igualmente a definição dos valores humanos, base insubstituível da vida transcendente. Repudiamos a tese marxista – de que a religião realiza uma espoliação do homem, consolando-o com uma felicidade futura, compensadora da inevitável frustração terrena. Afirmar que a missão religiosa dos Bispos não deve ultrapassar os limites da chamada "vida espiritual" é praticamente aceitar a concepção

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

marxista da religião. Proclamar a defesa da civilização cristã e ao mesmo tempo coarctar a missão docente da Igreja na defesa dos valores humanos significa defender um paganismo disfarçado".

Por isso, lamentamos profundamente as más interpretações e as incompreensões em torno da ação da Igreja em nosso País, mesmo que tenha havido imprudências – que, igualmente, lamentamos.

De fato, "somos contrários a movimentos efetivamente subversivos, isto é, que procuram a conturbação social, buscando aproveitar-se da anarquia para impor interesses de grupo, assim como é subversão da ordem social o abuso do poder econômico ou político em benefício próprio" – conforme declarava a Comissão Central da CNBB, em novembro de 1967. Reafirmamos o que naquela ocasião proclamávamos – estamos decididos a aplicar os princípios do Concílio Ecumênico Vaticano II, das encíclicas sociais e, agora, da II Conferência Geral do Episcopado da América Latina, em Medellin, ainda que isto nos custe amarguras e dificuldades pessoais. É nossa resposta ao pedido do Santo Padre às necessidades do nosso povo, ao clamor da civilização.

Posição da Igreja

A situação, institucionalizada no mês de dezembro último, possibilita arbitrariedades, entre as quais a violação de direitos fundamentais, como o de defesa, de legítima expressão do pensamento, de informação· ameaça a dignidade da pessoa, de maneira física ou moral; institui poder que, em princípio, torna muito difícil o diálogo autêntico entre governantes e governados e poderá levar muitos a uma perigosa clandestinidade. Recordamos estas palavras de Pio XI "...as leis humanas que contrastam insoluvelmente com o direito natural são afetadas de erro original, e se não podem sanar nem por constrangimento, nem por desdobramento de força externa. Segundo este critério, julgue-se o princípio: 'direito é aquilo que é útil à nação'. "Certo, pode dar-se a este princípio um sentido justo, entendendo-se que aquilo que é moralmente ilícito jamais será realmente vantajoso ao povo. Entretanto, já o antigo paganismo compreendeu que, para ser justa, a frase teria que ser invertida e soar – 'jamais alguma coisa é vantajosa se, ao mesmo tempo, não é moralmente boa, e não por ser vantajosa é moralmente boa, mas porque moralmente boa é também vantajosa' (Cícero, De Officiis III, 33). Este princípio, separado da lei ética, significaria no que concerne à vida nacional, desconhece, confundindo interesse e direito, o fato fundamental que o homem, enquanto pessoa, está de posse de direitos concedidos por Deus que devem ser defendidos contra toda investida da Comunidade que os queira negar, abolir e interceptar-lhes o exercício". (Encíclica "Mit brennender Sorge").

Apelo e exortação

Nosso ardente desejo, traduzido em apelo a todos os homens de boa vontade principalmente aos atuais responsáveis pelos destinos da Nação, é que se leve a termo, quanto antes possível, a redemocratização do regime; e cumprimos o dever pastoral de lembrar que aqueles que detêm nas mãos todo o poder de decisão assumem, perante Deus e perante a História, imensa responsabilidade. Exortamos, na caridade de Cristo, Clero e Fiéis, inclusive os que exercem função pública, a crescente e generosa fidelidade ao Evangelho e ao Magistério da Santa Igreja, em especial ao Santo Padre Paulo VI, a quem nos sentimos firme e afetuosamente unidos. Esperamos de todos perseverança apostólica e uma ação eficaz norteada pela prudência e inspirada pelo respeito e pelo amor a nossa Pátria.

Que a Virgem Senhora Aparecida, Rainha e Padroeira do Brasil, nos alcance do Príncipe da Paz, – daquela paz que é fruto de justiça e do amor, como lembrou Paulo VI em sua última Mensagem de Natal –, a concórdia dos ânimos, a verdadeira segurança e o acerto das medidas que levem ao "desenvolvimento integral do homem todo e de todos os homens" (Populorum Progressio).

São Paulo, 18 de fevereiro de 1969

Agnelo Rossi, Cardeal Arcebispo de São Paulo e Presidente da CNBB
Carlos Carmelo de Vasconcellos Motta, Cardeal Arcebispo de Aparecida do Norte
Jaime de Barros Câmara, Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro e Secretário Regional do Leste I
Eugênio de Araújo Sales, Arcebispo de Salvador, Primaz do Brasil e Secretário Regional do Nordeste III
Vicente Scherer, Arcebispo de Porto Alegre, 1º Vice-Presidente e Secretário Regional do Sul III
Alberto Ramos, Arcebispo de Belém, 2º Vice-Presidente e Secretário Regional do Norte II
José Newton de Almeida Baptista, Arcebispo de Brasília e Secretário Regional do Centro
Hélder Câmara, Arcebispo de Olinda e Recife e Secretário Regional do Nordeste II
Fernando Gomes dos Santos, Arcebispo de Goiânia e Secretário Regional do Centro-Oeste
João Rezende Costa, Arcebispo de Belo Horizonte e Secretário Regional do Leste II
João José da Motta e Albuquerque, Arcebispo de S. Luiz do Maranhão e Secretário Regional do Nordeste I
Afonso Niehues, Arcebispo de Florianópolis e Secretário Nacional dos Seminários
José Maria Pires, Arcebispo de João Pessoa e Secretário Nacional das Vocações
Gabriel Bueno Couto, Bispo de Jundiaí, Administrador Apostólico de Bragança Paulista e Secretário Regional do Sul I
Antônio Barbosa, Bispo de Campo Grande e Secretário Regional do Extremo-Oeste.
José Alberto de Castro Pinto, Bispo Auxiliar do Rio de Janeiro, Tesoureiro Geral da CNBB e Secretário Nacional de Ação Social
Clemente José Carlos Isnard, Bispo de Nova Friburgo e Secretário Nacional de Liturgia
Arcangelo Cerqua, Bispo Prelado de Parintins, Secretário Nacional de Atividade Missionária e representante do Secretariado Regional Norte I
Tiago Cloin, Bispo de Barra do Rio Grande e Secretário Nacional do Apostolado dos Religiosos.
Valfredo Tepe, Bispo Auxiliar de Salvador e Secretário Nacional do Ministério Hierárquico
Pedro Fedalto, Bispo Auxiliar de Curitiba e Secretário Regional do Sul II
José Costa Campos, Bispo de Valença e Secretário Nacional de Catequese
Lucas Moreira Neves, Bispo Auxiliar de São Paulo e Secretário Nacional do Apostolado dos Leigos
Aloísio Lorscheider, Bispo de Santo Ângelo, Secretário Geral da CNBB e Secretário Nacional de Teologia.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

"UMA IGREJA EM CONFLITO"

Documentos assinados por: Comissão Central da CNBB (RJ) - D. João da Motta, Arcebispo de São Luís; D. Luís Marelim, Bispo de Caxias; D. Pascásio Rettler, Bispo de Bacabal; D. Rino Carlesi, Bispo de Balsas; D. Francisco Hélio Campos, Bispo de Viana; D. Frei Marcelino Sérgio Bicego, Bispo de Carolina; D. Valentino Lazzari, Bispo de Grajaú; D. Afonso de Oliveira Lima, Bispo de Brejo; D. Carmelo Cassati, Bispo Auxiliar de Pinheiro; D. Guido M. Casullo, Bispo de Cândido Mendes (MA) - Conselho de Justiça da Auditoria da 9ª CJM de Campo Grande (MT) - D. Pedro Casaldáliga, Prelado de São Félix (MT) - D. Angelo Frosi, Bispo de Abaetetuba (PA) - Pe. Francisco Carnimeo, Provincial O.S.M; Pe. João Rocha, Vigário Provincial O.S.M.; Pe. Armando Morandi, Administrador da Prelazia; Pe. Pedro Martinello, Vigário Geral da Prelazia; Pe. José Carneiro, Pároco de Xapuri; Pe. Peregrino Carneiro, Pároco de Plácido de Castro; Pe. Paulino Baldassari, Pároco de Sena Madureira; Pe. Heitor Turrini, Pároco de Epitaciolândia; Pe. Mário Scuppa, Pároco de Brasília; Pe. Otávio Lucietti, Pároco de Santa Inês; Pe. Dionísio Mandaio, Diretor do Artesanato "Fr. Romeu"; Pe. Manuel Pacífico, Coordenador de Pastoral (AC) - Secretariado Geral da CNBB (RJ) - Prelados da Amazônia Legal, reunidos em Goiânia (GO) - D. Milton Correa Pereira, Presidente da Comissão Episcopal Regional Norte I, Manaus; João de Souza Lima, Arcebispo de Manaus (AM) - D. Antonio Sarto, Bispo Coadjutor de Porto Velho (RO) - D. Miguel Alagna, Bispo de Rio Negro (AM) - D. Gutemberg Freire Regis, Prelado de Coari (AM) - D. Arcangelo Cerqua, Bispo de Parintins (AM) - D. Joaquim de Lange, Bispo de Tefé (AM) - D. Frei Adalberto Marzi, Prelado do Alto Solimões (AM) - D. Luiz Gomes de Arruda, Bispo de Guajará-Mirim (RO) - D. Jorge Marskell, Administrador Apostólico de Itacoatiara (AM) - D. Moacir Grechi, Prelado do Acre e Purus (AC) - D. Miguel D'Aversa, Prelado de Humaitá (AM) - D. Adriano Veigle, Prelado de Borba (AM) - D. Aldo Mongiano, Prelado de Roraima (RR) - Comissão Pastoral da Terra, da CNBB (RJ).

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

Os problemas da terra

Igreja na atual conjuntura - Cartas ao Presidente Medici - Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social - Carta ao Ministro da Justiça - A Igreja no Sesquicentenário da Independência - A condenação do Padre Jentel - Um apelo do Acre - A Amazônia e o Nordeste - Problemas no Maranhão - A absolvição do Padre Jentel - Mensagem aos posseiros e trabalhadores na agricultura.

1969

Igreja na atual conjuntura

(Nota da Reunião da Comissão Central)

Introdução

Diretrizes Pastorais

1. - Uma posição de Igreja consciente perante a História, mas revestida de atitude pastoral.
2. - Em permanente atitude de autocrítica e de análise objetiva dos acontecimentos nacionais.
3. - Disposta ao diálogo e à cooperação quando se trate do bem comum.
4. - Como Pastores, não podemos sacrificar a mensagem do Evangelho a nossas idéias.
5. - Em posição de vigilância e firmeza diante de todos os abusos de autoridade, de injustiça social e das novas formas com que se apresenta o anticlericalismo, e de todos os atentados contra a dignidade da pessoa humana.

É com este espírito que desejamos oferecer uma contribuição à consciência nacional, em forma de princípios e sugestões.

I - É fora de contestação que está o Brasil em regime de exceção. O instituto jurídico que nos rege é circunstancial e conseqüentemente transitório. Consideramos indispensável que o Brasil volte a ser governado à base de uma Constituição que consulte os legítimos interesses e anseios nacionais.

II - Essa exigência prevê o funcionamento do Congresso em plenitude, ao lado do Poder Judiciário.

III - É hora de fazermos um apelo a todos os detentores do poder no sentido de que utilizem suas energias intelectuais e morais a serviço da comunidade brasileira. Este momento é decisivo para os destinos do Brasil.

IV – A Igreja inspirada no Evangelho e inspiradora dos ideais da vida social, está convencida de que o cristianismo ultrapassa e transcende formas de governo e regimes políticos. Por isso mesmo, não se pode vincular a determinadas situações históricas e deve, por outro lado, iluminar iniciativas e experiências representativas de todo o esforço humano solidário. Quer que se aperfeiçoem os critérios e modelos de convivência humana, aponta os erros que se cometem contra os direitos da pessoa, proclama os anseios de bem-estar social emanados do Evangelho. Se não lhe cabe conduzir, oficialmente, nem indicar com exclusividade o processo de transformação das estruturas temporais, reconhece que toca à pessoa humana, ao cristão bem formado, assumir, seja leigo, seja sacerdote, as opções que a consciência lhe ditar. Este é um direito que se deve respeitar.

Como Pastores não aceitamos a pecha de subversão, aplicada a pessoas que desejam ser fiéis ao Cristo e às diretrizes oficiais da Igreja.

V – Vemos, com profunda tristeza, o alargamento dos conflitos ideológicos que se travam no coração da Pátria. Lamentamos as posições radicalizadas que estão desviando o Brasil de seu comportamento tradicional. A força pela força não promove a solidariedade, antes estimula a clandestinidade. Seremos Pastores mais felizes quando tivermos a certeza de que, mesmo na divergência das opiniões, os grupos humanos, à luz do sol e sob a égide da Lei, se encontrarem normalmente, a serviço da Civilização e da Cultura.

VI – Há imensas riquezas na alma da juventude. A experiência prova que também ela pode enganar-se, mas seria irrisório pensar que as reflexões dos adultos devem substituir a sua contribuição no processo de crescimento nacional. O importante é saber somar as energias animadoras da integração social. Este é o desafio histórico com que nos defrontamos.

VII – Preocupados com o bem-estar social ousamos apresentar a nossos governantes duas sugestões, relativas à reforma agrária e ao plano de habitação nacional.

a) é fora de dúvida que o Estatuto da Terra vem criando, dentro da atual estrutura agrária brasileira, paulatinamente, algumas condições ambientais que já propiciam mais uma conquista de índole social. Sem entrarmos no exame mais profundo da situação rural, lembraríamos ao Governo a necessidade de que se facilitasse ao máximo, através dos organismos competentes, a aquisição de terras para todos aqueles que vivem da terra e não a possuem. Há enorme quantidade de proprietários que desejam vender parte de suas terras e não conseguem fazê-lo. E existe, de outra parte, inúmeros trabalhadores rurais que têm direito à posse da terra. Nada mais natural do que fazer-se desencadear um programa sério nessa direção, apoiado por outras medidas complementares.

b) vem crescendo inegavelmente o plano habitacional posto em prática pelo Governo, ensejando a posse da casa própria a milhares de famílias. Isto, em si, é um bem. Há, porém, um problema que está preocupando determinadas áreas do País: a impossibilidade prática de inúmeras famílias saldarem os compromissos. É que o salário não sobe de acordo com o custo de vida. E a correção monetária e outras taxas que pesam sobre a matéria estão a exigir urgente reexame da situação.

VIII – Entendemos que interessa ao Brasil, como Estado, o crescimento de sua renda **per capita.** Mas não basta. O desenvolvimento é feito pelo homem e para o homem. Daí considerarmos de interesse nacional um plano efetivo e dinâmico de bem-estar, que se preocupe com a educação e a saúde do povo numa corajosa revisão das tentativas postas em prática até o momento.

IX – No plano internacional desejamos ver o Brasil solidário com todos os países e continentes, mas o queremos consciente de sua soberania, de seus recursos humanos, de suas soluções originais.

X – Fazemos nossas as conclusões de Medellín, as diretrizes Conciliares Pontifícias, em matéria de filosofia social. Desejamos bem nítidas as metas aí definidas que implicam na urgência do desenvolvimento integral e na defesa do homem e de seus valores básicos. Aconselhamos uma metodologia de ação orgânica e proporcional no processo de mentalização de todas as classes sociais e convidamos a todos nesta hora grave ao desarmamento espiritual, para que o Brasil, de fato, se reencontre, sob a inspiração "da justiça e da liberdade, do amor e da verdade".

Rio de Janeiro, 12 a 20 de setembro de 1969

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

1970

Carta ao Presidente da República

(Após reunião da Comissão Central da CNBB)

Senhor Presidente

1. Alguns orgãos de imprensa publicaram, no dia 9 do corrente, uma entrevista relativa ao caso dos dois sacerdotes detidos recentemente no Maranhão.

2. Não é nossa intenção solicitar para estes padres qualquer tratamento de exceção ou privilégio. Formulamos apenas o pedido de que sejam efetivamente julgados nos termos do Direito e em plena fidelidade à Constituição Brasileira e à Carta dos Direitos Humanos.

3. Por outro lado, não pretendemos, em base à mencionada entrevista, acirrar polêmicas.

4. É dever, porém, inerente à nossa missão evangélica no mundo, manifestar que estranhamos e nem podemos deixar de repelir o tom agressivo em que está vazada a entrevista, as acusações ali feitas aos Bispos signatários da nota episcopal do Regional Nordeste I, de 25 de agosto último, e o julgamento emitido, já por antecipação, sobre a culpa dos Padres José Antonio de Magalhães Monteiro e Xavier de Maupeou, que respondem a um IPM no Maranhão.

5. Convencidos do interesse de V. Excia. em conhecer a verdade sobre os fatos, sobre aqueles principalmente que afetam no País e no exterior a imagem do Brasil, é que vimos reafirmar o que foi expressado claramente na nota episcopal do Regional Nordeste I: o Padre José Antonio de Magalhães Monteiro sofreu realmente torturas e maus tratos quando esteve detido.

6. Esta afirmação que fazemos com nossa responsabilidade se baseia na autoridade dos Bispos do Nordeste, no depoimento do mesmo sacerdote José Antonio Magalhães Monteiro, prestado aos seus superiores hierárquicos que o interpelaram a respeito. Fundamenta-se ainda no laudo médico e na análise das seguintes circunstâncias: a proibição do Arcebispo de S. Luis de falar com o Pe. José Antonio; a violência das notas divulgadas pela Polícia; referência, por parte da Polícia, a algemas que explicariam as escoriações, algemas que, na verdade, não foram aplicadas ao Padre em momento algum; finalmente, a "condenação" explícita ao direito de solicitar um laudo médico.

7. É oportuno salientar também que a invocada ausência de assinatura de Dom Avelar Brandão, Arcebispo de Teresina, se deve ao fato de que S. Excia. se encontrava no Rio de Janeiro.

8. Senhor Presidente, queremos reafirmar a V. Excia., certos de sua compreensão e acatamento, o valor pastoral da formação do Homem à luz do Evangelho e sob a orientação e responsabilidade dos Bispos, fiéis à Doutrina Social da Igreja. Vemos aqui nossa leal contribuição ao desenvolvimento integral do homem brasileiro, tão reclamado por todo o nosso povo e tão incentivado pessoalmente por V. Excia.

9. Desaprovamos, portanto, toda e qualquer ação que se configure contrária a esta Doutrina. Lamentamos, não menos, a incompreensão, a condenação e o combate até a nossos propósitos de seguimento e concretização desta doutrina.

10. Nesse contexto, fazemos um apelo ao Governo, no sentido de que confie na ação da Igreja. Pedimos também que sejam tomadas medidas eficazes para prevenir casos que envolvem pessoas merecedoras do respeito à sua dignidade e que em tais episódios são, não raro, sumária e arbitrariamente, caluniadas e condenadas.

11. Agradecemos, pois, que V. Excia., em nome da verdade, ordene disposições que venham a desfazer na opinião pública a impressão decorrente da referida entrevista, quanto ao conceito dos 15 Bispos do Nordeste I, apontados ali em citação textual como "esquerdistas", responsáveis por declarações **"só por eles imaginadas e difundidas"**, baseadas em declarações **"inconsistentes e mentirosas do Padre Monteiro"**, com o fito de estabelecer um clima de tensão contra a Polícia Federal. Não podemos aceitar, evidentemente, tais formulações que lesam gravemente a justiça e a verdade.

Rio de Janeiro, 12 de setembro de 1970.

Carta ao Presidente da República

Exmo. Senhor General Emílio Garrastazu Medici,
DD. Presidente da República

Reunidos em dias de reflexão e estudo, na cidade do Rio de Janeiro, de 9 a 12 de setembro corrente, os membros da Comissão Central da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, entre outros problemas que os preocuparam, sentiram o dever de se voltar para o da incidência da seca que assola vasta área do Nordeste brasileiro, no presente ano.

Dentro da consciência da missão de pastores, não podem eles furtar-se no exame de uma situação que compromete milhões de irmãos nossos e que mereceu da parte do primeiro magistrado da nação, após visitas ao Nordeste, um pronunciamento tão candente e vigoroso à face da comunidade nacional. Guardamos bem nítidas as expressões do discurso presidencial, refletiam um total inconformismo com a situação de miséria e de penúria a que se acham sujeitas, em sua maior parte, as populações nordestinas, situação tornada mais visível na ocorrência de mais uma catástrofe climática.

Não desconhecem, antes louvam, todos os esforços despendidos pela administração federal, através de vários organismos, no intuito de que sejam colocadas fora do alcance da calamidade, tantas vidas. São de grande porte financeiro, os compromissos assumidos em tal conjuntura, sobretudo no estabelecimento de numerosas frentes de serviços, espalhadas nos vários Estados da área conflagrada. Digno de menção se faz, ainda, o empenho saneador de isentar a aplicação de tamanhos recursos, de influências perniciosas que, vezes passadas, constituíram verdadeira chaga a contaminar, em meio a aflição geral, com a chamada "indústria das secas", o já contristado ambiente dos sertões nordestinos.

Seja lícito, porém, ao lado destas constatações, apresentar ao Governo com a construtiva intenção de colaboração e com a ênfase que a missão pastoral impõe algumas considerações em torno do que se poderia chamar constante empenho de melhorias e humanizações das condições atuais em que vivem e trabalham tão numerosos brasileiros.

1. Certamente muito lucrariam os nordestinos, de baixo índice de alfabetização, se ao ensejo das concentrações, originadas pelas frentes de serviço, lhes fossem dados meios de se alfabetizarem. Neste particular, existem planos de algumas dioceses, já em mãos do Exmo. Sr Ministro da Educação e Cultura, que poderiam tornar-se válidos projetos e rendosas iniciativas, se merecerem apoio e incentivo.

2. As condições de salubridade e higiene deveriam despertar continuada atenção, a fim de que o trabalhador não venha a sofrer consequências danosas à sua saúde. O tratamento da água potável é uma das medidas apontadas como de primeira exigência, assim como o adequado cuidado com os recipientes destinados ao consumo de água de cada turma de trabalhadores.

3. O estado de insuficiente alimentação do homem, tendo-se em vista que deve fazer, muitas vezes, longas caminhadas para tornar cada dia de semana ao convívio da família, está a sugerir que as tarefas do trabalho lhe sejam minoradas na manhã das sexta-feiras.

4. O próprio tipo de trabalho executado, em várias frentes, não é de ordem a estimular a ocupação do homem, tal a sua precariedade e ausência de real sentido e utilidade. Recomendável seria, e com urgência, uma possível adequação a atividades mais significativas para as comunidades e mais condizentes com o esforço do trabalhador e os gastos do governo. É complexa a viabilidade de sugestões, tais como o destocamento de áreas proximamente cultiváveis, o plantio de forrageiras, a construção de pequenas barragens, a limpeza de bacias de açudes e outros. Neste particular, no entanto, dentro da ação supletiva que lhe cabe, a Igreja, nas várias dioceses do Nordeste, oferece a sua colaboração e pode apresentar a efetiva realização de pequenos projetos comunitários, favorecidos com a ajuda de cristãos mais dotados de recursos e com o favorecimento e orientação também da Cáritas brasileira, tão preocupada está com a sorte do Nordeste, desde o início da atual seca.

5. O problema do abastecimento é de vital importância para os reduzidos ganhos do operário que deve valorizar, no máximo, aquilo que recebe para atender a si e aos seus, vítima também ele, muitas vezes, da especulação do mercado e da escassez de gêneros alimentícios.

6. Maior interesse deve prevalecer na manutenção das frentes, sua ampliação e abertura de outras, se necessário, tudo isto ante a visão da vigência da longa estiagem, cujos efeitos não cessarão com a chegada pura e simples das primeiras chuvas. A assistência ao homem deve continuar e preocupar-se, à época das chuvas, com a distribuição de sementes para as várias culturas.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

Na apresentação destas ponderações,torna-se claro, mais uma vez, que dentro da solicitude pastoral dos bispos, se entende possam eles endereçar ao Chefe da Nação, nos meses críticos de emergência da seca, um apelo que não desconhece as preocupações do Governo para com o povo nordestino. Significa este gesto, um marcante interesse de cercar uma população sofredora, da vigilância que o bem comum do País está sempre a exigir e que se explica superiormente pelos reclamos da caridade de Jesus Cristo, presente na pessoa do próximo, nosso irmão.

Rio de Janeiro, 12 de setembro de 1970

1971

Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social

Depois de três anos de "missão" neste norte de Mato Grosso, tentando descobrir os sinais do tempo e do lugar, juntamente com outros sacerdotes, religiosos e leigos, na palavra, no silêncio, na dor e na vida do povo –, agora, com motivo da minha sagração episcopal, sinto-me na necessidade e no dever de compartilhar publicamente, como que a nível de Igreja nacional e em têrmos de consciência pública, a descoberta angustiosa, premente.

Para dar a conhecer esta Igreja às outras Igrejas irmãs, à Igreja. Para pedir e possibilitar, também desde esta Igreja, uma maior comunhão, uma colegialidade mais real, uma mais decidida corresponsabilidade. Talvez também para despertar e chamar respostas e vocações concretas...

Nenhuma igreja pode viver isolada. Toda igreja é universal, na comunhão de uma mesma Esperança e no comum serviço do amor de Cristo que liberta e salva. "... Cada parte contribui com os seus dons peculiares para as demais e para Toda a Igreja, de modo que o todo e cada parte crescem por comunicação mútua e pelo esforço comum em ordem a alcançar a plenitude na unidade". (Lumem Gentium, 13).

O "momento publicitário" de projetos e realizações que a Amazônia está vivendo, e a opção de prioridade que a própria Igreja do Brasil fez por ela, através da CNBB, justificam também com nova razão esta minha declaração pública.

Se "a primeira missão do bispo é a de ser profeta" e "o profeta é aquele que diz a verdade diante de todo um povo"; se ser bispo é ser a voz daqueles que não têm voz (Card. Marty), eu não poderia, honestamente, ficar de boca calada ao receber a plenitude do serviço sacerdotal.

SITUAÇÃO GEOGRÁFICA

Esta Prelazia de São Félix, bem no coração do Brasil, abrange uns 150.000 km² de extensão, dentro da Amazônia legal, no nordeste do Mato Grosso, e com a Ilha do Bananal em Goiás. Está encravada entre os rios Araguaia e Xingu e lhe faz como de espinha dorsal, de Sul a Norte, a Serra do Roncador.

O decreto de ereção da Prelazia, "Quo commodius", assinado por Paulo VI, aos 13 de março de 1970, define assim os limites estritos da Prelazia de São Félix: "Ao norte, os confins da Prelazia de Conceição do Araguaia, que atualmente delimitam os Estados do Pará e Mato Grosso; ao leste os confins da Prelazia de Cristalândia, e ao oeste os da Prelazia de Diamantino, ou seja os rios Araguaia e Xingu; ao sul a linha traçada em direção noroeste desde a confluência dos rios Curuá e das Mortes; e daí em linha reta até a confluência dos rios Couto de Magalhães e Xingu".

Compõem o solo da Prelazia terras de mata fértil, florestas, grandes pastagens, margens de areia e argila, campos e cerrados, sertão e varjões. Duas estações, bem marcadas, de clima subequatorial, se repartem o ano todo: "as chuvas", de novembro até abril, e "a seca" de maio a outubro.

Cruzam o território duas estradas "de terra", de empreendimento da Sudeco. (a BR-158, Barra do Garças - Xavantina - São Félix, e a BR-80, em construção, Araguaia-Xingu - Cachimbo - Cuiabá/Santarém).

A Prelazia compreende todo o Município de Luciara, ao norte, e, ao sul, mais da metade do Município de Barra do Garças. Além da Ilha do Bananal, formada pelos dois braços do rio Araguaia.

São Félix, a sede da Prelazia, é só distrito e pertence à Prefeitura de Barra do Garças, a uma distância de quase 700 km. (1)

Dentro da área do Município de Barra do Garças, além da sede da Prelazia, com uns 1.800 habitantes, situam-se os povoados de Pontinópolis, Campos Limpos/Cascalheira, Santo Antônio, Serra Nova, Garapu, Barreira Amarela... O município de Luciara inclui a sede da Prefeitura (2) e os lugarejos de Santa Terezinha (com o antigo núcleo fundacional de Furo das Pedras), Cedrolândia/ Porto Alegre, Lago Grande, "2 de Junho", "São Sebastião" ... Dentro da Ilha do Bananal está Santa Isabel do Morro - "a capital", com aeroporto oficial da FAB -, São João do Javaé e Barreira de Pedra.

Existem na área da Prelazia as aldeias indígenas da metade leste do Parque Nacional do Xingu, à margem direita do rio, e as aldeias de São Domingos, Santa Isabel, Fontoura, Macaúba, Tapirapé, Canuanã, Cachoeirinha, Areões, Barra do Tapirapé e Luciara.

Localizam-se na região a maior parte dos empreendimentos agropecuários - Fazendas ou Companhias - aprovados pela Sudam. Entre eles, a Suiá-Missu, Codeara, Reunidas, Frenova, Bordon, Guanabara, Elagro, Tamakavy, etc. (cf. Documentação, nº I)

PANORÂMICA SÓCIO-PASTORAL

Torna-se praticamente impossível, por enquanto, dar uma estatística do contingente humano que habita o território da Prelazia.

Os dados do IBGE para todo o Município de Barra do Garças, no recenseamento de 1970, apontam uma cifra de 28.403. Entretanto,a estimativa da população total, segundo os "Dados estatísticos do Município de Barra do Garças, MT" (Secretaria Municipal de Educação e Saúde, 23 de março de 1971), é de 52.000. Para o Município de Luciara, o censo de 1970, do mesmo IBGE, assinala o número de 5.332 habitantes...

A estimativa aproximada de toda a população da Prelazia poderia ser de 50.000 a 60.000 habitantes. Com uma ampla faixa de população flutuante ao lado da população relativamente fixa. (Pode-se considerar tônica de todo o setor humano da região, excluído o indígena, a instabilidade habitacional).

A maior parte do elemento humano é sertanejo: camponeses nordestinos, vindos diretamente do Maranhão, do Pará, do Ceará, do Piauí..., ou passando por Goiás. Desbravadores da região, "posseiros". Povo simples e duro, retirante como por destino numa forçada e desorientada migração anterior, com a rede de dormir nas costas, os muitos filhos, algum cavalo magro, e os quatro "trens" de cozinha carregados numa sacola.

Adauta Luz Batista, filha da região e protagonista da história local, se refere a eles com este significativo depoimento : "Acostumados com a aspereza da vida agreste, desprezados pela esfera dos altos poderes, ludibriados na sua boa fé de gente simples, eles vêem os seus dias, à semelhança das nuvens negras, sempre anunciando um mau tempo. Ele (o sertanejo) é a vítima da ganância alheia, da inconsciência dos patrões, da exploração dos trêfegos políticos que na região aparecem de eleição em eleição para pedir o voto; e mais que tudo isto, da sua própria ignorância. É o homem que comete muitas das vezes um crime, porque embargando-se-lhes o direito, só lhe resta a violência. Esse infeliz, sobejo das pragas e da verminose, vive na penumbra de um futuro incerto.

"Indiferentes a tudo, eles vão ganhando o pão de cada dia, pois para eles só existem dois direitos; o de nascer e o de morrer. O produto de seus esforços somado ao de seus sacrifícios, vai aparecendo lentamente nos grandes armazéns das vilas, ou numa cabeça de gado a mais nas fazendas circunvizinhas. Uma doença, uma boda, uma viagem, podem acabar com toda uma vida de dolorosas poupanças. O sertanejo nunca conheceu a lei do protesto, das greves, do direito ou do uso da razão. Todo o seu cabedal histórico está dentro das quatro paredes de um mísero rancho e na prole que aparece descontroladamente. Desfaz as suas profundas mágoas entre um e outro copo de cachaça, ou num cigarro de palha, cujas baforadas se encarregam de levar bem longe a infelicidade que ele tem bem perto". (Da "Pesquisa Sociológica" realizada pelo professor Hélio de Souza Reis, em São Félix, durante o ano de 1970).

Os indígenas constituem uma pequena parte dos moradores. Os Xavante: caçadores, fortes, bravos, ainda faz poucos anos quando

(1) São Félix - na margem mato-grossense do Araguaia - foi fundada em 1941 pelo piauiense Severiano Neves, que se amparou sob o patrocínio de São Félix de Valois, como acreditado protetor "contra" os índios... Pelo Decreto Pontifício de ereção da Prelazia foi constituída titular Nossa Senhora no mistério de sua Assunção, e é agora Nossa Senhora da Assunção a padroeira também da cidade de São Félix.

(2) Luciara foi fundada em 1934 pelo lendário Lúcio da Luz, vindo do Pará. Chamada inicialmente de "Mato Verde" passou a tomar definitivamente os nomes do fundador Lúcio e do Rio Araguaia em cuja margem está assentada.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

semeavam o terror por estas paragens. Receosos. Bastante nobres. Os Carajá: pescadores, comunicativos, fáceis à amizade, festeiros, artesãos do barro, das penas dos pássaros e da palha das palmas; moles e adoentados, particularmente agredidos pelos contatos prematuros e desonestos com a chamada Civilização, por meio do funcionalismo, do turismo e do comércio: com a bebida, o fumo, a prostituição e as doenças importadas. Os Tapirapé: lavradores, mansos e sensíveis; mui comunitários e de uma delicada hospitalidade.

As várias tribos agrupadas dentro do Parque Nacional do Xingu seriam oficialmente virgens se atendermos à publicidade do Parque, controlada e dirigida. De fato se beneficiariam de um certo isolamento, depois de sofrer maior ou menor deportação. Foram porém afetadas por presenças e atuações discutíveis.

O restante da população está formado por fazendeiros, gerentes e pessoal administrativo das fazendas latifundiárias, QUASE SEMPRE SULISTAS DISTANTES, como estrangeiros de espírito, um pouco super-homens, exploradores da terra, do homem e da política. Por funcionários da Funai e de outros organismos oficiais, com as características próprias do funcionário "no interior". Por comerciantes e marreteiros, motoristas, boiadeiros, pilotos, policiais, vagabundos, foragidos e prostitutas. E principalmente por peões: os trabalhadores braçais contratados pelas fazendas agropecuárias, em regime de empreitada. Trazidos diretamente de Goiás ou do Nordeste, ou vindos de todo canto do País; mais raramente moradores da região, que neste caso são comumente rapazes. (Muitos dos peões passam a ser moradores da região após se "libertar" do serviço das fazendas).

Para uma apreciação pastoral do elemento humano da Prelazia seria preciso distinguir as diferentes faixas de população que acabo de anotar.

É interessante recolher aqui um trecho da apreciação que faz sobre o racismo na região a citada "Pesquisa sociológica": "Há uma série de degraus na consideração racista das pessoas: Sulista-Sertanejo (nordestino); Branco-Preto; "Cristão"-Índio. O sulista fala em "essa gente", "esse povo", "aqui nunca viram, não sabem nem...", "são índios mesmo", etc... O índio não é considerado gente pelo sertanejo. Ninguém confia em índio. Expressões sintomáticas: "O governo nos trata como carajá". Quando um índio atua, reage, se comporta "normalmente", o comentário é: "...que nem gente", "feito gente"... "Fulano tem cabelo bom", "sicrano tem cabelo ruim"...o branco é considerado superior e tem cabelo liso, logo o cabelo liso é bom, superior; e o cabelo pixaim é ruim, inferior, por ser de negro, considerado raça inferior"...

Há umas constantes de conduta, mais ou menos comuns em todos os moradores desta região, derivadas da situação ambiente (clima, distâncias, mobilidade). Outras constantes talvez poderiam se considerar patrimônio comum da alma brasileira.

O povo da Prelazia, mais estritamente tal - o sertanejo - é o povo nordestino depois de alguns anos - e até muitos - de vida retirante, e havendo incorporado à sua vida os condicionamentos da região.

É um povo de admiráveis virtudes básicas: *a hospitalidade* universal, espontânea, sem preço: levando mesmo à filiação adotiva. Uma hospitalidade que se sente e se pratica como dever natural. A *abnegação*. "O sertanejo é antes de tudo um forte", disse Euclides da Cunha. É um forte de espírito. A *resignação* quando não for fatalismo e passividade. Uma resignação de última instância que a gente adivinha como sendo um substrato de Esperança teologal. O *sentido religioso* da vida, do universo. A *maleabilidade*, a capacidade de admirar, de escutar, de aprender. Uma profunda vida interior: de experiência, de silêncios, de reflexão - mesmo elementar - de saudável astúcia. A *simplicidade*: uma pureza de espírito que se revela até nos "pecados" e "crimes". A *coragem* frente a natureza brava, contra o "destino" e a injustiça permanente, no total abandono social. (Um posseiro - moço novo - ameaçado de morte pelos poderes do latifúndio e com a perspectiva de deixar órfãos 7 filhos, crianças, expressava-se assim: "Confio em mim; e confio em Deus. A vida que eu tenho, eles têm. Eles têm o medo que eu tenho... Deus quando dá filhos confia nele mais do que no pai... Eu não vi pai na minha casa!".

É um *povo religioso*. Acredita em Deus, sem discussão. Com uma fé primitiva, entre o "terror de Deus" e a gratidão mais sentida. Aquele "graças a Deus", tirando o chapéu e com os olhos levantados, é todo um símbolo. As promessas são cumpridas fielmente de geração em geração. Tudo vem de Deus. Diretamente. As "causas segundas" ou a secularização seriam para esta gente uma presunção temerária, uma monstruosa heresia. Toda desgraça é um castigo de Deus. Deus é um instrumento mágico. Pode-se até prescindir dos meios naturais: "Com fé em Deus...".

Transcrevo o julgamento, para ser meditado, da "Pesquisa Sociológica", do professor Hélio: "Os homens dos sertões brasileiros, ainda que batizados, foram e ainda são abandonados pela Igreja. São cristãos esparramados por estes sertões infindos, que passaram anos sem ver a cara de padre, a não ser no tempo das desobrigas. A Igreja parece ter adotado a atitude da classe dominante, que considera o sertanejo um sub-homem, sem direitos. E por analogia, um cristão de 2ª classe. E hoje, deparamos com o catolicismo das promessas, dos santos e dos espíritos: um verdadeiro sincretismo religioso, onde a ignorância e as superstições florescem viçosamente".

O povo pratica, com zelo quase fanático na materialidade do ato, (com visível distância espiritual, em muitos casos, por parte dos homens e da gente nova), as características "rezas", "bênçãos", "novenas", guarda de inumeráveis dias santos e ritos vários (nas doenças, nos encontros, no trabalho, nos enterros, nos mil momentos da vida; até no jeito próprio de colocar as balas no revólver...).

A *superstição* (assombração, benzeção, mitos, feitiço, messianismo, fatalismo) domina profundamente a alma deste povo, mesmo quando encoberta por uma capa externa de conscientização, de machismo ou de modernidade.

A *desobriga* sacramentalizou sem evangelizar, sem edificar Igreja. Os sacramentos são mais uma "bênção". Procura-se o *batismo* dos filhos como uma saída automática do paganismo, como um salvo-conduto e até como um remédio. Pede-se até batizar os filhos já mortos. O *crisma* é apenas uma nova oportunidade de arranjar padrinhos: duvido que uma dúzia de pessoas de toda a região pudesse dar uma idéia certa do que é realmente a Confirmação. Confunde-se frequentemente "confessar" com "comungar". A eucaristia é ignorada. A *Missa* é uma reza. Quando o padre passava, nas desobrigas, eram "batizados" sobre o altar os santinhos e as imagens. E escutava-se com fé, mas sem poder entender. E aquela era a oportunidade do encontro, dos noivados fulminantes, dos batizados, de casamentos "no queimo" (3) das festas e bebedeiras, das brigas e tiros também. O casamento "no padre", "pela Igreja", "religioso", é reconhecido como o verdadeiro *matrimônio*, porém aceita-se com a maior naturalidade o simples casamento civil, durante anos, ou o amigamento, e se "largam" marido e mulher com uma freqüência preocupante.

O sacerdote, o *padre*, batiza e casa, traz remédios, dá carona, sabe muito. É diferente. Está de passagem. É respeitado, até o medo. (O povo conheceu muitos padres "bravos"). E quase sempre é um estrangeiro. Certamente esta imagem do padre, na Prelazia, está-se modificando, e essa mudança questiona e compromete a fé do povo.

A *Moral* sofre particularmente pelas leis primárias de *vingança* - hereditária muitas vezes, verdadeiro ônus familiar - da justiça tomada por própria mão; pela *valentia* e pela *embriaguez* freqüentíssima. (Ao longo das estradas e em todo canto de rua surgem os botecos de pinga. O maior comércio da região é a cachaça). A infidelidade conjugal. A fragilidade da família, uma sexualidade entre primitiva e mórbida, tropical e de compensação, abalam também constantemente a Moral. A prostituição é praga. De São Félix têm-se feito cálculos e juízos alarmantes. O "Pingo" - cabaré local - funciona em plena cidade para escândalo das famílias e dos menores e para a ameaça da saúde e da segurança públicas. O mesmo acontece em outros povoados da região. A maioria das "raparigas" já foram casadas; são "largadas" do marido. A idade prematura com que as moças se casam - as que não se casaram antes dos 18 anos se consideram ou são consideradas "coroas", feita exceção das estudantes - pode ser uma explicação fundamental do caso.

O fatalismo e a irresponsabilidade se conjugam com uma habitual *preguiça tropical* que não é possível qualificar de "defeito moral", já que está condicionada pela desnutrição, pelo clima, pelas doenças endêmicas, pela falta de perspectiva social.

O mesmo fatalismo, sócio-religioso, explica o medo em falar a verdade e em reclamar os direitos mais elementares. (A alienação política e social é extrema. Segundo a referida Pesquisa local de São Félix, 42% ignora o nome do Prefeito; 80%, o do Governador; 79% o do Presidente da República. À pergunta "o que acham dos políticos?", 33% respondeu que "não conhece esta gente, não se preocupa com isto, não tem opinião formada, não tem paixão por isto"). Não se fala, porque nunca se pôde falar; porque as represálias – da política local, dos manda-chuvas das fazendas, dos poderosos na política ou no comércio – são automáticas. "Pobre não tem vez". "Peão não é gente". "É fuá desse povo"... O Juiz de Direito vive a centenas de quilômetros e viajar a Brasília ou a Cuiabá supõe uma fortuna e boa influência.

A *injustiça* dominante, consubstancial à única estrutura conhecida, solo e suor da própria vida durante gerações, impossibilitam até mesmo a concepção da Moral como *Moral cristã*, a Nova Lei de Cristo, o Mandamento Novo.

(3) Expressão popular para indicar um casamento improvisado, resolvido na hora.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

A partir dos casamentos "no queimo", ou pela imposição do noivo por parte dos pais, ou por causa da notável diferença de idade entre o homem e a mulher, ou pelo absoluto despreparo fisiológico, psicológico, sociológico, pedagógico e pastoral dos conjuges, a *família* está em fácil quebra.

A situação da mulher, em geral, é humilhante. Ela nem decide, nem se apresenta, nem pode reclamar. O homem não é gentil com ela.

Falta ternura.

Certamente não há planificação familiar nenhuma, nem "paternidade responsável". Tem-se um filho por ano. A mulher deixa de ter filhos porque envelheceu ou porque – foi "operada", já numa extrema precisão.

A *educação dos filhos* é ainda na base do "cipó", do grito, do respeito e obediência inapeláveis, sem diálogo. Os filhos são entregues, com facilidade a padrinhos, compadres ou vizinhos. O filho de criação é uma figura habitual neste interior, e cujos traumas psicológicos, profundos, não são reconhecidos e no futuro da vida dificilmente serão superados.

As famílias se desagregam facilmente: por separação conjugal, por motivos de serviço, por viagens, por uma inconsciente força de destino ou de aventura – que em última instância revelam sempre a inexistência da verdadeira família e uma pré-estrutura social desmantelada. O pai não tem onde ganhar, talvez; ou não possui terra. Os filhos mais crescidos, por falta de fontes de trabalho "têm que se virar" longe de casa. Quem sai "para se tratar", em Goiânia, ou em Brasília, ou em Mineiros, ou quem foi espoliado no lugar por curandeiros ou "práticos" desonestos, desequilibrou fatalmente a fraca instabilidade familiar.

O *retirantismo do povo sertanejo*, e a instabilidade habitacional, familiar, total, dos peões flutuantes, colocam à Igreja local um interrogante angustioso na hora de concretizar a Pastoral em termos de comunidade de Fé e de Caridade, estável, acompanhada, promovida. Como se faz "comunidade de base" - com um povo em constante dispersão?

Com respeito aos fazendeiros – que normalmente não moram na região – e aos gerentes e pessoal administrativo das companhias latifundiárias – que moram aqui com intermitência – a ação pastoral é praticamente impossível, sempre que não se aceite o poder de opressão social que eles encarnam; sempre que não se queira amancebar a Missa, esporádica, com a injustiça permanente, e a presença do padre – da Igreja – na sede da Fazenda (nos seus teco-tecos, nos seus refeitórios, nos seus escritórios paulistas ou gaúchos) com a ausência do Evangelho e da Justiça no conflito dela com os posseiros e nos barracões, nas derrubadas e na vida toda dos peões escravos.

Isso é o que a gente pensa depois de três anos de vida e de luta. Ajudar a libertação dos oprimidos o meio mais direto e eficaz de contribuir para a libertação dos opressores. Nem todos "poderão" entender esta atitude. É uma opção dolorosa, de pobreza, de risco e de "escândalo" evangélico...

Outro setor da visão pastoral da Prelazia diz respeito à vida e ao trabalho ecumênicos. O *Ecumenismo do sertão* (do interior, de modo mais geral) mereceria um planejamento à parte.

A Prelazia tem apenas algum grupo da Igreja Adventista do Sétimo Dia, alguns membros das Novas Tribos, e, principalmente, vários núcleos pentecostais – reduzidos – da Assembléia de Deus. Estes últimos, carismáticos, integristas e bem unidos com "os irmãos" conseguiram uma certa gozação por parte dos católicos "festivos" e uma natural consideração do povo. Entre o pastor pentecostal – e outros ministros, em menor grau – e nós, as relações são de respeito pleno e até de amizade. Porém não há, por enquanto, condições de trabalho ecumênico entre as comunidades, na fé, no culto; nem sempre na promoção humana, quando esta atinge os limites de uma luta pela justiça. O crente pentecostal é mais passivo ainda que o católico, na sua total confiança no Deus que salva, e é mais desencarnado e espiritualista.

A falta de nível cultural e de conscientização sócio-política afetam gravemente as relações ecumênicas.

LATIFÚNDIO

Todo o território da Prelazia está situado dentro da área da Amazônia legal, a cargo da SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA (SUDAM). E nesta porção de território está localizada a maior parte dos empreendimentos agropecuários criados com os incentivos deste órgão.

As terras todas compradas – ou requeridas – ao Governo de Mato Grosso por pessoas interessadas, não moradores, a preços irrisórios, foram depois vendidas a grandes comerciantes de terras, que posteriormente as vendem a outros. Abelardo Vilela e Ariosto da Riva, dois destes comerciantes, tidos como pioneiros e desbravadores da Amazônia, segundo afirmações suas, já venderam mais de *um milhão de alqueires* (Jornal da Tarde, 21/7/71).

Até fins de 1970, tinham sido aprovados para os municípios de Barra do Garças e Luciara, 66 (sessenta e seis) projetos. De lá para cá muitos outros novos já foram criados, como a Bordon S/A, dos Frigoríficos Bordon, Nacional S/A, do Banco Nacional de Minas Gerais, cujo presidente é o ex-ministro das Relações Exteriores, Magalhães Pinto, Uirapuru S/A, do jornalista-latifundiário David Nasser, etc...

As áreas de alguns destes empreendimentos, em território da Prelazia, são absurdas. Destacando-se entre todas a Agropecuária Suiá-Missu S/A, com 695.843 ha e 8.351 m2, que correponde aproximadamente a 300.000 alqueires, área 5 vezes maior que o Estado da Guanabara e maior também que o Distrito Federal, de propriedade de uma única família paulista: a família Ometto. Destacam-se também a Cia. de Desenvolvimento do Araguaia - 'Codeara' , com área de 196.497,19 ha ; Agropasa, com 48.165 ha ; Urupianga, com 50.468 ha ; Porto Velho, com 49.994,32 ha e assim por diante (4).

Além de serem extensões praticamente inconcebíveis, muitos destes empreendimentos formam grupos somando assim suas já enormes áreas, como é o caso das conhecidas Fazendas Reunidas, que congregam 3 ou 4 fazendas, "de propriedade do sr. José Ramos Rodrigues, o 'Zezinho das Reunidas' , do no da Empresa de ônibus 'Reunidas' de Araçatuba" (O Estado de São Paulo – 9/5/71) Tapiraguaia, Sapeva e Brasil Central também formam um grupo. O sr. Orlando Ometto é também sócio da Tamakavy S/A etc.

Esses empreendimentos latifundiários surgiram graças aos incentivos dados pelo Governo, através da Sudam. É a aprovação oficial e financiada do grande latifúndio, com todas as consequências que dele advêm. Somas fabulosas são invertidas na região pelas pessoas jurídicas legalmente estabelecidas no Brasil, subtraídas ao Imposto de Renda devido.

"Eis os principais benefícios fiscais concedidos às pessoas jurídicas sediadas no País:

> o Dedução de **50%** do Imposto de Renda das pessoas jurídicas sediadas no País, para financiamento de projetos aprovados pela SUDAM;
>
> o Isenção total ou redução de 50% do Imposto de Renda devido, por 10 (dez) anos, para os empreendimentos instalados ou que venham a se instalar até 31 de dezembro de 1974;
>
> o Isenção de quaisquer Impostos e Taxas, incidentes sobre a importação de máquinas e equipamentos necessários à execução de projetos de empreendimentos que se localizem na área de atuação da SUDAM;
>
> o Benefícios Estaduais e Municipais." ("A Sudam revela a Amazônia", publicação da Sudam, pág. 15).

Isto significa estímulo ao capital particular, inclusive estrangeiro, com dinheiro do povo, que deixa de ser recolhido aos cofres públicos, e consequentemente deixa de ser investido em benefício do povo, para enriquecimento ainda maior do investidor. Do valor total do projeto aprovado, a Sudam financia 75%. Encontramos empresas que se dedicam aos mais diferentes tipos de atividades, que agora se lançam à agropecuária, como é o caso de Bancos (Bradesco, Nacional de Minas Gerais, Crédito Nacional, Brasul), de casas comerciais (Eletro-Radiobraz), Indústrias, etc. É a absorção dos bens todos por alguns pequenos grupos poderosos.

O total de incentivos empregados nos municípios de Barra do Garças e Luciara até fins de 1970 era da ordem de Cr$ 299.110.010,53. Só a Codeara, empreendimento ligado ao Banco de Crédito Nacional recebeu a importância de Cr$ 16.066.900,96 (cf. Documentação, nº I).

Enquanto isto, a população, primeira desbravadora da região, se acha no esquecimento mais completo, ocupando áreas das quais frequentemente é expulsa, pois na hora menos pensada aparece o assim chamado "tubarão", dono das terras, que quer fazer valer o seu título de propriedade, como veremos detalhadamente mais adiante. Todas as terras deste imenso Nordeste Matogrossense já estão vendidas. Mesmo as que pertencem ao Parque Nacional do Xingu. Por isto a esperança do povo por um pedaço de terra é quase nula, tendo em vista que o mesmo decreto presidencial declarando "indispensáveis à segurança e desenvolvimento nacionais" faixas de 100 quilômetros de cada lado das Vias Amazônicas (entre as quais estão citadas a BR-80 – Trecho Araguaia-Cachimbo, e a BR-158 – Trecho Barra do Garças-S. Félix) (cf. O Estado de São Paulo 30/3/71) se refere unicamente a terras devolutas, o que na região não existe.

POSSEIROS

Os primeiros desbravadores da região são os hoje chamados *Posseiros* (5). Localizados aqui há 5, 10, 15, 20 e alguns até 40 anos. Cultivando o

(4) Na Documentação damos uma relação completa de todos os projetos aprovados pela Sudam até 1970, situados nesta região.

(5) A publicidade faz do fazendeiro o bandeirante da região. O sr. Ministro da Agricultura, Cirne Lima, porém, falando aos técnicos reunidos pela "Semana do Veterinário", em Brasília diz que "o boi deverá ser o grande bandeirante da década..." (cf. O Estado de São Paulo - 15/9/71).

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

solo pelos métodos mais primitivos, plantando arroz, milho, mandioca. Lavoura de pura subsistência. Criando gado. Sem a menor assistência sanitária e higiênica, sem nenhum amparo legal, sem meios técnicos à disposição. Aglomerados em pequenos vilarejos, chamados Patrimônios (que foram vendidos pelo Estado como terras virgens – Santa Terezinha, Porto Alegre/Cedrolândia, Pontinópolis) ou dispersos pelo sertão afora a uma distância de 12 a 20 km uns dos outros.

Após o início das atividades agropecuárias ligadas à SUDAM, uma série de dificuldades surgiu para estes abnegados e sofridos camponeses-desbravadores.

Vamos mostrar umas situações-tipo das gritantes injustiças praticadas contra eles.

Santa Terezinha

O povoado de Santa Terezinha acha-se situado às margens do Araguaia, em frente à Ilha do Bananal, a 140 km ao norte de S. Felix, não muito distante da divisa com o Estado do Pará. Santa Terezinha foi um dos lugares mais prejudicados da região devido à presença da CIA. DE DESENVOLVIMENTO DO ARAGUAIA – "CODEARA", de propriedade dos Srs. Armando Conde, Carlos Alves Seixas e Luiz Gonzaga Murat, que lá se estabeleceram em 1966 (cf. Documentação, nº II, 1.E VIII) com o título de propriedade de toda aquela área, inclusive a urbana, numa extensão de 196.497,19 ha. A presença da companhia veio trazer para os pacíficos moradores em número superior a 80 famílias, a intranqüilidade e a insegurança, por causa das atitudes tomadas pela companhia que os vinha prejudicar diretamente.

Os primeiros habitantes chegaram ao local em questão em 1910 e se estabeleceram no chamado Furo das Pedras. Em 1931, já haviam sido construídas igreja, escola e casa para os missionários. Quando a companhia veio a se instalar, estavam em pleno funcionamento também a "Cooperativa Agrícola Mista do Araguaia", que congregava os trabalhoadores e posseiros da área, e o ambulatório médico. Apesar de tudo isto, aquela terra foi vendida como desocupada, como mata virgem. E a companhia se sentiu no direito de despojar os pobres moradores do pouco, da insignificância que possuíam. E começou contra eles uma guerra de ameaças, de invasões de terra, invasões de domicílio, prisões, etc (cf. Documentação, nº II, 1. F. L. I. G. 5). A política estadual também esteve a serviço dos interesses da CODEARA. Era transportada, alojada e alimentada pela mesma companhia. (Documentação, nº II, 1. A, I, J.). E, cinicamente, a CODEARA publicava em "EXPANSÃO", órgão informativo do Sistema BCN-FINACIONAL, de abril de 1970, ano I, nº 6: *"Os elementos humanos típicos eram o índio e o caiçara (sic). Sua forma de vida era das mais primitivas. Caçavam, pescavam e cultivavam milho e mandioca. Habitavam em casas de sapé, sem nenhuma noção de higiene; resumindo, eram selvagens" (sic)...*

"Existe hoje o que se pode dizer conforto. A cidade de Santa Terezinha, também fundada (sic) por CODEARA

Mas, diante da espoliação prometida e pretendida, o povo se uniu, e juntamente com o Padre Vigário da Paróquia, Pe. Francisco Jentel, decidiram lutar para salvaguardar o que era seu. Foi feito relatório em 12/4/67 ao senhor Presidente da República, Mal. Arthur da Costa e Silva, sobre a situação e dando sugestões concretas de solução. (cf. Documentação, nº II, 1. A). Muitas viagens foram feitas. Muito dinheiro foi gasto. Muitas cartas foram escritas. (Documentação, nº II, 1). Muito teve que se esperar para poder se vislumbrar alguma pista de solução, apesar de o sr. Presidente ter despachado, em 29/11/67, para o sr. Ministro da Agricultura, para que providenciasse a solução. Todos os empecilhos foram colocados para se evitar o cumprimento do despacho presidencial. Autoridades policiais, do exército e do SNI foram movimentadas diante das acusações forjadas pelos donos da companhia contra o Padre e o líder dos posseiros, como sendo elementos subversivos. (Documentação, nº II, 1. H).

Três anos de espera foram necessários até que a companhia, forçada e a contragosto, "doou" a migalha de 5.582 ha , em 5 de maio de 1970, que ainda serão repartidos entre mais de 100 famílias de posseiros. Antes porém, em mancomunação direta com o Secretário de Segurança Pública do Estado do Mato Grosso, cel. Diniz (após reunião havida no dia 1 de maio de 1970 na Fazenda Suía-Missu entre os empresários, o Governador do Estado, o Ministro do Interior, Costa Cavalcanti, e outras autoridades), no dia da inauguração do Hospital da fazenda pelo sr. Ministro do Interior e o Superintendente da Sudam, Gen. Bandeira Coelho, os diretores da companhia, a 2 de maio, quiseram manifestar sua força contra os posseiros, fazendo prender seu líder, o sr. Edvald Pereira dos Reis. E quem o prendeu foi o próprio Cel. Diniz (Documentação, nº II, 1. I, J). O sr. Reis esteve preso durante 72 dias em Cuiabá, sem acusação formada e foi libertado sem sequer ter sido julgado.

O caso de Santa Terezinha ainda não está solucionado. A área urbana pertence à companhia. Quem quiser construir ou fazer qualquer benfeitoria tem que pedir autorização à companhia plenipotenciária. Qualquer novo terreno tem que ser comprado dela; isto também devido à inoperância do Sr. Prefeito de Luciara, já que a Câmara Municipal em 17-9-70 aprovara a desapropriação da área urbana de Santa Terezinha e crédito especial para efetivar a referida desapropriação. (Documentação, nº II, 2.B).

Atualmente a companhia está construindo prédio no meio da rua. Faz o que quer. Tudo lhe pertence.

Porto Alegre

Porto Alegre (com Cedrolândia) é um povoado situado entre os rios Xavantino e Tapirapé, no município de Luciara, distando mais de 200 km da sede.

Em 12 de junho de 1970, os proprietários da AGROPECUÁRIA NOVA AMAZÔNIA S/A – FRENOVA, fixaram residência no povoado dizendo pertencer toda a área sede do Patrimônio, bem como sua zona rural, à companhia. Porto Alegre possuía em sua sede 35 famílias e 180 na zona rural. Funcionava Escola com freqüência de 120 alunos.

Logo começou a pressão dos proprietários, contra os posseiros, muitos dos quais estabelecidos há mais de 20 anos (Documentação, nº II, 2. A). Queria-se a retirada dos mesmos. Que vendessem suas benfeitorias e abandonassem o lugar. Muitos esmoreceram e venderam suas pobres posses.

O pe. Henrique Jacquemart, de Santa Terezinha, passando por lá na oportunidade, esclareceu o povo quanto a seus direitos. O gerente-proprietário, Plínio Ferraz, ciente do acontecido, aconselhado pelo advogado Olímpio Jaime (o mesmo advogado que agira contra os posseiros de Santa Terezinha, ex-deputado cassado), prometeu pagar a dois "capangas", Sebastião e João, para "dar uma surra até o fim" (sic) no Padre que estava missionando pela região. Os dois supostos capangas voltaram depois de algum tempo à sede da fazenda, dizendo ter executado a ordem e querendo receber o dinheiro prometido, que, aliás, era dívida que a fazenda tinha com eles. Receberam o dinheiro e montaria para fugir, com carta de recomendação para uma fazenda próxima a Conceição do Araguaia. Os dois ao chegarem a Santa Terezinha procuraram o Pe. Francisco e lhe contaram o sucedido, e se dispuseram a prestar depoimento diante das autoridades. Pe. Francisco foi com eles até Santa Isabel onde fizeram suas declarações perante elementos da FAB.

O sr. Prefeito Municipal, José Liton da Luz, acompanhado do mesmo advogado Olímpio Jaime, reuniu o povo de Porto Alegre em 30/7/70 e se dispôs a "defendê-lo", dizendo ser necessário que cada um colaborasse, dentro de suas possibilidades, para pagar o advogado que iria advogar sua causa. Os posseiros presentes à reunião entregaram mais de 170 animais, entre reses e cavalos, e grande soma em dinheiro ao prefeito (Documentação nº II, 2 A). Prefeito e advogado apoderaram-se das doações dos posseiros e nenhuma providência tomaram na defesa dos mesmos. A 17/9/70, em sessão extraordinária da Câmara Municipal, foi aprovada a desapropriação de uma gleba de 4.500 ha, onde se encontra o povoado. (Documentação II, 2 B). Apesar disso, os posseiros estão recebendo ordens do próprio sr. Prefeito, de abandonarem suas posses, entregando-as à FRENOVA. E mais. O Prefeito autorizou a fazenda a se apropriar do material escolar da escola de Porto Alegre, transferindo-o para a companhia. O que realmente aconteceu. Os funcionários da FRENOVA, após terem apanhado o material escolar, *derrubaram a escola do povoado.*

Os que, cedendo à pressão da companhia, vendem suas posses, são transportados em avião ou caminhão da empresa e abandonados à beira das estradas, sem o menor recurso e amparo. (Documentação nº II, 2.C).

É a tão decantada agropecuária da Amazônia, "fator do progresso da região", espoliando o pobre e indefeso camponês, posseiro de uns poucos metros de terra, sem ter ninguém que se preocupe eficazmente com ele. A Polícia Federal esteve no local. Mas o povo não teve condições de se manifestar, temendo posteriores represálias por parte da prefeitura e da companhia.

A preocupação da região é o gado. O homem...

Serra Nova

Localiza-se o Patrimônio de Serra Nova na serra do Roncador, entre o rio das Mortes e a rodovia BR-158, no distrito de S. Félix, município de Barra do Garças.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

Mais de 120 famílias lá residem, com número de habitantes superior a 800. Estão matriculados 113 alunos no curso primário.

Serra Nova nasce em plena floresta amazônica, à base do mutirão, do machado e da força de vontade. Sem assistência. Sem apoio. Surgiu da necessidade do povo em se reunir, visto viverem isolados uns dos outros, há 6, 8, 10 e 12 anos, sem possibilidade de se encontrarem, de terem escola e outros benefícios que a união traz. Alguns deles já foram "tocados" de outras posses até 6 vezes.

Este patrimônio, assim constituído, defronta-se no presente com um grave problema com a "BORDON S/A AGROPECUÁRIA DA AMAZÔNIA". Suas terras de lavoura foram cortadas pela "picada" demarcatória dos limites da fazenda, ficando várias das roças, indispensáveis a sua sobrevivência, dentro destes limites. O clima de tensão começou a reinar entre o povo. As terras, seu meio de vida, estavam sendo ocupadas. Isto acontecia no dia 20 de abril de 1971. Tentou-se o diálogo com os proprietários, não se obtendo resposta (Documentação nº II, 3. A). Apelou-se para as autoridades: presidente da República, Ministro do Interior, Sudam, Ministério da Agricultura, SNI, Governo do Estado, Prefeitura Municipal, e nenhuma atitude concreta foi tomada (Documentação nº II, B).

Na hora de se fazer a queima das roças, a fazenda ameaçou seriamente a segurança de todos, prometendo que seria derramado muito sangue caso algum posseiro ousasse colocar fogo nas derrubadas. A 25 de setembro, data marcada pela própria fazenda para a queimada (já a houvera impedido no dia 27 de agosto), o empreiteiro Benedito Teodoro Soares recebeu do gerente, Antonio Ferreira da Silva, armas, várias delas automáticas, de 15 tiros e munição, conforme pedido feito pelo sr. Benedito ao próprio sr. Geraldo Bordon, dias antes (6).

A cerca de arame está sendo colocada, isolando assim as roças abertas, cortando a área vital para o patrimônio. A ultrapassagem desta cerca por parte dos posseiros, para o cultivo de suas roças, se apresenta com perspectivas bastante funestas. E ainda mais. A fazenda está prometendo semear capim nas terras que circundam as roças dos posseiros, fato este que imprestaria inexoravelmente as terras cultivadas, visto ser o capim praga fatal para a lavoura e sabendo-se também que, nas grandes fazendas, o capim é semeado por aviões.

É a vida de um povo que se está tentando impedir.

Pontinópolis

Situado a uns 120 km de S. Félix, há 10 anos está em conflito, aguardando solução muitas vezes prometida. Atualmente vivem na área deste patrimônio de posseiros umas 300 famílias.

A questão de Pontinópolis data dos idos 1961/62, época da criação da Agropecuária Suiá-Missu, então de propriedade do sr. Ariosto da Riva. Foi feita a demarcação da atual Suiá-Missu e alguns dos moradores da redondeza foram empregados como mão-de-obra para este empreendimento. Dentro da área demarcada, morava há uns três anos o Sr. Anastácio que foi convidado a retirar-se, tendo sido indenizado. "Grosso", "Chicão", Vicente e Pedro abriram naquele ano suas roças, construíram suas casas e, no momento de iniciarem o plantio, foram mandados embora, sem direito algum. Por um ato de "grande bondade", Ariosto permitiu a "Grosso" que naquele ano plantasse sua roça, mas só naquele ano, já que o sr. "Grosso" tinha oito filhos pequenos. Pouco tempo depois, a Suiá-Missu foi vendida, continuando a pertencer a maior parte das terras circundantes ao Sr. Ariosto.

Em 1961/62 o sr. Ariosto, comunicando-se com os posseiros da área, afirmava que não ia tirar ninguém do lugar, que precisava mesmo dos serviços do povo. Mas em 1965, "Pedrão" e "Joaquim Paulista" – este último carregando ostensivamente um revólver – apresentaram-se como enviados do Sr. Ariosto, intimando-os a deixar suas terras: "Ou sair ou morrer" era a ordem.

Muitas famílias, realmente intimidadas, abandonaram as posses, por haver ameaças de que a Polícia interviria e poria fogo nas casas. Alguns até abandonaram criações, pois não havia quem as quisesse comprar.

Diante de tais ameaças, o povo reunido realizou uma coleta de dinheiro e incumbiu os posseiros José Antonio dos Santos e Antonio Batista Gomes de apelar para as autoridades. Em setembro de 1966, em Cuiabá, o sr. Bento Machado Lobo, funcionário do INDA prometeu-lhes 15.000 hectares de mata, acrescentando que se a área não fosse suficiente, seria aumentada. Foram feitas, por conta própria, mais de 8 viagens a Brasília e Cuiabá para solucionar o caso do patrimônio.

(6) Segundo testemunhas oculares do fato, cujos nomes preferimos manter em segredo.

Mas no momento de a demarcação ser feita, a área de mata (terra boa para a lavoura) abrangeu apenas 20% do total, por ordem do sr. Ariosto da Riva, contrariando a determinação explícita do INDA.

Em 29 de julho de 1967, o sr. Ariosto falando com alguns posseiros dizia-lhes que não se preocupassem com a medição, pois ela serviria só como levantamento e atenderia às necessidades de todos. Em outra oportunidade, porém, afirmava que ele entregaria a área de terra demarcada e... "Vocês – acrescentou – fiquem brigando aí dentro".

A maior parte do povo acha-se localizado com suas roças e benfeitorias fora dos 15.000 hectares demarcados, havendo ainda umas 30 famílias fora da área onde está a maioria.

Faz quase 5 anos que este povo aguarda a vinda do sr. Ariosto para um encontro no qual sejam resolvidas as questões pendentes. Encontro que várias vezes foi prometido, mais ainda não concretizado.

Após quase dez anos de luta, este povo ainda se encontra em grande insegurança em área de milhares de hectares de terras incultas e que pertencem a latifundiários do Sul.

Estrada e outros

Além dos casos citados há muitos outros ainda. São posseiros localizados à margem da estrada ou pelo sertão afora, que constantemente são importunados pelos novos proprietários, ou seus prepostos, para que abandonem as posses, oferecendo-se-lhes ridículas indenizações, conforme pode-se ver pela carta enviada ao sr. Domingos Marques, um dos proprietários (Documentação, nº II, 4).

Em situação idêntica encontram-se, há vários anos, os moradores – camponeses ou pequenos criadores de gado – da Ilha do Bananal, por causa da indefinição do destino da mesma Ilha e das ordens e contra-ordens que se vêm dando a estes sertanejos.

Ao redigir estas linhas, tomamos conhecimento do recente Decreto Federal, com data de 22 de setembro de 1971, criando o Parque Indígena do Araguaia, que inclui a Ilha do Bananal. Não sabemos qual a sorte dos posseiros. Mais um interrogante e uma incerteza.

PEÕES

Um sério problema com que se defrontam as empresas agropecuárias da região é o da mão-de-obra. Não conseguem entre os elementos locais esta mão-de-obra desejada que, além de ser escassa, já conhece os métodos de tratamento das companhias.

Vêem-se obrigadas então a procurá-la fora. E os lugares preferidos são o sul de Goiás, inclusive Goiânia, e o Nordeste. O método de recrutamento é através de promessas de bons salários, excelentes condições de trabalho, assistência médica gratuita, transporte gratuito, etc. Quem faz este trabalho são, geralmente, empreiteiros, muitos deles pistoleiros, jagunços e aventureiros que recebem determinada importância para executar tal tarefa.

Os peões, aliciados fora, são transportados em avião, barco ou pau-de-arara para o local da derrubada. Ao chegar, a maioria recebe a comunicação de que terão que pagar os gastos de viagem, inclusive transporte. E já de início têm que fazer suprimento de alimentos e ferramentas nos armazéns da fazenda, a preços muito elevados. (Na Tamakavy S/A, por exemplo, em junho de 1971, um quilo de cebola custava Cr$8,00 ; um saco de arroz de 3ª qualidade, Cr$75,00 a 78,00; um machado, Cr$16,00; foice, Cr$15,00). (Documentação, nº IV, 4. C)

Para os peões não há moradia. Logo que chegam, são levados para a mata, para a zona da derrubada onde têm que construir, como puderem, um barracão para se agasalhar, tendo que providenciar sua própria alimentação. As condições de trabalho são as mais precárias possíveis. Na Codeara, por exemplo, muitos tiveram que trabalhar com água pela cintura. A incidência de malária é espantosa, sobretudo em algumas companhias, de onde poucos saem sem tê-la contraído. Codeara, Brasil Novo, Tamakavy são bem conhecidas quanto a isso. Os medicamentos quase sempre são insuficientes e em muitas, pagos, inclusive amostras grátis.

Por tudo isto, os peões trabalham meses, e ao contrair malária ou outra qualquer doença, todo seu saldo é devorado, ficando mesmo endividados com a fazenda. (Documentação, nº IV, 1; IV, 4. D; IV, 4.A). O atendimento é deficiente, sendo tomadas providências quando o caso já é extremo, não havendo possibilidade de cura. São levados então para as vilas onde também não há recursos, agravando assim a situação das próprias vilas. Aí morrerão anônimos. (Documentação, nº IV, 1; IV, 6).

Esse trabalho pesado, e nestas condições, é executado por gente de toda idade, inclusive menores (13, 14, 15, 17 anos). Quando a Polícia Federal no ano passado interveio na Codeara, constatou este fato. (Documentação, nº IV , 1).

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

Não há com os peões nenhum contrato de trabalho. Tudo fica em simples combinação oral com o empreiteiro. Acontece mesmo que o empreiteiro foge, deixando na mão todos os seus subordinados. (Documentação, nº IV, 3). Os pagamentos são efetuados ao bel-prazer das empresas. Muitas vezes usa-se o esquema de não pagar , ou pagar só com vales, ou só no fim de todo o trabalho realizado, para poder reter os peões, já que a mão-de-obra é escassa.É o que acontece atualmente na BORDON S/A AGROPECUÁRIA DA AMAZÔNIA. Até o presente, ao que consta, bem poucos dos peões receberam qualquer dinheiro, mesmo após terem concluído as tarefas a eles designadas. Recebem unicamente vales. Alguns necessitando de dinherio com premência para atenderem às necessidades da família que está fora, chegam até a trocar seus vales de Cr$1.000,00 por Cr$500,00 , em moeda, com seus colegas. (Documentação, nº IV, 1; IV,4 . A.C.D.F.G.)

Outros muitos , doentes, sentindo-se sem forças e temendo morrer naquelas condições, não conseguindo receber o que de direito, fogem para sobreviver. (Documentação, nº IV, 4. B.). Outros ainda fogem por se verem cada vez mais endividados. E nestas fugas são barrados por pistoleiros pagos para tanto. (Documentação, nº IV,1). Na Bordon há um "tal de Abraão" que "não faz nada", segundo dizem os peões, mas que anda armado o dia todo com uma CBC 22, automática. Foi visto, com esta arma, no Patrimônio de Serra Nova, para intimidar também os posseiros. Gaba-se de ter dois processos por homicídio e vários por tentativa.

Além disso a própria polícia local é utilizada com frequencia para manter ainda mais escravizados os peões (Documentação, nº IV,1; IV, 5). Na Tamakavy, por exemplo, alguns peões chefes de "time" (turma), ao irem reclamar com o Capitão de Polícia de Barra do Garças, por mau atendimento, receberam dele uma carta para o Gerente, Geraldo, em que denunciava os peões. O gerente, ao tomar conhecimento do que os peões reclamaram, solicitou a presença da polícia de S. Félix que, armada de metralhadoras, foi à fazenda e prendeu a Pedro Pereira dos Anjos, líder dos peões.

O peão, fechado na mata por muitos meses, nessas condições de tensão desumana, quando vai ou é levado à cidade (7), gasta, muitas vezes, tudo o que recebeu, em bebedeiras, prostituição e é facilmente roubado. (Essa é a oportunidade dos comerciantes inescrupulosos!) Vários chegam a S. Félix depois de 4 ou 5 meses de trabalho na mata, com mais de Cr$1.000,00 e, ao saírem, dois ou três dias depois, necessitam vender até alguns pertences para poder comer.

Esta é, em linhas gerais, a situação do peão.Quando alguma denúncia chega a mobilizar a opinião pública, os proprietários lavam-se as mãos dizendo desconhecer o que se passa, colocando toda a responsabilidade sobre gerentes e empreiteiros. Codeara é exemplo disto. (cf. O Globo, 16/2/71 - Documentação nº IV,3). E depois de a Polícia Federal ter desvendado uma série de crimes e barbaridades cometidas contra os trabalhadores, os donos não sofrem a mínima punição.Chegam mesmo a publicar: "Foi o primeiro projeto da Sudam a contar com atividade regularizadora do Ministério do Trabalho" e que "foi investigada exaustivamente a possibilidade de trabalho escravo, ou de qualquer manifestação de abuso do poder econômico, nada tendo sido encontrado de irregular ou lamentável". (O Popular - Goiânia, 8/7/71). Não dissera, porém, que esta intervenção do Ministério do Trabalho deveu-se a fatos verdadeiramente comprovados, do que agora é negado após a intervenção da Polícia Federal.

Aliás, a intervenção federal só se faz presente quando a opinião pública é mobilizada. Não há nenhuma fiscalização com relação ao trabalho nas fazendas. Significativa é a carta escrita por um peão da fazenda Suiá-Missu ao Ministro do Trabalho, carta que seria levada em mãos ao Ministério, mas que nunca o foi já que o portador (peão) não tinha condições para deslocar-se até Brasília. (Documentação, nº IV, 8)

Outro problema que se prevê para um futuro próximo é o desemprego. (Problema para o qual "Visão" já chamava a atenção em sua edição de 18/7/70). Há necessidade de mão-de-obra abundante para as derrubadas e formação das pastagens. Quando estas estiverem prontas, o gado tomará conta de tudo. Os peões só terão uma recordação, talvez não muita grata, do passado...

O peão, depois de suportar este tipo de tratamento, perde sua personalidade. Vive, sem sentir que está em condição infra-humana. Peão já ganhou conotação depreciativa por parte do povo das vilas, como sendo pessoa sem direito e sem responsabilidade. Os fazendeiros mesmo consideram o peão como raça inferior, com o único dever de servir a eles, os "desbravadores". Nada fazem pela promoção humana dessa gente. O peão não tem direito à terra, à cultura, à assistência, à família, a nada. É incrível a resignação, a apatia e paciência destes homens, que só se explica pelo fatalismo sedimentado através de gerações de brasilerios sem pátria, dessas massas deserdadas de semi-escravos que se sucederam desde as Capitanias Hereditárias.

(7) Após o término de uma derrubada, as companhias lotam caminhos de peões que são "despejados" nas vilas.

POLÍTICA LOCAL

Causa principal, também, e sobretudo cobertura da injustiça reinante na região é a política local, decididamente má. Política do interior, característica em muitas regiões do Brasil: coronelismo, poder hereditário, oligarquias locais (fazendeiros, políticos, comércio, polícia) perfeitamente entrosados no interesse e no domínio absoluto.

O voto é comprado da ingenuidade do povo, nas campanhas eleitorais exuberantes de promessas. Os votantes são trazidos em massa, em conduções coletivas. Nunca tiveram a possibilidade de escolher livremente um representante verdadeiro.

Há necessidade de adular os poderosos (para comprar fiado; para não ver os filhos sem escola elementar; para conseguir um documento, uma influência, um cargo). Os manda-chuvas "servem" ao povo com um paternalismo triunfante e orquestram os seus dons – mínimos, atrasados, com frequência fraudulentos. Há clima de terror, e o fatalismo passivo do povo que sabe que "sempre foi assim" ("política é assim mesmo"), ou aquela falta de liberdade para se expressar, para prescindir, para reclamar. Tudo isto faz da política local destas regiões uma opressão estabelecida e legal.

Barra do Garças está nas mãos de um clã de famílias, desde a fundação do Município, que controla amplamente a Administração, o Cartório, o Ensino e a Polícia locais. O sr. Ladislau Cristino Cortes é prefeito de Barra do Garças pela terceira vez. Fazendeiro, proprietário de 8 fazendas, a sua política é declaradamente de apoio e cobertura ao latifúndio da região.

Mesmo com uma extensão de 121.936 km^2, e densidade demográfica só de 0,22 (IBGE, 1970) a arrecadação é extraordinária. Os distritos, porém, com seus diferentes povoados, vêm reclamando inutilmente uma atenção mínima. (Para um simples aterro do trecho alagadiço da entrada de São Félix foi preciso escutar promessas durante anos).

A Prefeitura de Luciara foi criada em 1966. A fraude e o terror mais notório vêm dominando a Administração Municipal. O primeiro prefeito foi o "velho Lúcio da Luz", fundador da cidade, e o segundo, Leonardo Barros, está ainda foragido, depois de subtrair a importância de Cr$ 80.000,00. Com respeito ao atual prefeito, Sr. José Liton da Luz, para citar um caso mais diretamente vinculado com o problema latifúndio, veja-se o que escrevemos sobre Porto Alegre (documentação, II, 2).

Nas duas prefeituras, a escolha de professores, a remoção e pagamentos, estiveram normalmente ao capricho dos políticos locais. E nos dois municípios, a Prelazia entrou em conflito, neste ramo, por tentar defender uma política de ensino livre e desinteressada...

FALTA DE ASSISTÊNCIA BÁSICA

Os moradores da região, em condições de pura sobrevivência, submetidos às provas do clima tropical e desatendidos por parte das autoridades e dos organismos responsáveis, vivem numa falta habitual de assistência básica.

Dei já uma referência, em matéria de ensino, no que diz respeito à política local condicionante. Devo acrescentar que as irregularidades na nomeação e pagamento dos professores; na construção, manutenção e higiene das escolas; no fornecimento do material escolar mais rudimentar, são muitas e constantes.

Grande porcentagem de crianças e rapazes da região não tem acesso às aulas. Há escolas com uma só professora ou duas, estando, os alunos de diferentes idades e graus, misturados. A Prefeitura de Barra do Garças tem nomeado várias professoras reconhecidas publicamente como prostitutas. O nível de preparação do professorado – fora os professores que a Missão conseguiu engajar, é de 1º, 2º, 4º anos primários.Não há em toda a região um só professor ou professora normalista.Geralmente, é o povo ou a Prelazia que deve enfrentar a construção do prédio escolar. Faltam carteiras, cadernos, livros, quadro-negro, giz. Os professores do Curso Primário recebem um ordenado de Cr$ 100,00 e 125,00, com atrasos de seis meses e até de ano inteiro. Os professores do Ginásio Estadual de São Félix – construído pela Prelazia – recebem Cr$ 120,00 por mês e com atraso superior a 4 meses.

A Irmã diretora do Grupo Escolar de São Félix teve que desafiar, este ano, a política caprichosa do Secretário Municipal de ensino de Barra do Garças para a própria sobrevivência do Grupo.

A saúde é um problema trágico em toda a região. Um problema sem solução para 80% dos moradores. Dentro dos 150.000 km^2 do território

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

da Prelazia – e numa imensa área circundante imediata – só existe o Hospital do Índio, em Santa Isabel, em condições precaríssimas de atendimento, e com um só médico, intermitente. O Hospital é propriamente só para o índio. Por concessão, atende-se, dentro dessa precariedade, o pessoal não indígena, à base de Cr$ 30,00 a consulta e de Cr$ 45,00 a diária. Os dois únicos postos de saúde existentes foram criados e são mantidos pela Prelazia. Os abusos de alguns farmacêuticos "práticos" ou de curandeiros descarados que vendem medicamentos a preços exorbitantes ou amostras grátis, provocando endividamente estrangulador, são habituais e notórios.

Os chamados "farmacêuticos" de algumas fazendas, na maioria dos casos não passam de aventureiros e irresponsáveis. O divulgado Hospital da Codeara nem médico tem.

"A higiene é precária; há poucos conhecimentos relativos à saúde. Um grande prejúizo são as crendices e as superstições...O povo não tem noção do alto valor da saúde, e desconhece os meios de evitar a contaminação; não tem consciência da existência de germes e vermes e não teme os insetos que têm abrigo comum com a família.

"As crianças andam nuas e descalças até os 6 anos; depois adotam uma tanguinha. Arrastam-se pelo solo de terra batida, contaminada pelas excreções dos animais e das pessoas, expostas assim às mais variadas infecções e infestações.

"São comuns as conjuntivites que atingem todos os membros da família, assim como as gripes.

"A carne em geral, mesmo nos açougues, fica exposta à poeira, às moscas e mosquitos, fora da geladeira. Quando chega à casa, já vem meio deteriorada e contaminada. A carne seca fica dias e dias ao sol, suspensa nos quintais, sem qualquer proteção. Quando surgem os problemas intestinais, ninguém pensa nessas carnes ingeridas, já em início de putrefação e infeccionadas por muitos tipos de germes.

"A água retirada do poço ou do rio é colocada nos potes, sem torneirinha, sem qualquer tratamento. Aí ela fica fresquinha, mas é retirada com vasilhas já usadas, levadas pelas mãos, muitas vezes sujas, que mergulham com o copo e enriquecem a cultura dos germes dentro dos potes...

"...Enfrentam a doença própria e alheia com grande sangue frio e a suportam como um mal contra o qual não vale a pena lutar. O mesmo se diga em relação à morte, que eles "acolhem" como a chuva depois da seca. Nem mesmo o choro é comum. É um povo sofrido de verdade. Só mesmo quem testemunha pode falar e o faz com grande angústia, percebendo a vida infra-humana desta gente, que não tem consciência dos seus próprios direitos de pessoa humana. As crianças se apresentam com verminose e anemias; são pouco vivas, olhar parado e sem brilho, esclerótica amarela e mucosas descoradas; abdômen distendido, com intenso meteorismo..."

"...Os dentes, ao nascer, já se estragam, e a segunda dentição tem o mesmo destino.

"Os adultos pouco esclarecidos vêem-se logo atacados pela malária, hepatite e pelas doenças venéreas..."

"...Falta assistência ao recém-nascido e à criança em geral. Há grande mortalidade (infantil) por tétano umbilical e afecções gastro-intestinais, nos 4 primeiros anos. Falta assistência à gestante, à parturiente e à puérpera. A paciente dá à luz no seu próprio barraco em condições higiênicas as mais precárias, não dispondo de condições elementares e humanas para um atendimento condigno. Dá à luz rodeada dos demais filhos, de vizinhas e às vezes é assistida por uma "curiosa" que talvez complique mais a situação pelas crendices e superstições.

"Nos casos de fratura de membros, o paciente repousa até conseguir andar ou movimentar-se, sem ter a noção de uma redução e contenção provisoriamente até a imobilização definitiva. E daí a consequência de pessoas coxas e com membros defeituosos, defeitos aceitos passivamente e superados com uma coragem impressionante...

"...São comuns entre o povo as seguintes doenças: malária; hepatite infecciosa; úlcera de Bauru; desidratação aguda (adultos e crianças); verminoses de todos os tipos, principalmente ascaridíase, teníase, ancilostomíase, acarretando profundas anemias; afecções venéreas: blenorragia, cancro mole ("cavalo"), cancro duro, linfogranulomatose inguinal ("mula"), granuloma venéreo ("cavalo de crista"); alguns casos de picada de cobra, escorpião e aranha; tétano umbilical, geralmente letal; afecções dentárias, desnutrição". (Relatório sobre a Prelazia da Ir. Maria de Fátima Conçalves).

Devem-se acrescentar a essa lista do relatório, o reumatismo, as afecções respiratórias, a leishmaniose. A perda da vista é muito frequente.

A *habitação* "em geral é feita de barro cru, algumas de barro cozido, outras de pau-a-pique. A cobertura é de folhas secas de coqueiro. Agora há algumas olarias (rudimentares) onde se fazem tijolos e começam a surgir casas de tijolo e cimento, com cobertura de telhas... Essas casas não têm forro". As *instalações sanitárias* "são bastante precárias; em geral localizadas no fundo do quintal: fossa rente ao chão, base de madeira, sem qualquer cobertura, em local incômodo sem porta; protegida por uma "cortina" de caso de estopa que se agita ao sopro do vento... e onde à noite se abrigam galinhas e muitos insetos roedores..."

"...Não há coleta de lixo. Quintais e ruas recebem o lixo que as pessoas menos cuidadosas não queimam. Não há mesmo o cuidado de coletar o lixo em latas. Em algumas pensões joga-se pela janela todo tipo de lixo; os restos alimentares são rapidamente procurados e devorados por cães...

"...Galinhas, cães e porcos frequentam os mesmos aposentos e muitas vezes usam as mesmas vasilhas (que as pessoas) ". "Os ambientes são infestados de moscas, mosquitos, baratas e ratos. As fossas, sobretudo, são verdadeiros viveiros de enormes baratas, afugentadas à noite pela chama de uma vela, ou lampião, dando um espetáculo, às vezes até dramático, quando a pessoa não está acostumada e é surpreendida por esta fuga das baratas que buscam aflitas o interior da fossa..." (Relatório sobre a Prelazia, da Irmã Maria de Fátima Gonçalves).

"A alimentação básica é o feijão, arroz, carne, farinha (de mandioca), peixe, banha. Nota-se grande ausência de frutas, verduras, leite. O leite de vaca existe no início do inverno (chuvas), quando há pasto em abundância. Na seca desaparece o pasto; e no inverno fica tudo alagado e as estradas são intransitáveis. Não (se) comem verduras em abundância, devido às dificuldades de cultivo (pragas, época de seca, falta de adubo...) e também à preguiça e ao preconceito: "verdura é comida de lagarta", "Capim é para boi".

"No tempo da seca as frutas desaparecem quase por completo.

"Expressões como esta denunciam a carência alimentar: "comemos macarrão uma vez por ano". As refeições normais do sertanejo são três: café, almoço e janta. Os de mais recursos tomam café com pão. A maioria é café com "isca" (alguma mistura) ou "Bolo de sopapo" (bolo de farinha). Muitos só café "magro", sem "isca". E isto foi constatado entre os alunos do Ginásio. Muitos vêm à aula sem tomar nada da manhã..." "...A merenda não é adotada pelos mais pobres, como denota esta frase: "Merenda só na época das vacas gordas". Esta fome crônica, como dizia Josué de Castro, mata mais que as guerras. Um povo subalimentado é presa fácil das doenças, pois não há resistência para elas num organismo debilitado. Eu garanto que se houvesse higiene e boa alimentação, 80% das doenças desapareceriam nestes sertões..." ("Pesquisa Sociológica" citada).

Não há serviço normal de *correio* em toda a região da Prelazia. E as *estradas* de terra alagam perigosamente na época das chuvas, ou são materialmente intransitáveis. Nenhuma cidade possui luz elétrica (exceto Luciara, umas três horas por noite), nem esgotos, nem água encanada, nem ruas sequer encascalhadas...

Há dois ônibus por semana – a partir de outubro, 3 – da Barra do Garças a São Félix: dia e meio de viagem, e um ônibus semanal de Barra a Luciara. A VASP – com aparelhos primitivos – serve a região em dois vôos semanais, ida e volta. O Araguaia e o Rio das Mortes são transitadas por barcos, lanchas ("voadeiras") e canoas. Existe o serviço extraordinário dos teco-tecos (a Cr$ 1.200,00 de São Félix a Goiânia). A FAB presta vários serviços de emergência.

O COMÉRCIO facilmente é trust. também nesta região. E coincide com o poder dominante da política e das fazendas, em interesses combinados. As distâncias e os fretes "justificam" os mais exorbitantes abusos. Não há nenhum controle fiscal. O preço é geralmente 50% superior ao normal.

MÁ DISTRIBUIÇÃO ADMINISTRATIVA

A própria *extensão* dos municípios já é uma estrutura de desequilíbrio social. A distância da sede do Município traz consigo o máximo desinteresse e esquecimento por parte das autoridades, a impossibilidade de recurso e protesto por parte do povo. (Barra está a quase 700 km de São Félix).

Há um só Juiz de Direito em toda a região e passamos até um ano sem Juiz. São Félix ainda não é Município e certos meios interesseiros querem impedir sua emancipação.

A *polícia local* – frequentemente mandada para cá por castigo, vende-se com extrema facilidade aos poderosos do comércio ou das fazendas, usa e abusa do seu poder onipotente nos povoados, espanca e xinga e patrocina as imoralidades dos prostíbulos, as "deflorações" e outras irregularidades públicas (8) (Documentação, nº V).

Outro gravíssimo pecado administrativo – que atinge mesmo os órgãos federais da *Administração agrária* – é a descontrolada queima de terras, o emprego das melhores áreas de lavoura para o pasto do gado do latifúndio e a total falta de assistência técnico-agrícola aos camponeses da região, que continuam plantando com os recursos e os sistemas mais primitivos.

As *autoridades estaduais e federais* só visam aos grandes empreendimentos latifundiários da região, que já foram visitados em festas, encontros e inaugurações. Nunca nenhuma delas pisou o solo destas vilas e patrimônios, excetuada a Polícia Federal, em casos de emergência. Algum candidato a deputado apareceu na hora de pedir votos...

Falei da passividade do povo, do seu fatalismo. Ele sabe, por uma longa e dolorosa experiência, que não tem voz para se fazer ouvir. Excepcionalmente – depois de anos de escravidão – um peão arriscado poderá provocar uma intervenção da Polícia Federal, na Codeara, por exemplo, ou a intervenção, ambígua demais, da oficialidade do Garças.

Os padres, por um triste clericalismo, sempre mais ou menos benéficente, faltando outras saídas mais legítimas, resolvem agora ou tentam resolver muitos casos de gritante injustiça, emprestando voz e letra aos que não têm. Sempre sabendo que uma decisão legal significará meses, anos de espera exasperante, de conflitos, de espoliações inqualificáveis, e talvez de sangue, como vem acontecendo no regime de escravidão das Fazendas, na bagunçada atuação da Polícia local, e em vários atritos fazendeiros/posseiros (como os da Frenova/Porto Alegre, Bordon/Serra Nova, Ariosto/Pontinópolis...)

NOSSA ATUAÇÃO

A Prelazia conta com *7 sacerdotes*. O Bispo e quatro padres são espanhóis e Claretianos. Um deles ordenado na própria sede da prelazia, no dia 7 de agosto deste ano. O novo ordenado e um companheiro, por motivos de estudo e de assistência à pória Prelazia, dirigem provisoriamente uma paróquia em Goiânia. O Bispo e os outros dois padres residem em São Félix.

(8) Um último fato, ocorrido em 27 de setembro de 1971, veio provocar a indignação do povo de S. Félix. Estupidamente, a polícia baleou um pai de família, matando-o. O povo decidiu reunir-se para estudar o caso, no que teve o apoio do Padre José Maria Garcia. Os policiais, ao saberem da realização da reunião, na qual se decidiu apelar para a Polícia Federal, ameaçaram matar o Padre e alguns outros elementos que se sobressaíram, nesta reunião. O Padre e estes elementos tiveram que se refugiar junto ao destacamento da FAB, em Santa Isabel. Aguarda-se para breve a intervenção da Polícia Federal, segundo promessas feitas em Brasília diretamente ao Pe. José Maria, escolhido pelo povo para representá-lo diante das autoridades.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

Dois padres, franceses, do clero diocesano, pertencentes à antiga Prelazia de Conceição do Araguaia, vincularam-se à Prelazia de São Félix, com motivo da ereção da mesma, e residem em Santa Terezinha, faz dezesseis e cinco anos, respectivamente.

Um dado para não esquecer: o Bispo e os padres somos todos estrangeiros.

Na aldeia dos índios Tapirapé vivem – faz dezessete anos – *três irmãzinhas de Jesus*, plenamente encarnadas na pobreza e na simplicidade agrícola dos tapirapés; sendo testemunhos e fermento de Evangelho. Além da total convivência, as Irmãzinhas prestam aos índios um discreto serviço de assistência sanitária e de enfermagem e de promoção pelo exemplo e o diálogo.

No dia 16 de fevereiro de 1971, chegaram a São Félix, para trabalhar na Prelazia, cinco *religiosas de São José*; e em 18 de junho último incorporou-se à comunidade outra irmã. Elas se dedicam à catequese, à enfermagem, ao ensino e à promoção humana em geral. Todas elas são brasileiras.

Uma Irmãzinha de Jesus, brasileira também, "em experiência de apostolado direto", colabora nas campanhas missionárias.

Tanto em São Félix, como em Santa Terezinha trabalham, vinculados à Prelazia, *leigos brasileiros*: no ensino "ginásio, primário e alfabetização", nas Campanhas Missionárias, na catequese e na promoção humana. Em São Félix, este ano, os leigos "universitários" são cinco. Em Santa Terezinha são cinco também: um casal, e três rapazes.

No primeiro período de nossa chegada à missão, percorremos quase todo o território, em repetidas viagens e visitas, por água com muita frequência. Sertão, beiras dos rios e povoados. Com as extraordinárias despesas que essas viagens significam. Era continuar, talvez com uma evangelização mais esclarecedora, as tradicionais desobrigas...

Assistíamos alguns povoados e algumas fazendas, com certa regularidade, todo mês.

Em 1970, interrompemos quase todas essas viagens. Por exigências do ginásio e pelo próprio descontentamento de um serviço que era rotineiro, ineficaz e até alienante. Independente das possibilidades que nos deu de conhecermos a região.

Nesse ano, estourou o conflito aberto entre a Prelazia – Igreja, devemos dizer – e as fazendas latifundiárias, que se materializou no mês de setembro, com o relatório "Feudalismo e Escravidão no Norte de Mato Grosso" (cf. Documentação, nº IV, 1). Não era possível ir às fazendas sem coonestar exteriormente a conduta dos donos, gerentes e capatazes. Nem era possível agir com liberdade. Os peões, por outra parte, nunca poderia ser atingidos pelo padre.

Além disso, era preciso refletir, reformular a pastoral toda. Sentíamos o impasse da situação religioso-pastoral do nosso povo. Faltava tudo: em saúde, em ensino, em comunicações, em administração e em justiça. Faltava no povo a consciência dos próprios direitos humanos e a coragem e a possibilidade de os reclamar. E o que não faltava era gritante, acusador.

Contra os nossos primeiros propósitos – fruto da velha experiência educacional da Igreja, fruto da própria experiência pessoal – decidimos enfrentar o problema do ensino: e construímos o "**Ginásio Estadual Araguaia**", de São Félix. Pago, em oitenta por cento (80%) da importância, com donativos dos nossos amigos da Espanha, e sem nenhuma contribuição oficial da Prefeitura, do Estado ou do Governo Federal. Foi uma aventura quixotesca, necessária, porém. (As poucas famílias que antes pretendiam por os filhos no ensino médio, deviam mandá-los a Barra do Garças ou a Goiás. E as forças novas da juventude se distanciavam da família e do lugar, provavelmente para não voltar jamais. E toda a renovação humano-social precisaria tanto dessa juventude, mais maleável, mais aberta e crítica!). O Ginásio Estadual, não queríamos que fosse nem da Prelazia nem de uma Congregação. Com muitas demoras e irregularidades, o Estado paga os professores bem pobremente. Funcionam no ginásio as três primeiras séries. Por motivos de suplência inicial, um padre teve que aceitar a diretoria e uma irmã é secretária.

Depois de cooperarmos, com pressões e suplências, ao ensino primário de toda a região, este ano uma irmã é diretora do Grupo Escolar de São Félix; e a equipe de Santa Terezinha leva totalmente – "economia, material e professorado" – um grupo Primário particular e um Curso de Madureza Ginasial Noturno, vencendo as manobras da Prefeitura de Luciara.

Uma irmã enfermeira e outra auxiliar dirigem, a partir do mês de março deste ano, o ambulatório, criado e financiado pela Prelazia de São Félix. Ultimamente recebemos a promessa de uma ajuda econômica da Secretaria de Saúde Estadual de Cuiabá. No primeiro semestre de atuação o ambulatório atendeu 1995 casos. Em Santa Terezinha trabalha há quatro anos, no pequeno ambulatório da missão, uma enfermeira francesa, leiga (este ano em férias, na França, e ajudada por uma moça do lugar, auxiliar de enfermagem). A partir de julho toma conta do ambulatório um laboratorista. Desde o início da missão – antes mesmo de ser criada a Prelazia – temos dado grande quantidade de remédios gratuitos, com mais ou menos paternalismo, por necessidade vital, na impossibilidade de fazer outra coisa, às vezes.

Na **liturgia** e na **catequese** agimos sempre com bastante liberdade, no intuito de adaptarmos ao povo e de traduzir para ele o culto oficial e a Palavra tradicional. Demos sempre particular importância, na missa, à Liturgia da Palavra. Celebramos missas com "Liturgias da Palavra" preparatórias, tidas no dia anterior. Missas por grupos. "Missas de rua": nos barracões abertos, em âmbito de bairro ou de vizinhança.

Na **Pastoral dos Sacramentos**, depois de ter que "aguentar", nos primeiros meses, os batizados em massa e sem preparação, e os casamentos de gente muito nova e improvisadamente, viemos a exigir preparação e certas condições indispensáveis para os pais e padrinhos dos batizandos, e para os noivos – dos quais exigimos também o casamento civil. Atrasamos a idade para a Primeira Eucaristia e preparamos os candidatos durante tempo prolongado. Nestes três anos de missão, ainda não houve administração de Crisma. Achamos que o povo não está preparado, e queremos que este ato seja precedido de um autêntico catecumenato a posteriori, para possibilitar com isso um compromisso cristão adulto.

No intuito sério de superar a pastoral das desobrigas, iniciamos este ano as "**Campanhas Missionárias**". Realizamos já a primeira em Pontinópolis, e estamos realizando a segunda em Serra Nova.

A Campanha Missionária é um "tempo forte" de pastoral – três meses – num lugar, e com trabalho em equipe – Padre, Irmãs e Leigos. A equipe missionária se instala numa casa do povo, e procura compartilhar, simplesmente, a vida do lugar, em tudo. Durante a campanha se dão aulas de alfabetização ou Círculos de Cultura; aulas de complementação para adultos e crianças. Acompanha-se e complementa-se o trabalho das professoras locais. Dá-se assistência de enfermagem e se promove uma ação permanente por todos os meios e em toda ocasião, de higiene e saúde. Faz-se uma ação intensa de conscientização. E se têm palestras por grupos, sobre os temas vitais do povo do lugar. Três vezes por semana se celebra a **eucaristia**, em termos bem acessíveis, e com uma temática apropriada na liturgia da palavra e nas orações. Preparam-se os **sacramentos** do batismo, da penitência, da eucaristia e do matrimônio, com especial dedicação. Com o povo enfrentam-se os problemas e os riscos – às vezes graves – dos direitos dos posseiros frente ao latifúndio (cf. Documentação, nº II, 3. A, B). E tenta-se assentar a vida dos Patrimônios numa organização popular, básica, humana. Criam-se ou os "Conselhos de Vizinhança" – autoridade popular de uma equipe livremente eleita (que em Pontinópolis, junto com o povo, elaborou a "Lei do Posseiro") (Documentação nº VI) – ou os "Grupos de Liderança". Finalmente organiza-se a "Oração Comunitária dos Domingos", que um grupo do próprio povo dirigirá toda semana, com a assistência mensal de algum membro da equipe da Campanha. (Futuramente, nasceriam aí uma "comunidade de base" e umas diaconias locais e, talvez, um sacerdote "indígena...").

Mesmo assim, sentimos que a **liturgia** e a **pastoral** toda – aqui como em outras partes, certamente – se ressentem de **desencarnação, de intelectualismo, de conteúdo e ritmo urbanos e de um europeísmo dominante.** Na própria estruturação, na formação que nos condiciona, no "preconceito tradicionalista do povo" e na falta eclesial de corajosa criatividade.

Não podemos aceitar a dicotomia entre evangelização e promoção humana, porque acreditamos no Cristo, como o Senhor Ressuscitado que liberta o homem todo e o mundo todo e nos salva em plenitude: progressivamente e dolorosamente aqui na terra, definitivamente e com glória, no céu. "Cristo veio ao mundo para libertar o homem de toda escravidão. A comunidade cristã deve ser para todos os homens um sinal eficaz na realização da justiça, na libertação de toda forma de escravidão e na esperança para cada uma das gerações" (Esquema "A Justiça no Mundo", Synodus Episcoporum, 6).

Para nós, evangelizar é promover o homem concreto – o próximo próximo – e libertá-lo, sempre com aquele "plus" que a encarnação e a Páscoa trazem à pessoa e à história humanas.

Por causa disso, bem ou mal, com tateios e em conflitos, sempre temos enfrentado a defesa dos direitos humanos e a promoção do povo ao qual fomos enviados. Nas campanhas higiênicas; no ensino – alfabetização em São Félix, em Santa Terezinha e nas Campanhas Missionárias; nos cursos primários e no ginásio; na problemática agrária (posseiros, peões); e frente às outras opressões políticas, comerciais e policiais.

Isto supôs muitas viagens, gastos notáveis – donativos dos amigos da Espanha ou da França, relatórios e cartas (cf. Documentação II, 1; II, 3; II, 4; IV, 1) ameaças concretas, prolongadas, e até mais de quatro anos de tensão em Santa Terezinha. E um conflito declarado da Prelazia com os latifundiários e outros poderosos, e também com algum setor

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

eclesiástico que não compartilha a nossa atitude e deve favores aos grandes...

A última acusação, "definitiva" – bem pouco original – que ganhamos por parte dos grupos latifundiários e dos núcleos políticos e de controle econômico da região, fazia de nós todos "subversivos" e "comunistas". E "estrangeiros!"

Os dois primeiros qualificativos da acusação não merecem uma resposta séria, por excessivamente gratuitos e gastos.

Estrangeiros somos, certamente, o Bispo e os padres. Talvez, porém, bastante mais dedicados ao bem do Brasil do que nossos acusadores. E mais desinteressadamente. Além de que não há homem estrangeiro na terra dos homens, e a Igreja no mundo é em todo lugar nossa pátria.

Depois de vários meses de boatos e calúnias, de ameaças de prisão, de morte, de "descida" da polícia federal e do exército, com prognósticos sucessivamente datados depois de várias tentativas de convencer-nos ou de intimidar-nos por meio de mensageiros pessoais, na primeira semana de setembro último, o Sr. Ariosto da Riva – pai e mentor dos latifundiários – acompanhado de um sacerdote religioso, se apresentou ao Senhor Núncio, no Rio, para tentar impedir a minha sagração...

O GRITO DESTA IGREJA

A Igreja é, por natureza, tão católica como local."A fim de poder oferecer a todos o mistério da salvação e a vida trazida por Deus, a Igreja deve inserir-se em todos esses agrupamentos (humanos), impelida pelo mesmo movimento que levou o próprio Cristo, na encarnação, a sujeitar-se às condições sociais e culturais dos homens com quem conviveu" (Ad Gentes, 10). Cristo continua se encarnando, por Ela e Deus ama em singular e com eficácia. A Salvação faz-se presente no dia a dia e atinge o homem real, principalmente por meio de sua Igreja – "sacramento universal de salvação" (Id. 1) – na medida em que esta se aproxima do homem – com seu testemunho, com a Palavra "traduzida" e com os Sacramentos vivenciados – e o convida e provoca nele – pela força do Espírito que sempre está pronto para agir – a resposta da Fé que transforma e liberta.

Nós – bispo, padres, irmãs, leigos engajados – estamos aqui, entre o Araguaia e o Xingu, neste mundo, real e concreto, marginalizado e acusador, que acabo de apresentar sumariamente. E somos aqui a Igreja "visível" e "reconhecida". Ou possibilitamos a encarnação salvadora de Cristo neste meio, ao qual fomos enviados, ou negamos nossa Fé, nos envergonhamos do Evangelho e traímos os direitos e a esperança agônica de um povo de gente que é também povo de Deus: os sertanejos, os posseiros, os peões ; este pedaço brasileiro da Amazônia.

Porque estamos aqui, aqui devemos comprometer-nos. Claramente. Até o fim. (Somente há uma prova sincera, definitiva, de amor, segundo a palavra e o exemplo de Cristo). Eu, como bispo, nesta hora de minha sagração, recebo como dirigidas a mim as palavras de Paulo a Timóteo: "Não te envergonhes do testemunho de Nosso Senhor, nem de mim, seu prisioneiro, mas, sofre comigo pelo Evangelho, fortificado pelo poder de Deus" (II Tim 1, 8).

Não queremos bancar heróis, nem originais. Nem pretendemos dar lição a ninguém. Pedimos só a compreensão comprometida dos que compartilham conosco uma mesma Esperança.

Olhamos com bastante amor a terra e os homens da Prelazia. Nada dessa terra ou desses homens nos é indiferente. Denunciamos fatos vividos e documentados. Quem achar infantil, distorcida, imprudente, agressiva, dramatizante, publicitária; a nossa atitude, entre na sua consciência e leia com simplicidade o Evangelho; e venha morar aqui, neste sertão, três anos, com um mínimo de sensibilidade humana e de responsabilidade pastoral.

O Vaticano II, Medellín,o Sínodo; a voz das Conferências Episcopais do Terceiro Mundo; o Evangelho – antes e sempre –, não só coonestam como também reclamam essa ação abertamente comprometida. Já passou a hora das palavras(não certamente a hora da Palavra),das conivências e das esperas conciliadoras. (Será que alguma vez foi essa hora?). "Quem não está comigo, está contra mim; quem não recolhe comigo, espalha" (Lc 11,23). "Não basta refletir, obter maior clareza e falar. É preciso agir. Esta não deixou de ser a hora da palavra, mas tornou-se, com dramática urgência, a hora da ação." (Medellín, introdução).

Queremos e devemos apoiar o nosso povo, pôr-nos a seu lado, sofrer com ele e com ele agir. Apelamos à sua dignidade de filhos de Deus e ao seu poder de teimosia e de Esperança.

Chamamos angustiosamente a toda a Igreja do Brasil, à qual pertencemos. Pedimos, exigimos fraternalmente, sua decisão, e a corresponsabilidade plena na oração, no testemunho, no compromisso, na colaboração de agentes e meios de pastoral. (Na mente de quase todos os que ainda lutam desinteressadamente, somente a Igreja parece ter uma possibilidade decisiva nesta hora). Da CNBB – na qual agora mais confiamos – pedimos o cumprimento, pronto e eficaz, de um programa decididamente realista no compromisso que ela publicamente assumiu sobre a Amazônia, com caráter de prioridade.

Aos "católicos" latifundiários que escravizam o povo de nossa região – eles mesmos alienados, muitas vezes pela conivência interessada ou cômoda de certos elementos eclesiásticos – pediríamos, se nos quisessem ouvir, um simples pronunciamento entre sua Fé e o seu egoísmo. "Não se pode servir a dois senhores" (Mt 6, 24). Não lhes adiantará "dar Cursilhos" em São Paulo ou patrocinar o "Natal do pobre" e entregar esmolas para as "Missões", se fecham os olhos e o coração para os pêoes escravizados ou mortos nas suas fazendas e para as famílias de posseiros que os seus latifúndios deslocam num êxodo eterno ou cercam sadicamente fora da terra necessária para viver. Leiam o Evangelho, leiam a primeira carta de São João e a carta de São Tiago...

É fácil, com muito dinheiro, encobrir com páginas inteiras de jornais, a verdade dos fatos, a realidade. Deus vê. E o povo sabe cada dia mais o que sofre, e não esquece.

Mais uma vez, com maior premência, publicamente, apelamos às supremas Autoridades Federais – Presidência da República, Ministério de Justiça, do Interior, da Agricultura, do Trabalho, INCRA, Funai... (9) – para que escutem o clamor abafado deste povo; para que subordinem os interesses dos particulares ao bem comum, a "política da pata do boi" à política do homem, os grandes empreendimentos – sempre mais publicitários – das estradas, ocupação da Amazônia, a "Mesopotâmia do gado",a mal chamada "integração nacional do índio"(10), às necessidades concretas e aos direitos primordiais, anteriores, do homem nordestino, do retirante sem futuro, do homem da Amazônia, do índio, do posseiro, do peão...

Se os incentivos dados – e com que fiscalização? – às oligarquias e trustes do Sul do País que "ocuparem" esta região, tivessem sido invertidos em favor do povo que a desbravou e a habita a situação conflitiva que "revelamos" aos ingênuos ou interesseiros estaria voltada para um futuro de esperança e desenvolvimento "do homem todo e de todos os homens" deste interior.

As soluções isoladas não resolvem os problemas gerais. E a esmola nunca é solução em sociologia. O conflito Codeara/Santa Terezinha, por exemplo, depois de 4 anos de titânicos esforços por parte do povo e da "Missão", tentou-se resolver com uma esmola de 5.582 hectares, para o povo dos posseiros, dentro de um latifúndio de mais de 196.000 hectares, e continuando toda a zona urbana do povoado em poder da Companhia.

O que vivemos nos deu a evidência da iniqüidade do latifúndio capitalista, como pré-estrutura social radicalmente injusta; e nos confirmou na clara opção de repudiá-lo.

Sentimos, por consciência, que também nós devemos cooperar para a desmitificação da propriedade privada. E que devemos urgir – com tantos outros homens sensibilizados – uma *Reforma Agrária* justa, radical, sociologicamente inspirada e realizada tecnicamente, sem demoras exasperantes, sem intoleráveis camuflagens. "Cristo quer que os bens e a terra tenham uma função social, e nenhum homem tem direito a possuir mais que o necessário, quando existem outros que nem sequer têm o necessário para viver. Por isso o Papa Paulo VI, disse: "A propriedade não é um direito absoluto e analienável" (Populorum Progressio) (José Manuel Santos Ascarza, Bispo de Valdivia, Presidente da Conferência Episcopal do Chile, em carta à Organização dos Camponeses de Linares, em 19/5/70).

A injustiça tem um nome nesta terra: o Latifúndio. E o único nome certo do desenvolvimento aqui é a Reforma Agrária. (E segundo Paulo VI, na "Populorum Progressio", "o Desenvolvimento é o novo nome da Paz"...).

Esperamos que nenhum cristão com vergonha caia no cinismo de qualificar este documento como subversivo. Nos reportamos, mais uma vez, ao Evangelho. E também ao Vaticano II, a Medellín e ao último Sínodo. "O testemunho (função profética) da Igreja frente ao mundo, terá bem pouca ou nenhuma validade se não der, ao mesmo tempo, a prova de sua eficácia no seu compromisso pela libertação dos homens mesmo neste mundo. Por outra parte, a Igreja poderá fazer os maiores esforços para defender a verdade de sua mensagem, mas se ela não a identificar com um amor comprometido na ação, esta mensagem cristã corre o risco de não mais oferecer ao homem de hoje nenhum sinal de credibilidade" (esquema " A Justiça do mundo", Synodus Episcoporum, pág. 46).

Estas páginas são simplesmente o grito de uma Igreja da Amazônia – a Plelazia de São Félix, no nordeste do Mato Grosso – em conflito com o Latifúndio e sob a marginalização social, institucionalizada de fato.

---

(9) à Sudam, infelizmente,não podemos apelar, pois até o momento mostrou-se exclusivamente a serviço do latifúndio.

(10) Somos os primeiros a reconhecer a necessidade das estradas, do desenvolvimento da Amazônia, e da verdadeira integração do índio. Sabemos também valorizar, em termos nacionais e internacionais a pecuária. O que não podemos admitir é a inversão dos valores.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

Não deixamos de ver o que é belo na natureza ou no progresso da Amazônia,nem subestinamos o que o Governo do Brasil ou os particulares fazem de bom nesta região infinita. Há poesia e publicidade em abundância para cantar tudo isso. O que nesta nossa Amazônia é trágico, o que nela se faz erradamente, ou se omite, o que já não se pode mais tolerar, isso é que nós – por dever pastoral e por solidariedade humana – devíamos publicar. Dizer a verdade é um serviço. E o propósito de dizer a verdade nos faz livres.

Nossa amargura não é falta de Esperança. (Só a alienação ou o egoísmo podem viver comodamente felizes – no meio da injustiça estabelecida). Sabemos de Quem nos fiamos (II Tim 1,12). Sabemos que "lá onde o pecado ameaça a libertação e a humanização da vida, Deus nos envia seu Filho Unico com o fim de libertar o coração humano do egoísmo e do orgulho" e que "é precisamente aqui, na encarnação, onde se encontra o fundamento máximo da esperança para o homem e o seu universo". "... É no seu Espírito e na sua Igreja que Ele (o Cristo) oferece aos homens esta luz de que precisam,esta confirmação dos valores humanos de dignidade e fraternidade, esta coragem para praticar a justiça e sofrer os sacrifícios de sua realização". E ainda mais, sabemos que "a justiça que os homens realizam neste mundo chega a ser uma antecipação da esperança final" (Esquema "A Justiça do mundo", 56 e 57).

Pedro Casaldáliga, Bispo de São Félix,
São Félix, 10 de outubro de 1971.

Seminário sobre Pastoral na Amazônia

(Ata da reunião de 15 de julho de 1971)

– A sessão é aberta, às 8h10 com a recitação do ofício presidido por Dom Grotti. Em seguida, é notificado o resultado da avaliação do trabalho do dia anterior. O grupo
1) sente falta de preparação técnica e de preparação remota.
2) deseja mais dinamismo.
3) espera não só constatar falhas, mas descobrir as causas das mesmas.

– De um modo geral, o rendimento e o clima são satisfatórios.

– O Pe. Adamo anuncia, então, a vinda de alguém da Sudam (que, entretanto, não veio!); explica a razão do não comparecimento do representante do Ministério do Interior, que devia ter falado ontem (a razão é um certo medo dos Bispos e o medo de se expor e comprometer!) e salienta, enfim, os objetivos concretos do seminário: "preparar linhas e dados do pré-planejamento para a C.E.P. da CNBB, que se reunirá no mês de agosto, p.f. Dom Ramos acrescenta: "devemos enviar tudo para Roma; a fim de que a Santa Sé estimule o Sul do Brasil a se interessar concretamente pelo Norte" e refere os passos já dados neste sentido.

O Pe. Egberto lembra que não se deve esquecer o que já foi estudado até agora, em reuniões e assembléias anteriores, e o coordenador informa que a Secretaria entregará tudo sob forma de "subsídios".

Reclamam vários participantes a presença de algum representante da Funai; mas a Coordenadoria informa ser impossível, e explica os critérios que a levaram a reduzir ao mínimo - 2 - os representantes do Governo: é o intuito puramente pastoral do trabalho.

Celso Bredariol, dinamizando os trabalhos, divide os presentes em 6 grupos de participantes, para estabelecer os critérios de seleção dos problemas, a fim de marcar, posteriormente, as prioridades.

Às 9h10m, no meio da sala, um grupo de 6, integrado por um membro dos grupos anteriormente formados, seleciona 5 critérios, que serão chamados de "fundamentais", enquanto os outros acompanham o trabalho, como assistentes. Depois de meia hora de trabalho, Celso avalia o comportamento dos "componentes do grupo", e, em seguida, são comunicados os resultados do trabalho, apontando os critérios fundamentais para a seleção da problemática amazônica, sob o aspecto pastoral, a saber:

1) problemas mais de igreja

2) níveis de coordenação: - Nacional - regional

3) problemas-chave (geradores de outros problemas)

4) problemas relacionados com a pessoa humana

5) problemas relacionados com a evangelização

6) problemas de solução mais viável.

Às 10h00, o café.

Ao reiniciar os trabalhos, às 10h20 Celso Bredariol, procura harmonizar as "conversas de corredor" com os objetivos do encontro. Entram na discussão, na ordem, Pe. Adamo, D. Estevão, novamente Pe. Adamo, D. Ramos, Pe.Celso Queiroz, novamente D. Estevão, outra vez Pe. Adamo. Fica bem claro que, no quadro da "mística da Transamazônica", a Igreja do Brasil deve enfrentar o problema da presença da Igreja na Amazônia, definir e assumir seu papel; o presente Seminário é apenas o começo do entrosamento Norte-Sul (veja-se a relação dos presentes); o plano será elaborado por um grupo mais reduzido de peritos. Por enquanto, os objetivos são mais modestos e limitados, podendo ser assim esquematizados:

a) levantamento da problemática;
b) aprofundamento da problemática;
c) determinação das prioridades;
d) fornecimento de subsídios para os Prelados engajados; para a Comissão Episcopal de Pastoral; e para o grupo encarregado da preparação do "Plano" de pastoral da Amazônia.

Superado o impasse, nova divisão para o trabalho, em 5 grupos, para apontar, na base dos critérios selecionados, três problemas prioritários. (cf. folhas anexas, contendo o levantamento da problemática), Feita a relação, nova formação dos grupos, desta vez, para o levantamento da problemática sobre o prisma pastoral. Às 12h00, almoço.

Às 14h00 reiniciou-se o trabalho, com a oração do meio-dia, presidida por D. Grotti, o qual, em seguida, faz a exposição da problemática das Prelazias. O Pe. Francisco Chagas fala da atuação da CNBB - Norte 2, na sua área, e é complementado por depoimento de D. Estevão, D. Floriano, D. Rino, que salientam os elementos positivos, seja na esfera prelatícia, seja na esfera regional.

O Pe. Adamo indaga acerca da pastoral familiar. Ao Pe. Celso Queiroz interessa saber da aceitação das Comunidades de Base: ambos recebem respostas positivas e satisfatórias.

O Pe. Egydio Schwade sugere que haja maior coordenação das Prelazias e ligação mais eficiente com a Funai.

O Pe. Egberto van Lier fala em nome da CRB - Norte 1 e relata as realizações na área, salientando, sobretudo, o fato novo: a separação CNBB–CRB, que, até o começo de 1971, praticamente se identificavam. O fato foi motivado para reduzir o ativismo exagerado e fomentar a vida religiosa, conforme sugestão vinda de encontro anterior, no qual se apontou como falha principal a falta de vida interior dos agentes da pastoral.

O Pe. Mateus George faz um relato sucinto das atividades e dos objetivos do ITE-CIC e do Regional Norte 1 da CNBB.

O representante da Cáritas Brasileira distribui documento e faz rápida exposição, detendo-se mais sobre o que chama "pontos de estrangulamento":

1. falta de definição clara da função da Cáritas, na Igreja do Brasil;
2. falta de recursos próprios.

Às 16h15, depois do café (16h), o Pe. Adamo fala do MEB, ilustrando sua origem, sua função, sua organização, sua história gloriosa e atribulada, e, sobretudo, suas metas até 1978:

– consolidar o que existe;
– criar novas redes e sistemas;
– criar equipes em diferentes níveis e em cada Estado;
– intensificar os programas de desenvolvimento comunitário;
– utilizar o melhor, em termos de comunicação (TV e cine-educativo).

Em seguida fala da AEC, bem organizada, mas bastante desconhecida,e aponta os critérios de ação da mesma:

– não criar novas escolas;
– acabar com as que não têm condições;
– coordenar melhor as restantes;
– influir na formação dos professores.

O Pe. Zeno Marques conta, em seguida, que o CERIS, do qual é representante, está para iniciar a operação Amazonas, cujo objetivo é:

– fazer o censo das obras e das atividades da área;
– defender a ação da Igreja;
– fornecer subsídios para os eventuais planejadores de pastoral da Amazônia.

Em painel, o Pe. Egydio e Antonio M. Bergamini, explicam a atividade (por enquanto reduzida mas positiva) da Opan, cuja finalidade é preparar missionários leigos para atuarem principalmente entre os indígenas e as classes marginalizadas.

O Pe. Adamo apresenta o Pe. Bartolomeu Melia, jesuíta paraguaio, com excelente folha de serviço no trabalho promocional dos índios e a assembléia o saúda com uma salva de palmas.

Por fim, o Pe. Antonio Lute fala do CENFI, ilustrando seus objetivos: mentalização e adaptação dos missionários estrangeiros. O Pe. Pedro Casaldáliga, Prelado de S. Félix, em aparte feliz, dá testemunho da eficiência do Instituto.

Com o preenchimento da ficha de avaliação e os ponteiros do relógio marcando 18 horas, encerra-se a sessão.

Rio de Janeiro, 15 de julho de 1971.
a) D. Glocondo Maria Grotti.

1972

Carta ao Ministro da Justiça

A 27 de abril p. p. D. Fernando Gomes dos Santos, arcebispo de Goiânia (GO) e Presidente do Regional Centro-Oeste da CNBB, enviou ao Ministro da Justiça Prof. Alfredo Buzaid a seguinte carta que transcrevemos da "Revista da Arquidiocese" (Goiânia) de maio de 1972.

Exmo. Senhor Professor Alfredo Buzaid, DD. Ministro da Justiça

A Presidência da Conferência Nacional de Bispos do Brasil constituída pelos Exmos. Srs. D. Aloísio Lorscheider, bispo de Santo Ângelo, D. Avelar Brandão Vilela, arcebispo Primaz de Salvador, e D. Ivo Lorscheiter, bispo-auxiliar de Porto Alegre, houve por bem realizar em Brasília sua reunião ordinária do mês de março p. p.

Entre os assuntos tratados mereceu especial atenção o conflito que de longa data opõe, na cidade de Santa Teresinha, MT, a Companhia de Desenvolvimento do Araguaia, Codeara, e os posseiros da região, cuja causa por envolver valores de elementar justiça foi assumida pelo seu pároco, Pe. Francisco Jentel, que há dezoito anos se dedica totalmente ao povo de Deus que vive naquela área, apoiado por seu superior eclesiástico, o Exmo. D. Pedro Casaldáliga, Prelado de São Félix da Araguaia.

Ao fim da reunião, em nota oficial, a Presidência da CNBB sentiu-se no dever de informar a opinião pública sobre o contacto mantido com altas autoridades do País, manifestando a boa impressão que lhe ficou pela sensibilidade demonstrada ao delicado problema.

Lamentando não terem podido avistar-se com V. Excia. então ausente da Capital Federal, os representantes do órgão máximo da Igreja no Brasil, num testemunho de apreço, não deixaram de professar publicamente sua confiança na justiça do País, silenciando discretamente sobre os inquietantes acontecimentos que se sucediam naquela região, com a clara e inexplicável cumplicidade da Polícia daquele Estado tal como a

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

seu tempo fora dado a conhecer a V. Excia. pelo bispo D. Pedro Casaldáliga, cuja inequívoca boa vontade e sincero empenho em alcançar uma solução justa ficaram comprovados na iniciativa de informar documentalmente a autoridade competente.

Este nosso apelo agora inscreve-se na mesma linha de confiança cuja condição primordial é a lealdade da franqueza e esperamos encontrar a recíproca da parte de quem foi achado digno de ocupar tão alto cargo que não comporta suscetibilidades nem reações menos isentas ou menos puras. Move-nos unicamente o sincero desejo de que a Justiça prevaleça e eis por quê recorremos a quem de direito.

Informado dos fatos na sua crua objetividade e escudado em provas insofismáveis, com a clareza e retidão em que sempre pautamos nossas atitudes, demos conhecimento às autoridades e ao público do nosso pleno apoio à causa em que se empenhou o muito digno Prelado de São Félix, nosso estimado irmão D. Pedro Casaldáliga, em quem reconhecemos uma aguda e madura consciência de sua responsabilidade pastoral.

Defender o fraco injustamente oprimido é um dever elementar de toda consciência de homem digno deste nome, e se impõe à consciência cristã e sobretudo pastoral, como imprescritível exigência evangélica.

Trairíamos a nós mesmos e à missão que nos foi confiada se, diante de uma realidade concreta, esquecêssemos tudo o que ao longo dos séculos, a Igreja vem afirmando na defesa dos irrevogáveis direitos da pessoa humana. Nossa atitude não foi inspirada por qualquer sombra de "esprit de Corps", mas nos foi imposta pela contundência dos fatos que nos formaram a firme e tranqüila convicção de empenharmos numa causa justa e obedecermos aos ditames de nossa consciência.

Eis por que, Exmo. Sr. Ministro, afirmamos sem rebuços que não estamos simplesmente nos solidarizando com um irmão no episcopado, mas assumindo a causa dos posseiros de Santa Teresinha, vítimas indefesas do arbítrio da autoridade estadual de cujas provocações Vossa Excelência vem sendo informado pelos reponsáveis da pastoral naquela área, vítimas também dos aspectos desumanos de Projetos como o da Codeara, já denunciados na Carta Pastoral de D. Pedro Casaldáliga.

Apraz-nos citar o nome do Pe. Francisco Jentel, cujo irrepreensivel comportamento é atestado pelos inúmeros encontros pessoais com as autoridades do governo e pela vasta correspondência que tem mantido com os organismos competentes, no sentido de informar e apelar para as leis vigentes em defesa daquele humilde povo.

Silenciamos a sua extraordinária dedicação de dezoito anos, cuja profundeza somente o Deus da Justiça pode avaliar nos seus devidos termos, assim como nos escusamos de alegar a estima e confiança que sempre soube merecer de seus superiores eclesiásticos, a saber, D. Luis Palha, Prelado de Conceição do Araguaia, D. Tomás Balduino, Ex-administrador Apostólico de Conceição do Araguaia e atual bispo diocesano de Goiás, D. Alano du Noday, bispo diocesano de Porto Nacional, ex-administrador Apostólico de Canceição do Araguaia, e D. Pedro Casaldáliga, prelado de S. Félix do Araguaia.

Não podemos deixar de protestar veementemente, junto a V. Excia., contra os termos do edital publicado em Campo Grande, no dia 18 do corrente mês, intimando o Pe. Jentel a apresentar-se na secção estadual da Polícia Federal a fim de depor em inquérito instaurado "para efeito de expulsão do País" (sic). Não parece a V. Excia. que o edital já antecipa uma sentença? Inquéritos se devem instaurar para apurar responsabilidades e nunca para emprestar fictícia forma jurídica a uma sentença previamente dita. Ademais acentuar a enormidade de tal convicção seria, de nossa parte, acintoso desrespeito à ciência processual e à consciência jurídica de V. Excia.

Igualmente protestamos contra a informação prestada a D. Ivo Lorscheiter e a D. Pedro Casaldáliga por autoridade da Polícia Federal que, no caso do Pe. Jentel, não caberia defesa, o que contraria frontalmente as mais rudimentares normas processuais e se choca contra a Carta dos Direitos Universais da pessoa humana.

Num processo que, por absurdo, pretendesse meramente ressalvar aparências jurídicas, não se compreenderia a exclusão do advogado de defesa e de testemunhas qualificadas como, no caso, seriam os superiores eclesiásticos do Pe. Jentel, os representantes da embaixada do seu país de origem, as autoridades governamentais como quem se tem relacionado e representantes do povo a quem, desde longa data, vem prestando os seus serviços.

Inquieta-nos, sobremaneira, o contexto global em que tais fatos se situam.

Temos sabido, por informações seguras, que outros decretos de expulsão do País têm sido lavrados contra sacerdotes estrangeiros, sem processo público, sem informação às autoridades eclesiásticas, sob acusações genéricas e infamantes, como há pouco se deu em relação ao Pe. José Comblin, renomado teólogo de valor internacionalmente reconhecido.

Quanto à questão específica de Santa Teresinha, desejamos expressar a V. Excia. nossa profunda decepção com a inanidade de nossos renovados apelos e das promessas até hoje feitas.

Acentua-se o arbítrio, intensifica-se a violência, conforme atesta a documentação anexa, e nenhuma providência tem sido tomada contra os agressores que alardeiam prestígio e apoio oficial com provocações cada vez mais intoleráveis. Inquieta-nos sobretudo a confessa impotência dos organismos superiores para coibir os abusos perpetrados naquela área, o que nos deixa a impressão de uma grave quebra da hierarquia indispensável para que a ordem seja mantida.

Esperamos que sob as arestas de nossa franqueza, V. Excia. perceba a reta intenção e a lealdade com que estamos empenhados numa causa justa. E toda veemência de nosso protesto e de nossas denúncias seja recebida como sincera colaboração para que vença a Justiça que se nos impõe como inarredável compromisso com nossa consciência de brasileiros e de cristãos. Com respeitosas saudações.

Goiânia, 27 de abril de 1972.
D. Fernando Gomes dos Santos, arcebispo de Goiânia e Presidente do Regional-Centro-Oeste da CNBB.

Comunicação de D. Pedro Casaldáliga

Transcrevemos a seguir de cópia xerox (cf. Jornal do Brasil de 3-5-1972) que nos foi diretamente enviada a seguinte comunicação de D. Pedro Casaldáliga, bispo de S. Félix (MT), dada em Brasília a 29-4-1972.

É longa e publicamente conhecida a história dos sofrimentos do povo dos posseiros de Santa Teresinha, município de Luciara, dentro da Prelazia de São Felix, ao nordeste do Mato Grosso, como também o regime de escravidão a que vêm sendo submetidas centenas de peões, empregados naquela área.

Os culpados dessa história envergonhante – donos, gerentes, empreiteiros, jagunços e fiscais da Codeara, "Companhia de Desenvolvimento do Araguaia" - nunca foram atingidos pela Justiça. Gozam de uma misteriosa imunidade. E as forças da Polícia Estadual e a própria Segurança Pública de Mato Grosso frequentemente fizeram-se cúmplices dessa história e partícipes, ativas e passivas, dessa imunidade.

As autoridades estaduais, as supremas Autoridades Federais competentes e a opinião pública do País foram abundantemente informadas.

Fruto dessa história, dessa imunidade, dessa cumplicidade e dessa inútil (!) informação, mais de 40 posseiros de Santa Teresinha vivem largados pelas matas, perseguidos por elementos da Codeara e da Polícia Militar do Estado; 5 moradores da cidadezinha ficaram presos por um mês, em Cuiabá, sem processo nenhum; vários colaboradores da Prelazia estão presos ou são procurados; e o povo, indefeso, esquecido, vê-se obrigado a suportar um processo de farsa por parte da Polícia instauradora da ordem no lugar; e vê-se forçado a presenciar a conivência da mesma Polícia com as arbitrariedades da Codeara; como elementos da Companhia – fardados e com armas militares – perseguem ao lado da Polícia, os posseiros e suas famílias; e, para cúmulo de procedimentos incompreensíveis, como o próprio vigário de Santa Teresinha, Pe. Francisco Jentel está sendo procurado estas últimas semanas, para sua "prisão" ou para depor em inquérito instaurado contra ele "para efeito de expulsão do País".

Ordem de "prisão", por parte do Secretário de Segurança Pública de Mato Grosso, coronel Ivo de Albuquerque, e por parte do próprio Governador do Estado, Dr. José Fragelli, Inquérito "para efeito de expulsão do País", aberto pelo Departamento de Polícia Federal, da Delegacia Regional do Estado de Mato Grosso, e transferido posteriormente à Divisão Federal da Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras, de Brasília.

A Presidência da CNBB, o Regional Centro Oeste da CNBB, o recente simpósio sobre Pastoral Indigenista, celebrado em Brasília, a Nunciatura Apostólica no Brasil, o Regional Extremo Oeste da CNBB e a Embaixada Francesa... se interessaram, em termos mais ou menos precisos, neste "processo" e nas suas causas.

Eu, como bispo do Pe. Francisco Jentel e companheiro de missão durante quase 5 anos, me pronunciei, de palavra e com fatos, em termos suficientemente explícitos.

Sinto, porém, nessa hora talvez definitiva para a dedicação com que o Padre Francisco vem se doando, durante 18 anos heróicos, aos índios e posseiros daquela zona da minha Prelazia, um imperativo de consciência para me pronunciar em termos ainda mais terminantes.

Eu assumi, e, assumo novamente, com ele e antes do que ele, a responsabilidade do que ele disse e fez no seu trabalho em favor dos direitos do povo de Santa Teresinha. Mais concretamente – para referir-me ao último episódio de legítima defesa do ambulatório, cinicamente qualificada como crime de subversão e organizada guerrilha – eu, pessoalmente, dei a ordem de reiniciar as obras de construção e aprovei, e aprovo a digna solidariedade com que os posseiros as defenderam.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

Como já por duas vezes manifestei ao Dr. Alceu, substituto do General Canepa no Departamento Geral da Polícia Federal, em Brasília, eu sou tão estrangeiro quanto o Padre Jentel e, na minha condição de bispo, mais responsável do que ele pelo que dentro de minha Prelazia acontecer.

Se ele, Padre, pode ser preso ou expulso, eu, bispo, posso ser também expulso ou preso. E dizendo isto, não estou proferindo uma piada diplomática nem estou provocando a ninguém: estarei, talvez, desmascarando? A Justiça ou é uma só, sem acepção de pessoas e de títulos, ou não é mais Justiça.

Conste publicamente – como expressei também ao substituto do General Canepa – que, caso de serem "consequentes" também sobre mim, as Autoridades que estão "processando" o Pe. Jentel, eu não aceitaria de jeito nenhum - nenhuma intervenção de privilégio, por parte da Presidência da CNBB ou por parte da Nunciatura Apostólica. Quando fui sagrado bispo, não fui investido de uma superior categoria de privilegiado: fui entregue, pela misericordiosa eleição do Senhor Jesus, a uma vida de mais total serviço.

Pedro Casaldáliga, Bispo de São Félix, MT.
Goiânia, 29 de abril de 1970

Assembléia dos bispos do Regional Centro-Oeste

A 7 de julho p. p. o Regional Centro-Oeste da CNBB encerrou sua Assembléia geral.
Nesta oportunidade emitiu o seguinte documento que transcrevemos de o Estado de São Paulo de 8-7-1972

Reunidos em Assembléia Geral Regional, juntamente com representantes das nossas dioceses, nós, os bispos da Regional Centro-Oeste, tivemos o conforto de sentir, em nossa região, um amadurecimento da consciência de co-responsabilidade. No intuito de responder ao anseio de maior participação na missão da Igreja, cumpre-nos dirigir ao nosso povo cristão uma palavra de pastores, partilhando nossas preocupações diante do compromisso evangélico que é comum a todos.

Após termos meditado sobre o documento da CNBB "Unidade e Pruralismo" e termos refletido em comum sobre a Pastoral dos Sacramentos, assuntos estes que de nós exigem aprofundamento posterior e sobretudo pedem a colaboração co-responsável de todos os fiéis, nossa atenção se fixou nos problemas da Justiça, fazendo eco ao Terceiro Sínodo, celebrado em roma, em 1971, cuja declaração "Justiça no mundo" termina com esta grave advertência: "O exame de consciência que procuramos fazer juntos e que se refere às implicações que reveste a ação da Igreja em prol da justiça no mundo, ficará sem efeitos práticos se as conclusões do mesmo não forem encarnadas na vida das igrejas católicas a todos os níveis".

Quanto à nossa missão, que é a própria missão da Igreja, desejamos relembrar o que insistentemente esta vem repetindo nos últimos tempos e que o Terceiro Sínodo, de certo modo sintetizou em inúmeras declarações, entre as quais citamos as seguintes: "A ação pela Justiça e a participação na transformação do mundo aparecem-nos claramente como uma dimensão constitutiva da pregação do Evangelho, isto é, da missão da Igreja, em prol da redenção e libertação do gênero humano de todas as situações opressivas".

Cônscia da autoridade divina de que está investida, a Igreja de Cristo se reserva o direitc de definir sua própria missão. Em nome desta igreja, diante de Deus que nos constitui pastores do seu povo, sentimo-nos no direito e no dever de pregar a verdade de que somos servidores.

O serviço da verdade exige vigilante atenção sobre a realidade, onde se joga o destino dos homens e das nações, onde aparecem os sinais dos tempos a serem decifrados à luz do Evangelho. Essa realidade nos interpela, nos julga e não podemos silenciar os seus apelos.

Reunidos em assembléia, tentamos ouvir os apelos de nossa realidade. À luz da Justiça, ela se apresenta obscura e triste. No setor educacional, torna-se inquietante a sorte daqueles que se dedicam ao ensino e grande é a crise que atravessam os colégios particulares. Na zona rural, preocupa-nos o abandono em que vivem nossos irmãos lavradores, sujeitos a uma injustiça crônica e à exploração permanente. O grande crescimento econômico de nossa região, devido sobretudo ao incremento da pecuária, coincide com a progressiva marginalização dos trabalhadores rurais, dos posseiros e pequenos proprietários, vítimas da voracidade do latifúndio. Fenômenos aliás já denunciados por um de nossos irmãos Dom Pedro Casaldáliga, prelado de São Félix do Araguaia.

As leis emanadas do governo para o campo são freqüentemente desrespeitadas. E os que se empenham em esclarecer o povo sobre seus direitos legais são incompreendidos, até denunciados e processados, como está acontecendo com o padre Francisco Jentel, de Santa Teresinha (São Félix) e com o padre Francisco Cavazzuti, de Jussaria (Goiás), ameaçados ambos de expulsão do País.

Por toda parte, continuam e se agravam as prisões arbitrárias, semelhantes a seqüestros, com desrespeito da lei, atingindo especialmente estudantes, operários e lavradores. Torna-se insuportável o clima de suspeição e cresce a insegurança.

Infelizmente esses lamentáveis acontecimentos não se circunscrevem à nossa região: parece um processo doentio que se propaga por todo o País e pelo mundo inteiro. O Terceiro Sínodo refere-se a "sistemas injustos"e insiste sobre a missão que tem a Igreja de "pregar a boa-nova aos pobres, a liberdade aos oprimidos e a alegria aos aflitos".

Estamos convencidos de que tais acontecimentos não passam de sintomas de um mal muito mais profundo e estrutural que somente poderá ser sanado em suas causas. Enquanto, como propugna a doutrina social da Igreja, o homem não constituir o centro e o fundamento das estruturas sociais, é impossível construir uma sociedade humana e digna. A incidência das injustiças que se multiplicam assustadoramente em nosso País não mais nos permite vangloriar-nos do título de "grande país cristão".

Para que o "desenvolvimento seja o novo nome da paz", como afirma o santo padre Paulo VI (afirmação que foi consagrada pelo apoio geral), é indispensável que seja visado primordialmente o desenvolvimento das pessoas e não o crescimento da economia. Exemplos existem na História de processos desenvolvimentistas que desembocaram em catástrofes, porque não tinham o Homem como seu eixo. Não frutificará jamais em paz um desenvolvimento que não esteja solidamente enraizado na justiça e no intransigente respeito à liberdade na justiça e no intransigente respeito à liberdade e aos demais direitos da pessoa humana, de que nosso país também se faz fiador.

Como pastores não podemos deixar de confessar nossa preocupação não somente com as vítimas da injustiça, mas também com os seus fautores, também confiados ao nosso pastoreio. Como afirma o Concílio na *Gaudium et Spes*, "enquanto (as injustiças) infeccionam a civilização humana, desonram mais os que se comportam desta maneira, do que aqueles que padecem tais injúrias".

Eis por que fazemos nossas as afirmações do episcopado de São Paulo quando, reunido em Brodosqui, dirigiu ao seu povo uma mensagem serena, "Testemunho de Paz", exigindo, em nome de nossas leis,que sejam respeitados os direitos daqueles que estão sujeitos a processos penais, repudiando os excessos na repressão e reivindicando a restauração do "habeas-corpus". Desejaríamos que todo o nosso povo chegasse ao conhecimento daquele texto histórico.

Aproveitamos também a oportunidade para expressar nosso apoio e nossa solidariedade a todos os pronunciamentos e atitudes que, dentro de nosso regional ou nos outros regionais, tiveram como objetivo a defesa da Justiça. De modo especial, agradecemos à presidência da CNBB e ao seu secretário-geral a dedicação de que têm dado provas neste campo.

A gravidade do momento e dos problemas não comporta palavras ociosas. Esperamos que esta declaração seja recebida como um sinal de que estamos dispostos a assumir todo o peso de nossa missão e criar um novo vínculo de co-responsabilidade com os outros cristãos.

Esperamos que estas preocupações sejam um estímulo de maior união na fé, na esperança e na caridade, e nos aumentem a consciência da co-responsabilidade no cumprimento fiel de nossa missão evangélica.

Seguem-se as assinaturas.

A Igreja no Sesquicentenário da Independência

(Reunião da Comissão Representativa, Rio de Janeiro, 25/8 a 2/9 de 1972)

1. O ano jubilar, em que a Pátria brasileira comemora os 150 anos de sua Independência, oferece-nos uma oportunidade privilegiada para convidar todos os filhos desta Pátria estremecida a meditar nas suas responsabilidades como cristãos e como brasileiros.

2. A Igreja do Brasil pode reivindicar por muitos títulos o reconhecimento de sua colaboração decisiva no processo de nossa Independência política. Com efeito, no Brasil Colônia, num contexto de cristandade e de ligação oficial da Igreja e do Estado, a história da Pátria de tal modo se identificava com a história da Igreja, que o crescimento do Brasil foi um episódio de expansão da cristandade, que nos fora

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

transmitida pela Mãe Pátria portuguesa através de seus heróicos missionários.

3. A Igreja esteve presente nas lutas contra o invasor estrangeiro que ameaçava nossa integridade territorial, a unidade de nossa língua e nossa coesão cultural e religiosa. Ela participou com sua palavra e com seu sangue na defesa de nossos irmãos autenticamente brasileiros, contra a cupidez e a rapacidade daqueles que pretendiam escravizá-los e subjugá-los a seus interesses. Foi sob a ação animadora de muitos de seus filhos, ao lado do trabalho de outros grupos, que o povo amadureceu para a idéia da Independência.

4. E não parou aí a ação da Igreja intimamente identificada com o crescimento da nacionalidade. Na estruturação política da jovem nação, em todos os escalões da hierarquia política e administrativa, atuaram muitos homens da Igreja e líderes formados nas suas escolas e nos seus seminários.

5. Ela assumiu subsidiàriamente a imensa tarefa da promoção humana, que o Estado recentemente organizado não tinha condições de assumir. Foi a Igreja assim que estendeu por todo o território nacional a rede imensa de escolas de todos os níveis, de estabelecimentos de assistência hospitalar para todas as condições sociais, especialmente para os mais pobres. Foi ela especialmentte que através de suas igrejas, de suas capelas, espalhadas por todo o território nacional, levou a todos os brasileiros os seus serviços espirituais. Ela os marcou a todos com o batismo; ela esteve presente nos grandes momentos da vida de cada um de seus filhos, partilhando de suas alegrias e de seus sofrimentos.

6. Sua inspiração impregnou a arte popular, desde as expressões primeiras e humildes de uma cultura genuinamente brasileira, a ponto de se poder dizer legitimamente que o Brasil cresceu e se consolidou como nação independente num espaço cultural saturado de cristianismo.

7. Se rememoramos hoje esta folha de serviços que não pode ser esquecida, não o fazemos num intuito triunfalista, nem por um orgulho vão que pretendesse camuflar nossas falhas, nossas omissões, nossas cumplicidades e nossas fraquezas. Delas conservamos uma dolorosa consciência como estímulo para uma fidelidade maior à nossa missão.

8. Se rememoramos hoje esta história o fazemos no intuito de convidar a uma reflexão. A história do Brasil nos revela uma Igreja intimamente identificada com a vida de nosso povo. A Igreja esteve presente decisivamente nos seus momentos altos, mas também participou da humildade obscura do dia-a-dia. Na história de poucas cristandades recentes se manifesta de modo tão surpreendente a imanência da Igreja, a coextensividade da sua história e da história de um povo. Em poucas histórias ela se encarnou tão profundamente a ponto de ser impossível eliminá-la sem desfigurar essencialmente a imagem da nacionalidade. A Igreja transcendente na sua origem, na sua missão e na sua esperança, não apareceu entretanto como algo de externo, pairando sobre o chão de nossa vida, mas sua vida de povo cristão é a própria vida do povo brasileiro em marcha para a realização de seus destinos.

9. É importante que neste momento grave de nossa evolução como nação independente, nós cristãos cheguemos a uma consciência clara da significação destes destinos. Pela própria missão que recebeu de seu fundador, Nosso Senhor Jesus Cristo, a Igreja é uma instituição de salvação. Sua meta é conduzir os homens ao conhecimento da verdade e despertar e manter viva entre eles a esperança final que Cristo prefigurou no seu mistério pascal.

10. O destino para o qual ela encaminha os homens não se identifica, nem se esgota no destino histórico que esses mesmos homens vivem como filhos de uma mesma Pátria, através de seus esforços pelo desenvolvimento nacional. Os destinos visados não são idênticos, mas não são também de modo algum exclusivos. A Igreja sabe que o destino sobrenatural de cada um de seus filhos se decide precisamente pela fidelidade com que eles se empenham na construção de uma cidade terrestre, na preparação de uma sociedade que ofereça ao homem todo e a todos os homens as possibilidades concretas de realização de suas justas aspirações humanas. Que os destinos da Igreja e do Estado não são idênticos, hoje se vê, bem claramente, à luz do processo de secularização que se implantou no mundo e no contexto brasileiro, onde, desde a proclamação da República, não há mais religião de Estado.

11. A História na qual a Igreja está diretamente envolvida é a. História da Salvação, que tende toda ela para o advento do Reino de Deus, na incorporação progressiva de todos os homens ao mistério pascal. Para a Igreja estas não são palavras vãs, ou vazias de sentido. Muito ao contrário. Elas exprimem a significação radical de sua presença no mundo: dar testemunho desde já de uma esperança, isto é, de uma certeza indestrutível, de um desígnio salvífico de Deus que já opera no mundo, mas cuja plenitude se consumará na Parusia do Cristo Salvador.

12. Para a Igreja, esta perspectiva da História da Salvação é infinitamente mais importante que as perspectivas históricas em que devem se situar os homens na elaboração de suas estratégias de progresso e de desenvolvimento. Por isso, Ela jamais permitirá que sua mensagem seja aviltada ao nível das ideologias, nem que se reduza a autenticidade da vocação cristã a qualquer forma de comprometimento político ou ideológico.

13. A esta luz perde sentido qualquer conotação que pretendesse investir a Igreja de uma atitude conformista ou revolucionária, em face de qualquer conjuntura histórica concreta. Seus horizontes transcendem às referências pelas quais os homens se esforçam por configurar os seus modelos. É exclusivamente em função de sua fidelidade à sua missão na História da Salvação que a Igreja é obrigada buscar nela os critérios para julgar os caminhos da história humana. Ela sabe, hoje com mais clareza do que ontem, que não lhe compete indicar os processos melhor conducentes à implementação dos objetivos da comunidade nacional. Mas Ela sabe também que seria infiel à sua missão primordial se Ela se omitisse em apontar em espírito de leal colaboração, as ambiguidades eventualmente imanentes a esses objetivos e aos meios previstos para sua consecução.

14. A Igreja se rejubila pelo muito que já foi realizado nestes 150 anos. Mas Ela sabe que muito há ainda por realizar, porque para Ela a Independência não deve ser apenas uma data que se comemora festivamente, mas um processo permanente, no qual Ela se interessa vivamente na medida precisa em que ele deve garantir a libertação de seus filhos de todas as servidões, que lhes neguem as condições indispensáveis para a realização de sua vocação humana e cristã.

15. Não é com objetivo crítico, no sentido mesquinho do termo, que a Igreja exprime assim a significação última de sua participação nas festas jubilares. É com objetivo altamente construtivo e estritamente eclesial, ou seja, na fidelidade aos únicos critérios de salvação dos quais Ela foi, é, e deverá ser sempre a testemunha incorruptível.

16. Ela tem a confiança de que nos aproximamos de um momento de maturidade nacional no qual Igreja e Estado já têm condições para acertar um modelo de autonomia mútua e de reconhecimento leal das próprias limitações e das respectivas competências.

17. É nesta confiança que Ela convoca todo o povo cristão para render graças a Deus, por intercessão da Virgem Aparecida, pelos benefícios com que cumulou nestes 150 anos a Pátria Brasileira, e para renovar diante d'Ele o propósito de todos os brasileiros de continuarem a se empenhar com todo o entusiasmo na promoção de um Brasil justo, pacífico e fraterno. Este é o grande desafio de nossa história presente, cuja resposta a transformará num episódio da História da Salvação.

1973

Sentença

Timbre: Armas da República
Justiça Militar
AUDITORIA DA 9ª C.J.M.
Campo Grande - MT

Vistos, etc

FRANÇOIS JACQUES JENTEL, francês, exercendo o sacerdócio na Igreja Católica, residente em Santa Terezinha, localidade deste Estado e JOSÉ NORBERTO SILVEIRA, brasileiro, casado, agricultor, residente em Santa Terezinha, foram denunciados como transgressores da Lei de Segurança Nacional em seu artigo 39, itens III e IV. O inquérito que serviu de base à denúncia foi realizado por determinação do então Secretário de Segurança deste Estado, conforme se vê da portaria cons-

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

tante nos autos às fls. 8, datada de 04 de março de 1972. No IPM foram ouvidas testemunhas, realizados exames periciais em pessoas feridas no tiroteio havido quando do encontro entre policiais acompanhados de funcionários e serviçais da Companhia de Desenvolvimento do Araguaia e posseiros de Santa Terezinhha e região circunvizinha. Foi recebida a denúncia pelo despacho de fls. 134 e os acusados interrogados, na ordem da autuação, respectivamente, aos 3 de julho de 1972 - (fls. 159 a 164 verso) e 6 de outubro de 1972 (fls. 195 a 199). O rol de nomes indicados no rodapé da denúncia é constituído de seis pessoas. Foram ouvidas duas destas testemunhas, isto é, os dois oficiais que participaram da escolta policial recebida à bala na localidade onde se construia um ambulatório na corrutela de Santa Terezinha. As demais testemunhas indicadas na denúncia não se fizeram ouvir, pois delas o Ministério Público desistiu as fls. 359. Duas pessoas prestaram informações por determinação do Conselho Permanente de Justiça - (fls. 219 e 224) e (fls. 304 a 305). As defesas dos dois acusados apresentaram nomes de pessoas que deporiam em sessão do Conselho, apresentando-se apenas uma das indicadas pelo acusado François Jacques Jentel (fls. 372 a 375 verso). As partes desistiram da tomada de novos depoimentos e lhes foi dada vista dos autos na forma prevista pelos artigos 427 e 428 do Código de Processo Penal Militar. O Ministério Público ratificou a denúncia e a defesa, por seus advogados, manifestou esperança na absolvição de seus constituintes. O processo, estando devidamente preparado, foi mandado à sessão de julgamento, hoje realizado, no qual, o órgão do Ministério Público, por uma hora realizou acusação expondo que o Padre acusado pleiteara a reforma agrária por meio violento, a guerra, quando os princípios da Revolução de 31 de março de 1964 aspiram essa modificação por meios pacíficos. Disse que Jentel, quando deveria ter por símbolo o Cristo, comportava-se como um guerrilheiro, distribuindo armas e munições aos posseiros violentos. Quanto ao acusado José Norberto Silveira, criava o ambiente próprio para a atividade subversiva do sacerdote, dando oportunidade para que as classes sociais se chocassem, inclusive, abusivamente, demolindo o ambulatório que o padre construía. Daí perorou, aguardar a condenação de ambos os acusados nas penas previstas no artigo 39, itens III e IV da Lei de Segurança Nacional. A defesa foi iniciada com a palavra de um dos advogados do acusado François Jacques Jentel, quem pleiteara, antes, fosse reconhecido em seu favor maior tempo para produzir a defesa. O Conselho, por unanimidade, indeferiu essa pretensão, assegurando-lhe a meia hora indicada por lei. Em síntese, o defensor do padre afirmou: 1 fui convidado para essa defesa por alto órgão da Igreja Católica; 2 o IPM aspirou fazer trama contra o padre Jentel, dando-o como um transgressor da norma penal, aquela que o submete ao julgamento pela Justiça Militar; 3 que o padre Jentel foi agredido em sua obra social, a construção do ambulatório, o que ocasionou revolta entre os posseiros, os beneficiários desta realização; 4 que o movimento de reação foi organizado pelos próprios posseiros, sem interferência do padre; 5 o acusado Jentel não cometeu crime contra a Segurança Nacional, assunto mal estudado neste país – há crime contra a segurança quando esta corre risco em suas feições internas ou externas; 6 no incidente de Santa Terezinha não se lobriga luta de classes e sim uma escaramuça entre posseiros e dirigentes da Companhia de Desenvolvimento do Araguaia e seus serviçais; 7 concluia pela absolvição do padre Jentel, pois que não fizera um ato contrário à segurança do país. Dada a palavra a um dos advogados do acusado - José Norberto Silveira, disse este que se verdadeira fosse a versão do acusado Jentel, o seu constituinte estaria incluso no artigo 163 do Código Penal Comum e não em disposição da lei de Segurança; que razão dava ao advogado de Jentel, quando este mostrava incorrer na espécie ferindo o dec. lei 898, de 1969. Pedia fosse reconhecida a incompetência da Justiça Militar para julgar seu constituinte. Nos minutos finais argumentou o segundo advogado de José Norberto Silveira, esposando a tese de que seu cliente não cometera o crime pelo qual fora denunciado, mas acusando o padre Jentel de ofensor da norma penal indicada na denúncia. O Ministério Público não replicou, motivo por que a sessão se transformou em secreta, quando o Auditor deu informações aos demais juizes da matéria de Direito. Todos os integrantes do Conselho se manifestaram aptos a votar, e, tomada, pelo Presidente, a decisão, esta assim se concretizou a- por quatro votos contra um, o do auditor, foi o padre François Jacques Jentel condenado a DEZ (10) anos de reclusão, como transgressor do artigo 39, itens III e IV do decreto lei 898, de 1969; b - por cinco votos se determinou o processo fosse remetido à Comarca de Barra do Garças para que o acusado José Norberto Silveirà alí prestasse contas ao Judiciário Comum, face seus atos não alcançarem as disposições do dec.- Lei 898 e sim a norma penal comum. A maioria dos juizes concluiu pela condenação do padre François Jacques Jentel por senti-lo como um perigoso elemento, que, usando de sua liderança, estaria em nosso país tramando movimentos de choques de classes sociais entre si e com as próprias Forças Armadas. Usou de seu poder de persuasão para levar miseráveis posseiros ao campo da luta armada, não se preocupando nem mesmo com a eventualidade do risco de graves ferimentos de pessoas, o que realmente aconteceu. Cidadãos portadores dessa personalidade criminosa não podem estar aspirando a liberdade e, diante dos termos legais (art. 39, itens III e IV, do dec. - lei 898), não trepidou essa maioria em impor ao padre a pena mínima prevista para o seu crime, qual seja 10 anos de reclusão. Quanto ao acusado José Norberto Silveira, seu comportamento foi de desrespeito às normas de boa convivência social, a ponto de ofender a lei comum, o que o põe na obrigação de responder pelo seu crime – danos contra a obra que se levava a efeito em Santa Terezinha – na órbita do direito comum, em Barra do Garças.

Lance-se o nome do condenado no rol dos culpados.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Sala das Sessões do Conselho de Justiça da Auditoria da 9ª Circunscrição Judiciária Militar, em Campo Grande, Estado de Mato Grosso, aos vinte e cinco dias do mês de maio do ano de mil novecentos e setenta e três.

(Assinado): Major José Maciel de Moura - Presidente
2º Ten. Luiz Gonzaga Quilião - Juiz
2º Ten. Josué Luiz da Silva - Juiz
2º Ten. Eduardo Tavares Maciel - Juiz
Dr. Plínio Barbosa Martins, Juiz Auditor 2º Substituto.

VOTO VENCIDO: Discordei frontalmente da decisão do Conselho Permanente de Justiça para o Exército, quem sempre anteriormente, sem discrepância acompanhou meu parecer, porque não vejo na conduta do Pe. François Jacques Jentel a personalidade de um criminoso. Ao contrário: inveja-me a sua coragem de abandonar a super desenvolvida França e vir, há quase 20 anos, embrenhar-se na Amazônia matogrossense para dar um pouco de civilização e bondada cristã ao índio e brasileiro que naquelas plagas inóspitas viviam. Por muito perigo passou e doenças malignas sofreu, tudo pela sua dedicação à solidariedade humana, tão defendida e estimulada por vários Papas em conhecidas encíclicas. Alguém batiza a Igreja de comunista porque se interessa ela pelo desamparo social. Não aceita o cristão sadio o sofrimento de muitos ao lado da felicidade de poucos. Estes devem ceder algo sobre o que exercem dominio para que esse pequeno sacrifício de uma parcela dê felicidade ao economicamente fraco. Jentel é soldado desse pensar, desse entender, onde o egoísmo é caracteristica que desonra. Em sua luta pelo abandonado conseguiu, no Canadá, ajuda financeira para edificar um ambulatório na povoação de Santa Terezinha, lugarejo de pouco mais de mil habitantes, situada a 800 quilômetros da sede da Comarca a que pertence Barra do Garças. Aglomerado humano perdido no sertão brasileiro sem estrada que a ligue ao resto do país. Alí se chega singrando o Araguaia ou por via aérea. Lá é poderosa, rica, a Codeara. Faz o que lhe apetece. Entendeu que a obra social do padre invadia alguns centímetros a Avenida que existe numa planta que determinou fosse confeccionada. Não vacilou o seu Gerente, o acusado Silveira, e destruiu o início da obra de maneira acintosa, deteriorando o material que alí fora colocado. Fez-se representante do judiciário para decidir. Os posseiros da região, os beneficiários do futuro ambulatório, insurgiram-se com o ato de quem também luta pela sua expulsão das antigas áreas de terras das quais se utilizam. Organizaram a defesa do ambulatório. O padre nega tenha participado desta união de esforços armados em defesa do que era seu. Mas, se a lei civil, no artigo 502, diz: "O possuidor turbado, ou esbulhado, poderá manter-se, ou restituir-se por sua própria força, contanto que o faça logo", por que entender que esses posseiros exageraram? E Jentel, tão logo foi destruída a sua obra levou o fato ao conhecimento da Autoridade judiciária (vide fls. 107 a 108). Assim, mesmo ele estivesse à força, defendendo o resultado de uma de suas obras, estaria com o Direito ao seu lado. Mas, como dissemos, negou o padre soubesse dessa disposição. E, diante das injustiças, das agressões, sou, como cidadão, como advogado e como juiz, desassombrado defensor do instituto da legítima defesa. Não me importam as pressões dos que ditam caminhos a ser seguidos. Devemos percorrer o itinerário da independência, sujeitos apenas à força de nossa consciência. E esta grita em meu ser não se tratar de justa e humana a condenação de quem trilha o caminho de Jentel. Seus atos põem-no distante do marxismo. Fosse essa filosofia política, não professaria o catolicismo;

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

desse razão a Marx não estaria metido na mata amazônica mas, sim, nalguma populosa cidade para doutrinar a massa e conseguir com sucesso os embates das classes sociais. Na maneira de se conduzir o pe. Jentel entrevejo um exemplo cristão a ser seguido; quisera muitos e muitos seguidores criasse, pois assim a face do mundo ficaria mais próxima do justo e distante das desigualdades. Jentel merece um premio não a prisão. Chocante, profundamente ingrata a condenação de quem por quase dois decênios lutou no perdido interior brasileiro pela sua integração ao que é sadio e defensável. Os ferimentos de que fala o processo deveriam ser apurado na justiça comum, em Barra do Garças, para onde o processo deveria ser submetido. A severa lei de segurança nacional trata dos atentados à ordem interna e externa da nação. Esforço-me e não vislumbro nos atos de Jentel um impulso contrário à paz brasileira. Vejo sim muita humildade e abandono em favor de uma causa que visa o engrandecimento e o respeito à pessoa humana. No futuro a compreensão dos homens e lhe fará justiça.

Assinado: Dr. Plínio Barbosa Martins, Juiz Auditor, 2º Substituto.

Carta ao Presidente do INCRA

Caxias, 30 de agosto de 1973
Exmo. Sr. Dr. Walter Costa Porto
Presidente do INCRA

Nós, bispos da Província Eclesiástica do Maranhão, reunidos na cidade de Caxias do Maranhão, nos dias 28, 29 e 30 deste mesmo mês de agosto, para estudar os problemas pastorais das nossas dioceses e prelazias, deparamo-nos com um grande obstáculo, talvez o mais gritante, à Evangelização entre nós, o clima de insegurança, medo e opressão em que se encontra o nosso homem do campo, na conjuntura do nosso Estado.

Por força da nossa missão de pastores, não nos podemos omitir, face às graves injustiças que esmagam a pessoa humana.

A implantação de grandes projetos agropecuários por parte das companhias de fora, provocando:

1) expulsão dos posseiros já por longos anos radicados naquelas terras;

2) êxodo de famílias pobres sem nenhuma garantia e em condições sub-humanas

Isso vem agravando uma realidade já existente:

1) títulos falsos de posse;

2) interferência da polícia sempre em favor dos opressores.

Somos conscientes de que o desenvolvimento acarreta tensões e crimes.

Reconhecemos também que a Igreja não é obstáculo ao desenvolvimento. Bem ao contrário.

Contudo, não aceitamos como verdadeiro desenvolvimento o que desrespeita a Pessoa Humana.

Queremos continuar o diálogo já iniciado com V. Excia. por nosso irmão no episcopado, D. Pascásio Rettler, bispo de Bacabal, num encontro em Brasília no dia 8 deste mês de agosto, dirigimo-nos a V. Excia. solicitando:

1) Pesquisa séria e imediata sobre os caso de conflito sobretudo nas áreas das dioceses de Bacabal, Carolina e Viana.

2) Solução humana e justa nos casos de indenização e das inevitáveis mudanças de lavradores para outras áreas;

3) Condições previamente estabelecidas e legalmente asseguradas para as famílias e lavradores pobres que se encontram forçados a migrar;

4) Salvaguarda dos direitos à terra adquiridos pelos camponeses;

5) Maior atenção do INCRA para que o processo de mudança se faça respeitando os direitos do Homem.

Confiantes na sua colaboração,
Atenciosamente

João da Motta, **Arc. de São Luis do Maranhão**
Luis G. Marelim, **Bispo de Caxias**
Pascásio Rettler, **Bispo de Bacabal**
Rino Carlesi, **Bispo de Balsas**
Francisco Helio Campos, **Bispo de Viana**
Frei Marcelino Sérgio Bicego, **Bispo de Carolina**
Valentino Lazzari, **Bispo de Grajaú**
Afonso de Oliveira Lima, **Bispo do Brejo**
Carmelo Casssati, **Bispo Aux. de Pinheiro**
Guido M. Casullo, **Bispo de Cândido Mendes**
Afonso M. Ungarelli, **Bispo da Prelazia de Pinheiro**
Manoel Edmilson da Cruz, **Bispo Auxiliar de S. Luis do Maranhão**

Um apelo do Acre

Durante sua recente visita ao Estado do Acre a Presidência da CNBB recebeu o seguinte documento que transcrevemos do "Boletim de Imprensa" da CNBB de 9-7-1973.

Durante a sua recente visita ao Estado do Acre a Presidência da CNBB recebeu, entre outros, o seguinte documento, escrito e assinado por um Missionário cientista; sua publicação integral desejaria ser um alerta e uma contribuição positiva para os planos de desenvolvimento da região.

1. Em 6 de agosto de 1902, José Plácido de Castro, à frente de um punhado de cearenses expulsou os bolivianos do atual Acre, para que os brasileiros tivessem terras para trabalhar e viver em paz.

2. Em 1903 terminou a revolução, e começou a migração aventureira, sem nenhum planejamento, de milhares de nordestinos para as terras recém-conquistadas.

3. Em menos de cem anos, nossos irmãos decepcionados e desesperados, vão para a Bolívia pedir terras para trabalhar, porque meia dúzia de ricos do Sul compraram o Acre todo, para transformá-lo... em uma fazenda de gado.... como estão fazendo, sem nenhum planejamento, nem ordem, nem nada.

4. Os pobres seringueiros, muitos dos quais estão em sua colocação há mais de 20, 30 ou 40 anos, estes mesmos que fizeram disto aqui um pedaço do Brasil, o mantiveram defendido e integro, estão sendo alijados sem nenhuma comiseração ou consideração, pelos novos donos, que aqui não aparecem, mas enviam seus testes-de-ferro, para as manobras de compras a qualquer preço.

5. Muitos pobres seringalistas, fracassados e atolados nas dívidas, porque o Banco de Crédito da Amazônia não cumpriu sua missão, controlando os dinheiros, distribuidos sem nenhum planejamento a quem os solicitasse, não deu a assistência devida a estes coitados.

6. O sistema extrativista e o preço da borracha são praticamente os mesmos de 60 anos atrás, enquanto o custo de vida subiu em vertical, e a exploração dos pobres seringueiros assumiu aspectos vergonhosos e criminosos!

7. Daí o fracasso na borracha e na região toda, abandonada pelos poderes públicos, até há poucos anos, e onde todo mundo vinha buscar riqueza, mas nada se fazia pela terra.

8. Sendo impossível solver suas dívidas com o Banco e com as casas de Belém e Manaus, os seringalistas se viram na indigência, juntamente com a massa dos seringueiros, devorados pela doença, malária, beribéri, verminose, leishmaniose, lepra (sendo os vales do Purus, Juruá, Tarauacá, Rio Gregório etc., o maior grupo de leprosos nacionais, conhecido no mundo todo) etc.

Começou então a notícia de que se vendiam as terras no Acre, por uma bagatela! Começou a correria do Sul para cá, e estamos assistindo a uma cena degradante!

Os novos donos não admitem ninguém nas terras compradas, ou dizem que podem ficar em suas barracas, mas as derrubadas de dezenas de quilômetros vão ser queimadas, e os pobres já estão avisados que poderão "virar churrasco", se não se retirarem. Isto se faz em todos os setores; proibe-se botar roçado, criar ou produzir qualquer coisa! De modo que os pobres se vêem no desespero e vão embora para a Bolívia que os recebe de boa vontade, porque nenhum boliviano trabalha na borracha e eles precisam de muita, para movimentar sua fábrica recém-montada na margem do Beni.

9. Acontece que quando seringalistas brasileiros movimentavam inúmeros seringais na Bolívia (desde logo depois da revolução), iam daqui para lá as mercadorias necessárias para manter o movimento e colher a borracha.

Hoje que a Bolívia precisa da borracha, e proíbe a saída da mesma para fora, necessita de seringueiros; mas acontece que as mercadorias não são fornecidas de lá para os seringais e nossos patrícios estão em triste situação, mantendo-se com mandioca, alguma caça, um pouco de peixe etc.; de modo que a emenda fica pior do que o soneto! Fazem contrabando de borracha, para o Acre, mas isto não vai dar certo; vai criar casos graves!

10. O Governo Federal movimentou enormes somas para a recuperação dos seringais plantados e abandonados (na Bahia) dos nativos, e é o nosso caso, o plantio de novos seringais. Disto a Acar está cuidando na medida do possível. Acontece, porém, que os senhores que vêm do Sul não querem tomar conhecimento de nada disto, e dizem que irão transformar o Acre todo em cafezais e campos de criação de gado! Onde está o plano do Governo?

11. Estou sendo tachado de mentiroso e demagogo por gente do próprio Governo (mesmo do Incra). Porém eu digo e provo que o êxodo de nossos patrícios para a Bolívia é uma vergonha nacional.

12. Se a coisa continuar assim, dentro de poucos anos isto aqui será um imenso deserto, porque nossas terras não são agricultáveis, nem as pastagens durarão muito tempo. Temos 6,5 de PH no solo, mas a camada de húmus não vai além de um centímetro e os roçados devem ser feitos todos os anos em terras novas, porque no segundo ano, nos lugares altos, não há mais nada. Só com o arado, os adubos e assistência técnica isto dará resultado.

13. Nossos seringais estão em verdadeiros leilões. Alguns deles já foram vendidos e revendidos mais de três vezes, cada vez por um preço fabuloso!

14. Muita gente está sendo enganada pelos compradores, que compram hectares, mas preparam a documentação de alqueires (quase dois hectares e meio) e enganem os pobres! Já está havendo reação a respeito, porque eu estou advertindo-os continuamente.

15. Tenho denunciado isto ao Governo Federal, e Estadual, às Forças Armadas, à Polícia Federal etc., mas até agora não aparece nada de prático.

Centenas de coitados vêm aqui me pedir ajuda, apoio, porque além de Padre sou também Juiz de Paz, itinerante em todo o Município, e se não fosse ainda ação atentadora e acalmante, já teríamos tido muitas mortes e desastres.

As medidas de cima são muito demoradas, e as necessidades dos pobres são prementes e urgentes, porque estão sendo jogados fora de suas casas e ameaçados.

Não venham com o argumento de que em Rondônia o café está dando bem ao sol. As terras de lá não são iguais às nossas.

A camada de terra arenosa ou mesmo areia pura, que constitui o Acre, não tem os elementos essenciais para as leguminosas, mesmo tendo para os gigantes da floresta! Estamos às portas de uma catástrofe irreversível, se nosso Governo não tomar medidas drásticas e duras, sobre nosssa planície!

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

Sou geólogo e vejo a falta de pedras metamórficas, magmáticas e uma leve camada dispersa de alguma pedra sedimentar arenítica do fim do período terciário para o começo do quaternário: logo, nada de minerais no Acre, a não ser alguns sinais de gipsita, que é a condensação dos vapores de sal-gema provenientes da imensa camada deste mineral que está a uma profundidade de 1500 a 2000 metros baixo de quase todo o Amazonas.

16. Existem outros problemas graves na terra acreana, mas o pior que eu acho é a falta de planejamento na vinda de elementos de fora, com grande cobertura do Governo (Bancos) e a aquisição indiscriminada das terras, sem nenhuma consideração e respeito aos planos do Governo.

Caso venha a se concretizar a imensa... fazenda... acreana, a situação de nossa gente vai ficar mil vezes pior e mais triste do que a dos antigos seringueiros e seringalistas! Caso venha uma reação violenta, não é de admirar. Espero que isto não se verifique, mas estou vendo muita lentidão nas medidas necessárias, para se evitar um desastre

Nosso sistema econômico deve ser modificado, porém sem o desprezo dos que fizeram o Acre.

Muitos outros assuntos teria que frisar. Com 53 anos de Acre, 35 dos quais como padre e missionário, e estudo contínuo dos problemas da região, vivo preocupado com o nosso futuro e o de nossos irmãos.

7 de julho de 1973
(SEDOC, outubro de 1973)

A Amazônia e o Nordeste

1 — A NOVA INTEGRAÇÃO DA AMAZÔNIA

1.1 — A Seca de 1970

Os projetos mais recentes sobre a Amazônia parecem ter nascido como uma "intuição", a partir da *situação do Nordeste*. Foi a seca que em 1970 assolou novamente esta região, que mostrou como o Nordeste não se tornara menos vulnerável perante a seca, apesar dos anos de trabalho da Sudene.

A visita do Presidente Médici ao Nordeste, durante a seca, teve seu ponto mais significativo no discurso pronunciado em Recife no dia 6 de junho de 1970[1], no qual a admissão franca da tragédia nordestina, que o Presidente acabava de ver pessoalmente, deixava entrever a vontade de tomar decisões concretas que ajudassem a enfrentar a situação.

Teria nascidó assim a idéia da Transamazônica, ao que parece numa reunião não programada entre o Presidente e uns dos ministros mais significativos, na viagem entre Recife e o Rio.[2]

A idéia original carecia de qualquer programação séria e aprofundada o que era lógico no contexto no qual nasceu, de urgência e de "intuição".

Foi só depois que se procurou planejar o programa e incluir a idéia de rodovia numa programação mais ampla, que desse ao projeto a viabilidade necessária, o conteúdo econômico e a integração com o conjunto de atividades governamentais que definem a política do governo atual.

É a análise deste planejamento que pode dar, mais do que o sentido da viabilidade (que num projeto de tal envergadura sempre terá ampla margem de risco), o sentido econômico e político de um plano originariamente destinado a resolver problemas humanos gritantes, de pobreza, de fome, de subemprego.

1.2 — Plano de Integração Nacional

No dia 15 de junho de 1970, numa reunião na qual se tomaram também outras providências em favor do Nordeste, foi aprovado o Plano de Integração Nacional (PIN), a ser executado em quatro anos, de 1970 a 1974.

Conteúdo básico do plano era a criação de uma série de **infra-estruturas no Nordeste e na Amazônia.** Os oito artigos da lei nº 1106, que constitui o documento básico do PIN, apresentam muito sinteticamente objetivos que se resumem na construção, como medida prévia, das duas **rodovias** Cuiabá-Santarém e Transamazônica e num plano não melhor especificado de **"colonização"** junto com uma **reforma agrária,** pela qual se reservava uma faixa de até dez quilômetros á direita e à esquerda das novas rodovias.

Os recursos para executar as novas obras deviam ser atingidos através de várias entidades e em particular, empregando 30% de todos os incentivos fiscais aplicados em todas as áreas. Em particular, a Sudene teria sofrido uma redução notável dos seus recursos, justificada com a intenção de considerar as novas medidas uma solução para os problemas do Nordeste, solução de maior envergadura e, portanto, capaz de subtrair recursos às soluções mais particulares como a Sudene

O prazo para a execução do plano não foi inicialmente marcado, mas foi aproximadamente estimado em dois anos para a abertura das rodovias e em quatro anos para a instalação da colonização planejada.

Como toda a cúpula econômica brasileira estava representada na fase de impiantação do PIN, o País, apesar da falta de programação prévia (projetos para a Região Amazônica já existiam, mas sem nenhuma programação a curto prazo, antes da seca do Nordeste que tornou urgente a tarefa de encontrar uma saída), teve a verdadeira impressão de que todo o Brasil se estivesse mobilizando para a Amazônia. Ajudou neste sentido **a campanha de propaganda** lançada no País com todos os recursos disponíveis e com todos os meios de comunicação de massa, talvez a maior campanha em favor de um projeto brasileiro, de uma obra nacional. Até o futebol pareceu passar a segundo plano, ao menos por uns dias.

Sobre a conexão entre a problemática amazônica e a do Nordeste, o Governo não deixou dúvida, declarando que "o plano funcionará num sistema de vasos comunicantes, pelo aproveitamento da mão-de-obra nordestina – o Nordeste é uma região densamente povoada – para a Amazônia, uma área vazia". [3]

O Plano foi até definido como um "ovo de Colombo", enquanto parecia proporcionar de uma vez uma solução adequada para os problemas do Nordeste e para aproveitar uma área quase totalmente desocupada e inexplorada.

Infelizmente o Nordeste e a Amazônia já conheceram este tipo de intercâmbio de populações, durante as secas, sempre em direção do Nordeste para a Amazônia. Acabaram sempre num completo fracasso, por causa das grandes dificuldades ligadas à vida na selva e pela completa falta de organização e de assistência aos nordestinos que se dirigiam para a Região Amazônica. Isso não tira talvez a boa vontade das declarações oficiais: "O que se oferece agora ao Nordeste com a Transamazônica é, não apenas a possibilidade de ocupação das terras úmidas do Maranhão, mas de toda a faixa da Amazônia, ao sul do grande rio, com uma superfície pelo menos uma dezena de vezes maior que as áreas ainda não ocupadas do Maranhão. Essa estrada, juntamente com a Cuiabá-Santarém, oferece principalmente ao Nordeste, novas e imensas possibilidades de expansão econômica". (4).

"A Transamazônica seria uma vereda oferecida ao nordestino para a conquista e a colonização da Amazônia".[5]

O que se tinha diante dos olhos, porém, era mais um mapa da região, vazia e verde, do que uma análise da realidade e das possibilidades que a Amazônia ia proporcionar aos nordestinos deslocados para lá.

2 — A REALIDADE AMAZÔNICA

2.1 — Os Recursos Naturais

Talvez tenha sido a impressão natural, emotivamente muito carregada, que a palavra Amazônia deixa nos ouvintes, que consentiu a euforia inicial e não somente inicial.

A Amazônia, com efeito, é uma região em boa parte desconhecida. O que apavora em qualquer pesquisa econômica sobre a Amazônia é a quase total ausência de dados sistemáticos. O que fica é a impressão de uma região imensa, com enormes rios (e conseqüentemente grande disponibilidade de água para ser contraposta às "secas" do Nordeste) e a maior floresta tropical do mundo. Daí deduzir-se que estas riquezas enormes de vida vegetal devem comportar também enormes recursos que só esperam um explorador bem equipado para fornecer possibilidades quase inesgotáveis de enriquecimento.

O que a floresta encobre nunca foi bem esclarecido, de um ponto de vista científico. Até no começo dos trabalhos dos novos trechos da Transamazônica, não se sabia bem que tipo de solo, de relevo, de inundações, etc., iam ser encontrados ao longo do traçado. Esta falta de dados permitia as hipóteses mais esquisitas e os maiores sonhos.

Em geral, houve num primeiro momento a tendência generalizada a extrapolar para a Amazônia os recursos, as características do solo, que mais ou menos se encontravam nas regiões vizinhas, não indo muito além disso.

Numa segunda fase houve uma outra reação, igualmente emotiva, contra essa imagem da Transamazônica, determinada pelo medo de um gasto irreparável no último "paraíso" da natureza ainda intacto, e pelo temor que a destruição da floresta pudesse até repercutir sobre a terra inteira, por vir a ser privada de sua maior fonte de oxigênio. Além disso, a descoberta, confirmada por algumas pesquisas, de que o solo da Amazônia era um solo pobre, que poucas condições tinha para uma agricultura de exploração, e que podia até correr o risco de se tornar um novo Sahara, se mal explorado, contribuiu para se dar volta e meia e gritos de alarme contra os perigos contidos nos planos governamentais.

2.2 — A Economia da Amazônia

A economia da Região Amazônica sempre teve um caráter peculiar. O grande afastamento da região do resto do Brasil (a única saída fácil era para o Atlântico) e as distâncias no interior mesmo da região (Belém dista de Cruzeiro do Sul no Acre, como de São Paulo) sempre impediram um tipo de economia que fosse integrada ao País. As relações econômicas e culturais foram feitas mais com a Europa do que com o resto do Brasil. A Amazônia assumiu assim o **caráter de colônia,** se do Brasil ou dos estrangeiros por enquanto não examinamos. A região sempre foi vista pelos que aí se instalaram como algo que podia ser explorado, mas todos cuidaram de explorar muito mais do que iam gastar em investimentos. Por isso o valor das exportações sempre foi maior do que o das importações. Entre 1960 e 1964 o valor das exportações foi de 232 milhões de dólares, enquanto as importações alcançaram o valor de 85 milhões.[6] Isso depende claramente da estrutura econômica da região, voltada até então só para a exploração de produtos primários para exportação, cujos ganhos porém em geral nunca foram reinvestidos na região mesma. Dos 50 milhões de valor médio anual das exportações, cerca de metade (24/25 milhões) era representada pelo manganês do Amapá, outros 11 milhões pela castanha-do-Pará, 2 milhões pela pimenta e outros 2 milhões pela venda de peles (onça, jacaré, caitetu, etc.). O valor da madeira exportada variou muito, mas nos últimos anos antes de 1964, em média,

1. Texto completo no Apêndice ao livro de ALBERTO TAMER, **Transamazônica, solução para 2001,** Rio de Janeiro, APEC, 1970, pp 249 ss.
2. Cf. OSNY DUARTE PEREIRA, **A Transamazônica: prós e contras,** Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971, pp. 116 ss.
3. Ministro JOÃO PAULO DOS REIS VELOSO, **cit.** em OSNY DUARTE PEREIRA, **op. cit.,** pp. 136 s.
4. Ministro MÁRIO ANDREAZZA, cit. em **Jornal do Brasil,** 27 de julho de 1970.
5. Ministro MÁRIO ANDREAZZA, cit. em **Jornal do Brasil,** 18 de junho de 1970
6. Fonte: STAP, Itamaraty, **cit.** em ARMANDO MENDES, **Viabilidade Econômica da Amazônia,** Belém, Univ. Federal do Pará, 1971, p. 104, quadro nº 13

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

nunca superou o valor de 1 milhão de dólares.[7]

Com exceção da pimenta, que constitui um verdadeiro investimento na Amazônia (por parte da colônia japonesa), embora também dirigido para o exterior, trata-se de extração de matérias-primas existentes no solo da região ou que a mesma selva proporciona.

Esta peculiaridade econômica da região levou a um **desenvolvimento do setor primário** (especialmente na forma extrativista) **e do terciário** (comércio e funcionalismo público). Este último foi ainda mais favorecido pela instauração da Zona Franca de Manaus, que tornou o comércio naquela região particularmente proveitoso. O setor industrial só começou com algumas experiências nos anos mais recentes, mas a possibilidade de encontrar na região um mercado suficiente para alcançar dimensões razoáveis e economicamente rentáveis parece bastante reduzida.

Como a população está fortemente concentrada em poucos centros, as estatísticas (que são feitas por médias) dão em geral resultados muito irreais se referidos a toda a região.

A população participou deste afastamento que atingiu toda a região. Apesar de serem os índices de mortalidade e de incidência de certas doenças sensivelmente melhores que os do Nordeste, a população não parece ter tido chance de participar em um desenvolvimento mais dinâmico. Faltaram as experiências sociais e políticas, por exemplo, do Nordeste, e as enormes distâncias pareciam abafar desde o começo qualquer desejo de criar uma economia mais dinâmica. Além dos dois centros de Manaus e Belém, a vida cultural, o planejamento, ao menos geral, etc., ficaram quase inexistentes. As distâncias e a floresta conseguiam apagar tudo.

A Amazônia teve personalidades notáveis na sua história, mas o estímulo para sua descoberta e a sua ocupação proveio especialmente de fora.

Querendo descrever, em síntese, a economia amazônica,[8] pode-se-ia dizer que ela se caracteriza, em primeiro lugar, pela sua **vocação extrativista,** sem qualquer transformação local das substâncias extraídas na região e sem que os recursos e as divisas arrecadadas sejam reinvestidos na região. À sombra do extrativismo prosperou uma certa forma de **comercialização,** em apoio às várias fases da exportação.

Em segundo lugar, as formas de agricultura praticada nunca foram além da assim chamada **agricultura de subsistência,** que não alcança expressão monetária e não participa do mercado, seja regional, seja nacional.

Em terceiro lugar, as atividades mais significativas sempre se desenvolveram com uma **orientação básica para o exterior,** numa forma de dependência total dos mercados extra-regionais e extra nacionais. Esta dependência explica também a instabilidade histórica de economia da Amazônia, cujos ciclos foram ligados, num passado até recente, às descobertas de produtos substitutivos dos amazônicos (ex. da borracha, originária da Amazônia e que hoje nem aparece na pauta das exportações da região), e à procura de novos produtos, quando surgiam mercados favoráveis. Como a produtividade local é muito baixa, dadas as condições da extração e do trabalho e a dispersão no território, os preços altos sempre favoreceram, paulatinamente, a substituição dos produtos amazônicos por outros produtos sintéticos ou simplesmente localizados em áreas mais acessíveis e rentáveis (borracha na Malásia). Um certo êxito parece ter alcançado a introdução da cultura da pimenta-do-reino por parte dos japoneses, mas ficou até agora um caso isolado e se bem examinado parece mais ser a exceção que confirma a regra da alienação da economia amazônica e de sua extrema fragilidade.

É bom lembrar, além disso, que quando se fala em Amazônia e da economia da região, fala-se afinal da economia da pequena parte até agora explorada e acessível de regra através dos rios e na qual também se concentrou quase toda a população.

2.3 — A Amazônia na Economia Brasileira

Qualquer perspectiva de desenvolvimento da região tem que considerar antes de tudo qual será a posição da Amazônia no conjunto da economia brasileira.

Poderiam configurar-se três hipóteses:[9]

– uma economia amazônica voltada para si mesma;
– uma economia amazônica voltada para o mercado nacional;
– uma economia voltada para o mercado externo.

A viabilidade, no sistema atual, do primeiro tipo de economia é muito duvidosa e foi excluída até nas declarações oficiais. Sempre se falou em plano de "integração" da Amazônia ao resto do País e as rodovias e outras obras públicas sempre foram apresentadas com esta finalidade.

Com exceção da Zona Franca de Manaus, que constitui uma verdadeira ilha e pode proporcionar certas proteções econômicas às indústrias nela instaladas (como a importação, livre de impostos, de qualquer equipamento, até dos mais modernos),[10] fica excluída, de antemão, a possibilidade de erigir defesas econômicas que protejam as indústrias locais (como seriam barreiras alfandegárias) de concorrentes do Centro-Sul, os quais se beneficiam de maiores economias de escala. A maior proteção vai ser constituída ainda pelas distâncias e pelo custo de transporte, que repercute aliás no sentido de tornar mais difícil o escoamento dos produtos amazônicos para outros mercados.

É claro, além disso, que o mercado local é muito reduzido e tampouco vai crescer muito depressa para consentir uma diversificação que torne autônoma a economia. Não há qualquer perspectiva de adotar para a Amazônia, em relação ao Brasil, o modelo substitutivo de importações, a não ser em poucos itens bem escolhidos.

A possibilidade de integração harmônica da região na economia do País constitui um problema muito delicado perante o tipo de crescimento econômico acelerado que se está realizando no País. Este se caracteriza por uma grande concentração, seja geográfica (Centro-Sul), seja econômica (forte emprego de capital, cuja propriedade e cujo poder administrativo se concentram nas mãos de poucas pessoas), que consente considerar boa parte do Brasil dependente da região mais desenvolvida. O processo de integração industrial, através de grandes indústrias, cujo alcance se estende verdadeiramente a todo o território nacional, foi até agora realizado pelas grandes companhias multinacionais, na grande maioria estrangeiras, que tornaram a própria economia brasileira em boa parte dependente do exterior.

A Amazônia vai ser assim integrada, num processo acelerado, à economia nacional brasileira que tem as características indicadas, o que não deixa prever um futuro muito proveitoso para a região, que se coloca numa posição ainda mais precária no interior de um modelo já bastante dependente.

Neste sentido **não se vê como a situação futura da Amazônia,** com a exceção de certas "ilhas" mais dinâmicas e modernas, **poderia ser muito diferente da do Nordeste atual,** quanto à pobreza e desequilíbrio econômico, com a agravante da decepção das esperanças levantadas e da imensa fama para desbravar a selva e proporcionar condições de vida ao menos iguais às do Nordeste. Não é com efeito a simples extensão das fronteiras a que acarreta consigo melhores condições de vida, e sim a corajosa adoção de modelos econômicos e de estruturas sociais diferentes das do Nordeste.

(Centro de Estudos e Ação Social CEAS. Cadernos nº 28. Edições Loyola, São Paulo, dezembro de 1973.)

7. **Ibid,** p. 105, quadro nº 14.
8. Cf. para uma exposição sumária, porém clara, a mesma obra de ARMANDO MENDES, pp. 3ss.
9. Cf. **Ibid,** pp. 6 ss.
10. Cf., por ex., a Companhia Siderúrgica da Amazônia, em "Suprida fome de aço na Amazônia", em **Realidade,** outubro 1971, p. 22, e no mesmo número (todo dedicado à Amazônia): "Molina, o engenheiro... não sabe como a siderúrgica pode não dar certo", p. 134 s.

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

Região Norte II

COMUNICADO

Os Bispos da Arquidiocese de Belém e das Prelazias do Pará e do Amapá, reunidos em Assembléia ordinária com alguns de seus diretos colaboradores, em cinco dias de serena reflexão, aprofundaram os problemas mais urgentes que nosso povo enfrenta, em seu caminho rumo à casa do Pai.

Entre estes, três de modo especial constituíram objeto de estudo comunitário, para uma orientação conjunta mais eficaz, em nossa ação pastoral na região.

I) — UNIDADE E PLURALISMO NA IGREJA

A exigência de uma atuação que, respeitando o pluralismo de carismas e métodos face às diferentes situações em que se encarna a Igreja, salvaguarde ao mesmo tempo o vínculo de unidade na fé e na caridade, condição indispensável de redenção cristã, foi considerada em seus três aspectos de evangelização, liturgia e ação social.

A) EVANGELIZAÇÃO — Verificamos que os diversos caminhos adotados pelos agentes de pastoral em nossa região no tocante à evangelização não prejudicam, geralmente, a unidade ou a pureza da fé.

Para que esta unidade no pluralismo seja cada dia mais fortalecida, a Assembléia resolveu promover e incentivar a comunicação e intercâmbio de experiências e reflexões entre igrejas locais da região, assim como a realização de encontros de estudo sobre métodos e metas da evangelização, especialmente entre prelazias com afinidade de problemática e realidade.

B) LITURGIA — Também na Liturgia, a presença de alguns abusos não constitui fato notável em nossa região.

Para orientar melhor o povo de Deus e os agentes de pastoral neste campo, resolveu-se constituir a Comissão Regional de Liturgia, com a finalidade de coordenar e orientar a reflexão comunitária das Igrejas locais sobre a maneira de atuar a unidade e o pluralismo litúrgico.

C) AÇÃO SOCIAL — A Igreja sempre se esforçou em prestar um válido e eficaz serviço ao povo de nossa região, nos campos assistencial, educacional e de promoção humana.

As mudanças históricas e ambientais impõem uma reflexão e eventualmente uma reformulação conjunta e coordenada de nossa atuação, no campo social.

Para isto, resolveu-se constituir uma equipe consultiva "inter-prelazias", de pesquisa, planejamento e assessoria, que periodicamente possa avaliar experiências e sugerir atuações, no campo da ação social.

II) REVISÃO DO TRABALHO PASTORAL

Após a apresentação de breves relatórios sobre a atuação pastoral nas igrejas locais, comprovou-se que o documento de Santarém do ano passado foi força unificadora e estimuladora da Pastoral, em nossa região.

Sente-se, entretanto, a exigência de questionar continuamente nossa escolha de prioridades na ação pastoral, para estarmos prontos e preparados, o mais possível, à realidade amazônica de hoje.

III) EXAME DA REALIDADE

A Assembléia convergiu suas atenções e preocupações sobre os depoimentos de nossos irmãos que atuam na pastoral da Amazônia e se defrontam com a ampla e angustiante situação de injustiça, da qual é vítima tanta parte do nosso povo, especialmente ao longo das novas estradas que se abrem na Amazônia.

A farta documentação apresentada revela inequivocamente, conforme o testemunho de todas as Prelazias, que a realidade não corresponde à apresentação que dela às vezes se faz à opinião pública, por entidades e organismos interessados.

Para evitar o agravar-se desta delicada situação, sente-se a urgência de corrigir o conhecimento da problemática local, assim distorcido.

Aos nossos irmãos que aqui moram há muito tempo ou se instalaram recentemente e sofrem as consequências desta dolorosa marginalização, expressamos nossa comunhão de sentimentos e preocupações, ao mesmo tempo em que prometemos procurar os meios e caminhos que julgarmos mais aptos para uma eficaz atuação em favor deles, a fim de libertá-los das escravidões morais e materiais que os oprimem.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

Outros assuntos foram tratados pelos Bispos da região, que estiveram todos presentes, junto com seus colaboradores, desenvolvendo intensa atividade, num espírito de cordialidade e sinceridade que foi altamente proveitoso.

A Assembléia contou com a presença e a colaboração de outras pessoas, entre as quais se destacou o Secretário Geral da CNBB, Dom Ivo Lorscheiter, e o grupo de "Aiuto alla Chiesa che soffre", que veio estudar na região a maneira mais apta para contribuir para a promoção humana do nosso povo.

Belém, 22 de Setembro de 1973
Dom Angelo Frosi,
Presidente da CER N2.

1974

Problemas no Maranhão

(Comunicado mensal da CNBB, janeiro de 1974)

O Secretário-Geral da CNBB, com o intuito de ajudar a resolver um grave problema, decide-se a publicar a seguinte carta de Dom Francisco Hélio Campos, Bispo de Viana, no Maranhão, com data de 16 de dezembro de 1973:

"Recebi a sua carta-resposta ao telegrama sobre as arbitrariedades da Polícia do Maranhão, sediada aqui em Viana, contra pobres lavradores, no local Encruza-Nova.

Muitos outros acontecimentos continuam a se desenrolar, não somente naquela área, mas em muitas outras. Toda a região da diocese presencia a violenta opressão, sob as vistas e com a aprovação das autoridades estaduais, já bem informadas sobre todos os fatos. Tais informações lhe foram feitas tanto por escrito como pessoalmente, em frequentes tentativas de diálogo. Que fazer? Para quem apelar? As autoridades estaduais querem tais realidades? As federais? O pobre tentar defender-se é subversão).

Por meio de advogados, os lavradores, a quem me referi no telégrama, foram soltos. Mas já estão voltando à prisão. Li uma das intimações. Desta vez o bispo também está denunciado como subversivo. Estou procurando maiores detalhes.

Acaba de chegar às minhas mãos um abaixo-assinado dos caboclos para o prefeito de Viana, comunicando os últimos acontecimentos. Consegui fotocopiar e estou juntando a esta.

Logo seja possível enviarei um relatório detalhado sobre todos os acontecimentos.

Feliz Natal!"

O abaixo-assinado, mencionado na carta, leva a assinatura de 47 agricultores e é do seguinte teor original:

"Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Viana.

Nós abaixo assinados viemos comunicar-lhe que estamos aterrorizados com o tiroteio do Sub tenente José Francisco dos Reis na residência do Sr. José Sampaio há três dias que está aqui; de vez em quando ouvimos tiros, ele diz que está sondando as coisas aqui e que a missão dele é essa que ele está aqui pra guerriar.

Então o Sr. como autoridade pedimos o vosso auxílio e compreensão. Nós caboclos de Encruza-Nova estamos aterrorizados.

Encruza-Nova, 14 de dezembro de 1973".

A absolvição do Padre Jentel

Condenado a 10 anos de prisão pela Auditoria Militar de Campo Grande, num julgamento-farsa, em 28 de maio de 1973, o Pe. Francisco Jentel, desta Prelazia de São Félix, foi agora, em 22 de maio p.p., absolvido por unanimidade, no Superior Tribunal Militar de Brasília.

O "crime" do Pe. Jentel já não era mais "subversão", "comunismo", "guerrilha". Então, a sentença dada pela Auditoria Militar de Campo Grande era o quê?

Com essa absolvição unânime, o Superior Tribunal Militar reconheceu publicamente que o Pe. Francisco sofreu injustamente um ano de cadeia. A Justiça Militar condenou a Justiça Militar.

Não está ainda na hora de dizer uma palavra mais explícita.

Conste aqui, mais uma vez, nossa solidariedade com o Pe. Francisco, com sua velhinha mãe e com toda sua família e amigos. Ele, na França, está bem perto de nós. Na amizade e na oração estaremos sempre com ele.

Lamentamos, sim, profundamente, que ele não nos tenha podido visitar, como todos nós esperávamos, como o povo de Santa Terezinha merecia.

Para ninguém de nós essa libertação do Pe. Francisco é uma libertação total...

E certamente para ninguém de nós foi resolvida justamente a sua causa. Porque a causa da Igreja de São Félix não é a causa "pessoal" do Pe. Francisco Jentel. A verdadeira causa do Pe. Francisco, que é a causa do inquérito da equipe pastoral da Prelazia, que é a causa da Igreja de São Félix, são os direitos básicos do povo da região, nunca atendidos, sempre desrespeitados, hipocritamente postergados com espantalhos de subversão e com assistencialismos baratos.

E porque essa é a nossa causa, a nossa luta continua.

Gostaríamos de pedir às Autoridades mais ou menos interessadas no caso – civis, judiciárias, militares, diplomáticas, eclesiásticas, – que nem se iludam, nem iludam o povo.

Não se fez justiça com essa esquisita liberdade do Pe. Jentel. Ele é apenas mais uma vítima. Não se resolveu nada do que verdadeiramente urgia resolver. Quando muito terá se resolvido mais uma tensão entre a Igreja "oficial" e o Governo do País.

Pela diplomacia somente se salvam os interesses dos grandes. Os direitos do povo só se salvam com a justiça. E o Evangelho não é Diplomacia.

Tudo pode se salvar com a paz, dizem, tudo pode se perder com a guerra. A mais funesta guerra, porém, seria uma paz falsa ou por hipócrita ou por ingênua ou por omissa.

Não posso acreditar nesses novos diálogos entre segundos, na cúpula, quando, na base, o povo, que deveria ser o primeiro, não tem vez nem voz para dialogar. Há diálogos que só servem para comprar o silêncio.

Para quem achar estas minhas palavras rudes ou intempestivas, posso lembrar, pela centésima vez, que o problema básico da terra continua sendo o mesmo em toda a área de nossa Prelazia. Falo do que sei e do que vivo diariamente.

Em toda a Ilha do Bananal, em Santo Antonio, Barreira Amarela e beira do Rio das Mortes; no Ribeirão Bonito e na Cascalheira, no Barreiro, Piabanha e Matinha; em Porto Alegre; em Serra Nova e sertões contíguos; na Chapadinha e nas proximidades de Luciara e São Félix... – O povo sertanejo ou posseiro não tem terra nem perspectiva de um futuro humano.

A própria aldeia dos índios Tapirapé, onde há mais de 20 anos o Pe. Francisco vinha trabalhando, ainda não tem terra nem suficiente nem demarcada; e por quatro vezes sumiram misteriosamente, na Funai as reclamações e os mapas do caso. Em Santa Terezinha apenas se iniciaram as demarcações, e o povo vive recentemente com a ameaça de ser cercado, na sua área urbana, dentro do estrito limite da zona construída: ninguém poderá amarrar um cavalo fora de casa...

Entretanto, as grandes Fazendas pecuárias, oficialmente incentivadas, multiplicam-se em número, em poder e em arbitrariedades. E as muitas reclamações por escrito ou por visita pessoal, por denúncia do bispo, segregaticiamente impune, ou por tímida exposição do povo, são sistematicamente ignoradas.

Espero que os responsáveis não poderão alegar desconhecimento da problemática desta região tão badalada.

A todos os irmãos, na comunhão da Fé ou na paixão pela Justiça, que nos vêm acompanhando tão entranhadamente, dentro ou fora do Brasil, quero lhes repetir o que escrevi, aos 27 de maio, à Igreja de Campo Grande, mais próxima do Pe. Francisco durante o ano de cárcere: "Se o modo diplomático do desfecho da causa do Pe. Francisco, Diplomático por parte de quase todos os principais atores, não é precisamente uma alegria de testemunho evangélico, entretanto, o modo fraterno como essa igreja de Campo Grande acompanhou o Padre na prisão é um testemunho e uma alegria que compensam. Contamos ainda com a sua solidariedade cristã, pois a verdadeira causa do processo continua: o nosso povo sem terra, sem porvir..."

Continua a causa, e por isso, repito, continua a luta. E certamente continua a Esperança.

Não somos nós que ditamos o projeto de Deus para a História humana:

– "Eu ouvi os clamores do meu Povo, e desci para libertá-lo...", diz o Senhor (Ex 3,7-8).

– "Vocês todos são irmãos" (Mt 23,8); "amem-se uns aos outros como eu os amei", disse Jesus (Jo 15,12).

– O que está assentado no trono garante:

– "Eu faço novas todas as coisas" (Apc 21,5).

E o Espírito de Jesus Libertador que quer sua Igreja comprometida na total libertação do Homem. É ele que exige desta pequena Igreja de São Félix um teimoso e arriscado compromisso com o homem marginalizado, posseiro, índio ou peão, que constitui o Povo e faz a História Humana destes sertões.

Pedro Casaldáliga,
bispo de São Félix, MT
São Félix, 18 de junho de 1974
(SEDOC, dezembro de 1974)

A Igreja e o problema das terras no Acre e Purus

Do "Boletim de Imprensa" da CNBB de 13-8-1974 transcrevemos o seguinte documento.

Em face da grave situação criada pelo problema das terras no Estado do Acre e em particular no território desta Prelazia, a Igreja Acrepuruense, não entrando no lado técnico deste problema, mas inspirada no Evangelho de Cristo, faz questão de dar a esse respeito suas diretivas para todo o povo de Deus.

À problemática das terras preocupa em especial os posseiros, colonos e seringueiros que vivem na maioria das vezes há vários anos no interior de nossos seringais e colônias sobre quem pesa a ameaça de deixarem suas posses, sem perspectiva alguma de sobrevivência. Na realidade, com o passar dos dias, multiplicam-se os casos de posseiros colonos e seringueiros que da maneira mais arbitrária e mesmo violenta vêm sendo expulsos de suas posses sem o menor respeito à dignidade da pessoa e mesmo às leis vigentes. Igualmente esta problemática vem preocupar os investidores do Sul, em especial aqueles que com boa vontade vieram investir seus capitais, num Estado onde os títulos de terras em geral não se encontram devidamente legalizados e daí o fato de inúmeras vendas de terras se processarem de forma irregular.

A orientação da Igreja, no que diz respeito aos posseiros, é a seguinte:

a) conscientizar os posseiros de seus direitos seguindo as orientações do Incra, sobre a posse da terra;

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

b) urgir junto aos órgãos competentes a necessária documentação dos trabalhadores em consonância com a Legislação Trabalhista;

c) denunciar aos órgãos competentes: Incra 4ª Cia., Polícia Federal, Polícia Militar, Secretaria de Segurança, as arbitrariedades cometidas contra estes trabalhadores;

d) defender mesmo na justiça indivíduos ou grupos quando nenhuma outra providência for tomada pelos órgãos de direitos;

e) sugerir ao Governo do Estado e ao próprio Incra levando em conta o futuro destes trabalhadores, o enquadramento dos mesmos num plano geral de colonização do Estado.

A orientação da Igreja, no que diz respeito aos investidores, é a seguinte:

a) esclarecer no diálogo aberto com os investidores a real situação das terras no que diz respeito aos títulos em consonância com as diretivas do Incra;

b) fazer sentir ao Governo e aos compradores o problema do futuro dos colonos e seringueiros, que, passados o ciclo das derrubadas e as possibilidades de subsistência, ficarão totalmente marginalizados sem perspectivas;

c) fazer ver, num diálogo com o Governo e o Estado, a situação atual das terras que vem gerando preocupação não só aos colonos mas também aos próprios compradores;

d) manter um contato constante com o Incra, 4ª Companhia, Polícia Militar, Secretaria de Segurança, Polícia Federal, e Justiça, em vista do encaminhamento adequado desta problemática.

Estas orientações, dirigidas a todo o povo de Deus desta Prelazia, têm por finalidade a ação o mais possível conjunta de todos os seus agentes pastorais em face de tão delicado problema, ficando as posições públicas, sobre o conjunto da Igreja, de competência exclusiva do bispado do Conselho Presbiteral.

Dom Moacyr Grechi, Bispo do Acre e Purus
Pe. Francisco Carnimeo, Provincial O.S.M. Provincia do Brasil
Pe. João Rocha, Vigário Provincial O.S.M Vic. do Acre
Pe. Armando Morandi, Administrador da Prelazia
Pe. Pedro Martinello, Vigário Geral da Prelazia
Pe. José Carneiro, Pároco de Xapuri
Pe. Peregrino Carneiro, Pároco de Plácido de Castro
Pe. Paulino Baldassarri, Pároco de Sena Madureira
Pe. Heitor Turrini, Pároco de Epitaciolândia
Pe. Mário Scuppa, Pároco de Brasília
Pe. Otávio Luciotti Pároco de Santa Inês
Pe. Dionisio Mandaio, Diretor do Artesanato "Fr. Romeu"
Pe. Manuel Pacífico. Coordenador de Pastoral
Xapuri, 21 de junho de 1974

Os seringais do Rio Juruá

(Comunicado mensal da CNBB, janeiro de 1974)

Com o intuito positivo de ajudar a solucionar um problema humano numa região longínqua do Amazonas, o Secretário-Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil publica hoje o seguinte Relatório assinado pelo bispo prelado de Tefé, Dom Joaquim de Lange, em dezembro de 1973:

"Veio uma nova lei sobre a borracha, com o fim de promover o aumento da mesma; quer-se fazer novas plantações racionais, e valorizar as existentes. Tudo isso é muito bom, mas para os seringais existentes o fato é que o homem qua deve fornecer a borracha é a vítima.

Olhemos a situação tanto do seringalista, como do seringuairo:

a) Situação do seringalista (patrão):

– Ele é o dono do seringal, às vezes imenso, com lagos e tudo; em todo o Rio Juruá não existe terreno livre.

– Enquanto o dono mesmo estava presente, ele cuidava da venda da borracha e da compra do que precisava o seringueiro; olhava pelos doentes e velhos.

– Hoje geralmente quem ocupa o seringal é um gerente, que paga arrendamento aos herdeiros, que querem viver no seringal; tudo vai à custa do seringueiro, a quem os produtos são vendidos muito caros.

– Conforme a nova Lei pode-se obter empréstimo do Banco para o seringal, mas então toda a borracha é vendida futuramente por intermédio do Banco.

– Aparecem agora Sulistas que querem comprar os seringais endividados; o mesmo fazem grandes comerciantes que obtêm assim o monopólio da venda dos produtos. Prevê-se assim que os Bancos, os sulistas e os grandes comerciantes vão ser os novos donos dos seringais e isto em situação de monopólio.

b) Situação do seringueiro (operário):

– O seringueiro, embora morando num terreno imenso, não tem terreno próprio; pode construir uma casa com a condição de trabalhar para o patrão.

– Às vezes ele podia arrendar estradas de borracha, pagando em média a quarta parte da produção ao patrão: a maior parte tinha que trabalhar "a toco", que quer dizer, toda produção deveria ir para o patrão, que lhe fornecia, em conta corrente, o que precisava.

– Enquanto antigamente o homem podia assim viver com a família, hoje não dá mais, porque os preços das mercadorias subiram muito e muito mais do que o preço da borracha; a consequência é que ele vive sempre mais miseravelmente.

– A nova lei obriga o seringueiro a marcar cada camada de borracha; isso para impedir a falsificação, por meio de terra, etc., o que está certo; a bola toda deve ter a marca do seringal. Promove-se assim que a borracha seja pura, o que é bom; mas por outro lado tira-se a última liberdade ao seringueiro, a de poder vender a borracha – depois de ter pago o arrendamento – a quem lhe dava mais; agora depende totalmente do patrão que faz os preços, e estes são sempre mais altos.

– O seringueiro perdeu assim a liberdade total, e embora a nova lei preveja que haveria trabalho para uns 18.000 homens nos seringais do interior, o fato é que sempre mais gente sai dos seringais.

c) Conclusão

Enquanto o seringueiro, vivendo num terreno imenso, não puder dizer: "Este pedaço de terreno é meu, esta é a minha roça, esta é minha criação", podendo assim melhorar a sua vida, combinando o serviço do patrão com o seu próprio, ele será sempre tentado a ir embora, deixando os seringais vazios".

1975

Mensagem ao Povo

Aos posseiros e trabalhadores na agricultura

Os bispos, padres e cristãos da toda a Amazônia, reunidos am Goiânia, sentindo profundamente os problemas, pelos quais vocês estão passando e já muitos passaram, sendo expulsos da terra em qua trabalham, ou vivendo na maior insegurança palo que lhes raserva o dia de amanhã, ou não racebendo tratamento digno no seu trabalho, querem lhes dizer:

A granda força que vocês têm na mão, é 'a sua união, um dando apoio ao outro. Todos juntos padindo cumprimento da lai da terra e da lai do trabalhador.

Vocês devem se apegar à sua terra de onde podarão tirar o sustento e sobrevivência de sua família. A própria lei lhes garante continuar na terra. Só o juiz é que pode retirá-los da terra que ocupam. Vocês não devem sair dela por qualquer pressão ou ameaça feita sem esta ordem.

Sem esta ordem do juiz não saiam a não ser que as autoridades lha dêem garantia da outra área para onde ir. Não se iludam com as indenizações que são logo oferecidas.

Deus, que é nosso Pai, alimente a nossa Esparança e a certeza de que teremos a nossa harança: agora a terra, a sempre o céu.

Goiânia, 22 de junho de 1975

Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia Legal

Para estudo dos problemas e conflitos sobre legítimo direito de posse e uso da terra e migrações internas daí resultantes, realizou-se em Goiânia, de 19 a 22 do corrente, o Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia Legal, promovido pela CNBB e pela Pontifícia Comissão de Justiça e Paz, Secção Brasileira. Entre os 67 participantes, sacercotes, religiosas e leigos, havia 12 Bispos e Prelados. No encerramento, foram distribuídas à opinião pública as RESOLUÇÕES FINAIS e a MENSAGEM AO POVO, que damos abaixo.

RESOLUÇÕES FINAIS

Igrejas da Amazônia Legal, reunidas em Goiânia em Encontro de Pastoral, respondendo à dramática situação e à aspiração do nosso povo sem-terra, decide o seguinte:

1. Assumir o compromisso de empenhar-se no processo global de Reforma Agrária do nosso País, dando cumprimento ao espírito e à letra do Estatuto da Terra, articulando-se com todas as instituições e organismos sociais que trabalham por este mesmo objetivo.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

2. Criar uma "Comissão de Terras" que, na qualidade de organismo de caráter oficioso, ligado à Linha Missionária da CNBB, possa realizar com agilidade o objetivo de interligar, assessorar e dinamizar os que trabalham em favor dos homens sem terra e dos trabalhadores rurais, e estabelecer ligação com outros organismos afins.

Cabe a esta Comissão dar especial atenção ao Estatuto da Terra e à Legislação Trabalhista Rural, procurando divulgá-los em linguagem popular.

Que ela promova também campanhas de ampla e inteligente conscientização em favor dos direitos dos 10 milhões de famílias sem terra.

3. Que cada Diocese, Prelazia ou conjunto de Prelazias, em ligação com a "Comissão de Terras" se empenhe no seguinte:

3.1. Criar uma equipe que, a partir do conhecimento profundo da realidade, possa ajudar para que se abranja vitalmente a problemática da terra e suas conseqüências no planejamento pastoral.

3.2. Organizar uma assessoria jurídica para tudo o que se refere aos problemas da terra e dos trabalhadores rurais.

3.3. Promover campanhas de conscientização para os trabalhadores rurais e agentes de pastoral.

(CNBB, Departamento de Imprensa e Comunicações: Boletim de Imprensa nº 14/75, 23 de junho de 1975).

Terra e Posseiros na Amazônia Legal

O povo conhece a história do bode e da onça, que retrata um pouco o drama dos posseiros, embora nem sempre termine tão pacificamente, como na história. O bode queria uma casa; foi no mato, achou um lugarzinho bonito, sem dono, disse: "é aqui que vai ser minha casa". Fez a derrubada, limpou o mato, deixou o terreiro pronto; mas já era tarde, e ele voltou para o lugar onde costumava dormir, planejando continuar no dia seguinte. Durante a noite, uma onça, que também queria casa, encontrou o terreno limpo e sem dono e pensou: "isso caiu do céu pra mim, é só eu construir aqui"; e trabalhou os quatro mourões dos cantos, fincou-se, mas o dia já ia raiando e ela voltou para a toca; na outra noite continuaria o trabalho. O bode, quando voltou, já encontrou os mourões, e exclamou: "Deus tá me ajudando, daqui a pouco minha casa estará pronta", levantou as paredes de adobe, mas a noite já vinha, e ele foi descansar. A onça veio de noite, e se espantou com o milagre; as paredes já estavam levantadas. Meteu as mãos à obra, botou a cumeeira, os caibros e as vigas, só não armou o telhado todo porque não deu tempo, mas voltaria no outro dia. O bode viu, de manhã, a sua casinha quase pronta, e agradeceu aos céus a ajuda; arrumou palhas de buriti no telhado, ajeitou portas e janelas e a casa ficou pronta. Aí ele disse: "já posso passar pra dentro", e passou. Foi dormir. Quando a noite chegou, a onça veio e viu a casa pronta, achou que era só passar para dentro, passou e foi dormir também. Só quando o dia clareou é que os dois acordaram e se viram, e foi um susto danado. Diz a história que um fugiu pela porta e outro pela janela, e nunca mais se avistaram.

POSSEIROS E OCUPANTES

Encontram-se posseiros em quase todo o território nacional. Sua incidência, entretanto, é maior nas regiões das frentes agrícolas recentes. A característica principal do posseiro consiste em explorar a terra precariamente e em deter a posse mas não a propriedade da terra, faltando-lhe o título definitivo de propriedade. Existem cerca de setecentas mil (INCRA, 1967) famílias de trabalhadores posseiros e ocupantes. Segundo dados do recenseamento de 1970, existem 729.931 estabelecimentos com até 50 hectares, cobrindo uma área de 4.822.877 ha , explorada por posseiros.

A situação desses trabalhadores é de completa insegurança. Via de regra, são desbravadores de regiões pioneiras, de alta fertilidade agrícola. Com a crescente valorização da terra, passam a ser alvo de perseguições e violências cometidas por supostos proprietários quando as terras, na verdade, muitas vezes pertencem ao Estado ou se encontram abandonadas e inaproveitadas.

São presas fáceis de freqüentes conflitos e despejos, os quais têm levado a situações de agudas tensões sociais, inclusive com ocorrências de mortes, como, por exemplo, nos Estados do Paraná, Pará e Mato Grosso.

As distâncias, a baixa renda, a falta de influência e acesso ao poder de decisão impedem que o posseiro consiga desde logo o seu título de terra. Ao chegar o grande investidor, com as escrituras, o posseiro se vê desprotegido porque, sem documentos, ficará também sem a terra. (1)

Isso se dá em todo o País, mas com conotações muito mais fortes na área da Amazônia Legal, isto é, naqueles quase sessenta por cento do território nacional que estão submetidos a um regime próprio de incentivos fiscais para a atração de investimentos.

A existência desses incentivos fiscais é a causa mais imediata da corrida às terras que está se dando na área; sem eles,os proprietários sulistas, estrangeiros e com menor peso, locais, não teriam tanto interesse de entrar lá. Geralmente não são eles, os investidores, que assumem o trabalho de "limpar" a área da fazenda que vai ser instalada; normalmente isso é feito pelo intermediário, o "piranha", que é proprietário (às vezes, pretenso) de alguma terra no lugar. Ele se incumbe dos processos persuasórios, violentos e jurídicos de:

1) expandir a sua propriedade inicial, quer forjando o documento que especifica a área, quer englobando posses vizinhas, ou as duas coisas juntas;

2) tirar os posseiros da área que vai ser ocupada pela fazenda.

Depois disso, o intermediário vende as terras ao empresário. Este último contudo não deixa de ter participação ativa no processo de desapropriação, influenciando o andamento de medidas judiciais, ou obtendo a coersão policial, pública ou privada, para seus fins.

Para o investidor, a terra sai a um preço irrisório, "preço de banana". A propriedade imobiliária não impõe limite algum à colocação do capital ou ao emprego do trabalho sem capital, só que, no segundo caso (que é o do posseiro), avolumar-se-ão as dificuldades de outro tipo. Em termos de custos de produção, para a empresa agropecuária – a "fazenda" – o fator terra pesa muito pouco, portanto; além disso, e dos já citados incentivos fiscais, há mão-de-obra a custo baixíssimo, caracterizadora de trabalho semi-escravo em alguns lugares, reunindo-se, assim, as condições ideais para o incentivo.

O intermediário continuará a desempenhar seu papel na etapa da derrubada, limpeza e implantação dos pastos; a mão-de-obra não é recrutada pela empresa; esta empreita com o "gato" (intermediário de "peões") tais serviços, e é o "gato" que reúne os trabalhadores, se responsabiliza pelos encargos trabalhistas, etc. É esta a hora das extorsões, do trabalho escravo, dos assassinatos, espancamentos, fugas já bastante divulgadas pela imprensa e por documentos. Os "gatos", até cerca de um ano, chamavam trabalhadores braçais, os "peões", até do nordeste brasileiro; agora, esse recrutamento é feito predominantemente nas áres que têm "fazendas" já mplantadas, dando-se no seio de povoados formados por posseiros peões desempregados e posseiros desapossados.

Com que intensidade se dá a utilização dessa mão-de-obra? Nas áreas onde as "fazendas" penetraram primeiro (Mato Grosso, p. ex.), os "peões" já não têm trabalho na derrubada e limpa, 1) porque esse trabalho já passou, para as "fazendas"; 2) porque as fazendas em implantação começam a usar tratores para a derrubada maior e desfolhantes químicos lançados de avião (escapando de controle freqüentemente) para o mato ralo; 3) porque algumas fazendas estão atoladas em crise financeira, e estão despedindo trabalhadores. O novo movimento de "gatos" e "peões" é em direção à zona do Xingu, onde há muitos empreendimentos novos.

A mão-de-obra utilizada nas "fazendas" já implantadas é muito pouco volumosa, podendo-se recorrer às populações dos povoados locais muitos deles recentes.

Essas populações continuam conhecendo, da parte dos "grileiros", conflitos por causa de terras. Por outro lado, o número de posseiros cresce em alguns desses lugares que têm fazendas já antigas, porque "peões" desempregados tomaram novas posses, ou são recebidos por posseiros antigos que com eles dividem as terras que ocupam às vezes, por casamento de ex-"peão" com filha do posseiro. O "peão", desempregado, que veio solteiro e aventureiro do seu Estado natal, procura estabilizar-se na vida, e consegue isso, pelo menos em parte, casando-se. Os posseiros, antes diziam: "peão não é gente" (e ainda dizem), mas agora dizem também: "o jeito para o peão (desempregado) é tomar posse para ele".

Ao menos em partes do Mato Grosso, os posseiros parecem estar desempenhando um papel importante para as "fazendas", através do seguinte mecanismo: nos pequenos povoados, vão se firmando os comerciantes "grandes", que fornecem a crédito aos camponeses dali. A cobrança dessas vendas se dá em outubro, quando o comerciante sai recolhendo gado (porque muitos dos camponeses têm gado) em pagamento do que lhe devem – é a "bezerrada". O destino desses bezerros é a "fazenda", sendo o comerciante um intermediário. Vê-se que fica completa, assim, a cadeia de intermediários: o "piranha" grileiro para a chegada da "fazenda", o "gato" para a sua implantação e o comerciante para a produção. Para intermediações de outra natureza, constata-se, ainda, a utilidade da polícia, de funcionários auxiliares da Justiça, etc. Os episódios narrados mais adiante podem exemplificar essa utilidade.

O que produzem esses posseiros das áreas conflitivas, e para onde vai a produção deles? Um destaque óbvio é que a empresa não concorre com o posseiro, na produção, porque o segundo se dedica a produtos que à empresa, pelo menos até agora, não interessam: arroz (básico na área ocidental da Amazônia Legal), cana-de-açúcar, abóbora, batatinha, feijão, milho, mandioca (comprovadamente esses produtos citados são cultivados por posseiros em diversas partes do Brasil onde estão se registrando conflitos). Observe-se o caso constatado de uma empresa pecuária da Amazônia Legal que, em aperto financeiro, começou a plantar arroz...

A questão da importância dessa produção para o abastecimento urbano, frente à estratégia governamental da empresa no campo, vem sendo discutida reconhecendo-se a necessidade de saber o peso que a produção do posseiro (e do pequeno explorador em geral) tem no abastecimento. A título de exemplos ilustrativos e não de qualificações sobre o assunto, aqui estão alguns fatos comprovados:

- posseiros em um local do município de Barra do Garças, MT, colheram, na safra "74", até 30.000 sacas de arroz, abastecendo sua região e áreas fronteiriças de Goiás. Este ano, esperam menos de 10.000 sacas, devido às dificuldades que os conflitos de terra lhes trouxeram.
- posseiros no município de Paragominas, PA, mandam cerca de 60.000 sacas de arroz até o sul de Goiás, inclusive Brasília, além do que destinam ao abastecimento da região.
- posseiros em Paripiranga, norte da Bahia (saímos da Amazônia para aumentar o aspecto dos exemplos), ligados a uma cooperativa em Simão Dias, SE, abastecem Aracaju de batatinha, e de abóbora a região próxima.

Essa economia, chamada "de subsistência", e considerada ineficiente e improdutiva nos planos governamentais, consegue sobreviver e, mesmo, tornar-se aparentemente indispensável ao abastecimento. Em um artigo de Visão, de 10 de junho de 1974, aparece a hipótese de a produção "camponesa" poder fornecer a custos e preços mais baixos do que a empresa, porque o camponês, ao considerar só o trabalho da terra, não contabiliza os gastos diversos de comercialização, exceto os de transportes. Por isso, em lugar nenhum a "pequena agricultura" desapareceu; seria uma especialidade do setor agrícola, o "sistema camponês" podendo funcionar e competir em condições que seriam desvantajosas para as empresas.

Mas não se pode esquecer o papel que os intermediários da comercialização desempenham em muitas partes do Brasil, e muito tipicamente, no Nordeste e Amazônia. Quer seja o dono da terra que compra a safra "na folha", quer o dono da máquina de beneficiamento, o dono do caminhão, o dono do armazém de estocagem..., todos contribuem para retirar o produtor da fase de comercialização do produto. Poderia-se dar que esse intermediário, que comercializa o produto agrícola, faça o produtor pagar, através do preço avultado e deficitário que recebe, os custos de transporte, estocagem, etc., além de parte da margem de lucro, o que permite os preços finais comparativamente mais baixos. Os inter-

1. Texto retirado do Ofício de 15-3-74, da Contag , dirigido ao Presidente da República.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

mediários, fortalecidos pelo precário ou nulo crédito posto à disposição do pequeno produtor impõem preços irrisórios, que fazem o referido pequeno produtor viver em **deficit crônico**, sem dúvida uma das "especificidades" do sistema camponês, ao menos onde a presença desse intermediário é forte.

REFERÊNCIAS JURÍDICAS

Os problemas dos posseiros têm, como se viu, muito em comum com os dos pequenos proprietários e parceleiros de diversos tipos e, mesmo, médios proprietários. No entanto, como salientam as últimas linhas do documento da Contag, a situação legal (jurídica) específica do posseiro ajuda a caracterizá-lo muito melhor do que outros critérios, (2). Na área da legislação há muitas providências que foram tomadas, e outras que poderão ser, referentes à luta do posseiro por melhores condições de vida.

A legislação que pode interessar na problemática dos posseiros na área da Amazônia Legal (centro do interesse deste texto) tem os seguintes destaques, entre outros possíveis:

- O Código Civil, de 1919, agora em processo de reforma, válido em todo o País (porque é legislação federal), que caracteriza a posse e propriedade e suas formas respectivas de aquisição e perda;
- O Estatuto da Terra, de 1964, também federal, que caracteriza o significado atual do sentido social da propriedade, ao menos em tese garantindo a permanência (que quer dizer isso?) na terra, de quem a cultiva;
- o Decreto Federal nº 70.430, de 1972, que manda que seja ouvido, previamente, o Ministério da Agricultura, através do INCRA, antes de se deslocar de suas moradias ou de suas posses as pessoas domiciliadas em áreas de projetos agropecuários financiados por incentivos fiscais e, em áreas pioneiras, por estabelecimentos oficiais de crédito.

A Igreja Católica, no seu trabalho pastoral de base, tem se preocupado em encontrar o caminho do jurídico. Existe um documento preparado e divulgado pela Igreja do Acre-Purus, intitulado **Catecismo da Terra**, que dá instruções muito interessantes sobre o uso mais imediato da legislação existente para a defesa do posseiro. Eis a sua transcrição integral.

1) O que é o INCRA?

– É o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
Sua principal missão é proteger os trabalhadores da terra (colonos, posseiros, seringueiros, etc...) O principal interesse deste órgão é a fixação do homem à terra.

2) Qual é a lei que garante a fixação do homem à terra?

–A lei que garante a fixação do homem à terra, conforme o Estatuto da Terra, é a lei 4.504 de 1964, assinada pelo Presidente Castelo Branco.

3) Que diz a lei 4.504 do Estatuto da Terra?
– A lei nº 4.504 do Estatuto da Terra garante o direito à posse da terra (o módulo) a quem nela morar habitualmente mais de 1 (um) ano e 1 (um) dia, dedicando-se à cultura efetiva da terra.

4) Que significa o módulo da terra?
– O módulo de terra é a área que uma família pode utilizar convenientemente para o seu sustento. Como base, o módulo parte de 50 ha, aumentando conforme o tipo de utilização e capacidade braçal da família.

5) O que fazer para garantir seu direito à posse da terra?

– A melhor garantia do direito à posse da terra é não sair da terra onde você trabalha mesmo que lhe ofereçam indenização.

6) O que fazer em casos de conflitos em razão de vendas de terras?

– Em casos de conflitos, sugerimos 3 atitudes:

a) conservar a calma e não brigar com os compradores;

b) não se deixe intimidar por ninguém, pois você não pode ser jogado fora da sua terra enquanto você não quiser;

c) e se for necessário, você deve recorrer às autoridades competentes:
- **ao próprio INCRA, na sede, em Rio Branco;**
- **a um Juiz Federal;**
- **à Polícia Federal;**
- **à 4ª Companhia de Fronteira.**

Existe, também legislação estadual que interessa: são as leis de terras, definindo e enumerando os critérios para reconhecer aquelas que são públicas e as que são privadas, além de determinarem como se faz para adquiri-las, para regularizar a situação de pseudopropriedades, e para a implantação de empresas agropecuárias. Essas leis obedecem aos critérios gerais estabelecidos pela legislação federal.

A distinção entre posse e propriedade da terra é fundamental para se compreender a face jurídica da problemática dos posseiros. A oposição que caracteriza os conflitos é aquela que envolve os interesses de quem tem a **posse** – isto é, de quem está no gozo efetivo do bem e de quem tem **propriedade** – que é no caso, a capacidade de dispor da coisa (isto é, além das conseqüências da posse, ter o direito de vender a coisa, dá-la, destruí-la...). Isso porque o posseiro constitui benfeitorias dentro de um imóvel que não é seu, quando o dono (ou pretenso dono) quer de volta a terra, essas benfeitorias devem ser indenizadas, se foram feitas de boa fé, isto é, se o posseiro não burlou o proprietário para fazê-las. A coisa não é diferente quando as terras são originariamente públicas e são transferidas ao domínio privado.

Acontece que muitas das terras envolvidas nos conflitos são devolutas, públicas, e seu proprietário é o poder público, estadual ou federal; elas podem ser requeridas por particulares, e a lei dá sempre preferência, para essa requisição, a quem já vive lá e beneficia essas terras. O grande problema está em que a documentação dessas terras é, quase sempre, irregular; muitas pessoas se dizem com direito ao mesmo pedaço, apresentam escrituras da mesma área, daí surgindo a brincadeira de perguntar "em que andar" estão as terras do fulano. Na prática, essa irregularidade abre as portas para a grilagem, os documentos forjados, etc.; tudo isso na órbita da **propriedade**, ficando o posseiro invariavelmente prejudicado, seja qual for o desenlace da disputa.

Existem providências oficiais que estão sendo tomadas quanto a esse problema, mas quais os resultados que estão trazendo e o que podem realmente trazer? O INCRA recebeu a espinhosa tarefa de "limpar" essas áreas, tarefa considerada fundamental na estratégia de modernização do campo e implantação da empresa agrícola; mesmo que inclua a proteção aos posseiros entre suas preocupações, o resultado é sempre facilitar a papelada para o investidor que compra a terra, ou a requer como devoluta.

Segundo a revista **Veja** de 14-8-74, o INCRA é responsável por 221 milhões de hectares de terras devolutas na área da Amazônia Legal. Esse instituto tem grandes projetos de discriminação dessas terras. Eis alguns dos maiores projetos, e as respectivas áreas envolvidas, em hectares: no vale do Araguaia, 24.800.000; 32.600.000 em Altamira, Pará; 21.300.000 em Humaitá, na fronteira de Amazonas com Rondônia; 15.200.000 no Acre; 17.500.000 em Cuiabá; 16.600.000 em Araguaína, GO; 24.300.000 em Rondônia.

AS PREOCUPAÇÕES DA IGREJA

Os conflitos de terras, os problemas dos camponeses em geral, e dos posseiros em particular, têm repercutido em vários meios, talvez não tanto como seria preciso, mas é a Igreja Católica que tem se movimentado mais (além dos envolvidos diretamente no problema – os camponeses, e seus representantes), abrindo perspectivas de uma atuação muito acima do assistencialismo humanitarista e da denúncia bem-intencionada mas solitária.

A Igreja tem sido despertada para o grave problema da terra na Amazônia em várias ocasiões. Já em 1971, o **Plano Pastoral para a Amazônia** enumerava entre suas atividades-fim a justa distribuição de terras, com os respectivos títulos de posse. Naquela época, a preocupação era preventiva, e apenas umas poucas igrejas locais já se defrontavam com o problema dos conflitos. Mais adiante, a situação passou a exigir a denúncia do que já ocorria. A Igreja do Acre-Purus elaborou o seguinte **"documento de Xapuri"**, transcrito aqui em parte, e com a linguagem original preservada:

> **Em face da grave situação criada pelo problema das terras no Estado do Acre e em particular no território desta Prelazia, a Igreja Acrepuruense não entrando no lado técnico deste problema, mas inspirada no Evangelho de Cristo, faz questão de dar a esse respeito suas diretivas para todo o povo de Deus.**
>
> **A problemática das terras preocupa em especial os posseiros, colonos e seringueiros que vivem na maioria das vezes há vários anos no interior de nossos seringais e colônias, sem porspectiva alguma de sobrevivência. Na realidade, com o passar dos dias, multiplicam-se os casos de posseiros, colonos e seringueiros que da maneira mais arbitrária e mesmo violenta vêm sendo expulsos de suas posses sem o menor respeito à dignidade da pessoa e mesmo às leis vigentes. Igualmente esta problemática preocupa os investidores do Sul em especial àqueles que com boa vontade vieram investir seus capitais num Estado onde os títulos de terras em geral não se encontram devidamente legalizados, e daí o fato de inúmeras vendas de terras se processarem de forma irregular.**

IGREJA E POSSEIROS

A orientação da Igreja no que diz respeito aos posseiros é a seguinte:

a) conscientizar os posseiros de seus direitos, seguindo as orientações do INCRA, sobre a posse da terra;

b) urgir junto aos órgãos competentes a necessária documentação dos trabalhadores, em consonância com a Legislação Trabalhista;

c) denunciar aos órgãos competentes (INCRA, 4ª Cia., Polícia Federal, Polícia Militar e Secretaria de Segurança) as arbitrariedades cometidas contra estes trabalhadores;

d) defender, mesmo na justiça, indivíduos ou grupos quando nenhuma outra providência for tomada pelos órgãos de direito;

e) sugerir ao Governador do Estado e ao próprio INCRA, levando em conta o futuro destes trabalhadores, o enquadramento dos mesmos num plano geral de colonização do Estado.

A IGREJA E OS INVESTIDORES

A orientação da Igreja no que diz respeito aos investidores é a seguinte:

a) esclarecer no diálogo aberto com os investidores a real situação das terras no que diz respeito aos títulos, em consonância com as diretivas do INCRA;

b) fazer sentir ao Governo e aos compradores o problema do futuro dos colonos e seringueiros, que passado o ciclo das derrubadas e tiradas as possibilidades de subsistência, ficarão totalmente marginalizados e sem perspectivas;

c) fazer ver um diálogo com o Governo do Estado a situação atual das terras, que vem gerando preocupação não só aos colonos como também aos próprios compradores,

d) manter um contato constante com o INCRA, 4ª Cia., Polícia Militar, Secretaria de Segurança, Polícia Federal e Justiça, em vista do encaminhamento adequado desta problemática, etc.

Quais são esses conflitos que preocupam a Igreja, afastam (em tese) os investidores, e esfolam os posseiros? Acontecem em todo o Brasil, sabe-se lá mais onde. Aqui está a transcrição parcial de um documento da Contag (3) sobre as principais áreas de conflito, efetivo e potencial, emitindo-se da enumeração as que não estão na área da Amazônia Legal.

ÁREAS DE CONFLITO

A Amazônia Legal, com os investimentos oficiais de infra-estrutura, especialmente estradas e comunicações, e os incentivos fiscais, tem atraído grupos econômicos, nacionais e estrangeiros, tendo estes como motivação também a exploração de um rico patrimônio em madeiras e a perspectiva segura de especulação de grandes áreas da terra, ocupadas ou adquiridas a um preço quase simbólico.

2. Aliás, não se deve adjetivar o posseiro de "pequeno", sempre. Há posseiros que adquirem uma relativa abastança, comprando posses limítrofes e tendo consideráveis manadas de gado, inclusive; um deles, no Pará, p. ex., tem mais de 1.500 hectares, com um mínimo de quatro a cinco trabalhadores permanentes.

Outro caso é o do fazendeiro que, subitamente, se descobre na condição de posseiro, por exigências legais; foi o caso da Bahia, onde a recente Lei de Terras afirmou (aliás, reafirmou) que quem não tivesse, na documentação de suas terras, a prova de que elas foram, em alguma época transferidas do domínio público (originariamente, toda terra é pública) para o privado, teria a posse mas não a propriedade. Os milionários rurais tinham, porém, nessa mesma lei, a saída para esse incômodo: a compra, a ótimos preços das terras ocupadas

3. Cf. Ofício Nº ARA/1998/74, de 12-11-74.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

As áreas de maior tensão são principalmente ao longo das rodovias, construídas ou em construção, nos vales úmidos, em áreas férteis ou de florestas ricas em madeira de lei.

As principais áreas são:

1. Complexo Xingu-Araguaia, situada no Nordeste de Mato Grosso e Sul do Pará, onde grandes projetos pecuários se desenvolvem, sob influência das BRs 242, 158 e 080. Abrange as regiões de São Félix do Araguaia, Suiá-Missu e Conceição do Araguaia.
2. Pré-Amazônia Maranhense, área povoada especialmente por migrantes nordestinos, sob influência da BR 153, a Belém-Brasília, da BR-136, a São Luiz-Belém, da BR-222, a Santa Luzia-Açailândia, e dos vales Mearim e Pindaré-Mirim, tendo Imperatriz como principal pólo econômico. O Decreto nº 71.195-72 declara prioritários para reforma agrária vários municípios do Maranhão.
3. Território Federal de Rondônia, em área de fronteira, sob influência da BR-364, a Porto Velho-Cuiabá, da BR-421, a Rodovia da Cassiterita e da BR-319, Porto Velho-Manaus e dos rios da Bacia do Madeira: Guaporé, Mamoré, Jiparanã, e Jamari e Candeias.
4. Acre, com área de fronteira e sob influência da BR-236, a Rio Branco-Cruzeiro do Sul e abrangendo parte dos vales dos rios, Acre, Purus e Juruá.
5. Tapajós, sob influência da BR 230, a Transamazônica e da BR-165, a Cuiabá-Santarém, em torno dos polos econômicos de Itaituba e Santarém.
6. Juruena-Aripuanã, no extremo norte de Mato Grosso, sob influência dos rios Arinos, Juruema, Teles Pires e Aripuanã, e das BRs 242, 174 e 165, a Cuiabá-Santarém.
7. Complexo Araguaia-Tocantins, situado no Pontal de Goiás e Sul do Pará, sob influência da Transamazônica e Belém-Brasília e dos férteis vales do Araguaia e do Tocantins.
8. Amazonas: o problema da posse da terra chega ao Amazonas. Apresenta problemas de posseiros e encontra-se na área da BR-080, e está enquadrada como área prioritária da reforma agrária pelo Decreto nº 67.557-70 que engloba também áreas da bacia do Madeira, Purus e Juruá, no Amazonas.
9. Mato Grosso: além das áreas já referidas, há tensão com a posse de terra nos vales dos rios Guaporé, São Lourenço, Vermelho e Paraguai, abrangendo os municípios de Nortelândia, Alto Paraguai, Barra do Bugres, Diamantino, Nobres, Rosário Oeste, Cáceres, Jaciara, Dom Aquino, Poxoréo do Garças, Alto Araguaia, Mato Grosso (Pontes Lacerda), Cuiabá, Corumbá e Sul do Mato Grosso.

ALGUNS CASOS

A seguir, são apresentados exemplos de casos de conflito de terras envolvendo posseiros, na área da Amazônia Legal. (4) A informação que se tem é sempre incompleta; vê-se que o brasileiro urbano não tem, freqüentemente, idéia clara do que se está passando naquela área, ou porque a informação não lhe chega, ou porque ele não tem elementos para compreender a verdadeira dimensão e a importância do problema. No entanto, parte dessa dimensão e importância se concretiza nos próprios centros urbanos, e até mesmo no meio rural de outras regiões do País, como estão a demonstrar, respectivamente, o problema (já visto) do abastecimento e da migração rural. Alguns jornais comentaram, recentemente, a necessidade de "uma segunda abolição hoje" – a do camponês – e falaram em "nação alarmada" frente aos conflitos e métodos empregados no seu desenrolar.

Nesta apresentação de casos, o objetivo principal é apresentar o comportamento dos diversos grupos, ou indivíduos, envolvidos, assim como o das entidades públicas ou privadas; será visto que não são conflitos de uma dualidade linear, envolvendo-se muitos grupos, com comportamentos variados.

1º caso

Quinze posseiros, no lugar chamado Curichão, Prelazia de São Felix, em Mato Grosso moram lá há oito anos. Há dois anos, a "Fazenda Sta. Vitória" os vem pressionando para saírem; uns foram expulsos; outros, para não tolerar os abusos, entregaram tudo à fazenda e foram embora. Houve o caso de um posseiro que, vendo sua posse invadida pelos jagunços da fazenda, se suicidou.

Inicialmente, os donos da fazenda, tinham mandado construir as instalações da sede no meio das terras dos índios xavantes; estes não permitiram, destruíram o que tinha sido erguido; então, os da fazenda decidiram se instalar no meio das terras dos posseiros. A delegacia regional de polícia de Barra do Garças notificou três moradores das terras conflituosas, pedindo seu comparecimento; essa notificação não tinha carimbo ou assinatura legível. Depois, veio outra, carimbada e assinada, e dirigida a quatro posseiros; esses quatro homens viajaram quinhentos quilômetros para atendê-las, apenas para ouvir o delegado dizer que não tinha nada contra eles. De lá, os quatro homens foram ao INCRA, para obter informações sobre os direitos dos posseiros, e receberam algumas esperanças; durante a conversa, porém, chegou o gerente da "Fazenda Sta. Vitória", e a coisa mudou para insistirem em que os posseiros assinassem acordos de indenização para saírem, ao que os posseiros se negaram. O funcionário do INCRA, disse, então: "se não querem assinar, nós não podemos obrigar vocês".

Em 3 de maio de 1974, chegou a Cascalheira (patrimônio – povoado, na linguagem local) um avião com um indivíduo que se apresentou como "comandante", sem nada comprovar. O próprio piloto desse avião, conhecido dos moradores do lugar, se apresentou como "comandante da Aeronáutica". O primeiro desses indivíduos reuniu-se com o cabo local e dois soldados, e chamaram dois dos posseiros para interrogatório. Forçaram um deles a deixar a sua posse, mas o outro não se deixou intimidar. Ouviu-se o "comandante" dizer que "posseiro não presta", e que não tem direito a nada e deve ser morto. Três jagunços (que estavam com o "comandante" na visita referida) cortaram o arame das cercas das roças, derrubaram cercas e queimaram casas; alguns moradores, amedrontados, largaram tudo. Não há notícias posteriores.

2º caso

Na gleba Amélia Junqueira, também chamada "Fazenda Universal", na área da Prelazia de São Félix, em fins de 1973, cento e dez famílias de posseiros se viram cercadas, sendo empreiteiro do serviço um morador do próprio local. Os posseiros pediram ao empreiteiro que deixasse passagem em alguns lugares; não foram atendidos, e cortaram o arame.

Ali havia posseiros com muitas benfeitorias, e o empreiteiro disse que não indenizava nada; apresentou um contrato que transformava o posseiro em agregado e o obrigava a deixar a terra plantada de capim. Um deles foi obrigado a assinar o tal contrato diante da polícia local. Aí nessa área também apareceu o "comandante" referido no caso acima. O empreiteiro e seus jagunços espalharam que quem não saísse sofreria mais, pois viria o dono, que "é um cara muito rico de São Paulo", trazendo a polícia de lá, "que é pior do que a de Mato Grosso". Um jagunço já disse que o empreiteiro lhe dá Cr$ 5 mil por cada posseiro que ele tirar da terra.

Cerca de quarenta chefes da família, posseiros deste lugar, foram a Barra do Garças, no escritório do INCRA, para reclamar da situação. O pessoal do INCRA ficou assustado por ver tanta gente; perguntaram quem era o chefe; em seguida, atenderam os posseiros de um a um, mandando-os voltar e continuar a trabalhar a terra, que o INCRA iria lá e resolveria o problema, mas que ficassem sabendo que o governo "não dá terra prá ninguém"; se a terra estivesse registrada, os posseiros teriam de sair, o INCRA calcularia a indenização. O pessoal do INCRA foi realmente à área; passaram dois dias na sede da "Fazenda Universal" e entre pressões e mentiras, conseguiram que moradores assinassem o contrato de agregacia, outros aceitassem indenizações ridículas, havendo até quem fosse embora sem nada. Das cento e dez famílias, restam vinte ou trinta. Estão dispostas a ficar e reconstruir as casas queimadas. Outras famílias continuam morando como agregados.

Quatro jagunços foram intimidar um posseiro; este foi ao quartel do Exército em Aragarças, que o encaminhou ao delegado de polícia em Barra do Garças, que prometeu resolver. Foi ao local, e disse ao posseiro que tinha de se mudar com uma indenização. Depois foi visto por esse mesmo posseiro, bebendo em um bar em companhia dos jagunços. Não há notícias posteriores.

3º Caso

Em junho de 1970, a "Fazenda Frenova" construiu sua sede na área do povoado de Porto Alegre, município de Luaciara, Mato Grosso, dizendo-se dona tanto da área urbana como da área rural do povoado, que tinha, na época, 35 famílias no lugarejo e 180 no campo. O primeiro título de terras de Frenova, na área, é de 1971. Houve conivência e intervenção de polícia e do prefeito para derrubarem casas, inclusive a escola, cujo material foi levado para a sede da fazenda. Também houve violência contra os posseiros, alguns dos quais saíram com indenizações irrisórias. O padre do lugar esclarecia o povo quanto a seus direitos; o gerente da Frenova contratou dois capangas para darem uma surra no padre "até o fim", segundo os dois declararam à Força Aérea, em Santa Isabel, no Bananal, depois de terem desistido da empreitada.

Em julho de 1970, o prefeito exigiu do povo contribuição para pagar os gastos de desapropriação da área urbana; deram dinheiro e gado; em setembro, a câmara aprovou a desapropriação de 4.500 hectares para o povoado. Mas o prefeito continuou dizendo ao povo que abandonassem suas posses, entregando-as à fazenda; quis transferir os posseiros e moradores para outra área, já ocupada e reclamada por outra companhia. O empreiteiro geral de Frenova é militar, aposentado por corrupção, diz que não há lei para tirar os posseiros de lá, mas eles saírão com ameaças e violências...

Depois de pedir por bem, o povo cortou as cercas que fechavam os bebedouros do lugar e as estradas. O delegado regional da Polícia Militar, então, mandou chamar cinco posseiros, por intermédio de um sargento, que estava acompanhado de gente da Frenova, e foi num carro da fazenda buscar os intimados; o povo rejeitou a intimação dos cinco posseiros, dizendo que a ação de defesa era de todo o povo.

O bispo da Prelazia (São Félix) escreveu ao delegado regional, dizendo que não se tratava de um caso policial, e sim de um problema de terras e, se houvesse caso policial, a ré seria a Frenova, enumerando então uma série de agressões da empresa contra o povoado. Havia dias que o povo tinha feito um abaixo-assinado ao INCRA, apelando para a aplicação do Decreto 70.430. Em 29 de outubro de 1972, apresentou-se como visitante, na sede da Prelazia de São Félix um indivíduo que terminou se identificando como capitão do Exército, do "Comando de Repressão da Amazônia" (sic). Foi a Porto Alegre, assustou posseiros e funcionários da Frenova, deteve e levou à sede da fazenda um padre e posseiros, submetendo-os a interrogatórios e vexames, tendo mesmo desafiado um dos posseiros para duelar a bala; tudo isso sob a vigilância armada de empreiteiros e capangas da fazenda. Não há notícias posteriores.

4º caso

Em meados de 1974, cerca de 200 famílias foram para a região do Afonso, município de Arenápolis, Mato Grosso. Fizeram derrubadas e plantaram roças, mas alguns já eram posseiros ali havia 8 anos; os de menos tempo tinha 8 meses. Surgiu um procurador de 34 condôminos proprietários da área, procurando fazer valer seus títulos e propondo uma retirada amigável, ou o arrendamento da terra por um prazo fixo. Os posseiros insistiram em comprar as terras.

O bispo da Prelazia (Diamantino) se interessou pelo caso, motivado pela existência crescente dos "sem terra" na área; em janeiro de 1975, procurou o INCRA de Diamantino e o Banco do Brasil para financiar a compra das terras; sem resultado definitivo, veio a Brasília, procurando o Ministério da Agricultura, o INCRA e a SUDECO; esta disse que os posseiros se organizassem em cooperativa e obteriam o financiamento do banco para a compra. Voltando ao Afonso, houve reunião com os posseiros e os proprietários, com presença do INCRA e da Federação dos Trabalhadores Rurais, em 4 de fevereiro. O procurador dos proprietários, então, ofereceu à venda 3.600 dos 20.000 hectares da área, imprestáveis para a agricultura, dizendo que as terras boas estavam hipotecadas a um banco, fato que não tinha sido, até então, revelado. Desistiu-se do projeto cooperativo, ficando a liberdade de compra para quem quisesse; aos demais, foi oferecendo arrendamento de dois ou três anos, mas saindo das áreas que tinham ocupado e indo para outras que a fazenda determinasse. Não vendo outra solução, o bispo endossou essas, mas os posseiros a recusaram, voltando o procurador para Cuiabá, sem conseguir adesões...

Em 17 de fevereiro, chega a Arenápolis um contingente da Polícia Militar, chefiado pelo major-delegado regional de Cuiabá. O prefeito disse que era uma sindicância sobre as "invasões" do Afonso. Dez posseiros, coagidos, depuseram que foram o bispo e um padre que os induziram a invadir a fazenda. Na companhia dos soldados que foram buscar esses posseiros para depor, estavam o gerente da fazenda e parentes seus.

5º caso

Duas mil e duzentas famílias, cerca de 12 mil pessoas, em Vila Rondon a 86 quilômetros de Paragominas, no Pará, trabalham como posseiros há seis anos numa área de 250.000 hectares; plantam principalmente arroz, esperando colher neste ano o bastante para o abastecimento da área e para exportar as 60.000 sacas que, anualmente, vão até para o sul de Goiás. Alguns têm grandes posses. A área está às margens da rodovia PA 70.

Um homem apelidado "americano" e seus dois filhos estão lá também, há oito anos, e sempre se disseram proprietários, sem molestar os posseiros só a cerca de um ano e meio atrás é que eles começaram a

4. Exceto onde anotado, os casos foram tirados de jornais nacionais ou de folhetos locais

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

querer as terras. É a mesma época em que apareceu, nas instalações da serraria que os três exploram, uma placa com a sigla CAPASA, ou CAPAZ. Além da serraria, não beneficiaram mais nada. Os posseiros contrataram um advogado por um ano, sem resultado; então, colizaram-se para mandar um deles, que é um homem de recursos, a Brasília, com a intenção de falar com o Presidente da República. Lá, ele falou com o Presidente do INCRA, que lhe disse que "se o americano tem os títulos, então a terra é dele mesmo", mas prometeu investigar... Comenta-se que os títulos são de terras situadas em outro município do Pará.

Em começos de maio de 1975, dois soldados da Polícia Militar foram lá e prenderam dez pessoas porque um trator (que estava abrindo estradas nas terras dos posseiros) foi incendiado — segundo os posseiros — por ordem do próprio "americano", para incriminá-los. Foram levados para Belém, passando mais de uma semana na Polícia Federal, e foram liberados sem nenhuma acusação. De vez em quando, a Polícia Militar vai lá, prende gente, dá tiros para o ar, na presença do "americano"; quando ele sai, os policiais dizem aos posseiros que continuem trabalhando, que a lei garante (esses fatos são anteriores à ida do representante a Brasília).

O representante do INCRA em Peragominas sugeriu que os posseiros largassem aquelas terras e fossem para a Transamazônica, "que é lugar de pobre", mas os posseiros responderam que, se alguém devia ir, era o "americano", pois, se queria terras, que as debravasse, em vez de querer tomar as já beneficiadas.

6º caso

Desde agosto de 1966, posseiros habitam em uma área de 13.800 alqueires à margem esquerda da PA 70, município de São João do Araguaia, no Pará. Em 1972, apareceu um certo "goiano" dizendo que as terras eram suas, e começou a perseguir um posseiro, que levou o caso ao INCRA. Este verificou que as escrituras do "goiano" se referiam a terras em outro município; mas o "goiano" continuou a fazer pressão sobre o posseiro, até que este lhe vendeu a posse por Cr$ 35.000,00. Daí o "goiano" partiu para o posseiro vizinho, repetindo o processo, e logo estava armando os seus demarcadores com armas de fogo.

Em 1974, já eram uns quarenta posseiros contra o "goiano". Foram ao INCRA, que promoveu uma audiência com todos os interessados. O chefe do INCRA, que promoveu uma audiência com todos os interessados. O chefe do INCRA, então, viu que a escritura do grileiro não tinha valor, aborreceu-se e ameaçou mandar prender o "goiano", mas este foi adiante, movendo ação na Justiça Civil e chamando os posseiros de "invasores".

O juiz da comarca de Marabá concedeu-lhe liminar de manutenção de posse (garantiu-lhe ficar nas terras até dar a sentença, que poderia ser-lhe contrária ou favorável). Na primeira semana de fevereiro, um oficial de Justiça e quatro soldados da Polícia Militar saíram dizendo que o juiz mandara todo mundo embora para não voltar mais, e quem não saísse seria "amarrado e metido na cadeia de Marabá". Todos estavam ostensivamente armados; o oficial ia sempre afirmando que as terras eram do "Zé goiano". Os posseiros se reuniram e contrataram um advogado; quando todos estavam na cidade, dois soldados da polícia e dois jagunços tocaram fogo nas casas de seis posseiros. O advogado contratado disse então aos posseiros que não mencionassem essa atitude da polícia, chegando a inventar ser crime acusar a polícia, mas os posseiros resolveram contar a verdade. Em 3 de março deste ano de 1975, dois posseiros tinham recebido notificação para comparecerem ao Forum de Marabá para prestarem depoimento sobre a ação da polícia, quando da tomada de assinaturas dos posseiros.

7º caso

O sindicato dos trabalhadores rurais de Conceição de Araguaia, no Pará, apresentou à Contag o problema do "lote 60" que é o que se segue:

Amador Pereira é o autor de uma ação possessória contra os posseiros dizendo-se dono da terra, mas ao mesmo tempo pressionava, há três anos, com seus administradores e fiscais armados, que proibiam o pessoal de plantar seus roçados. A assistência jurídica prestada pelo sindicato na ação foi precária, mas todos, advogados e juiz, perturbaram o processo a ponto de ele ter de ser totalmente recomeçado, então, a ação foi julgada à revelia por não comparecimento dos réus. Foi ouvida a Secretaria da Agricultura, conforme é exigido por lei, mas o INCRA, cuja presença é também exigida, foi chamado e não compareceu. (Conforme o decreto 70.430). A sentença saiu, apesar disso, e foi favorável ao proprietário, devendo-se seguir o despejo.

O sindicato e os posseiros, então, procuram a Contag, que foi ao INCRA. O chefe do projeto fundiário sediado em São Geraldo, distrito do município de Conceição do Araguaia, visando a área, constatou irregularidades e recomendou a sua desapropriação. O INCRA de Brasília convidou a Contag e um representante de fato dos posseiros para debate, a conclusão sendo saírem da área mediante indenização e remoção pelo INCRA para outro lugar, alegaram que seria desprestigiante uma desapropriação em cima de uma sentença já dada. Com a presença de Amador, combinou-se uma reavaliação das benfeitorias (a sentença do juiz já havia feito uma), mesmo das já destruídas; combinou-se que os que tivessem produção a colher permanecessem até a colheita, sendo então removidos como os demais. O INCRA os estabeleceria todos em áreas mínimas de 100 hectares, dando a assistência oficial.

O INCRA, então, foi para a área com um acordo-padrão mimeografado, onde não se falava da transferência dos posseiros, apenas dizendo oralmente que os levaria para Marabá ou Araguaia, fora de Conceição, o que ninguém aceitava. Não se concedia, também, a permanência até as colheitas. Os posseiros denunciaram que algumas benfeitorias não estavam incluídas na reavaliação, e a Contag se ofereceu para ir verificar in loco, mas o INCRA não aceitou. Como seu representante, na hora, não tinha poder para tomar outras decisões, disse aos posseiros que estavam livres para aceitar o acordo, mas quem não aceitasse seria despejado judicialmente. Eles, então, assinaram. O representante do INCRA comprometeu-se verbalmente a examinar a possibilidade de assentá-los em local próximo, se possível dentro do município de Conceição do Araguaia.

(Do dossiê apresentado como subsídio ao Encontro de Prelados da Amazônia Legal sobre o problema da terra, Goiânia, 19 e 22 de julho de 1975).

Padre Francisco Jentel expulso do País

Padre Francisco Jentel retornou ao País via Estados Unidos, desembarcando normalmente no aeroporto de Brasília, no dia 1º do corrente mês. Vinha da França, onde estivera em visita aos seus familiares e fora fazer cursos de atualização. Recorde-se que em maio de 1973 o mesmo fora condenado a 10 anos de prisão pela Justiça Militar de Campo Grande, MT, após conhecidíssimo processo, onde fora voto vencido o Juiz auditor (Cf. "Notícias" CNBB, nº 22, 1/06/1973).

Recorrida a sentença junto ao Superior Tribunal Militar, por unanimidade de votos, deu provimento à apelação interposta em favor do Padre Francisco Jentel para anular a sentença condenatória, determinando fosse ele posto imediatamente em liberdade.

Entendeu o Tribunal que os fatos a que se referia o processo (conflito entre os posseiros e os agentes da Companhia de Colonização Codeara) constituiram fatos que devem ser apreciados pela Justiça comum sendo incompetente a Justiça Militar, já que inexistia qualquer conteúdo subversivo nas ações praticadas, seja pelos agentes da empresa (igualmente processados), seja pelo Pe. Francisco Jentel (Cf. "Notícias", CNBB, nº 21, 24/5/75).

Logo em seguida viajou à França, conforme seu desejo pessoal, de onde retornou a 1º de dezembro.

Regressando ao Brasil e nada constando oficialmente no seu passaporte que o impedisse de fazê-lo, dirigiu-se a Fortaleza em visita a Dom Aloísio Lorscheider, Presidente da CNBB e Arcebispo local. Hóspede do mesmo, na manhã do dia 12, por volta das 7 horas, quando se dirigia a pé ao centro da cidade, juntamente com outro sacerdote, foi o Pe. Jentel violentamente imobilizado e seqüestrado por quatro desconhecidos, colocado num automóvel e levado a lugar ignorado. Posteriormente, ainda no correr da manhã do mesmo dia, foi localizado no Departamento da Polícia Federal de Fortaleza.

Conduzido ao Rio de Janeiro na noite do mesmo dia, está preso em dependências da Marinha.

Através de comunicação telefônica do Senhor Ministro da Justiça, ao Senhor Cardeal do Rio de Janeiro, foi a CNBB informada de que o Senhor Presidente da República assinou decreto, no dia de hoje, determinando fosse o Padre Francisco Jentel expulso do país.

(CNBB, Departamento de Imprensa e Comunicações: Boletim de Imprensa - nº 26/75, 15 de dezembro de 1975.)

1976

Missão Episcopal Norte I

De 11 a 19 de setembro, nós, Prelados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima, realizamos no Centro de Treinamento "Maromba", em Manaus, a Assembléia anual ordinária, para avaliar e assumir com maior empenho a caminhada da Igreja na região, dentro das Linhas prioritárias da Pastoral da amazônia, estabelecidas em 1974.

Com o presente Comunicado, levamos ao público o nosso pensamento de Pastores sobre os temas e problemas estudados no Encontro.

De 11 a 13 de setembro participaram da reunião - (Projeto 1.4 da Linha 3 - Reflexão sobre CEBs na Amazônia - da CNBB Nacional) os coordenadores diocesanos de pastoral e numerosos leigos, responsáveis pela pastoral nas Comunidades Eclesias de Base - CEBs. A partir das exigências e dificuldades encontradas, foram abertas perspectivas e apontadas orientações para a vida de nossas comunidades.

De 14 a 19 os Bispos, com a cooperação dos coordenadores de pastoral, de religiosos e de assessores nacionais da CNBB, refletimos sobre a exigência de uma corajosa encarnação na realidade, para a evangelização libertadora do povo de Deus na Amazônia, diretrizes essas que iluminaram todo o trabalho de avaliação e revisão das Linhas prioritárias da Pastoral na região.

A intensa vitalidade da Igreja na região - fruto especial do labor pioneiro e missionário das Congregações Religiosas, faz sentir cada vez mais a necessidade de promover sua autonomia plena de comunidade eclesial local, em pessoas e meios, para se constituir igreja adulta, não mais completamente dependente da presença exclusiva de institutos e congregações.

Este momento histórico da caminhada da Igreja na Amazônia, rumo à sua autonomia, requer uma tomada de autoconfiança das igrejas da Amazônia na elaboração de objetivos claros e conjugação de forças locais que o Episcopado brasileiro deve sempre mais apoiar e ajudar.

Dentro de tal objetivo, sente-se, em primeiro lugar, a necessidade de incrementar a promoção vocacional de candidatos locais aos ministérios diversificados, especialmente ao sacerdócio ministerial, diocesano.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

Em segundo lugar, julgamos oportuno insistir na revisão contínua do tipo de presença, de função e de inserção dos religiosos na pastoral local de conjunto, em comunhão com todos os outros agentes de Pastoral.

A exigência de formar, cada dia melhor, os agentes de pastoral para a nossa região requer maior apoio ao nosso Instituto de Pastoral (Centro de Estudos do Comportamento Humano - CENESC) e dinamização das suas potencialidades, para colocá-las efetivamente a serviço de toda a região.

A angustiante problemática da situação de nossa população indígena impõe-nos o dever de enfrentar, em colaboração mais intensa com o Conselho Indigenista Missionário - Cimi, os desafios de uma presença corajosa ao lado destes nossos irmãos, para os quais a Igreja é forte esperança de ajuda e defesa de seus direitos.

Foi também estudado e debatido o problema pastoral e social de tantas famílias e pessoas que enfrentam situações de opressão decorrentes da ocupação injusta de terras da região. Evidencia-se, cada vez mais, a urgência de orientar e acompanhar estes nossos irmãos, para que nossa presença evangelizadora inspire a sua libertação de todo tipo de escravidão, material e espiritual.

A presença numericamente preponderante da juventude no nosso povo e as suas inesgotáveis possibilidades e energias impõe-nos o dever de inseri-la ativamente na vida da Igreja, para que assuma conscientemente nela e na sociedade seus compromissos e funções de serviço.

As exigências apontadas requerem uma dinamização de toda a pastoral regional, para a qual indicamos algumas medidas urgentes:

1- Reestruturação e dinamização do SECRETARIADO REGIONAL NORTE I, que inspire e oriente a pastoral regional.
2- Dinamização das potencialidades do CENESC.
3- Apoio à Comissão de Justiça e Paz e à Comissão Pastoral da Terra.
4- Uso mais planejado e intenso dos Meios de Comunicação Social.
5- Sensibilização do episcopado nacional, através da discussão do problema das regiões missionárias, na próxima Assembléia geral dos Bispos do Brasil.
6- Maior intercâmbio e comunicação entre Norte I e Norte II, para estudo e encaminhamento dos problemas da Amazônia.

Apresentando ao Povo de Deus, no fim do nosso encontro, este breve comunicado, saudamos os fiéis da Amazônia Ocidental. Imploramos as bênçãos de Deus para suas famílias. Suplicamos a proteção de Maria, Mãe da Igreja, para nossos serviços evangelizadores de Povo de Deus, inserido na realidade amazônica.

Em união filial com o Santo Padre, Paulo VI, e em solidariedade fraterna com o Colégio Episcopal, subscrevemo-nos.

Manaus, 19 de setembro de 1976.

+ Milton Corrêa Pereira, Presidente da Comissão Episcopal Regional Norte I; + João de Souza Lima, Arcebispo Metropolitano; + Antônio Sarto, Bispo Coadjutor de Porto Velho; + Miguel Alagna Bispo do Rio Negro; Gutemberg Freire Regis, Coari (Administrador Apostólico); + Arcangelo Cerqua, Bispo de Parintins; + Joaquim de Lange, Bispo de Tefé; + Adalberto Marzi, Bispo de Alto Solimões; + Luiz Gomes de Arruda, Bispo de Guajará-Mirim; Jorge Marskell, Itacoatiara (Administrador Apostólico); + Moacyr Grecchi, Bispo de Acre e Purus; + Miguel D'Aversa, Bispo de Humaitá; + Adriano Veigle, Bispo de Borba; + Aldo Monglano, Bispo de Roraima.

A prisão do Padre Maboni

As prisões do padre Florentino Maboni e do seminarista Hilário revelam que a atitude de diálogo nem sempre tem uma resposta adequada. Ao contrário, mostra que as autoridades, antes mesmo de certificarem-se das intenções das pessoas, preferem recorrer ao arbítrio, prendendo e ocultando quem apenas procurou denunciar fatos irregulares – o que é direito e obrigação de todo cidadão.

Esse fato, aliás, revela a prepotência que vem sendo usada contra os posseiros e suas famílias. Com certeza, as autoridades desejam provar à opinião pública e a si mesmas que os culpados pelas mortes de dois policiais são exclusivamente os posseiros. Esquecem, porém, os que querem ocultar, que os posseiros têm a seu favor o fato de terem procurado todos os órgãos oficiais que poderiam esclarecer e defender seus direitos.

Resta, no fim das contas, pela soma das informações de que dispomos, a total irresponsabilidade do INCRA, pois, ao mesmo tempo em que pede aos posseiros para "ficarem tranqüilos na área", aceita e promove a demarcação da mesma, por ser "feita por ordem da Fundação Brasil Central". Será este o modo, o caminho e a direção do INCRA para mais rapidamente resolver os problemas fundiários da Região Amazônica? Se assim for, os únicos que podem "ficar tranqüilos" são os grandes proprietários e grileiros.

O povo, principalmente os lavradores, não sabe mais a quem recorrer para defender os seus direitos. Os fatos estão levando o povo – e não só na Amazônia, mas igualmente em várias outras regiões – a um descrédito total em relação às autoridades federais e estaduais. Qual será a consequência, se os interesses dos grandes são defendidos com procedimentos ilegais e violentos?

(Pastoral da Terra, 8 de novembro de 1976)

Nota da CNBB
(Sobre o Padre Maboni)

Os jornais "A Provincia do Pará" e "Correio Braziliense", ambos da cadeia dos Diários Associados, publicam uma alegada entrevista do padre Florentino Maboni, pela qual seria confirmada a subversão de padres na Amazônia.

A esse respeito, o secretariado geral da CNBB, em comum acordo com o bispo de origem do mencionado sacerdote, D. Estanislau Kreutz, de Santo Angelo, Rio Grande do Sul, e com o arcebispo D. Alberto Ramos, de Belém do Pará, e com o presidente da Regional Norte 2 da CNBB, D. Ângelo Frosi, têm a dizer, por agora, o seguinte:

1) O estilo inverossímil das propaladas declarações e o fato de elas serem atribuídas a quem está detido há 17 dias, e praticamente incomunicável, não permitem que às mesmas se dê crédito.

2) Procedam as autoridades à rápida libertação do padre, para que ele, em condições normais, possa dar seu depoimento a quem de direito.

Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1976

Nota da Comissão Pastoral da Terra

O Padre Maboni foi submetido a torturas físicas, tendo recebido ferimentos tão graves que precisou ser medicado durante o tempo que passou preso. Sabemos que o missionário, que estava preso em São Geraldo, foi levado encapuçado, seguidas vezes, até Xambioá, na margem goiana do rio Araguaia, onde era torturado e interrogado. Em São Geraldo, ele foi obrigado a capinar ruas e, abordado por moradores que lhe perguntavam por que fazia aquele serviço, respondeu que estava sofrendo porque queria estar mais próximo do povo.

Conhecendo-se estas circunstâncias, torna-se desnecessário negar credibilidade à grosseira simulação da entrevista promovida pelo jornal "Correio Braziliense", cuja direção, obedecendo a inconfessáveis interesses econômicos, destacou um repórter policial para colaborar com os órgãos de segurança no interrogatório que seria publicado na edição de 17 de novembro.

Traumatizado pelas torturas e ameaças, o Padre Maboni, após ter sido colocado em liberdade, recusou-se a recordar os terríveis dias que passara.

Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 1976

Padre Giuseppe Fontenelle

Nacionalidade italiana, Vigário em Vila Rondon, na Prelazia de Guamá no Estado do Pará, chegou ao Brasil no ano de 1968.

Tendo recebido visto de entrada de turista, logo solicitou à Secretaria de Segurança a permanência definitiva no País, através do Serviço de Registro dos Estrangeiros. De posse de carteira provisória e declaração escrita da mesma Secretaria de Segurança, onde se afirmava a possibilidade de livre circulação no País, esteve, nesse período de 1968 a 1976, por duas vezes na Itália, entrando e saindo do Brasil sem problemas. Por várias vezes insistiu no visto definitivo de permanência, pois já entregara, naquele órgão competente, toda a documentação necessária para o deferimento do pedido. Nesta insistência, tempos atrás, foi-lhe dito que a documentação se perdera dentro das repartições da Secretaria de Segurança. No correr de 1976, deu entrada à nova documentação, e ficou aguardando resposta, sempre protelada.

No início deste mês pediu novamente uma resposta, quando então foi-lhe comunicado que deveria comparecer ao Quartel General de Belém a fim de prestar depoimentos. Foi interrogado, debaixo de forte pressão psicológica, por duas vezes. O primeiro interrogatório durou seis horas e o segundo sete horas.

Após os interrogatórios recebeu comunicação da Polícia Federal intimando-o a sair do Brasil no prazo de três dias, pois o seu pedido de permanência fora indeferido. Deveria imediatamente atender à intimação, sob pena de ser deportado. A notificação tem data de 3 de dezembro corrente. Tendo conseguido através de insistentes pedidos de pessoas amigas a dilatação do prazo para oito dias, esteve em Brasília com o seu Bispo para tentar conseguir anulação da intimação de saída. Os contatos em Brasília com o Governo Federal e a Nunciatura Apostólica foram inúteis.

Finalmente no dia 13/12/76, sempre acompanhado de um agente da Polícia Federal, foi embarcado, pela manhã, para o Rio de Janeiro, e na mesma noite seguiu para a Itália pelo vôo 738 da Varig.

(Boletim semanal da CNBB, 31 de dezembro de 1976)

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

"O POVO QUE DEVE VIVER"

Documentos assinados por: Conselho Indigenista Missionário (Cimi) – D. Máximo Biennès, Bispo de Cáceres (MT) – D. Hélio Campos, Bispo de Viana (MA) – D. Estevão Cardoso de Avellar, Bispo de Marabá (PA) - D. Pedro Casaldáliga, Bispo de São Félix (MT) – D. Tomás Balduíno, Bispo de Goiás (GO) – D. Agostinho José Sartori, Bispo de Palmas (PR) – Frei Gil Gomes Leitão, Missionário de Marabá (PA) – Pe. Antônio Iasi, Missionário de Diamantino (MT) – Frei Domingos Maia Leite, Missionário de Conceição do Araguaia (PA) – Pe. Antonio Canuto, Missionário de São Félix (MT) – Pe. Leonildo Brustolin, Missionário de Palmas (PR) – Pe. Tomás Lisboa, Missionário de Diamantino (MT) – Eugênio Rondon, chefe Bororo (MT) – Genoveva Rondon, irmã de Eugênio Rondon (MT) – Pe. Gonçalo Ochoa, da Colônia Indígena Meruri (MT) – D. Alberto Gaudêncio Ramos, Arcebispo de Belém (PA) – D. João de Souza Lima, Arcebispo de Manaus (AM) –D. Tadeu Prost, Bispo Auxiliar de Belém (PA) – D. Joaquim de Lange, Prelado de Tefé (AM) – D. Arcângelo Cerqua, Prelado de Parintins (AM) – D. Adalberto Marzi, Prelado do Alto Solimões (AM) – D. Milton Correia Pereira, Arcebispo Coadjutor de Manaus (AM) – D. Miguel D'Aversa, Prelado de Humaitá (AM) – D. José Maritano, Prelado de Macapá (AP) – D. Ângelo Rivato, Prelado de Ponta de Pedras (PA) – D. Alquílio Álvarez, Prelado de Marajó (PA) – D. Miguel Alagna, Prelado do Rio Negro (AM) – D. Ângelo Frosi, Prelado de Abaetuba (PA) – D. Antonio Sarto, Prelado Coadjutor de Porto Velho (RO) – D. Eurico Krautler, Prelado do Xingu (PA) – D. Frei Florentino Zabalza Iturri, Prelado de Lábrea (RO) – D. Servílio Conti, Prelado de Boa Vista (RR) – D. Eliseu Maria Carolli, Prelado de Guamá (PA) – D. Moacir Grecchi, Prelado do Acre e Purus (AC) – D. Luis Gomes de Arruda, Prelado de Guajará-Mirim (RO) – Pe. Daniel Nuigent, Administrador Apostólico da Prelazia de Coari (AM) – Pe. Celso Pedro da Silva, Vigário Geral da Prelazia de Itacoatiara (AM) – Frei José Batista Fernand, Prelazia de Obidos (PA) – Pe. Geraldo Paridaen, Prelazia de Cametá (PA) – Frei Juvenal Carlson, Prelazia de Santarém (PA) – Frei José Glolay, Prelazia de Borba (AM).

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

A Igreja e os índios

Linhas prioritárias de Pastoral da Amazônia – Atividades de secretariado do Conselho Indigenista Missionário – Cimi e Comissão Pastoral da Terra – Y-Juca-Pirama: o índio, aquele que deve morrer – 1ª Assembléia de Chefes Indígenas – Sobre o Estatuto do Índio – 2ª Assembléia de Chefes Indígenas – Meruri: aliança no sangue – Cimi denuncia intervenção da Funai na Assembléia dos Índios.

Linhas prioritárias de Pastoral da Amazônia

APRESENTAÇÃO

Este não é um documento novo, e sim uma explicitação e um aprofundamento de trabalhos anteriores, visando a unificar e fortalecer, em função do próximo período de atividades, o sentido da ação e da reflexão havidas até agora.

A história e a mensagem deste documento têm como ponto de partida a reunião realizada no Rio de Janeiro de 14 a 16 de julho de 1971 e na qual, pela primeira vez, os representantes do Regional Norte 1 e Norte 2 trabalharam juntos e trataram de uma ação pastoral que atingisse unitariamente toda a região amazônica.

A idéia surgida no Rio de Janeiro foi estudada e ampliada nas sucessivas reuniões preparatórias de Manaus e de Belém, realizadas durante o mesmo ano, de 9 a 13 de agosto e de 6 a 8 de novembro, respectivamente. Nestes dois encontros fez-se um levantamento dos problemas da evangelização na região amazônica e chegou-se a falar num plano inter-regional de pastoral a ser traçado em breve.

Esta decisão levou a um passo definitivo: o Primeiro Encontro Inter-regional de Pastoral da Amazônia. Após ter enviado às Igrejas locais os resultados das próprias reflexões e ter recebido das mesmas sugestões e pareceres, os representantes de toda a região, reunidos em Santarém entre 24 e 30 de maio de 1972, redigiram o primeiro documento de pastoral inter-regional conhecido sob o nome de "Linhas Prioritárias da Pastoral da Amazônia".

Este primeiro documento oficial serviu de base para a ação que, durante o período 1972-74, desenvolveu-se nas arquidioceses e prelazias de toda a região, e, com o mesmo título, reaparece aqui enriquecido pela experiência e pelas reflexões que os representantes dos dois regionais, reunidos novamente em Manaus em maio do corrente ano, puderam examinar e avaliar em conjunto.

Os esclarecimentos e os acréscimos incluídos na atual redação – veja-se, por exemplo, o aparecimento de uma quinta linha prioritária relativa à pastoral da juventude – não pretendem ser uma novidade, mas somente uma evolução lógica e realista das conclusões alcançadas anteriormente.

C.3 – PASTORAL INDÍGENA

C.3.1. – Objetivo

C.3.1.1 – Tornar-se presente na irreversível integração do indígena à vida nacional, para que ela se processe à luz dos princípios cristãos de justiça e de respeito à dignidade e à liberdade.

C.3.1.2 – Aprofundar o conhecimento da realidade indígena, para a busca e a aplicação dos meios adequados às finalidades acima.

C.3.2. – Justificativa

C.3.2.1 – Com sua presença constante no meio deles, a Igreja tem sido a que mais se dedicou ao índio, até hoje.

C.3.2.2 – O acelerado processo desenvolvimentista dos últimos tempos criou, em muitos casos, conflitos de competências que geraram dificuldades para a continuação livre da atuação da Igreja em prol dos indígenas.

C.3.2.3 – Respeitando as exigências e orientações justas da pública administração, assim como a liberdade e o patrimônio cultural dos silvícolas, a Igreja reafirma seu direito e dever de continuar a prestar-lhes um serviço de promoção humana e cristã, em colaboração e diálogo com todas as outras entidades que perseguem sinceramente os mesmos objetivos.

C.3.3 – Normas Indicativas

C.3.3.1 – Todas as prelazias, como Igreja local, se reconhecem as primeiras e diretas responsáveis pela pastoral indígena.

C.3.3.2 – As prelazias se comprometem a realizar um levantamento da situação concreta dos indígenas dentro do território de cada uma delas: números, terras, situação sócio-econômica, etc., colocando este levantamento a disposição do Cimi.

C.3.3.3 – As prelazias procurarão liberar agentes (voluntários) para a pastoral indígena, em entendimento com o Cimi.

C.3.3.4 – O Conselho Indigenista Missionário (Cimi), como órgão coordenador e assessor orientará os trabalhos e promoverá os meios práticos para a atuação da pastoral indígena.

C.3.3.5 – Seja elaborado quanto antes o Direito Indigenista, a ser aprovado por ambas as partes, com a especificação de competências e atribuições na atuação da pastoral indígena.

C.3.3.6 – As prelazias, tendo ou não elas mesmas condições de realizar a pastoral indígena, apoiarão o Cimi, servindo-se de sua assessoria e ajuda.

C.3.3.7 – As prelazias isoladamente ou em grupos, marcarão datas e locais para organizar cursos de especificação na pastoral indígena, para padres e outros agentes, servindo-se de docentes fornecidos pelo Cimi.

C.3.3.8 – De acordo com os prelados do lugar, o Cimi procurará:

a) organizar a pastoral indígena em âmbito regional e nacional, promovendo a formação de comissões inter-regionais presididas por prelados

b) promover cursos de antropologia e linguística

c) entrar em convênio para planejamento e cooperação com institutos de outras entidades ou profissões religiosas, que tenham finalidade e objetivos comuns

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

d) formar equipes de agentes de pastoral que atuem junto aos pequenos grupos de índios, onde não for possível instalar uma missão

e) prestar, quando necessária, assessoria técnica para defesa do patrimônio dos silvícolas, principalmente do direito permanente à terra

C.4. – ESTRADAS E OUTRAS FRENTES PIONEIRAS

C.4.1 – Objetivo

C.4.1.1 – Ser uma presença de Igreja, junto aos anseios de todos os que se defrontam com problemas pastorais e sociais, decorrentes do processo de integração nacional da região amazônica.

C.4.2. – Justificativa

C.4.2.1 – A Igreja não pode alhear-se à situação de tantos irmãos que, nesta fase de mudanças aceleradas da região amazônica, enfrentam esta realidade:

a) mau acabamento das estradas, deixando casas e núcleos isolados, o que dificulta a educação, a troca de produtos dos colonos, assistência técnica, médica, etc

b) falta de cumprimento das promessas feitas aos colonos (casas, escolas, assistência médica, técnica, financeira, etc)

c) cessão de grandes posses de terras a firmas, com conseqüente expulsão dos pequenos lavradores e extrativistas que há tempo as trabalhavam

d) desumanidade de empreiteiros, aliciando trabalhadores e deixando-os depois abandonados à sua própria sorte

e) aumento vertiginoso da prostituição, devido à presença de trabalhadores separados das famílias e à procura de diversão

f) choque de culturas dos imigrantes de variadas procedências, ocasionando divisões e desentendimentos.

C.4.3. - Normas Indicativas

C.4.3.1 – Entre os colonos que chegam, descubram-se os de boa formação religiosa e liderança, encaminhando-os e engajando-os no trabalho pastoral.

C.4.3.2 – Oriente-se o trabalho pastoral ao longo das estradas para os objetivos e as normas indicativas na pastoral de formação de Comunidades de Base.

C.4.3.3 – Coordene-se o recrutamento dos agentes de pastoral, promovendo uma adequada distribuição dos mesmos.

C.4.3.4 – Promova-se o conhecimento da situação e a solidariedade com os novos colonos, através de iniciativas, como o programa Igrejas-Irmãs, etc.

C.4.3.5 – Orientem-se os líderes das comunidades para que promovam e defendam os direitos de seus membros.

C.4.3.6 – Promova-se a busca e formação de agentes de pastoral especializados para os contingentes militares que vão se instalando na Amazônia.

Manaus, 22.05.74 - Alberto Gaudêncio Ramos, Arcebispo de Belém; João de Souza Lima, Arcebispo de Manaus; Milton Corrêa Pereira, Arcebispo Coadjutor de Manaus; Tadeu Prost, Bispo Auxiliar de Belém; Joaquim de Lange, Prelado de Tefé; Arcângelo Cerqua, Prelado de Parintins; Adalberto Marzi, Prelado do Alto Solimões; Miguel D' Aversa, Prelado de Humaitá; José Maritano, Prelado de Macapá; Ângelo Rivato, Prelado de Ponta de Pedras; Alquílio Alvarez, Prelado de Marajó; Miguel Alagna, Prelado do Rio Negro; Ângelo Frosi, Prelado de Abaetetuba; Antônio Sarto, Prelado Coadjutor de Porto Velho; Eurico Krautler, Prelado do Xingu; Estevão Cardoso Avelar, Prelado de Marabá; Florentino Zabalza, Prelado de Lábrea; Servílio Conti, Prelado de Boa Vista; Eliseu Carolli; Prelado de Guamá; Moacir Grecchi, Prelado do Acre e Purus; Luis Gomes de Arruda, Prelado de Guajará-Mirim; Pe. Daniel Nugent, Administrador Apostólico da Prelazia de Coari; Pe. Celso Pedro da Silva, Vigário Geral da Prelazia de Itacoatiara; Frei José Batista Fernand, Prelazia de Óbidos; Pe. Geraldo Paridaen, Prelazia de Cametá; Frei Juvenal Carlson, Prelazia de Santarem; Frei José Glolay, Prelazia de Borba.

DECLARAÇÃO ENTREGUE A IMPRENSA

Os Bispos do Amazonas, Pará, Acre, Amapá, Rondônia e Roraima, reunidos com seus colaboradores, partindo da avaliação das atividades pastorais dos últimos dois anos, procuraram, à luz das experiências positivas e negativas das suas atuações, dentro das linhas prioritárias apontadas no Encontro de Santarém, reformular seu planejamento pastoral, para uma evangelização mais eficaz.

Reconhecemos que para esta evangelização é indispensável uma encarnação constante na realidade, que nem sempre os agentes de pastoral conseguem alcançar.

Nossa evangelização, apesar da boa vontade, nem sempre se revela libertadora. Influem nisto as citadas dificuldades e outros fatores que dependem da realidade em que devemos encarnar-nos.

A Igreja na Amazônia tem consciência que não pode nem deve alhear-se à situação do povo, nesta fase de mutações aceleradas que apresenta, como características principais, situações de angústia e desequilíbrios, que se constituem em verdadeiras injustiças.

Entre estas, citamos algumas que nos parecem mais graves: o aumento exagerado e incontrolado do custo de vida, em manifesto contraste com a penúria dos salários percebidos pelos que vivem na Amazônia Brasileira.

A falta de recursos do povo é agravada pela situação precária da assistência às populações, especialmente interioranas, ou espalhadas ao longo de novas estradas, em condições de impraticabilidade.

A cessão de grandes posses de terras a empresas, com conseqüente expulsão ou retirada do povo que há muito as trabalhava. Pequenos lavradores e extrativistas encontraram-se repentinamente sem amparo. Este fato é agravado pela falta de indenizações ou de cumprimento de promessas aos colonos, relativamente a casas, escolas, assistência médica, técnica, financeira, etc.

Acrescenta-se a desumanidade de empreiteiros e intermediários, que aliciam os trabalhadores e os deixam, depois, abandonados à sua própria sorte.

O aumento vertiginoso da prostituição e delinqüência, devido à miséria reinante e à presença de numerosos trabalhadores separados de suas famílias.

A falta de legalização de títulos de terras, ocupadas há vários anos, por agricultores que, se mais não produzem, é pela ausência ou deficiência de assistência e orientação adequada, dos poderes competentes.

A verificação destas situações, longe de se constituir em estéril denúncia, é para nós ocasião para conclamarmos à união, todas as forças construtoras do bem, empenhadas na integração da Amazônia, fazendo votos que encontremos juntos e busquemos soluções adequadas para estes problemas.

Para que nós, pastores da Igreja, em comunhão com nosso povo, possamos assumir nossa parte de responsabilidade na libertação de todas as escravidões que nos oprimem, reformulamos as linhas prioritárias de nosso plano de pastoral, adequando-se às exigências que a experiência de dois anos nos indicou.

Reforçamos e aperfeiçoamos, nas novas diretrizes, as orientações para uma evangelização cada vez mais encarnada, com agentes de pastoral que estejam devidamente preparados e capacitados para o crescimento cada dia maior das comunidades cristãs de base.

Ao lado dos urgentes problemas de pastoral indígena e de frentes pioneiras e estradas, achamos por bem apontar em regime de prioridade a pastoral da juventude, da qual depende o futuro de nossa região.

Confiamos ao nosso povo nossas considerações, nossos votos, nossas orientações, certos de que acolherá com generosidade e compreensão nosso novo plano, convictos de que a redenção de Cristo só chegará a todos os homens quando os cristãos, em comunhão com seus pastores, envidarem todos os esforços para se inserirem na realidade em que vivem, transformando-a com uma evangelização libertadora.

Manaus, 22 de maio de 1974.

DOM ALBERTO GAUDÊNCIO RAMOS
pela Assembléia Inter-Regional de Pastoral da Amazônia

Atividades do secretariado do Conselho Indigenista Missionário

1 - **Breve histórico do Cimi:** *A preocupação em se organizar a Pastoral Indigenista é anterior ao Cimi. Na reunião de missionários, em Morumbi-SP, no ano de 1968, a preocupação já estava presente. Pensou-se na época num prelado de caráter exclusivo para os índios, uma vez que os já existentes estavam por demais absorvidos com os sertanejos e população envolvente. Mas logo foi visto, que essa era uma idéia inviável. Os Encontros sobre Pastoral Indigenista sucediam-se de ano em ano, desde 1968, sempre reunindo as mesmas pessoas, formando uma espécie de cúpula, sem convocação das bases para a procura de um verdadeiro crescimento. Com a criação do Cimi, em abril de 1972, a problemática indígena aflorou à consciência de todos, sobretudo desde que se organizou o Secretariado Executivo, que se propôs a desenvolver um trabalho em intercâmbio direto com as bases, trazendo os problemas surgidos à consciência nacional e da CNBB.*

ATIVIDADES DO SECRETARIADO DO Cimi (30/6/73 a 30/6/75) - Criado no dia 30 de junho de 1973, o Secretariado do Cimi procurou inicialmente ter um contato com a realidade indígena nacional, para que através do conhecimento dela pudesse fazer uma programação sucessiva de atividades.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

O 2º semestre de 1973 foi dedicado às visitas às Prelazias e Dioceses com índios, reuniões ocasionais com missionários e também com pessoas do órgão oficial de proteção aos índios, Funai.

Em novembro de 1973, por ocasião do II Seminário Funai - Missões e do V Encontro de Estudos sobre Pastoral Indigenista, em Brasília, Cimi também se reuniu em Brasília e aprovou a formação de uma equipe para conduzir as atividades do seu Secretariado Executivo. Assim o Secretariado se constituiu de 4 pessoas que formariam a Equipe Volante, dois que responderiam pela sede e de um que daria assessoria às Missões nos assuntos de terra.

Com base nos dados coletados nas viagens acima mencionadas, a equipe do Secretariado Executivo reuniu-se no início de 1974, em Diamantino-MT, para planejamento das atividades. O planejamento foi aprovado pelos conselheiros do Cimi que se reuniram em Brasília, no dia 24 de fevereiro de 1974.

O plano inicial constou de quatro etapas principais:

I - LEVANTAMENTO DA REALIDADE E CONTATOS: presença nas Prelazias e Dioceses.

A Equipe Volante do Cimi visitou, de março de 74 a junho de 75, setenta e oito Prelazias e Dioceses brasileiras com vistas a um conhecimento e encaminhamento das atividades junto às populações indígenas. Das 78 visitadas, 55 têm comunidades indígenas em seus territórios e seus bispos, padres, irmãs e leigos já engajados na Pastoral Indigenista, foram convidados a participarem dos Encontros de Estudos que se realizaram por região.

A realidade indígena assim levantada, apresentou situações que exigiram imediata e enérgica posição dos missionários. Assim o Cimi denunciou neste período, pela imprensa, injustiças de que eram vítimas os Irantxe, o grupo Munku, os Pareci, os Bororo, os Xavantes, os Waimiri-Atroai, os Pakaa-Nova, os Tapirapé, os Suruí de Rondônia e os do sul do Pará, os Cinta-larga, os Tikuna, os Kayabi, os Apiaká, os Rikbaktsa, os Kaigangs, os Guarani, os Xerente e manifestou-se contra as invasões das terras do Parque Nacional do Xingu e das terras dos índios do Território Federal de Roraima. Colaborou ainda na elaboração de um documento que retrata mais amplamente a situação de injustiça que pesa hoje sobre o índio brasileiro, o "Y-Juca-Pirama".

O Cimi possui um Boletim Informativo mensal, elaborado pela equipe responsável da sede do Secretariado em Brasília. A mesma envia também periodicamente aos missionários outros trabalhos mimeografados, que colaboram na atualização da Pastoral Indigenista. Mantém ainda, por correspondência, contatos freqüentes com os missionários dos mais diversos recantos do País, bem como com outras pessoas ou entidades empenhadas na causa indigenista. Hoje não passa um dia em que não chegue ao Secretariado diversas cartas, manifestando, assim, o interesse e esperança depositados pelos missionários no Cimi.

Palestras focalizando a problemática indígena foram realizadas por membros do Cimi, ou do Secretariado em diversas cidades do País: Porto Alegre, Londrina, Ponta Grossa, São Paulo, Rio de Janeiro, Campinas, Belo Horizonte, Brasília e no Estado do Ceará, como também uma série de palestras a cerca de Pastoral Indigenista para as Irmãs de São José como preparação para assumirem trabalho na Ilha do Bananal.

O Cimi manteve ainda constantes contatos com a Funai (Fundação Nacional do Índio), encaminhando processos variados em prol da causa indígena e conseguindo a nomeação de uma religiosa para o Hospital do Índio na Ilha do Bananal.

Tomou posição contra o Veto Presidencial ao direito das Missões religiosas de prestarem assistência aos índios.

Participou ativamente no II e III Seminários Funai - Missões Religiosas (Brasília, novembro / 73 e Manaus, abril / 75).

O Cimi é a voz oficiosa da CNBB para assuntos indígenas, recebendo da mesma todo apoio moral. Por sua parte o Cimi mantém estreita ligação com a CNBB, participando particularmente de reuniões dos Regionais da CNBB que abrangem áreas indígenas. Assim, participou das Assembléias dos Regionais: NORTE I (AM, RR, RO e AC), EXTREMO OESTE (MT) e inter-regionais: NORTE I e NORTE II (Santarém, 1972 e Manaus, 1974).

Um dos problemas grandes da Pastoral Indigenista hoje é a falta de pessoal preparado para levar avante as novas linhas que se impõem face ao Concílio Vaticano II e aos documentos de Medellin, Melgar etc. Com vistas a uma progressiva superação deste impasse, o Cimi estabeleceu contatos com órgãos de treinamento de missionários leigos, sobretudo a Opan (Operação Anchieta), OED (Oesterreichischer Entwicklungsherdiensts), TVC (Tecnici Voluntari Cristiani) e de religiosos: COM (Centro de Orientação Missionária/de Caxias do Sul).

Colabora com estas organizações, tanto na formação de pessoal como no acompanhamento de seus projetos (avaliação, replanejamento, etc.). Integra igualmente o GIOM (Grupo de Integração de Organismos Missionários), que é a reunião de diversos organismos missionários que se entre-ajudam no planejamento, execução e revisão dos seus trabalhos.

O Secretariado do Cimi participa ainda de um Projeto Latino-Americano de levantamento e programação de atividades missionárias junto aos indígenas, promovido pela Unelam (União Evangélica Latino-Americana) em colaboração com Celam (Conferência Episcopal Latino-americana).

O Cimi colaborou ainda com a Funai, fornecendo relatórios detalhados sobre áreas indígenas, que exigiram uma atenção toda especial do órgão oficial de Proteção. Assim, o Secretariado forneceu relatórios pormenorizados sobre os índios do Sul do Brasil, sobre a situação dos índios no Alto Solimões, no Acre e norte do Mato Grosso. Nesses relatórios, o pessoal do Cimi não se limitou aos índios das áreas de atuação das Missões, mas fornecia também um retrato da situação dos postos da Funai, autorizado como estava a visitar aquelas áreas. Mais dois relatórios - um sobre os índios da região do Parque Aripuanã e outro sobre os índios de Roraima - estavam esperando, prontos, para serem entregues ao órgão oficial de proteção, quando veio ordem do Presidente da Fundação revogando as autorizações concedidas para entrada nas áreas indígenas da competência da mesma Fundação.

II - Assessoria às Missões para ASSUNTOS DE TERRAS DOS ÍNDIOS - Outra grande colaboração que o Cimi prestou à Funai foi no assunto TERRAS, pois, de acordo com o Art. 2º do Estatuto do Índio, é dever da Funai garantir aos índios a posse... de suas terras. O Pe. Antonio Iasi, assessor do Cimi, para assuntos de terras indígenas, dirigiu-se às áreas dos Tapirapé, Bororo, Pareci, Munku (em Mato Grosso); dos Tikuna (no Alto Solimões); Acurinã (Amazonas); Yanoama, Macuxi e Wapxana (em Roraima); Yanina'wa e Manchineri (no Acre). Discutiu com índios e missionários os limites de reserva, encaminhando em seguida projeto de reserva à Funai.

III - REUNIÕES DO Cimi E ENCONTROS DE PASTORAL INDIGENISTA - A - **Reuniões do Cimi** - de 30 de junho de 1973, data da fundação do Secretariado, até 24 de junho de 1975, o Cimi reuniu-se dez vezes para debater os assuntos de interesse dos missionários, dos índios e do próprio órgão. B - **Encontros de Pastoral Indigenista** - sendo as distâncias uma grande dificuldade quando se trata de reunir os missionários, procurou-se reuní-los por regiões. Os encontros foram planejados com bastante antecedência e os missionários receberam convites pessoais e/ ou por cartas. Depois de uma preparação, que vinha acontecendo desde março de 1974, os Encontros de Estudos de Pastoral Indigenista começaram a acontecer em agosto/74. Foram realizados sete Encontros, cobrindo todo o País. Participaram já desses encontros 185 pessoas. Em todos eles, foram levantadas a realidade indígena local, regional e nacional e feita uma análise dessa realidade em busca das causas e dos critérios para o encaminhamento de uma Pastoral Indigenista mais realista. Nesses encontros foram também encaminhadas propostas concretas para uma melhor estruturação da P.I., uma maior vinculação dos missionários - de uma mesma área e de uma área com outra, inclusive em âmbito nacional, e, até, continental - uma elaboração de diretrizes para a solução dos problemas indígenas e para a formação dos agentes de Pastoral Indigenista. (Ver Resumo dos Encontros Regionais, em folhas à parte).

IV - ASSEMBLÉIAS DE CHEFES INDÍGENAS - No programa do Cimi consta igualmente a realização de uma série de Assembléias Regionais de Chefes Indígenas. A primeira realizou-se em Diamantino-MT, com ótima participação das lideranças indígenas (17 presentes, representando 9 tribos diferentes) e teve repercussões imprevisíveis. Os primeiros resultados positivos da realização dessa Assembléia puderam

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

ser observados na própria região, na tribo dos Pareci. Os Pareci já fizeram entre eles mesmos várias reuniões, onde discutiram problemas referentes à auto defesa e promoção de seu povo. Os Bororo e Xavante vêm realizando também dessas reuniões. Isso mostra que os próprios índios estão assumindo a sua causa. Outra conseqüência foi a participação de um representante dessa área (Daniel Mateño, Pareci) como único brasileiro no Parlamento Índio do Cone Sul, realizado em São Bernardino--Paraguay. Daniel Mateño foi também convidado pela National Indian Brotherbrood do Canadá, para participar de um encontro semelhante a ser realizado no mês de setembro próximo nesse país.

A segunda Assembléia de chefes indígenas aconteceu em maio/75, na Missão-Cururu, Alto Tapajós, Pará. Desta vez se reuniram 33 chefes, representando 13 tribos do Pará, Amapá, norte de Mato Grosso e norte de Goiás.

Tanto na primeira como na segunda assembléia, as lideranças indígenas manifestaram o firme desejo de promover entre seu povo o cultivo de seus valores culturais e defender o que ainda resta de suas terras.

Brasília, 18 de junho de 1975.

Cimi e Comissão Pastoral da Terra

A missão evangelizadora impõe à Igreja o dever de se preocupar com a situação dos índios, de estar ao seu lado no processo de libertação das escravidões que os oprimem.

Em seu esforço de defender os mais pobres e desvalidos, a Igreja deve ajudar as comunidades indígenas a libertar-se das situações de afronta e desrespeito de seus direitos fundamentais, em relação à vida, aos meios de subsistência, à propriedade de suas terras, à sua cultura.

Consciente de que a evangelização tem por objetivo salvar o homem todo, onde isto for necessário, a Igreja deve rever seus métodos de atividade missionária entre os índios.

Não se trata apenas de salvar almas. Não se trata de conquistar adeptos para esta ou aquela comunidade eclesial. Trata-se de salvar o Homem, a Pessoa Humana, em Cristo.

O contato indiscriminado dos indígenas com a sociedade de consumo leva-os facilmente a tornar-se escravos dos aspectos mais negativos da mesma (álcool, prostituição), etc e os expõe a graves perigos:

a. a falta de defesa biológica torna-os vítimas de doenças que dizimam;
b. a falta de meios de competição relega-os muitas vezes na estrutura social nacional à condições de vida indigna de seres humanos.

A situação dos indígenas requer uma corajosa atividade de evangelização, que tenha em consideração:

a. o respeito aos direitos do índio, em especial o direito ao "habitat" natural exigido pelas leis ecológicas e sócio-econômicas de sua cultura;
b. o direito da autodeterminação quanto ao tipo e aos estágios de integração na sociedade nacional.

Estas exigências aparecem mais agudas na hora atual:

a. o momento histórico vivido pelo Brasil com a "política de integração territorial" exige urgentes medidas de defesa do índio;
b. a tomada de consciência dos indígenas, liderados por seus chefes, e a esperança que eles depositam na Igreja comprometem-se nesta atuação.

Estas situações, que motivaram a Constituição do Cimi, demonstram a sua necessidade, como instrumento auxiliar à Pastoral indígena.

Os resultados até agora conseguidos, graças à atuação do Cimi, demonstram a sua validade e utilidade;

a. possibilitou uma reflexão que aprofunda e ilumina a responsabilidade da Igreja para com os índios;
b. proporcionou um benéfico questionamento dos métodos missionários na área indígena;
c. articulou e orientou os esforços missionários nesta área, dando-lhes maior eficácia;
d. ofereceu à causa dos índios um serviço social e jurídico, na defesa de seus direitos;
e. orientou com os critérios renovados da evangelização a atividade religiosa dos missionários, ao mesmo tempo que evitou a intromissão indébita na pastoral indígena das igrejas locais.

Estas constatações justificam a existência do Cimi como órgão ligado à CNBB.

À articulação do Cimi com a CNBB conste em seus estatutos que estebeleçam os seguintes pontos:

a. Vinculação à CNBB através da Linha de Evangelização da CEP, cujo bispo responsável seja membro da diretoria do Cimi;
b. Atuação por "regiões", em harmonia com os planos de pastoral regionais ou diocesanos;
c. Integração no plano de Pastoral de Conjunto, e articulação com a Comissão de Justiça e Paz e Comissão Pastoral da Terra.

A CNBB reconheça a atuação do Cimi e lhe dê apoio em suas iniciativas.

Por sua vez, o Cimi, tendo em vista que quando faz declarações é considerado pela opinião pública como "voz da CNBB" não perca de vista este fator no conteúdo e na forma de seus pronunciamentos.

CNBB, Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1976 (data de arquivamento do documento)

Y - Juca - Pirama: O índio, aquele que deve morrer

No vigésimo-quinto aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos desafiados pela nossa consciência e pela nossa missão e pelo choque da realidade que nos envolve entregamos à consciência nacional e em particular a quantos comungam conosco a mesma esperança este manifesto de urgência sobre a dramática condição dos povos indígenas do Brasil 25 de Dezembro de 1973 - NATAL DE JESUS - NATAL DO HOMEM

DOCUMENTO DE URGÊNCIA ASSINADO PELOS BISPOS E MISSIONÁRIOS:

Dom Máximo Biennès - Bispo de Cáceres – MT - Dom Hélio Campos - Bispo de Viana – MA - Dom Estevão Cardoso de Avellar - Bispo de Marabá - PA - Dom Pedro Casaldáliga - Bispo de São Félix – MT - Dom Tomás Balduíno - Bispo de Goiás – GO - Dom Agostinho José Sartori - Bispo de Palmas – PR - Frei Gil Gomes Leitão, - Missionário de Marabá – PA - Pe. Antonio Iasi - Missionário de Diamantino – MT - Frei Domingos Maia Leite - Missionário de Conceição do Araguaia – PA - Pe. Antonio Canuto - Missionário de São Félix – MT - Pe. Leonildo Brustolin - Missionário de Palmas – PR - Pe. Tomás Lisboa - Missionário de Diamantino – MT.

1 — SITUAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

Os Bispos da região Extremo Oeste declararam a 12-11-1971: "Assistimos em todo o País à invasão e gradativo esbulho das terras dos índios. Praticamente não são reconhecidos os seus direitos humanos, o que os leva paulatinamente à morte cultural e também biológica, como já sucedeu a muitas tribos brasileiras" (1).

O documento firmado por 80 homens de ciência em Curitiba dizia: "Os que assinam o presente, ligados ao problema do índio por razões de atividade profissional ou por vinculação de sentido puramente humanístico, sentem-se no dever de dirigir-se, de público, às autoridades do País e à própria consciência nacional, com o propósito de despertar o interesse e a atenção para as ameaças que se renovam contra os direitos mais elementares das populações indígenas brasileiras" (2).

Para avaliar o alcance da afirmação dos Bispos e dos cientistas acima citados e para verificar que não há apenas ameaças mas reais violações dos direitos das populações indígenas, apresentamos algumas notícias publicadas em jornais e revistas somente nos últimos dois anos, a partir do início da construção das estradas na Amazônia.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

"Respondendo às críticas dos irmãos Villas Boas à construção da BR-80, disse o presidente da Funai, General Bandeira de Mello que a estrada não vai criar problema para os índios" (3).

Não criar problemas para os índios significa não violar o seu direito à terra, não levar a eles a morte pelas enfermidades e pelos conflitos violentos, não os dispersar, não destruir enfim sua cultura.

Entretanto um antropólogo, assessor do próprio presidente da Funai, afirmou: "Todos sabem que uma estrada, cortando reservas indígenas, é um veículo que traz enormes *problemas* para os índios e conseqüentemente para a Funai (4). Referindo-se à BR-80 assim falou o sertanista Orlando Villas Boas: "Não tem levado para a região senão cachaça, prostituição, aventureiros e depredadores da natureza" (5).

No princípio deste ano, os jornais noticiavam: "Os três funcionários da Funai do subposto de Alalau (Roraima) foram assassinados por vingança pelos índios Waimiris-Atroaris que, em junho de 1972, haviam sido desrespeitados por mateiros contratados para apoiar os trabalhadores da estrada Manaus-Caracaraí" (6).

A mesma coisa poderá acontecer em outras áreas, como afirmou o Professor Eduardo Galvão do Museu Goeldi de Belém, ao prever "choques entre as populações indígenas e o elemento colonizador na rodovia perimetral Norte" (7).

Nessa perimetral, além das mortes violentas, há ainda, como em todos os casos do contato dos índios com as frentes de penetração, a morte causada pelas enfermidades: "14 índios Waimiri-Atroari, vítimas da gripe fog" (8).

A respeito da situação dos índios de Roraima, dizia um jornal de Manaus: "O índio foi e continua sendo sempre a vítima indefesa. Suas terras são invadidas, suas reservas roubadas, suas mulheres ultrajadas. A polícia de Boa Vista sabe disso... A Funai também o sabe...; só nós não sabemos porque o índio deve continuar a ser exterminado sob o olhar tutelar da Funai..." (9).

A BR-80 que dividiu a tribo Tukarramãe provocou toda uma reação em cadeia. "Como conseqüência daquela reação em cadeia, outros problemas virão e, quando forem constatados, muitos índios já terão morrido" (10). Isto, infelizmente, já está acontecendo: "4 mortos, 20 doentes em perigo de vida e 70 internados são o resultado do surto de sarampo que atingiu os índios Tukarramãe, numa das mais graves crises de doenças do Parque Nacional do Xingu, agora cortado pela BR-80" (11).

Essa calamidade, porém, se justifica dentro da visão do sistema "pois o Parque Nacional do Xingu não pode impedir o progresso do País", como afirmou o presidente da Funai, General Bandeira de Mello (12). A resposta a isto já foi dada antecipadamente pelo poeta: "... chame-lhe progresso quem do extermínio secular se ufana; eu, modesto cantor do povo extinto, chorarei nos vastíssimos sepulcros que vão do mar aos Andes e do Prata ao largo e doce mar das Amazonas" (13).

Tal violação dos direitos dos índios não constitui problema para a Funai que, na opinião do Deputado Jeronimo Santana, "perdeu o sentido da mensagem do Marechal Rondon – morrer se preciso for, matar nunca – e hoje em dia, para defender seus interesses, o que o órgão leva menos em conta é o próprio índio" (14).

A linguagem do General Bandeira de Mello parece menos a do presidente do órgão criado para defender os direitos dos índios, que o eco das palavras dos latifundiários da Amazônia: "Referindo-se às diretrizes da Funai para 1972, voltou a ressaltar que o índio não pode deter o desenvolvimento" (15).

A simples construção de uma estrada em área indígena constitui uma violação do direito que os índios têm sobre suas terras. No dizer de quem é autoridade no assunto, Gonzalo Rúbio, Diretor do Instituto Indigenista Interamericano. "À ação dos aventureiros e exploradores de ontem, contra os indígenas, se somam hoje os elementos novos, as *estradas* e as forças *progresso* – os quais, mesmo sem intenção de produzir danos, atrapalham inegavelmente a vida dos grupos que ainda restam" (16). Tal assertiva encontra eloqüente comprovação no que disse o engenheiro Cláudio Pontes, da Empresa Industrial e Técnica, uma das que vão construir a Perimetral Norte: "Em momento algum o trabalho será interrompido, mesmo que surjam problemas com índios" (17).

Os conflitos surgem inevitavelmente: "Trabalhadores e engenheiros da COTERRA – Companhia de terraplenagem que constrói a BR–80 - foram recebidos à bala, quando tentaram se aproximar da aldeia dos índios Tukarramãe..." (18).

"Um ultimato, um furto e um tiroteio, com a agravante da tensão na área, provaram, há duas semanas, que os índios do Xingu não aceitam ainda a estrada" (19).

Resumindo: "A Transamazônica e outras estradas em construção no Norte do País estão formando o cerco em volta de 80 mil índios brasileiros, condenando-os à extinção" (20).

Aliás a Amazônia é tida como terra de ninguém e o triste exemplo de desrespeito aos direitos de seus legítimos ocupantes lamentavelmente vem de cima: "Quando se quer fazer alguma coisa na Amazônia, não se deve pedir licença: faz-se", afirma o Coronel Carlos Aloísio Weber (21).

Que outros órgãos do governo, responsáveis pelos bens materiais da Amazônia, sejam omissos, já é intolerável pois constitui, na expressão do General Olímpio Mourão Filho: "um absurdo o que se faz atualmente na Amazônia. Acabaremos transformando a selva num deserto" (22) Ultrapassa, portanto, o absurdo que o órgão nato para a defesa dos direitos dos índios seja "o grande ausente nos sertões amazônicos", como teve oportunidade de confirmar, em sua segunda viagem ao Norte, o General Frederico Rondon (23).

A imagem que temos da Amazônia, essa vastidão plena de mistérios e de desafios, que oferece tanto espaço para o mito da "conquista" pode facilmente atenuar ou encobrir a responsabilidade da Funai. Se, porém, passarmos para o extremo Sul do País, encontramos melancólicos depoimentos como este de Carlos de Araujo Moreira Neto: "Em relação ao problema que vem sendo especificamente discutido, isto é, a situação atual dos índios Kaingang do Rio Grande do Sul, principalmente no que se refere às sucessivas invasões de Nonoai por intrusos, a posição da Funai e de outros setores oficiais interessados, é caracteristicamente cautelosa e dilatória o que leva ao fortalecimento do "status - quo". Neste sentido não há diferença entre a ação da Funai e a do SPI, ambos incapazes de uma modificação significativa no sistema geral de expoliação e aviltamento a que esteve (e está) submetido" (24).

Ainda a propósito dos índios do Sul, podemos citar a opinião de outro antropólogo, o Professor Sílvio Coelho dos Santos, diretor do Museu de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina: "... conheço a situação dos índios nos Estados de Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, pois desenvolvi extenso projeto de pesquisa nessa área. A situação não é boa em nenhum dos postos que conhecemos, mas é sempre pior quando os indígenas estão em contato com os brancos" (25).

"Bêbados, maltrapilhos e famintos, escondidos no mato ou vagando pelas estradas a esmolar, os poucos milhares de índios das reservas do Rio Grande do Sul, passam quase ignorados durante os últimos meses de farto noticiário acerca de seus irmãos de raça". (26).

"O engenheiro Moisés Westphalen, professor universitário e grande estudioso do problema indígena, afirmou: "O governo gaúcho sempre participou da expoliação da terra dos índios e a Funai é uma morta-viva. O que estão fazendo com os índios no Rio Grande do Sul é um genocídio, porque eles não podem viver sem terra" (27).

Seguindo o roteiro da miséria e da fome do índio brasileiro, encontramo-los também em S. Paulo onde "passam o dia medigando, dormindo sob as pontes e bebendo a cachaça que podem comprar ou que os moradores de outros barracos lhes oferecem. Vestem-se de farrapos e perambulam pelos bairros próximos de Santo Amaro (28).

No Mato Grosso os Xavantes estão "em pé de guerra e dispostos a reagir a qualquer invasão de suas reservas" (29). Os Tapirapés foram recentemente "ameaçados de ser retirados de suas terras pela Funai" que desejava "transferi-los para a Ilha do Bananal cedendo às pressões da Companhia Colonizadora Tapiraguai (30).

"Os índios Galera e Sararé do grupo Nhambiquara, que a Funai está transferindo para uma reserva indígena, encontram-se em estado de saúde tão precário que, há poucos meses, um surto de gripe, decorrente do contato com os brancos dizimou toda a população tribal na faixa dos 15 anos" (31). A transferência dos índios Nambikuara se prende à necessidade de ceder suas terras a poderosos grupos econômicos.

Notícias provenientes de Cuiabá dão conta de que os Kaiabi foram solicitar armas à Funai "para enfrentar alguns fazendeiros da localidades de Porto dos Gaúchos que continuam invadindo suas terras (32).

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

Em Goiás informa-se que "250 índios Xerentes tentam assumir o controle do município de Tocatinias, tendo já saqueado algumas fazendas. Os índios reclamam a propriedade das terras em que vivem" (33).

A respeito dos índios Karajá da Ilha do Bananal, Estado de Goiás, lemos depoimentos como este: "Vejam: os civilizados construíram aqui os seus hotéis para assistir a decadência de outra civilização. É uma barbárie". A barbárie a que se refere o oficial da FAB é o espetáculo visto da varanda do hotel Kennedy naquela ilha: "Os índios carajás voltando bêbados da cidade matogrossense de S. Félix. Os índios atravessam o rio soltando longos "uivos" dentro da noite" (34). Ainda sobre os Karajás: chegou-nos ao conhecimento uma carta de Luciara, no dia do índio, (19-4-73), assinada por 125 moradores daquele lugarejo e endereçada ao Diretor do Parque Indígena do Araguaia, Ilha do Bananal. Entre outras coisas, dizia: "Pedimos em favor deles (índios Karajás em Luciara) uma urgente intervenção da Funai. Alguns gravemente doentes (tuberculose) e todos absolutamente abandonados, precisam de uma assistência excepcional e permanente".

Na Bahia, não obstante o reduzido número de índios lá existentes encontramos a mesma violação dos seus direitos, com todas as consequências que daí derivam: "Homens entregues à bebida, mulheres transformadas em empregadas domésticas, crianças que morrem antes de completar 1 ano de idade, assim vivem os índios Quiriris, tribo em decadência atualmente, localizada na Vila de Mirandelo a 293 km de Salvador" (35).

Os índios Pataxós, como aliás todos os outros, nos planos oficiais, valem até menos que a flora e a fauna: "A proteção deles deveria unir-se ou mesmo sobrepor-se à defesa da flora e da fauna do lugar" (36). E se sua transferência for concretizada, "decretará" o fim do último direito que a tribo ainda tem de viver na terra onde nasceu" (37). O protesto dos índios Pataxós é patético: "Nós índios, somos como a plantação que, quando mudada de lugar, se não morre pelo menos se ressente muito. Não aceitamos sair daqui porque muitos anos antes de existir o parque, a gente já estava nesta terra que, boa ou ruim, é nossa e é onde nasceram, se criaram, morreram e estão enterrados nossos pais e avós" (38).

No Pará, "os índios (Gaviões) acabaram sendo removidos para outra área pela Funai. Mas estavam tão transtornados que as mulheres chegaram ao ponto de praticar abortos para que não nascessem crianças, pois os bebês, segundo elas, dificultavam a locomoção da tribo. E a tribo estava sempre mudando de lugar, fugindo dos brancos" (39). Um grupo deles "maltrapilho e faminto, chegou a Fortaleza para pedir ajuda" e na sua linguagem simples fizeram a denúncia contra a Funai porque ela é dirigida por um homem civilizado e homem civilizado engana o índio" (40).

O mesmo drama do índio pode ser presenciado no Nordeste onde "Xucurus", Fulniô, Pankararus e Hamués... sobrevivem apesar de confinados em parcelas de seus antigos territórios e "perambulam" de um lado para outro, sempre escorraçados" (41).

"Em Rondônia, a ocupação afeta índio e ecologia" (42). Surgem mortes de parte a parte e os responsáveis são "os grileiros, garimpeiros e seringueiros, que invadem as terras dos índios" é o que se vê obrigado a reconhecer o próprio presidente da Funai (43). Mas a verdadeira responsabilidade recai sobre a Funai porque "tem dado permissão a empresas de mineração para explorarem minério na área indígena", como foi afirmado na Câmara dos Deputados em Brasília (44).

Nesta rápida amostragem da situação dos índios, ficou bem claro que "o índio brasileiro está sendo exterminado. Com o avanço da civilização branca tem havido choques e sempre o índio brasileiro leva a pior. Esse extermínio não se faz apenas através de armas mais poderosas, mas também por causas biológicas introduzidas pelo branco", como afirmou o Professor Newton Freire Maia, Diretor do Departamento de Genética da Universidade do Paraná (45).

Não obstante a criação do novo órgão para atender às populações indígenas, a situação destas continua a mesma, senão pior que a descrita pelo Grupo de Trabalho constituído por decreto presidencial, maio de 1968: "Em que pese à forte legislação que, desde o período colonial procura amparar o nosso índio, continua o desrespeito pelo silvícola. As dificuldades para o cumprimento dessas leis e a morosidade do rito processual nos casos de invasão ou posse, são incentivos para a continuação da expoliação de suas terras. Sempre de maneira ilegítima, por fraude ou violência, foram as terras tiradas a seu dono. E, não raro, para "legitimar" o esbulho, há a acobertá-lo um decreto, uma lei ou um ato administrativo qualquer (46). "Funai, SPI mesma coisa"! Exclamava com amargura um chefe Karajá...

"Os Villas Boas protestam" faz a manchete da notícia da verdadeira trama contra o Parque Indígena do Xingu, patrocinada pela Funai e defendida pelo General Ismarth de Araújo, superintendente do órgão, sob pretexto de integração: "índio integrado, segundo os boletins do órgãos é aquele que se converte em mão-de-obra". Para os sertanistas, é um mal. Essa política caracterizou-se pela "opressão" (47). O problema de fundo continua o mesmo, em que pese à explicação posterior do Superintendente que persiste em defender a "integração", mesmo que a qualifique de "lenta e harmoniosa" (48).

Para encerrar esse levantamento de dados, passemos a palavra a um dos nossos mais sensíveis poetas atuais: "Homens esquecidos do arco-e-flecha – deixam-se consumir em nome – da integração que desintegra – a raiz do ser e do viver. – "Vocês têm obrigação de usar calça – camisa paletó, sapato e lenço – enquanto no Leblon nos despedimos – de toda a convenção e viva a natureza..." – Noel, tu o disseste: – a civilização que sacrifica povos e culturas antiquíssimas – é uma farsa amoral" (49).

2. — AS CAUSAS DA EXTINÇÃO DOS ÍNDIOS

Este sucinto e incompleto levantamento da situação das nossas populações indígenas já teria sentido para nós, se, com ele, conseguíssemos alertar a consciência de todos os brasileiros, correspondendo ao apelo do General Antonio Coutinho, Delegado da Funai: "Se a Igreja não botar a boca no mundo, os índios... vão ser sempre massacrados" (50).

Sinais de um despertar da consciência se vislumbram aos índios mas diante da sombria realidade, não conseguem vencer uma "enorme sensação de remorso", porque "no fundo, no fundo, o que a gente faz é um crime", como melancolicamente confessava o sertanista Antonio Cotrim Neto (51).

Cumpre reconhecer que tem sido farto o noticiário dos jornais sobre os índios, mas esbarra na indiferença do nosso povo que tem uma visão errônea, superficial e tendenciosa a respeito das populações indígenas. Para a maioria, o índio não passa de um "selvagem" ou de uma figura de museu.

Para alertar e melhor interpretar essa problemática que, queiramos ou não, é também nossa, apresentamos algumas pistas para a análise das causas que produzem essa morte lenta das populações indígenas.

2.1 — A POLÍTICA INDIGENISTA DO GOVERNO

As populações indígenas são vítimas de todas as injustiças. A própria política indigenista, por ser mais política do que indigenista, está merecendo as mais severas críticas, a ponto de ser considerada "carente de qualquer mérito e um amontoado de contradições" (52).

"A reformulação urgente dos métodos adotados pela Funai é a única maneira de evitar que os índios brasileiros sejam destruídos pela civilização", afirmou o sertanista Cotrim (52).

Antes dos próprios métodos, há algo bem mais profundo a ser reformulado: "A única solução para o problema dos índios brasileiros será a total reformulação da atual política adotada pela Funai, disse o General Frederico Rondon" (54).

"Aparentemente a Funai é uma instituição muito dinâmica, à qual o País deveria inestimáveis serviços. Rara é a semana em que a imprensa não registra declaração de seu presidente sobre os projetos da entidade e as complexas tarefas realizadas por seus funcionários. Infelizmente essa imagem idílica da Fundação Nacional do Índio não passa de um mito" (55).

Dos altos escalões às simples equipes de atração, ressalvando uns poucos e heróicos sertanistas, o que caracteriza a Funai é o despreparo para a missão que foi chamada a desempenhar. Ela se transformou numa enorme máquina burocrática centralizada em Brasília e "cujas opções são alheias ao bem-estar da comunidade indígena" segundo ressaltou o Dr. Amaury Sadock (56).

O Dr. Sadock era o único dos altos funcionários da Funai que entendia de índio, mas teve que se demitir, dadas as irregularidades existentes no órgão que, na opinião do Gen. Bandeira de Mello "atingem a quase todos os setores da Funai, envolvendo inclusive a nossa prestação de contas" (57).

É impossível reformular uma autêntica política indigenista sem a redefinição de princípios e conceitos e sem situá-la no conjunto da política de princípios e conceitos e sem situá-la no conjunto da política nacional. Nem mesmo o conteúdo antropológico de certas palavras como "aculturação" e "integração" tem sido respeitado no jogo de prestidigitação de certos conferencistas que a Funai tem enviado ao estrangeiro, na sua preocupação com a "boa imagem". A própria Convenção Nº 107 da Organização Internacional do Trabalho é utilizada dentro de outro esquema mental, dentro de uma realidade diferente e com outros objetivos.

"Declarações atribuídas a altos dirigentes da Fundação Nacional do Índio... vieram aumentar a distância que separa os que têm interesse no índio sob o ponto de vista teórico mas que não podem nem devem deixar de olhá-lo também como ser humano" (58). A reformulação da política indigenista urge mais até porque se tornou "uma política contrária aos princípios que ela defendia quando foi criada" (59).

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

A doença que se manifesta em um órgão só poderá ser convenientemente diagnosticada se o exame se estender ao corpo inteiro. Será que não teremos mais elementos e mais esclarecedores se estendermos nosso exame à política global?

2. 2. — A POLÍTICA DO "MODELO BRASILEIRO"

Os dirigentes políticos brasileiros, no afã do "desenvolvimento", promovem os interesses econômicos de grupos internacionais e de uma minoria de brasileiros a eles integrada. Só podem fazer e de fato só fazem uma política economicista, sobrepondo o produto aos produtores, a renda nacional à capacidade aquisitiva da população, o lucro ao trabalho, afirmação da grandeza nacional à vida dos brasileiros, a pretensão de hegemonia sobre a América Latina ao crescimento harmônico do Continente. Já está mais do que provado e disto nossas autoridades não fazem segredo, que foi aceito o caminho do "capitalismo integrado e dependente" para o nosso "progresso". Mais provado ainda está que o "modelo brasileiro" visa a um "desenvolvimento" que é só um enriquecimento econômico de uma pequena minoria. Este enriquecimento da minoria será fruto da concentração planejada da riqueza nacional que em termos mais simples, é o roubo do resultado do trabalho e do sofrimento da quase totalidade da população que progressivamente se irá empobrecendo (60).

Essa opção equivocamente desenvolvimentista tem como conseqüência a crescente marginalização do povo brasileiro, seja operário, subo perário, seja pequeno proprietário da cidade ou do campo, seja arrendatário, posseiro, meieiro, peão, subempregado ou desempregado. Mais grave ainda é que se aprofunda a dependência do País em relação a outros países mais ricos e fortes, impedindo uma experiência de desenvolvimento nacional, definido e assumido pelos próprios brasileiros.

Em função dessa opção "desenvolvimentista" assim caracterizada é que se constituem os organismos administrativos, como a Funai. Muito a propósito vêm as recentes palavras do etnólogo Carlos Moreira Neto, do Conselho Nacional de Pesquisas: "O Brasil passa por uma febre desenvolvimentista que pode estar influenciando maleficamente a Funai" (61).

Todos os setores da administração devem colaborar para alcançar os mesmos objetivos. Portanto, todos estão dependendo das diretivas econômicas e a elas devem servir. Tendo estas uma linha antinacional e antipopular, é necessário que estes órgãos administrativos amorteçam e controlem as tensões sociais que apareçam. No nosso caso, "quando o território onde vivem apenas índios começa a receber colonos, madeireiros e grupos exploradores de minérios, as autoridades resolvem o inevitável conflito entre índios e brancos – quando ainda restam índios – transferindo o grupo indígena para outro local mais afastado da civilização e às vezes já povoado por tribos inimigas das que chegam" (62). Nisto se reflete o fenômeno geral: o que importa não será promover algo mas "integrar" a população que puder ser integrada ao sistema adotado, servindo ao "modelo brasileiro".

Todos percebem que, com uma mentalidade e programa assim desenvolvimentistas que têm presente "somente o rendimento econômico, caminharemos fatalmente para a extinção total das populações indígenas, por mais belas sejam as nossas intenções, estatutos e leis" (63). O ex-diretor do SPI e experiente indigenista, Gama Malcher, afirmou que "a política definida como de "proteção ao índio", na realidade transforma o silvícola em justificativa para a existência de um aparato burocrático que relega os interesses dos indígenas a um segundo plano a fim de atender prioritariamente as pressões e interesses de latifundiários" (64). Com energia, o deputado Jerônimo Santana denuncia: "A Funai... se transformou num órgão de que os grupos se valem para explorar os recursos naturais das reservas onde os índios vivem. Hoje o índio é o que menos importa. O índio é uma coisa e a política posta em prática pela Funai o prova" (65). "As palavras "progresso" e "desenvolvimento" servem de escudo para destruição do ambiente natural brasileiro e para o extermínio dos indígenas" é a conclusão a que chega a equipe de "O Estado de S. Paulo" que fez uma alentada pesquisa sobre "o indígena no Brasil" (66).

Para o povo pobre do Brasil o futuro que o sistema oferece é uma marginalização cada dia maior. Para os índios, o futuro oferecido é a morte. O insuspeito "Osservatore della Domenica" do Vaticano comenta: "esse progresso (do Brasil) no entanto tem um preço ecológico: a extinção dos índios" (67).

Da política global de desenvolvimento econômico do governo faz parte a "ocupação da Amazônia" (e do território nacional) mesmo que seja feita por companhias estrangeiras ou multinacionais que ali encontram grandes oportunidades de investimentos altamente lucrativos, na exploração de minérios e de madeiras ou na organização de "empresas agropecuárias".

Se para isso é necessário continuar os métodos importados e tradicionais de depredação da natureza, não importa. "Diz-se que é preciso abrir estradas para povoar, fixar o homem na Amazônia. Agora que as estradas estão abertas verifica-se que o deserto de homens permanece. Derrubam-se as matas não só para abrir estradas mas também para introduzir o boi. Garante-se que só com a pata do boi a Amazônia será conquistada... Em nome disso, expulsam-se os índios de suas reservas, mutila-se fortemente nosso equilíbrio ecológico", diz severamente Cláudio Villas Boas (68).

Se para isso é necessário abrir grandes rodovias, sejam abertas mesmo que os "males sejam grandes", segundo Orlando Villas Boas que a propósito da BR-80 frisa: "Estrada política e não de interiorização" (69). Se é necessário expulsar os posseiros ali radicados há anos que, depois dos índios, foram os únicos defensores daquelas riquezas, sejam expulsos a qualquer custo, conforme a vigorosa denúncia até hoje irrespondida do Prelado de São Felix do Araguaia (70). Se necessário matar, mata-se.

E se ali se encontrarem os índios? Eles não podem impedir a marcha do "desenvolvimento" e devem ser "integrados", "aculturados" para colaborar no crescimento nacional. "O desenvolvimento da Amazônia não pára por causa dos índios" é o título de declarações do Ministro Costa Cavalcanti que exclama pateticamente: "E por que eles hão de ficar sempre índios?" (71).

Se os índios ali estão mas não produzem segundo os critérios do capitalismo integrado e dependente, se não possuem propriedade legal da terra, se não são proprietários de empresas agrícolas, então devem dar lugar aos novos "bandeirantes", devem retirar-se destas terras que nunca lhes pertenceram e que só agora a "civilização" dá ou vende àqueles que vão desenvolver o País! Podem estes últimos explorar (ou roubar) nossas riquezas naturais que vão aumentar as riquezas dos países ricos... deles é o direito a apropriação daquelas terras. Se os índios assim provocados e expoliados do seu direito reconhecido teoricamente e do seu modo natural de viver, morrerem, pois que morram! Se reagirem, sejam enfrentados como se fossem eles os invasores dessas terras! O Marechal Rondon, em trágica profecia, já em 1916 dizia: "Mais tarde ou mais cedo, conforme lhes soprar o vento dos interesses pessoais, esses proprietários – coram Deum soboles (ante a face de Deus) – expelirão dali os índios que, por uma inversão monstruosa dos fatos, da razão e da moral, serão considerados e tratados como se fossem eles os intrusos, salteadores e ladrões" (72).

Fazendo eco à profecia do Marechal Rondon, diz o Xavante Juruna: "... a terra é a única riqueza que o índio tem na vida. Sem ela, ele vira um bicho, um cachorro que está sempre triste... Eles (os Kranhacacores) precisam saber que o branco quer sempre enganar para ficar com as terras" (73). Não falta razão aos irmãos Villas Boas quando clamam: "Nossos índios estão morrendo, desaparecendo numa paisagem em que o boi e o capim vão expulsando definitivamente o homem. Agora, diante do processo de ocupação da Amazônia, vemos o índio ao largo do desenvolvimento como mera paisagem" (74).

Se apresentamos aqui a atual política indigenista como a causa mais próxima da situação em que vivem (ou morrem) nossos índios, temos clara consciência de que a CAUSA real e verdadeira está na própria formulação global da política do "modelo brasileiro". E se dizemos que é necessário modificar profundamente a política da Funai, afirmamos que isto somente será possível com uma modificação radical de toda a política brasileira. Sem esta modificação global, não poderá a Funai ou outro organismo passar dos limites de um assistencialismo barato e farisaico aos condenados à morte, para camuflar o inconfessado apoio aos grandes proprietários e exploradores das riquezas nacionais. Neste contexto, o decantado Estatuto do Índio não passará de uma publicidade oportunista ou uma homenagem póstuma.

De nada adiantaria reformular a Funai se a psicose desenvolvimentista, motivada por exclusivos critérios econômicos e por um falso prestígio nacional, continuasse a dominar a política global do País. Seria o mesmo que reformar um dos vagões, não modificando o trilho-sistema que está estragado: o desastre é inevitável!

3 — O FUTURO DO ÍNDIO

Depois desta sumária análise das causas da situação das populações indígenas: a política indigenista oficial, fruto da política global do sistema brasileiro, a conclusão imediatista seria que não existe nenhuma solução para o problema. Sertanistas, funcionários e missionários, que atraem novos grupos de índios, sentem-se angustiados pela consciência de que o resultado de seu trabalho foi apenas atrasar (ou acelerar?) de alguns anos a extinção de tais grupos.

"É com tristeza, diz Apoena de Meireles, que tentamos atraí-los, sabendo-se que um futuro sem perspectivas os aguarda" (75).

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

Esta mesma nostalgia se encontra em declarações de outros conhecidos sertanistas. Orlando Villas Boas, em setembro deste ano, voltando de uma frente de atração "parecia preocupado com o destino dos índios, que chama de tragédia" (76). Mas já em fevereiro, assim desabafava: "E quantos de nós, por força de miseráveis e desgraçadas circunstâncias os estamos traindo naquele exato momento do aperto de mão, do abraço, do sorrir, do gesto enfim de afeição. Desgraçados que somos, é a verdade." (77) Seu irmão Cláudio comenta com melancolia: "Levamo-lhes (aos índios) nossas doenças, intolerância e muitas vezes o extermínio criminoso, assumido, proclamado" (78).

No mesmo tom, falava Antonio Cotrim Neto: "Não pretendo contribuir para o enriquecimento de grupos econômicos à custa da extinção das culturas primitivas. (...) A política indigenista desenvolvida aceita a tese de que as culturas primitivas são quistos ao desenvolvimento nacional. Já estou cansado de ser coveiro de índio; transformei-me em administrador de cemitérios indígenas" (79).

Muitos missionários fariam suas as enérgicas palavras do missionário jesuíta, Pe. Tomás de Aquino Lisboa no Simpósio sobre o futuro dos índios Cinta-Larga em março deste ano:

"O Parque Aripuanã será cortado como o foi o Parque do Xingu. O trabalho já está iniciado. Eu, como responsável pela atração desse grupo Cinta-Larga, não estou mais animado a fazê-la, a não ser que as regras do jogo sejam obedecidas: respeitar os índios, interromper os trabalhos da estrada até que se consiga falar com os índios para orientá-los nos seus futuros contatos com os brancos. Pois é melhor que o índios morra lutando pelo que é seu do que viver marginalizado e mendigando o que sempre foi dele" (80).

Será que os índios constituiriam "um povo com os dias contados?" (81), como afirma Claudio Villas Boas "os índios não terão propriamente um destino"? (82) Ou ainda, na melhor das hipóteses, segundo o falecido Francisco Meireles "o índio só tem um destino: a marginalização?" (83).

Não obstante esta trágica perspectiva ou exatamente por isso, é preciso salvar os povos indígenas, ameaçados de desaparecer. Eles mais do que patrimônio-arquivo da humanidade, são humanidade viva.

Eis por que se justifica que somente pessoas ou entidades conscientes, competentes e desinteressadas sejam mobilizadas para equacionar este problema.

Não é possível que se continue a dizer, em alto e bom tom: "Os índios estão cansados de serem índios. Eles querem beneficiar-se com os programas do Governo" (84). Se já é estranho que assim fale o Ministro Mario Andreazza, mais estranho é que o General Frederico Rondon afirme que se deve "promover a integração total(?!) mediante a absorção da mão-de-obra indígena (85) e o General Bandeira de Mello, diretor da Funai, proclame que "a assistência ao índio deve ser a mais completa possível mas não pode obstruir o desenvolvimento da Amazônia" (86). Nesse contexto, não é de estranhar a fanfarronice do Deputado Gastão Müller: "Se os fazendeiros quisessem, poderiam ter partido para uma luta armada e seria muito fácil vencer os índios" (87).

Afirmações como estas, orquestradas por tantos fatos lamentáveis, confirmam as denúncias de genocídio...

Em que pese às reiteradas afirmações do Ministro do Interior de que "o problema dos índios é um problema do Brasil" (88) e "os outros países não têm o menor conhecimento do problema do índio brasileiro" (89), trata-se de um problema da humanidade, talvez melhor conhecido, em suas causas e motivações, nos países onde existe liberdade de informações e de debate. Afinal são milhões de seres humanos nas Américas e alguns milhares no Brasil, que há quatro séculos vêm sofrendo as maiores injustiças por parte de uma "raça" que se pretende superior.

Se o grau de consciência da humanidade correspondesse ao volume das informações, já não se toleraria mais tal situação iníqua. É com os olhos fitos no veredito da História, tradução do julgamento de Deus, que o Brasil deve solucionar o problema do indígena, não como questão de segurança nacional e economia, mas como imperativo da dignidade humana e da honra do povo brasileiro.

Somente assim seria legítimo que uma política indigenista brasileira se apoiasse num documento internacional (90).

Evidentemente o problema indígena brasileiro não se equaciona e menos ainda se resolve se não for situado em sua dimensão internacional. Mas também é evidente que não encontrará solução adequada separado de seu contexto nacional, levando em conta que os índios constituem apenas alguns milhares dentro da esmagadora maioria de milhões de brasileiros marginalizados. Todos hão de concordar que "em nome de uma política da integração, que não integrou nem mesmo os civilizados, não se pode violentar uma cultura que, embora primitiva, tem garantido a subsistência secular desses povos. A sociedade civilizada só terá o direito de falar em integração do índio no dia em que, em seu meio, não houver ninguém morrendo de fome" (91).

"Há séculos – afirmam os irmãos Villas Boas sobre os índios – sobrevivem graças à caça, à pesca e a uma rudimentar agricultura. São felizes com suas crenças e seus rituais belíssimos. Por que então destruir essa cultura secular ? Apenas para impor nosso sistema de vida aos índios? Civilizar para que? Destruir a organização tribal existente e depois deixar os índios marginalizados na nossa sociedade?" (92).

Sempre na perspectiva de uma mudança profunda da política global do atual modelo brasileiro, impor-se-ia ainda a organização de um grupo diversificado do qual participassem índios, antropólogos e outros cientistas, sertanistas e missionários, para promover o autêntico diálogo intercultural e a harmônica convivência e colaboração dos nossos diferentes povos.

Devemos reconhecer que freqüentemente faltou esta visão e consciência sócio-política às entidades cristãs preocupadas mais em "prestar assistência" aos índios. Em conseqüência, sob equívocos pretextos de uma caridade alienada, não raro traíram sua missão evangélica de defendê-los tenazmente da morte física e cultural ou de respeitar sua liberdade e dignidade de pessoa humana.

"Os próprios padres católicos – é afirmado em recente artigo da imprensa – após mais de 400 anos de catequese, viram-se obrigados a mudar de tática, pois se continuassem no mesmo propósito de Anchieta e Nóbrega (sic) o que iriam conseguir não seria mais do que a desagregação, marginalização, destruição e morte do que resta dos grupos indígenas brasileiros. E essa mudança de tática foi justamente no sentido de respeitar o indígena com suas crenças e seu modo de vida, valorizar a sua cultura ao invés de procurar impor a cultura dos civilizados" (93).

A visão de uma nova política indigenista deveria ser possibilitada e favorecida pela transformação das missões religiosas.

Exigindo que só pessoas devidamente qualificadas e com uma prática conseqüente interfiram na solução do problema indígena, pensamos na formação adequada que devem ter os missionários, pois seu trabalho de evangelizadores sempre vai atingir o coração, o núcleo central das culturas indígenas. Tocar no coração sem a ciência e a perícia de uma equipe de cardiologistas seria causar fatalmente a morte àquele a quem desejamos fazer o bem.

Gravíssima responsabilidade é a do charlatão em medicina e maior ainda no campo da aculturação, onde se pode causar a morte não apenas a um que outro indivíduo, mas a um povo todo e à sua cultura.

Além disto, para que este trabalho seja eficiente, torna-se necessária uma espécie de assepsia, não no sentido de total isolamento, mas no sentido de preparar as populações envolventes. Com efeito, para os índios, todos os "brancos" ou "civilizados" representam de certo modo o "cristianismo" de que os missionários se reclamam e portanto também a mensagem que estes querem transmitir. Faz-se pois necessário que medidas análogas sejam tomadas em relação aos evangelizadores dessas populações envolventes.

Ensina o missionário-antropólogo Adalberto Holanda Pereira: O índio "é apenas diferente de nós e com o direito de continuar a *sua* vida ao lado da nossa. (...) Dentro da maior simetria entre os sistemas de interação, transmitamos ao índio os traços culturais que ele deseje receber e recebamos dele os que nos possa transmitir" (94).

4 — CAMINHOS DE ESPERANÇA

Mesmo percebendo sinais positivos, como sejam uma nova mentalidade missionária, a criação do Cimi, encontros ecumênicos, não estamos satisfeitos com o nosso trabalho e não podemos esquecer a dramaticidade da situação, descrita na lancinante "Carta dos Caciques de Votouro" (R.G.S.), da qual vamos reproduzir um pequeno trecho, segundo cópia do original:

"Queria ver os senhores de outra origem, não sendo o índio. Queria ver o português passar a nossa passada sem ninguém por ele e outro lado de origem italiana sem ter aquilo que traz o ensino: suas mãos presa, seus olhos cego para o ensino seus ouvidos surdo para ouvir as enducação, sem direito sociedade nenhuma, sem direito um palmo de terra, sem direito educar os filhos... O nosso plano de todos nossos irmãos de terra mundial nós acreditamos que somos iguais que nossos irmãos, corre sangue dos pés à cabeça, carne humana, iguais como qualquer um de nós" (95).

Aí está uma interpelação que suscita uma indispensável pergunta, em sentido contrário: O que seria o Brasil, se contasse *positivamente* com o índio? É bem possível que muitas autoridades e brasileiros de mentalidade capitalista e imperialista tremam diante desta pergunta, o que mostra que, consciente ou inconscientemente, apóiam a extinção dessas populações que constituem, por seus valores positivos, uma contestação viva do sistema capitalista assim como dos tais "valores" de pretensa "civilização cristã".

Diante de outra pergunta: o que seria a nossa Igreja, se contasse *(positivamente)* com o índio?, talvez a atitude de muitos irmão de fé seria

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

igualmente de embaraço. Se olhássemos positivamente para os valores vividos pelos índios, e permitíssemos criticarem nossos valores, ficaria evidente um incômodo julgamento.

Tanto para a sociedade brasileira quanto para a Igreja, o mesmo aconteceria se perguntássemos o que seria o Brasil ou nossa Igreja, se contássemos *positivamente* com os valores do povo marginalizado das cidades ou dos campos...

Por isso, convidando a todos para assumirem conosco este compromisso, nós nos propomos, em primeiro lugar, a continuar uma esperançosa luta pelos direitos dos povos indígenas. Mesmo que todos os fatos nos incitem ao desânimo ou ao desespero, fazemos nossa a vontade dos nossos irmãos índios de viver e de lutar pela preservação de sua cultura. Não trabalhamos por uma causa perdida, porque se trata de uma causa profundamente humana, pela qual vale a pena até morrer, se preciso for. Seria trair a nossa missão, se nos resignássemos a ser ministros de um Batismo *"in articulo mortis"*.

Em segundo lugar, não aceitaremos ser instrumentos do sistema capitalista brasileiro. Nada faremos em colaboração com aqueles que visam a "atrair", "pacificar" e "acalmar" os índios para favorecerem o avanço dos latifundiários e dos exploradores de minérios ou outras riquezas. Ao contrário, tal procedimento será objeto de nossa denúncia corajosa ao lado dos próprios índios. Com eles, não aceitaremos um tipo de "integração" que venha apenas transformá-los em mão-de-obra barata, avolumando ainda mais as classes marginalizadas que, no funcionamento do sistema de produção, enriquecem somente aos que já são ricos. Menos ainda, por ser mais humilhante e criminoso, colaboraremos com um trabalho que vise a transformar o índio em um ser humano necessitado de tutela, pois ele não é um menor nem um inválido, e sua maioridade de indivíduo ou de povo, garantida pela própria lei na Natureza e por Deus, Senhor das consciências e fiador dos direitos humanos, não pode ficar condicionada a critérios de uma suposta "integração".

Em terceiro lugar, o objetivo do nosso trabalho não será "civilizar" os índios. Estamos convencidos, como o grande precursor Bartolomeu de Las Casas, que "muitas lições eles nos podem dar não só para a vida monástica mas também para a vida econômica ou política e poderiam até ensinar-nos os bons costumes" (96). Seria trair o Evangelho, reduzí-lo a instrumento de uma sociedade que "se desumaniza – como diz da cidade Cláudio Villas Boas – tornando o relacionamento entre as pessoas cada vez mais difícil, cada vez mais distante. Tenho pressa em voltar ao Xingu, uma pressa agônica, existencial. Lá, creio que poderei entendê-los melhor. Em síntese: não estando no processo de afogamento, compreenderei melhor o que se está afogando" (97).

Por outro lado, comprometidos com os povos indígenas, afirmamos: Há entre eles valores vitais que os constituem como *povos* e, conseqüentemente, os fazem sujeitos de direitos que não podem ser espezinhados. "Como ser humano – proclama Apoena – não pode (o índio) ficar sempre sendo a vítima das decisões muitas vezes arbitrárias dos que pretendem dirigir-lhes o destino" (98). A única atitude válida será respeitá-los como povos e, num diálogo real e positivo, progredirmos juntos como humanidade. Qualquer tipo de intervenção que vise a ensinar-lhes costumes e padrões de nossa cultura será ou dominação direta ou caridade farisaica. Só um diálogo assentado no reconhecimento de seus valores e direitos será autêntico e positivo para os dois lados.

Sem assumir a visão idílica de Rousseau, sentimos a urgente necessidade de reconhecer e publicar certos valores que são mais humanos, e assim, mais evangélicos do que os nossos "civilizados" e constituem uma verdadeira contestação à nossa sociedade:

1º Os povos indígenas, em geral, têm um sistema de uso da terra, baseado no social, não no particular, em profunda consonância com todo o ensinamento bíblico, não só no Antigo mas no Novo Testamento, sobre a posse e o uso da terra (99). Corta-se assim pela raiz a possibilidade de dominação de uns sobre os outros à base da exploração particular de meios de produção. Nota Antônio Cotrim Neto que "com a chegada do branco, estabelece-se o conceito de propriedade particular, surgindo os conflitos na aldeia" (100).

2º Toda a produção, fruto do trabalho ou do aproveitamento das riquezas da natureza e portanto toda a economia é baseada nas necessidades do povo, não no lucro. Produz-se para viver e não se explora o trabalho para lucrar. "O índio não se preocupa com acumular bens de qualquer natureza – ensina o jesuita Adalberto Pereira – nem possui o estímulo econômico no sentido de adquirir prestígio ou elevação do "status" social. Não conhece competição econômica e nem atitudes de ambição. Vive o sistema comunitário de produção e consumo, com divisão de trabalho segundo o sexo". (101).

3º A organização social tem como única finalidade garantir a sobrevivência e os direitos de todos, não os privilégios de alguns. O comunitário prevalece sobre o individual. Toda expressão cultural visa a celebrar e aprofundar este senso de comunidade. Eis a fonte da paz e da harmonia de que tem saudade os sertanistas: "nossos irmãos da selva – diz Cláudio Villas Boas – sem possuirem toda esta sofisticação tecnológica, são plenos e felizes vivendo uma vida equilibrada e harmoniosa (102). Francisco Meireles sonha: "Intimamente gostaria que eles pudessem ser mantidos em suas aldeias e que nós, civilizados, ao invés de incutir-lhes nossos padrões culturais, aprendêssemos com os índios que sempre vivem em harmonia não só no grupo tribal mas com a própria natureza (103).

4º O processo de educação caracteriza-se pelo exercício da liberdade. "Aprendem a ser livres desde a infância – diz Luiz Salgado Ribeiro – pois um pai nunca obriga o filho a fazer o que ele não quer. Um pai nunca bate no filho, por maior que tenha sido a sua travessura". (...) "O índio é acima de tudo um homem livre. Não depende de ninguém para o sustento de sua família – ele mesmo caça e pesca enquanto sua mulher cuida da pequena lavoura de subsistência – e isso lhe dá condições de não dever favor ou obrigação a ninguém. Nem a seu pai, nem ao chefe da tribo" – (104).

5º A organização do poder não é despótica mas compartilhada. "Assim o chefe não é aquele que manda, mas sim o sábio que aconselha o que deve ser feito... Se os índios seguem ou não seus conselhos, o problema não é do chefe. Ele apenas é um líder que aconselha; não um patrão que determina o que tem de ser feito. Mesmo no caso de uma guerra, o chefe nunca poderá determinar que todos os homens participem da luta" (105). Isto significa que, entre eles, a autoridade é realmente um serviço à comunidade, não dominação. Claro que nestas condições não há lugar para instituições de policiamento e coerção.

6º As populações indígenas vivem em harmonia com a natureza e seus fenômenos, em contraposição à nossa "integração com as diferentes poluições, destroços de uma natureza arrasada e substituída pelo habitat em que vivemos: "Os índios, ao contrário dos brancos, sempre conviveram em perfeita harmonia com a natureza, não havendo casos de tribos que tenham destruído a fauna ou a flora de qualquer região por elas habitada. Esta é a posição de antropólogos e especialistas em indigenismo" (106).

7º A descoberta, evolução e vivência do sexo entram no ritmo normal da vida do índio, num clima de respeito, sem as características de tabu ou de ídolo que se manifestam em nossa sociedade e tanto a condicionam.

Essa enumeração de valores não pretende ser exaustiva nem eles se realizam uniformemente, mesmo porque cada grupo indígena constitui um povo, com suas características peculiares, cuja expressão maior é a língua. Não ignoramos que também no homem indígena há sinais da sombra do pecado que, sob formas diferentes do egoismo comum, embaraçam a plena realização e autêntica integração desses valores humanos.

Mas esses valores existem e devem ser respeitados, e promovidos. O trabalho a ser feito será decidido com os *índios* e nunca *para* os índios. Eles mesmos desenvolverão seus valores e suas técnicas e decidirão o que aceitam de nossa cultura e com isso realizarão seu caminho original, colaborando com o verdadeiro desenvolvimento integral do Brasil e da Humanidade.

Neste ano em que celebramos o 25º aniversário da Declaração dos Direitos Humanos, se cotejássemos esses direitos com a nossa realidade civilizada e com a realidade indígena, talvez tivéssemos a surpresa de descobrir que os índios mais os vivem e respeitam do que as nações que afiançaram sua formulação.

Se tivéssemos a corajosa humildade de aprender com os índios, talvez fôssemos levados a transformar nossa mentalidade individualista e as correspondentes estruturas econômicas, políticas, sociais e religiosas para que, em lugar da dominação de uns sobre os outros, pudéssemos construir o mundo solidário da colaboração.

Se como Igreja ou como pessoas que se pretendem cristãs continuarmos nos apresentando aos índios com belas palavras contraditadas por nossas iniciativas capitalistas, permanente e mais profundo será o escândalo para esses povos. Bem o mostra a pergunta de um índio Tupirapé ao missionário: "Quanto é que as Companhias (agropecuárias) pagaram ao Pai do Céu de vocês para ele *dar* as terras dos índios"?

O cristão só será sinal universal da salvação e revelador do amor do Pai do Céu, em toda parte e, em particular, para os povos indígenas, se for uma presença respeitosa e paciente e esperançosa que possa perceber, assumir, viver e revelar os legítimos valores desses povos em que se exprime a milenar ação de Deus em sua vida. Eis o que seria uma prática correta da continuidade da Encarnação de Cristo.

Ele mesmo o fez, antes de iniciar sua atividade pública de profecia, "despojando-se de sua divindade" (Fil. 2,7), para situar-se nos limites de um chão humano onde, homem, aprendeu com os homens, a linguagem do diálogo e o gesto da comunhão, faz abrir os caminhos de uma real libertação.

É preciso o despojamento da cultura para entender o índio, nosso irmão. Se a comunhão com o próximo, o amor, é o núcleo da mensagem evangélica, antes de qualquer proclamação verbal, deve ser atitude de vida. Só através de um processo de encarnação no seio dos povos indígenas, assumindo sua cultura, seu estilo de viver e de pensar, poderá ser demonstrada, de modo convincente, a transcendência do Evangelho tão

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

afirmada teoricamente e tão negada na prática, pelas imposições de um rígido legalismo.

Transmitir o Evangelho é instaurar um processo de revelação libertadora e, antes de tudo, vivê-lo no seu dinamismo. Muitos apelos da presença e da ação" do Senhor, sementes do Evangelho, há de receber o evangelizador que real e lealmente se encarne no mundo dos índios. Sentir e decifrar tais apelos será condição preliminar da missão. Juntamente com os índios, é preciso identificar, na vida deles, os rastros de um Deus solícito que percorre e orienta os caminhos de todos os homens, ontem como hoje, para a plenitude dos tempos que é Jesus Cristo, o Homem Novo, cuja ressurreição radicaliza na história o pioneiro da transformação da Humanidade.

A Ressurreição do Senhor quebra os limites do tempo e do espaço, abrindo os horizontes de uma nova Humanidade enquanto autentica os valores pelos quais o Cristo morreu, os valores da Verdade, da Justiça, da Liberdade e do Amor, essenciais para se construir uma sociedade humana fraterna, sacramento, anúncio e revelação de que Deus é o Pai Nosso.

A Ressurreição do Senhor não permite que sua mensagem fique sepultada nos quadros de uma cultura, mesmo que essa cultura se intitule "cristã".

A Ressurreição do Senhor não permite que seus arautos fiquem reduzidos a pioneiros de um sistema desumano, apaziguadores de conflitos a serviço dos poderosos, a anestesistas de povos chamados primitivos ou selvagens para mortíferos transplantes culturais.

A Ressurreição do Senhor, prova de seu poder soberano, não é compatível com qualquer atitude de desânimo ou desalento, porque é a demonstração da lógica divina que, na execução do Reino, se arma da força dos fracos e da sabedoria dos incultos.

A esta altura, hão de acusar-nos de ter levantado problemas e não trazer soluções. As soluções só serão encontradas na realidade onde nos precede a ação do Espírito. Não haverá solução, enquanto não mudarmos nossos critérios e continuarmos desenvolvendo uma ação inconsciente e irresponsável, por falta de uma visão lúcida. A luz da fé não anula nem atenua nem substitui, mas antes acentua, aclara e exige uma análise objetiva e portanto global da nossa realidade.

Neste esforço de assumir nossa existência em todas as suas dimensões, sentimo-nos solidários com tudo o que existe no mundo, especialmente na América Latina, em favor da libertação do homem e dos povos, em particular dos povos indígenas.

Enfim, sentimo-nos ligados à toda luta pela configuração de uma solidária experiência nacional, o que não significa um nacionalismo estatalista nem tolera qualquer internacionalismo imperialista.

Vivemos sob o signo da morte-ressurreição do Senhor. Nossas populações indígenas, ao longo do tempo, já pagaram à morte o seu doloroso tributo.

Chegou o momento de anunciar, na esperança, que aquele que deveria morrer é aquele que deve viver.

NOTAS

1 — Comunicado mensal da CNBB, nº 231 — Dezembro, 1971 e L'OSSERVATORE ROMANO — Ed. em Português, 30/1/72.
2 — O ESTADO DE S. PAULO — 15/6/1971.
3 — O ESTADO DE S. PAULO —
4 — O ESTADO DE S. PAULO — 31/3/1973.
5 — JORNAL DO BRASIL — 16/11/1973.
6 — O ESTADO DE S. PAULO — 2/2/1973.
7 — O ESTADO DE S. PAULO — 18/8/1973.
8 — O ESTADO DE S. PAULO — 29/7/1973.
9 — A NOTÍCIA (MANAUS) — 10/1/1971.
10 — O GLOBO — 19/7/1971.
11 — JORNAL DO BRASIL - 15/11/1973.
12 — VISÃO — 25/4/1971.
13 — GONÇALVES DIAS, Antônio — OS TYMBIRAS, canto III.
14 — JORNAL DA TARDE — 8/12/1971.
15 — O ESTADO DE S. PAULO — 26/10/1971.
16 — O ESTADO DE S. PAULO — 8/8/1972.
17 — O ESTADO DE S. PAULO — 15/8/1973.
18 — O ESTADO DE S. PAULO — 16/11/1971.
19 — JORNAL DO BRASIL — 28-29/11/1971.
20 — O ESTADO DE S. PAULO — 12/3/1971.
21 — REALIDADE — Outubro de 1971.
22 — REALIDADE — Outubro de 1971.
23 — O ESTADO DE S. PAULO — 5/11/1973.
24 — CARLOS DE ARAÚJO MOREIRA NETO in "La Situacion del indígena en América de Sur" — Montevidéo — Uruguay — 1972, p. 404.
25 — O ESTADO DE S. PAULO — 9/5/1971.
26 — VEJA - 28/2/1973.
27 — O ESTADO DE S. PAULO — 28/3/1972.
28 — O ESTADO DE S. PAULO — 19/4/1971.
29 — JORNAL DO BRASIL — 8/7/1972.
30 — O ESTADO DE S. PAULO 4/4/1972.
31 — O ESTADO DE S. PAULO — 31/5/1972.
32 — JORNAL DO BRASIL — 25/10/1973.
33 — O ESTADO DE S. PAULO — 3/9/1971.
34 — O ESTADO DE S. PAULO — 31/3/1972.
35 — O ESTADO DE S. PAULO — ./1/1971.
36 — JORNAL DO BRASIL — 24/12/1972.
37 — O ESTADO DE S. PAULO — 27/2/1972.
38 — JORNAL DO BRASIL 20-21/2/1972.
39 — O ESTADO DE S. PAULO — 25/5/1972.
40 — O ESTADO DE S. PAULO — 15/12/1971.
41 — O JORNAL — Rio — 29/4/1973
42 — O ESTADO DE S. PAULO — 22/5/1973.
43 — O ESTADO DE S. PAULO — 3/12/1971.
44 — CORREIO BRASILIENZE — 8/12/1971.
45 — VEJA — 5/4/1972
46 — O ESTADO DE S. PAULO 3/10/1971.
47 — O ESTADO DE S. PAULO 20/11/1973.
48 — O ESTADO DE S. PAULO - 21/11/1973.
49 — JORNAL DO BRASIL - 15/2/1973 — Carlos Drumond de Andrade.
50 — CORREIO BRASILIENZE — 1/9/1973.
51 — O ESTADO DE S. PAULO — 5/11/1972.
52 — O ESTADO DE S. PAULO — 13/5/1971.
53 — O ESTADO DE S. PAULO — 20/4/1973.
54 — O ESTADO DE S. PAULO — 26/4/1972.
55 — O ESTADO DE S. PAULO — 30/3/1972.
56 — O ESTADO DE S. PAULO — 9/8/1973.
57 — O ESTADO DE S. PAULO — 22/8/1973.
58 — SÍLVIO COELHO DOS SANTOS — Índios e Brancos no Sul do Brasil" — Florianópolis, 1973 — pág. 21-22.
59 — O ESTADO DE S. PAULO — 15/5/1971.
60 — EU OUVI O CLAMOR DO MEU POVO — Documentos de Bispos e Superiores Religiosos do Nordeste -MARGINALIZAÇÃO DE UM POVO, GRITO DAS IGREJAS — Documento de Bispos do Centro-Oeste.
61 — O POPULAR — Goiânia - 22/11/1973
62 — O ESTADO DE S. PULO — 7/11/1972.
63 — O ESTADO DE S. PAULO— 15/4/1971.
64 — O ESTADO DE S. PAULO — 5/11/1972.
65 — O ESTADO DE S. PAULO - 19/1/1972.
66 — O ESTADO DE S. PAULO — 8/11/1972.
67 — O ESTADO DE S. PAULO — 10/8/1972.
68 — JORNAL DO BRASIL— 21/4/1973.
69 — O ESTADO DE S. PAULO — 20/11/1973
70 — CASALDÁLIGA, Pedro — "Uma Igreja contra o latifúndio na Amazônia" — 1971.
71 — JORNAL DO BRASIL - 18/9/1973.
72 — O ESTADO DE S. PAULO - 10/8/1972.
73 — O ESTADO DE S. PAULO — 22/7/1973.
74 — O ESTADO DE S. PAULO — 29/4/1973.
75 — CORREIO DA MANHÃ — 19/9/1972.
76 — O ESTADO DE S. PAULO — 19/9/1973.
77 — JORNAL DO BRASIL — 14/2/1973.
78 — JORNAL DO BRASIL — 21/4/1973.
79 — O ESTADO DE S. PAULO — 8/2/1973.
80 — Atas do Simpósio sobre o futuro dos Cinta-Largas — Universidade Federal de Mato Grosso — Cuiabá — Março de 1973.
81 — ANUÁRIO DA COMPANHIA DE JESUS — Roma, 1971/72.
82 — O ESTADO DE S. PAULO — 14/11/1972.
83 — REALIDADE — Outubro, 1971.
84 — DIÁRIO DE PERNAMBUCO — 22/7/1973.
85 — JORNAL DO BRASIL — 24/5/1972.
86 — O ESTADO DE S. PAULO — 22/5/1971.
87 — O ESTADO DE S. PAULO — 2/9/1973.
88 — O ESTADO DE S. PAULO — 25/3/1972.
89 — O ESTADO DE S. PAULO — 9/11/1973.
90 — CONVENÇÃO Nº 107 DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, Genebra.
91 — O POPULAR — Goiânia — 22/11/1973.
92 — O ESTADO DE S. PAULO — 7/11/1972.
93 — O POPULAR — Goiânia — 22/11/1973.
94 — ADALBERTO HOLANDA PEREIRA — "Questões de Aculturação" in ESSA ONÇA — Universidade Federal de Mato Grosso — 8 12 (1973).
95 — CARTA DOS CACIQUES DE VOTOURO — 28/5/68 — Cópia datilografada, pág. 13.
96 — MARIANNE MAHN-LOT — "Barthélémy de Las Casas" — L'Evangile et La Force — Ed. du Cerf, Paris, 1964 — p. 102.
97 — O ESTADO DE S. PAULO — 29/4/1973.
98 — O ESTADO DE S. PAULO — 26/6/1973.
99 — DOM FRANZONI — "La Terra è di Dio".
100— O ESTADO DE S. PAULO — 20/8/1972.
101— ADALBERTO HOLANDA PEREIRA — "Questões de Aculturação" in ESSA ONÇA —Univ. Fed. de Mato Grosso — 1973, 8 18.
102— O ESTADO DE S. PAULO — 29/4/1973.
103— O ESTADO DE S. PAULO — 26/6/1973.
104— A VOZ DO PARANÁ — 39/9-6/10/1973.
106 — O ESTADO DE S. PAULO — 5/3/1972.

1ª Assembléia de Chefes Indígenas (1974)

1. **Os Preparativos:** A idéia de uma reunião de chefes indígenas foi proposta pelo Pe. Tomás Lisboa numa das reuniões do Conselho Indigenista Missionário Cimi que a acolheu e procurou lhe dar cobertura.

O CIMI, na oportunidade de abertura de diálogo com a Funai, dirigiu convite ao seu presidente, Gen. Ismarth Araújo de Oliveira para participar da Assembléia. O Presidente se fez representar pela antropóloga Ana Maria da Paixão. Como objetivo, o encontro procuraria dar aos chefes indígenas a oportunidade de se encontrarem, se conhecerem e falarem, com toda a liberdade, sem pressão, sem orientação de fora, sobre seus próprios problemas, e descobrindo por si mesmos as soluções, superando assim todo o paternalismo, seja da Funai, seja das Missões.

Pensou-se primeiro, como local, no Utiariti. Posteriormente optou-se por Diamantino, por ficar mais central.

2. **Histórico da Assembléia:** Os primeiros a chegar, dia 15, foram os bororo e xavante, acompanhados pelo Pe. Rodolfo Lunkenbein. Vieram de ônibus. No dia 16 pela manhã chegaram com o avião da Missão um apiaká e um kaiabí. À tarde chegou, no avião da Diocese de Goiás, o Tapirapé acompanhado por Dom Tomás e Luiz Gouveia. Neste mesmo dia chegaram os enviados especiais do Estado de São Paulo, o repórter Mário Chimanovitch e o fotógrafo Edvaldo Montrose. À noite compareceu o representante da Funai.

Para servir na Assembléia foi estabelecida uma coordenação com as seguintes pessoas: Pe. Iasi, Pe. Rodolfo, Pe. Adalberto, Dom Tomás, o Capitão bororo Aidji, o xavante Uiroçu, Luis Gouveia e o Pe. Tomás Lisboa.

A coordenação tomou como primeira medida limitar ao máximo a presença de elementos não índios. Como caminho a seguir resolveu não marcar nenhum assunto, mas dispor o encontro de modo que os assuntos saissem dos próprios índios. Depois de cada reunião a coordenação veria o passo seguinte.

No **dia 17** pela manhã os próprios índios prepararam o local das reuniões sob as mangueiras do seminário. Limparam tudo e colocaram em redor troncos para se assentar. Foi o primeiro entrosamento. Depois se assentaram e ali mesmo, começaram uma primeira conversa.

À tarde foi aproveitada para um passeio ao rio Diamantino com banho e cata de diamante. Iopareipo achou um chibiu. Ali conversaram e cantaram.

Dia 18. Começou o encontro com a primeira reunião geral dos presntes. Foi feita a apresentação de cada um. Pelas dez horas chegou outro grupo, de caminhão procedente do extremo oeste da Missão. Índios Rikbajtsa, Iranxe, Pareci, Nambikwara, acompanhados pelo Pe. Tomás Lisboa. O atraso foi devido ao mau estado do caminho. Depois do intervalo reuniu-se o grupo completo. sendo 17 o número de índios. Continuou a mesma apresentação.

A primeira sessão da tarde foi para completar a apresentação. Depois do intervalo da merenda a turma se distribuiu em cinco pequenos grupos, para estudar as três maiores dificuldades encontradas pelos índios em suas aldeias.

À noite realizou-se uma espécie de serão com apresentação de números de cantos e danças próprias de cada grupo. Alguns fizeram questão de mostrar os enfeites que usam nas festas. Esta sessão ajudou muito o conhecimento e a amizade de todos.

Dia 19. O terceiro dia do Encontro começou pelo relatório dos pequenos grupos de ontem. Após o intervalo do lanche houve uma reunião privativa dos chefes, sem presença de Missionário nem de representante da Funai, nem da Imprensa. A finalidade dessa reunião era ver as soluções para os problemas levantados até aquele momento.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

Na parte da tarde começou-se pela comunicação, em reunião geral, dos assuntos tratados na reunião exclusiva dos chefes. Em seguida passou-se à avaliação do encontro todo: o que acharam da Assembléia, seus pontos positivos e negativos. Possibilidade de outra Assembléia e melhor época para isso.

À noitinha deu-se o encerramento com churrasco preparado e oferecido aos participantes pela Missão Anchieta. Foi muito apreciado. Após o churrasco, por iniciativa dos índios, houve vários agradecimentos, despedidas. Os dois xavantes resolveram distinguir os dois bispos presentes, Dom Henrique e Dom Tomás, com uma coroa e um cordão da amizade. Bem assim deram ao Pe. Iasi um cordão da amizade e o bororo colocou sobre a cabeça dele um cocar de penas de arara.

Assim terminou a primeira Assembléia dos chefes índigenas em Diamantino. No dia 20 cada qual tratou de seguir sua viagem de volta, rumo a suas aldeias.

3. ASSUNTOS TRATADOS

3.1 - Apresentação de uns aos outros

Capitão Aídji (Eugênio), Bororo de Merure. Missão Salesiana.

–"Tenho 56 anos, sou pai de três filhos e tenho vários netos. Não sou o mais velho da colônia. O encontro foi grande novidade para mim. Tive satisfação de conhecer vários amigos e tribos que não conhecia e não tinha ouvido falar. A reunião é boa para nós conhecer tribo e tribo. Tem muita diferença: língua, costume, comida. Caçada e pescada é igual. Material para flecha é igual, mas a flecha é diferente. Tradições diferentes, divertimento. Por exemplo, nós, bororo, nos comunicamos por assobio. Na saúde, é um pouco diferente. É bom reunir e conhecer. Muitos não sabem que a gente existe lá no oriente. Agora somos poucos. A turma maior era dos bororo. Agora, na Colônia, são 230. No Paraíso (Poxoreu) há famílias abandonadas da Funai e dos Padres. Os civilizados tomaram as terras. Estamos pensando em recolher para a Colônia. Se quiserem. A vontade é livre: se quiser ir para o posto pode ir. Vivem alcoolizados, passam necessidades, estragando a saúde. Eles preferem ficar com os Padres do que com a Funai. A gente fica com dó, eles tocam a gente como bicho, como cachorro. A gente fica com dó.

Sobre a localidade a gente quer tranqüilidade. A sociedade não ajuda. Só os Padres é que estão agindo com nós: remédio, alimento, vestuário. Às vezes o Padre não tem. Estamos lá há 70 anos. Os nossos avós se foram. Os filhos ficaram. Não há muito abuso de bebida. O álcool é o maior mal no São Lourenço. Na Colônia elegemos 4 para sustentar isso: não tomar álcool. A lavoura está muito animada. Houve prejuízo devido às chuvas. O arroz colhido, já no terreiro brotou. Há outras parcelas. Neste ano vai aumentar. A área é pouca para cultura: areão, campo. A rodovia cortou e deu área para civilizado.

No tempo do governador João Ponce, os civilizados prometeram votos em troca de terra. Queremos recuperar esta área e mais outra de menos de dois quilômetros até no Garças. O limite passa no espigão do Monte Grande. Os Bororo querem chegar até no Garças. Pro lado da Providência a mata é pouca, cheia de boqueirão, difícil de mecanizar. Pedras, córregos".

Capitão Piri (Pedrinho), apiaká da reserva indígena do rio dos Peixes, afluente do Arinos (Missão Anchieta).

–"Nosso local chama-se Nova Esperança. Somos quarenta e poucos. Estou fazendo força para ajuntar os meus parentes espalhados. Estão colhendo seringa, espalhados, explorados. Ninguém atende esses nossos parentes. Padre João ajuda nós também. Na reserva tem madeira, mas ainda não tem estrada. Fizemos viagem de três meses, trouxemos nove pessoas dos nossos parentes espalhados. Não pude trazer outros, porque eles têm muita dívida no barracão do seringueiro. O encarregado do barracão poderia jogar a dívida sobre mim. A reserva é suficiente e boa".

Uiraçu (Pedro) - Xavante, Colônia São Marcos. Missão Salesiana.

–"Não sou chefe. Vim representar minha tribo. Dois chefes foram para Brasília: negócios de terra. Aniceto e Pio foram falar: os chefes estão preocupados com terras. Algumas vezes pára, algumas vezes não vêm fazer demarcação. Nós estamos com pressa. Nós queremos fazer festa de iniciação para furação de orelha, de abril a setembro. Os chefes estão discutindo para fazer outras roças. Vão fazer três aldeias na mesma terra. Depois cada um pode fazer o que achar bom. Não se pode deixar a terra à toa. Caçar à vontade, depois da colheita. Esta festa, faz sete anos que eu terminei. O costume dos xavantes: a festa é para se tornar homem. Somos 850, menos as crianças. São três chefes. Dois chefes vão ficar no mesmo lugar, na Missão. Os outros vão para baixo, para ocupar terras. Os xavantes de São Marcos têm conhecidos nos Areões. Vão visitar. Os de lá não vêm porque os chefes não deixam".

Txãco'iampana (Marcos) - Tapirapé do posto indígena Tapirapé na Prelazia de São Félix.

- "Eu não sei falar bem. Tenho três filhos e cinco netos. A terra lá é pouca. Fazenda pegou terra. Fazer cerca com arame para Companhia Tapiraguaia e Porto Velho não mexer. Limpar pastos, plantar roças. Milho, arroz, banana. Tem 31 cabeças de gado. Planta inhame, abóbora, mandioca, arroz. Só não planta feijão! Amendoim não tem. Quando tem planta. Todos fazem roça junto. Tem muito peixe. Tem tracajá, tatu, veado, anta. Está gostando reunião".

Seremirami (João) - xavante, companheiro de Uiraçu.

- "Eu vai falar no meio de branco em língua nossa". (Aqui ele falou em xavante e pediu depois a Uiraçu para traduzir.) "Apoena, chefe, me mandou em seu lugar. Eu trabalho no lugar do chefe. Nós trabalhamos juntos com Apoena. Vamos ser chefes. Tem muito grupo de xavante. Cada grupo tem um que manda. Eu trabalho com o chefe, por isso ele manda nós para ver problemas aqui. Eu vou dizer para Apoena que é bom estar juntos com outras tribos que só conhecia de nome. Apoena mandou perguntar porque deixar negócio de terra. Pessoal não chegou para demarcar. Está demorando. Os fazendeiros de lá não querem sair. Por que isso? Deus não fez a terra só para eles. Deus fez as terras para todos. Não só para os brancos. Também xavante tem direito de viver. Apoena mandou dizer isto. O branco deve respeitar xavante. Eu já ouvi falar: Índio não é gente. Índio é bicho. Nós não somos bichos. Porque temos alma, temos inteligência. Na aldeia há roça de arroz, milho e feijão próprio de xavante, batata própria. Plantamos muita coisa para conservar vida dos xavantes. Conservamos os costumes, nosso sistema, por isso fazemos muitas vezes festas dos xavantes para não esquecer. Nem todo o branco quer o bem dos xavantes. Alguns querem acabar com os índios. Não está certo. Não viver só os brancos.

Apoena mandou eu perguntar: porque vão fazer esta reunião? Nós não sabemos. Vamos saber. Vamos trazer pra você. É bom reunião das tribos. Depois discutir sozinhos. Discutir assunto de terra, onde morar, ficar lá.

Temos inteligência, braços para fazer roças. Nós já temos pedaço de chão arado. Pedimos terra. Mais terra. Porque há muito campo, cerrado e pedra. Pedimos no rio Manso, o rio das Mortes. Marcar o quanto antes. Não ficar parado. Não deixar outros chegar. O governo pensa para todos, então que pense nisso também. Eu acho a reunião muito bonita. É bom. Falou tudo".

Capitão Iopareipo (Francisco) - Kaiabi da reserva do rio dos Peixes.

"Nossa gente está dividida. Eu não sei pra onde meu pai foi. Pessoal chegou lá com policia pra levar nossa gente, na marra. Eu não quis ir. Pe. João estava fora. Quando chegou ralhou comigo: "Como deixou nosso povo ir embora?" (Nota: ele se refere à Operação Kaiabi, realizada por volta de 1964 pelos Irmãos Villas Boas, com intenção de reunir no Parque os Kaiabi dispersos e explorados, mas na realidade só levaram alguns índios do posto missionário, e dividindo famílias).

Nós trabalhamos em comunidade. Quem não quer trabalhar não ganha. Eu, como chefe dou conselho. Temos muita lavoura. Cada um fazer sua própria roça. Temos castanha, seringa, farinha. Neste ano não plantamos tanto. No meio do meu povo saiu briga. Eu dei conselho para não brigar. Senão a Funai não deixa comprar mais munição. Eu quero juntar todo o meu povo. Tem Kaiabi na Barra dos Bugres, na cidade, no rio Novo no Parque Xingu, no rio Peixoto. Estou com saudade do meu povo espalhado. Vamos resolver com a Funai como juntar nossa gente. Nossa terra é grande. Tem de tudo. Estamos vivendo bem. Mas peão já entrou no meio. Agora parou um pouco. Japonês também. A firma Agrotep cortou o córrego da divisa da nossa terra".

Capitão Itugôga (Raimundo) - Bororo de Merure (Falou em sua língua, depois o Capitão Aedji traduziu.)

- "Sou natural do Paraíso. Fomos para Merure só em passeio. Achamos bom o lugar. Tomamos estima. Conhecemos os padres e companheiros. Ficamos lá sete famílias. Faz sete anos.

Vendo tanta questão na aldeia elegemos 4 chefes. O primeiro é o filho de Aedji. Eu também sou chefe. E há outro. Nós fizemos isto para ajudar nosso diretor.

Os índios fazem reunião para todos pensar igual. Defender nossas terras. Quando o Padre não puder. Nós vamos defender".

Ahezumaré (João Garimpeiro) - Pareci da aldeia do rio Verde, na BR 364, Missão Anchieta.

– "Na minha aldeia há mais ou menos 60 índios. Tem muitas outras aldeias. Eu vim sem saber. Minha mulher ficou preocupada.

Me chamo garimpeiro porque aos 16 anos fui trabalhar no Garimpo.

Nossa reserva é grande mas a terra é pobre. Queremos fazer nova reserva. A gente está espalhada, dispersa. Precisamos campo para caçar e mata para plantar. Campo dá só mandioca, e muito mal. Na nossa reserva havia problemas de bebida. Agora calmou um pouco. Eu reclamo mas a turma não obedece. Há também alguma briga. Na nossa reserva parou um tal de Demétrio que não é índio. Trouxe não pinga, mas álcool.

Brancos levaram algumas famílias nossas para trabalhar como escravos. Para trabalhar no seringal".

CapitãoTapema - Rikbaktsa (canoeiro do Mato Grosso). Aldeia Eremetsaukê (Toca do coatá).

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

-"Somos 70 índios neste local. Há aldeias na boca das cachoeiras, mais para baixo. São mais ou menos 300 índios. Todos estão dentro da reserva. É bom esta reunião. Aldeia muito longe. Primeiro, não ter civilizado. Não ter facão. Usar dente de cotia. Machado de pedra. Não ter roupa. Padre João chegar. Morreu muito canoeiro".

Tatsabui (Eriberto) - Rikbaktsa.

– "Nossa reserva é boa. Está ameaçada de ser cortada. Levantamos linha de divisa, onde há demarcação que atravessa a linha de reserva, vamos colocar placa. Se encontrar alguém caçando na reserva vamos tocar fogo no rancho deles. Se continuar, matar. Um problema na tribo: há mais homens que mulheres".

Capitão Axikaruçauá - (Antonio) - Nambikuara da aldeia do córrego Tira Catinga. Missão Anchieta.

–"Estou segurando nossa terra no Tira Catinga. Nosso pessoal quer conversar com os da Serra Azul para trazer para cá. Mas Fritz da Funai está segurando lá. Branco querer matar índio. Branco tem muito. Nós está acabando. Quando branco entra na terra, que fazer? Não flecho não. Nossa terra tem arroz, milho. Semeamos gordura."

Tamunxi (Luís) - Iranxe. Aldeia do Cravari. Missão Anchieta.

– "Atrasamos porque moramos longe. É bom conhecer outros. Na reserva não aconteceu nada. Nossa gente respeita branco. Outros falar que índio é bicho. Mesmo quando fala longe a gente escuta.

Na reserva trabalha separado cada família. Comunidade planta junto arroz, mandioca. Feijão não deu. Cana já deu. Fizemos pasto para nosso gado. Caça difícil. Peixe não tem. Por isso queremos levantar gado. O fazendeiro é bom. Fizemos Páscoa juntos. Teresa, atendente da Funai, vai casar com ele, ficar na fazenda S. Paulo do Cravari.

Com respeito a Iranxe novo, menku, ele fala quase diferente, mas a gente entende. Nós fazemos força para garantir reserva para eles. Aqui não tem caça. O iranxe ficar lá garantido. Mas há perigo de pessoal entrar na reserva de iranxe novo.

Escutamos na fazenda São Paulo que querem matar Padre e acabar com índio. Faz tempo tiraram madeira da reserva. Não pagaram. Agora, americano pagou.Nossa gente só homem bastante.Iranxe casar com outros: canoeiro, kaiabí, cinta larga, cabixi, pareci.

Capitão Iananxi (Anibal) - Iranxe da aldeia do Cravari.

– "Nós está bem. Mais tarde o branco vai querer invadir reserva. Se acontecer fazenda atacar a gente eu correr Funai. A terra não é muito boa. Estou tocando pra ver se da pra nossas famílias. Preparamos pasto para o gado que Padre levou pra lá. Produzir e dar de comer pra filhos e companheiros. A terra não ajuda. Outras manhas dar alguma coisa.

Fiquei preocupado com iranxes novos. Branco queria que eles mudassem mais pra dentro. Não é possível. Onde nós nasceu, nós tem direito de viver. Padre Iasi foi levantar as cabeceiras dos córregos. Não é possível mudar. Não dá para trazer os outros para onde a gente está. Lá tem caça, macaco, porco. Aqui não tem. Queria levar gente nossa passear lá. Caçar, pescar, aliviar o braço.

Costume antigo temos de vez em quando. Fazer festa, eu vou dizer, não fazemos. Não conhecemos. Outros iranxes sabem. Fazemos brincadeira de civilizado: baile. Aniversário a gente faz boião". (Nota: a dificuldade de realizar festas típicas vem do fato dos poucos homens terem se casado com mulheres de outras tribos).

Uaikiteçauá (tito) - Nambikwara, aldeia do Tira Catinga. Missão Anchieta.

– "Nasci no rio Juruena. Os brancos mataram meu pai e minha mãe. Os padres da missão me criaram. Aprendi em Diamantino. Fui para Cuiabá e Campo Grande. Em 1947 fui para o quartel em Cuiabá, até 52, como soldado da polícia. Voltei depois e fiquei na aldeia. Nós temos muita criação, pasto. O gado foi trazido pelos padres. Feijão não dá. Arroz, mais ou menos. Cana com fartura. Quero recolher meu pessoal de Serra Azul com meu esforço.Até o fim do ano. Estão para o mato. Fora da reserva. Fomos à Serra Azul mas não encontramos ninguém. Todos estavam fugidos, esparramados por causa dos brancos".

Capitão Zunizaré (Antônio ou Tonia) - Pareci. Aldeia do Formoso. Missão Anchieta.

– "Nós somos reserva duma Companhia. Desde o princípio estamos agüentando. Queriam nos tirar daí. Não podem, pois nossos avós moravam aqui. Ninguém está ajudando. Nem a Funai. Somente eu, pela minha força. Depois desanimei. Queria sair, viver como passarinho, comendo frutinha em qualquer árvore. Mas o pessoal disse pra ficar, fazer picada, fincar marco. A terra é boa.Outro lugar não dá. As companhias vão tirando as terras. Perto de nós está o Sul da Mata. O agrimensor atravessou o rio Formoso. Eu disse: Por que você atravessou? Vou falar com o chefe da Polícia de Cuiabá. Vai correr com vocês daqui. Aí tiveram medo. Eu não sou mole. Enquanto estou vivo posso segurar. Nós somos os primeiros brasileiros.

3.2 - Levantamento dos principais problemas das tribos - Reunião em pequenos grupos.

1º Grupo: Mecaco Prego, formado por Kaiabi, Apiaká, Xavante, e Iranxe.

1 - Terra. Apiaka, Kaiabi e Iranxe não têm problema especial pois têm reserva decretada e a terra é boa. Para o Xavante o problema é mais grave e estão dispostos a lutar para garantir as terras. Estão aguardando a demarcação.

2 - Organização Interna: Enquanto Kaiabi e Apiaká estão procurando reunir os elementos dispersos, os Xavante vão procurar dividir a Aldeia de São Marcos em três.

3 - Relação com os de Fora. Os Iranxe tiveram problemas com jagunços que invadem a reserva à procura de peões foragidos das fazendas vizinhas. Entre Bororo e Xavante há o problema de área contigua com reclamações de algumas invasões por parte do xavante. Vão resolver esta problema em estudo conjunto.

2º Grupo. Gavião Fumaça, formado por Rikbaktsa, Xavante, Pareci e Iranxe.

1 - Terra. Para o Iranxe a terra não é muito boa. O Xavante apresenta o problema da demarcação. O pareci não tem reserva (Aldeia do Formoso).

2 - Assistência. Iranxe pede professor para aldeia. E a presença permanente de uma enfermeira. Pareci sente falta de medicamentos. Quando Iranxe adoece tem que correr para Utiariti.

3 - Condução. Pareci do Formoso sente falta de condução, para retirar os produtos da roça.

3º Grupo: Arara Vermelha, formado por Rikbaktsa, Nambikwara e Bororo.

1 - Terra. Bororo fala de delimitação entre eles e Xavante. Disposição de ambos de defender sua área. Nambikwara quer fazer a demarcação com seu próprio esforço.

2 - Assistência. Nambikwara reclame medicamentos, Rikbaktsa mostra problemas de malária, ocasionando mortes. Necessita borrifação periódica.

3 - Organização Interna. Rikbaktsa solteiros são levados a buscar trabalho fora da aldeia, na expectativa de se casarem, visto que na Aldeia não há moças suficientes. Nambikwara quer reunir os perentes dispersos.

4º Grupo: Onça Preta, formado por Pareci, Iranxe, Bororo.

1 - Terra. Pareci lamenta má qualidade das terras. Iranxe disposto a defender a reserva. Bororo pede que fazendeiro tome cuidado com gado invadindo terras dos índios.

2 - Usos e Costumes Pareci se queixa da falta de obediência do chefe. Iranxe sente dificuldade em conservar lingua e costumes devido aos casamentos intertribais. Bororo procura controlar uso de álcool.

3 - Assistência. Pareci diz que não é atendido na saúde nem pela Missão, nem pela Funai Pareci e Iranxe sentem falta de escola com professor capacitado.

5º Grupo: Tatu Canastra, formado por Tapirapé, Apiaká, Pareci.

1 - Terra. Pareci sente falta de reserva decretada. (Aldeia do Formoso)

2 - Assistência. Pareci (do Sacre e do Formoso) sente falta de professora permanente para criança e adulto. Falta de enfermeira. Reclama do sistema de atendimento volante. Sentem necessidade de enfermeira para atender os casos graves também.

3 - Costumes. Pareci já está voltando aos costumes antigos. Abandonaram uns tempos. Mas ainda não têm os instrumentos que usavam: flauta, jararaca, caça de nariz. Apiaká caprichando para voltar costume. Deixaram porque viviam no meio dos civilizados. Tapirapé diz que ao voltar vai fazer festa de cara grande. Está marcado

3.3 - Propostas de Solução dos Problemas - Reunião Privativa dos Chefes.

Capitão Mozuiané (Damião). Encaminhou proposta escrita à Missão Anchieta tratando de problemas particulares de sua aldeia.

Capitão Ahezumaré (João Garimpeiro) "Cada chefe, nós mesmos, vamos tomar conta. Vamos defender como policia. Não aceitar pessoa de fora do grupo. Viver como antes sem mistura. Nós mesmos vamos trabalhar. Quanto ao medicamento, vamos pedir à Funai. Mas não recorrer sempre a ela. Nas outras coisas nós mesmos. Combinamos um só pensamento que nós vamos ficar. Procurar muito Funai não resolve nada. Os chefes mesmos é que tomam conta. Assim falei. Assim aceitaram".

Capitão Iananxi (Aníbal). Iranxe. "Quanto à escola colocar minha gente mesmo. Daqui pra diante não aceitar gente branca com gente da nossa tribo".

Tamunxi (Luis) Iranxe - "Precisamos do título ; ara mostrar pro branco. Ter título de te.. na mão. Outra coisa: Missa nossa. Primeira comunhão de crianças. Páscoa. Tem que ser sempre. Cooperativa nós sabemos dirigir. Precisamos de sabão, roupa. Compramos com borracha. O resto produzir lá mesmo. A Missão é longe. Funai longe. Na hora que acontecer qualquer coisa, resolver lá mesmo".

Capitão Iopareipo (Francisco) - Kaiabi. "Peão que quiser entrar na terra minha gente não dá licença. Só com licença da Funai e minha. Às vezes chega peão de noite. Fico com dó. Dá pernoite. De manhãzinha dá café e mostra a estrada. Vai embora. Outro quis ficar 90 dias. Falei não pode. Quando vem com bebida. Eu dou em cima. Quando brigam, eu dou em cima".

Capitão Axikaroçauá - Nambikwara. "Minha gente da Serra Azul eu vou reunir. O branco da estrada faz confusão. Nós não temos reserva. Eu quero pedir reserva para nóe".

Uiraçu (Pedro) - Xavante. "Não deixar índio ir para longe, casar com branco. Os chefes devem ficar com documento das terras. Senão vem o branco, conversa e toma. É bom a gente se reunir. Pelo menos uma vez cada ano. Assim chefes se conhecem. No fim falamos: somos todos cristãos. Somos uma só família. Nosso pai que está no céu é um só. Somos filhos de Deus".

Capitão Zonizaricé (Abtônio ou Tonoa) - Pareci. "É preciso ter documento da terra pra mostrar pro branco. Vou fazer tudo por minha força. Eu sou homem, tenho direito de falar. Já ouvi muita mentira. Ninguém está tomando providência de nós. Antes de chegar agrimensor a gente já estava lá. Vou fazer por mim mesmo".

Capitão Aedji (Eugênio) Bororo. "Eu fiz a abertura da reunião dos chefes. Todos sabemos que o índio não é ativo em toda a parte. Nós temos que fazer assim: sustentar a questão nossa. Não confiar muito na Funai, nem na autoridade. Ela não vem ver o que está acontecendo. Até que venha providência já morremos cinco ou seis vezes. Dou este plano: se companheiros não concordam têm liberdade de dizer não. Mas concordaram.

Cada capitão deveria ter direito de ter

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

documento e mapa da reserva na mão. Não brigar só com a boca, mas com a força do documento. Para o índio não ser enganado. O índio é o mais fraco. Vamos agir assim, que não está nada errado. Não acusar padre, nem salesiano, nem jesuíta. Tudo saiu de nossa cabeças. Estamos declarando o que tinhamos no coração. Já há tempo que tinhamos esse na idéia. Vamos trabalhar na nossa área, vocês aqui na de vocês, nós lá".

3.4 - **Avaliação do Encontro.**

Capitão Piri (Pedro) Apiaká. "A reunião foi muito boa. Encontrou os amigos. Outra que tiver vem. Lembrar agora o que temos pra frente".

Iamuré (Vandir) - "A reunião foi muito boa. Melhor época é o mês de julho. Estou contente de conhecer a turma."

Capitão Axigoroçauá - (Antonio) - Nambikwara. "Gostei da reunião. Boa".

Tamunxi (Luís) - "Gostei. Conheci tribo diferente. Gostaria de continuar pro ano. Conhecer mais pessoal. Nunca vai esquecer. Vou contar caso do que vimos aqui".

Capitão Iopareipo (Francisco) - Kaiabí."Reunião boa. Por isso veio. Agora vou dar conselho pra minha gente. Foi assim, assim. Conheci muitos companheiros. Mês de seca é bom para fazer reunião".

Capitão Mozuiané (Damião) - "Muito boa a reunião. Conhecimento das tribos. Fazer reunião com outras tribos cada ano. Nas malocas também se reunir. Para aprumar".

Capitão Itugôga (Raimundo) - Bororo. "Gostamos da reunião. Temos que pensar nela. Chegando em casa fazer reunião com eles sobre o que tivemos aqui. Só um não é bom pensar. Fazer reunião assim, entre nós."

Capitão Aedji (Eugênio) - Bororo. "Satisfeito de conhecer outra gente. Prazer de conhecer Dom Henrique bispo. Vou reunir o pessoal da aldeia e vou contar o que se passou. Para reunir melhor é junho julho, na força da seca. Agora as estradas estão ruins."

Capitão Ahezumaré (João Garimpeiro) - Pareci. "Reunião muito boa. Já tinha conhecimento dos xavantes. Naquele tempo, se nós fosse brabo, não podia reunir. Agora nós unimos. Os outros assuntos é de minha parte. Agora tenho mais força. Mais orientação. Gostaria de ser convidado outra vez. Ao sair de casa não sabia de nada disso aqui. Coragem tinha. Ao chegar lá vou contar".

Capitão Txanko'impana (Marcos) - Tapirapé. "Vim conhecer. É a primeira vez. Não sabia, assim mesmo vim. Vou falar pra irmãzinhas, Luis. Deixei arroz pra colher. Vim assim mesmo".

Capitão Iananxi (Anibal) -Iranxe. "Reunião boa. Encontrar companheiros. Não sabia quem ia encontrar. Veio conhecer a nossa gente. Xavante, Bororo. Na outra reunião pode vir mais gente. Na seca é melhor. Mais tranqüilo. Agradeço todos vocês".

Capitão Zonizaré (Tonio) - Pareci. "Achei bom. Chego lá em casa e posso contar pra minha família. Se outra vez, quero vir".

Seremirami (João) - Falou em xavante). "Reunimos aqui. Viemos sem saber o que apresentar aos outros. Gostamos de conhecer uns aos outros, não fazer só reunião. Não deixar reunião inútil. Mas levar para aldeia. Vamos levar satisfação de conhecer chefes. Somos amigos. Podemos dizer doravante. Somos amigos.. Nós voltamos e falamos pra tribo o ouvimos aqui".

Tatsabui (Eriberto) - "Meus amigos, gostei muito da reunião. É alegria para mim conhecer estas tribos. Talvez na seguinte reunião nós possamos nos encontrar novamente".

Diamantino, 17 a 19/5/1974
(Boletim especial do Cimi, 2ª edição)

Sobre o Estatuto do Índio

A propósito do veto às missões religiosas o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) publicou o seguinte documento que transcrevemos do texto que nos foi diretamente enviado

"A Igreja só vê índio se Funai permitir", foi a manchete de "O Estado de São Paulo" do dia 5 de abril de 1974, noticiando a manutenção dos vetos do ex-Presidente Médici aos dispositivos do Estatuto do Índio que autorizavam as missões religiosas e científicas a prestarem serviços de natureza assistencial a grupos indígenas do Brasil. Essa manutenção foi garantida, no dia 4 de abril pela "maioria maciça de senadores e deputados da Arena" e "apenas oito parlamentares ficaram contra os vetos" ("O Estado de São Paulo", 5-4-74). Do final da notícia, consta que o líder do governo na Câmara, deputado Célio Borja, um dos que mais se bateram pela aprovação do Estatuto do Índio, quando de sua tramitação pelo legislativo, na forma primitiva posteriormente mutilada pelos vetos presidenciais, recebeu indicação do Palácio do Planalto para defender a sua manutenção ("O Estado de São Paulo", ibid e 7-4-74).

A comissão criada pelo Cimi, para estudar o problema elaborou a seguinte reflexão sobre os aspectos jurídicos e teológicos implicados no veto e sua recente manutenção.

I. ASPECTOS JURÍDICOS

I. Os pressupostos do veto presidencial

O veto do Sr. Presidente da República ao parágrafo único do art. 2º e ao art. 64 do Estatuto do Índio parte de um pressuposto falso: a competência exclusiva da União para prestar serviços assistenciais ao índio. Justificando o seu veto, o Sr. Presidente afirmava: "Permitir às missões a prestação desse tipo de serviço significaria partilhar esse encargo entre a União e tais entidades, pois são elas investidas no poder jurídico de ingerir-se, por decisão unilateral, na prestação de tutela que o projeto assegura ao silvícola".

Vejamos, porém, o que a Constituição Federal estabelece a respeito:

"Art. 8º - Compete à União:
XVII – legislar sobre:
o) ...incorporação dos silvícolas à comunhão nacional".

A Constituição não estabelece, portanto, um monopólio da União sobre os serviços assistenciais a serem prestados ao índio, mas apenas sobre as normas gerais que os devem reger. Legislar não é o mesmo que administrar. O citado art. 8º da Constituição, no mesmo item XVII, letra d, estabelece a competência da União para legislar sobre "produção e consumo". Ninguém com são juízo verá nessa norma um dispositivo comunista: a iniciativa particular fica, de fato, plenamente respeitada na legislação ditada pela União. Esta regulamenta, mas não monopoliza a produção e o consumo.

Não há, portanto, preceito constitucional que proíba a assistência ao índio por entidades diversas dos órgãos públicos, sempre que sejam respeitadas as normas legais. E como aquilo que não é expressamente proibido é certamente permitido (cf. art. 153 § 2º da Constituição Federal), na nossa Carta Magna há uma base suficiente para dizer que a prestação de serviços aos silvícolas não é uma "ingerência", como o Sr. Presidente pretende, mas um direito. Aliás, os artigos vetados deixavam bem claro que essa prestação de serviços só poderia ser realizada "respeitadas a legislação em vigor e a orientação do órgão competente" (art. 2º, parágrafo único) e levando em conta "os princípios desta lei, bem como a orientação do órgão de assistência ao índio" (art. 64, parágrafo único).

II. Os serviços assistenciais e o regime de tutela

O Sr. Presidente afirma que na prestação de serviços aos índios, da parte das entidades religiosas, haveria uma ingerência no regime de tutela que o projeto assegura aos silvícolas.

Em primeiro lugar, em nenhuma parte da Constituição se diz que essa tutela deva ser exercida pela União. Não haveria, portanto, nenhuma contradição se a lei estabelecesse que o órgão tutelar pudesse ser, além da FUNAI, ponhamos por a caso,uma missão religiosa. É verdade que o art. 7º § 2º do Estatuto do Índio diz que a tutela compete à União, que a exercerá através de competente órgão federal. Mas, nesse caso, o que o Sr. Presidente deveria ter apontado era a contradição no texto do Estatuto do Índio entre os artigos 2º e 7º. Por que deveria prevalecer necessariamente este último? Não em virtude de preceito constitucional. Logo em virtude de idéias e filosofias políticas que o Sr. Presidente parece querer defender e que analisaremos mais adiante.

Em segundo lugar, a própria argumentação presidencial carece de base, porque do que se trata nos artigos vetados não é da possibilidade de o índio realizar atos jurídicos para os quais se requer a assistência do órgão tutelar competente. Do que se trata é de favorecê-lo com serviços assistenciais (de cultura, saúde, etc), que, longe de constituírem um esbulho das populações indígenas, as enriquecem. Também os menores sujeitos ao regime da tutela comum podem receber serviços assistenciais, sem que, em todo momento, isso tenha que aparecer como graciosa concessão do tutor.

III. O veto e a liberdade religiosa.

O veto do Sr. Presidente da República não só carece de base constitucional, mas é claramente anticonstitucional, ao contradizer o que a nossa Carta Magna estabelece a respeito da liberdade religiosa. Com efeito, o item II do art. 9º diz:

"À União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios é vedado:
II – Estabelecer cultos religiosos ou Igrejas; subvencioná-los; embargar-lhes o exercício ou manter com eles ou seus requerentes relações de dependência ou aliança, ressalvada a colaboração de interesse público, na forma e nos limites da lei federal, notadamente nos setores educacional, assistencial e hospitalar."

Não é algo inventado nos últimos anos, mas que foi sendo desenvolvido desde o mesmo dia da descoberta do Brasil: a prestação de serviços assistenciais ao índio foi e é uma constante na atuação da Igreja católica. Negar de chôfre esse direito é claramente embaraçar o exercício da liberdade religiosa, violando preceito constitucional. A própria Carta Magna vai além da simples permissão: propicia uma colaboração em plano de igualdade. O Sr. Presidente, ao vetar os citados dispositivos do Estatuto do Índio, frisou que "essa colaboração será reputada bem-vinda e até encorajada pelo Governo Federal"; mas, ao afirmar um monopólio da União sobre o Direito a prestar serviços assistenciais, deixa entrever bem claramente que não se trata de uma verdadeira colaboração e sim de uma **subordinação,** coisa absolutamente inaceitável do ponto de vista constitucional. Para a nossa Constituição, Estado e Igreja são livres e independentes, sem relação de subordinação entre eles.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

IV. A filosofia inspiradora dos vetos.

No fundo do veto presidencial, parece esconder-se uma perigosa filosofia política: a idéia de que o sujeito primário de todos os direitos é o Estado, que "benevolamente" pode conceder uma parcela, maior ou menor, aos particulares, mas que também pode retirá-la em qualquer momento. Em sã filosofia política democrática isso é absolutamente inaceitável. Pelo contrário, deveria levar-se sempre em conta o princípio de subsidiariedade, em virtude do qual tudo aquilo que pode ser adequadamente realizado pelos grupos inferiores não deve ser remetido a uma instância superior. Por isso, se no nosso caso, grupos religiosos ou beneficentes podem prestar adequadamente certos serviços ao índio, por que reservar essa prestação exclusivamente à União? A verdade é que a capacidade de prestação da parte da Igreja está mais do que comprovada ao longo de mais de quatro séculos. Seguir a linha apontada pelos vetos presidenciais, levaria fatalmente a uma burocratização crescente da vida nacional, a uma despersonalização dos serviços e sobretudo a uma perigosa trilha totalitária, de consequências nefastas para a Nação.

II. ASPECTOS TEOLÓGICOS

I. Os parlamentares e sua "missão" cristã.

Na sua grande maioria, os ilustres membros do Congresso Nacional professam a fé cristã. Além disso, na sua totalidade, receberam o "mandato" de um povo quase unanimemente cristão. Mais do que os dados estatísticos, o que confere ao nosso povo o direito histórico de ser chamado cristão é a sua formação de berço, sua evolução no tempo a caldear valores que inspiram sua vida, embora nem sempre adequadamente traduzidos pelas estruturas da nossa sociedade.

Quem recebe um "mandato", recebe uma "missão", sempre conseqüente com os objetivos do mandatário. Eis que nosso povo cristão investiu de sua confiança nossos parlamentares, pelo legítimo instrumento do voto, para interpretarem e traduzirem em nossa legislação as marcas de sua consciência cristã. Mesmo aqueles que pessoalmente não se situam dentro do universo, da fé cristã, não podem ficar insensíveis ao tácito apelo de seus milhares de eleitores cristãos, cujos anseios e aspirações dão lastro á sua personalidade de legisladores. Estão portanto investidos de uma "missão" que ultrapassa, de muito, suas posições individuais.

A realidade religiosa de nosso povo cria vinculações muito mais estreitas e urgentes, porque vitais, do que o superado regime dos tratados e concordatas.

II. Transcendência da missão do cristão face ao poder humano.

Para quem aceita Jesus Cristo e a Ele adere, a "missão" recebe uma mais alta e mais exigente instância. Provém do Evangelho que a todos convoca e mobiliza para o essencial anúncio da Salvação, constituindo assim um indeclinável dever.

Esse mandato promana do Pai Celeste - fonte de todo poder no céu e na terra, do qual toda autoridade procede - (mesmo que se exprima através do veredicto do povo). Por Ele foi "missionado" seu divino Filho, o Verbo humanado em Jesus Cristo, fecho de abóbada de todo o Universo, para anunciar o amor salvífico. Esta missão salvadora se prolonga e consuma na ação do Espírito Santo, alma da Igreja, enviado para preencher todo o orbe terrestre, na profusão dos seus dons que se antecipam á explícita proclamação da Palavra revelada e reveladora, por uma misteriosa atuação no coração das pessoas e na alma dos povos que ainda não puderam ouvir a pregação do Evangelho.

Esse mistério da "divina economia" da Salvação, na medida em que nos é revelado, constitui-nos inapelavelmente seus mensageiros: a Boa Notícia da Salvação que nos corcerne e dá sentido á existência destina-se, por sua própria natureza, a todos os povos e a todos os homens. É da natureza de toda mensagem chegar ás mãos de seu destinatário, criando estrita obrigação naquele por cujas mãos por acaso passe... Quem tiver uma clara e sincera consciência de sua fé cristã, há de reconhecer-lhe o caráter irrevogável de compromisso e de missão que transcende todo o poder humano radicalmente relativizado pelos inexoráveis limites do tempo e do espaço.

III. A Igreja define-se como "sacramento da missão".

Constituídos, pela fé em Jesus Cristo, não membros "denominados" mas "denominativos" da Igreja, Corpo vivo de Cristo e vivo organismo da graça, a carga missionária de que somos portadores dimensiona-se como um elemento intrínseco da mística histologia eclesial. A proclamação do Evangelho, o anúncio a "todos os homens" da Boa-notícia da Salvação de Deus é a própria razão de ser da Igreja de Cristo. Neste sentido, ela pode definir-se operativamente como o "sacramento da missão", porque, sinalizando-a, é o seu instrumento na História.

Eis que a Missão não se configura apenas como uma "tarefa" da Igreja: ela é uma lei fundamental do seu existir. Portanto um direito vital, tão imprescindível como o ar que respira.

Não reconhecer á Igreja esse direito ou pretender impor-lhe limitações, equivale a sufocá-la, atentar contra a sua existência, a negar-lhe o direito á vida. Por isso a Igreja não é livre de aceitar qualquer restrição ao seu direito missionário. Seria perder sua própria identidade, profanar a soberania de Deus, Senhor do Universo e Pai de todos, trair a Fé em Jesus Cristo, o Senhor, centro da História e pólo do futuro, onde se situa nossa esperança e para onde nos orienta nossa vocação radical.

IV. Direito dos homens, dever da Igreja.

Trata-se de um direito a ser reconhecido e não de uma concessão a ser outorgada. Pela promulgação de Jesus Cristo, sob a chancela do próprio Pai Celeste que o ressuscitou, assiste a todos os homens o direito inabrogável de receber o Evangelho. A esse direito de todos os homens "pelos quais Jesus Cristo derramou o seu sangue" corresponde o impostergável dever missionário da Igreja, isto é, de todos aqueles que têm fé, reunidos na comunidade que é testemunha e arauto do Reino de Deus projetado para os homens.

Ao longo dos tempos e mesmo em nossos dias, a Igreja tem sabido cumprir esse dever, com intrepidez, por maiores que sejam os obstáculos opostos por aqueles que, declaradamente ou não, por atos ou omissão, atentam contra o plano de Deus, pretendendo negar ou limitar o divino mandato. A marca "apostólica" da Igreja de Cristo tem sido ilustrada na História pelo sangue dos seus mártires, seguidores dos Apóstolos que, todos, viveram e sobretudo morreram na fidelidade à Cruz de Cristo

V. Até nossos índios se estende a liberdade da Igreja.

Quanto aos nossos índios, cada dia nosso povo toma consciência mais aguda de sua dívida histórica. Digam-no as frequentes denúncias que aparecem nos órgaos de publicidade

Responsáveis pela Salvação que professam, profissionais da Salvação, devem os cristãos empenhar-se em "salvar" os valores humanos e étnicos dos povos indígenas, dramaticamente ameaçados pela sofreguidão do desenvolvimentismo. Entre nossos índios, sobreviveram valores congenitamente evangélicos, fruto da discrição e eficácia com que opera o Divino Espírito que habilita os corações, para além das fronteiras eclesiásticas.

Tais valores dizem respeito á Igreja e clamam por suas solicitudes, enquanto apelos e sinais a serem decifrados numa ótica de fé, como senhas divinas para um mundo em que o **humano** cede o passo ao "técnico". Nós, cristãos "civilizados", que tão facilmente nos deixamos fascinar pelos novos mitos, teremos, nesses valores, uma interpelação histórica, um desafio, um convite para converter-nos a um lídimo sentido de humanidade.

Neste terreno, não pode a Igreja admitir que seja cortada sua liberdade, pois cumpre-lhe rastrear o misterioso itinerário da Salvação na rota desses povos, a fim de captar a revelação contida naquilo que sua alta tradição chama de "sementes do Verbo" ou "preparação do Evangelho".

É lamentável que os representantes do nosso povo cristão, cristãos eles mesmos na grande maioria, cedendo a pressões de outro poder, se tenham demitido e omitido (com raras e honrosas exceções). É de temer que o veto em questão, ferindo um direito insofismável, venha a sangrar em tensões e conflitos, numa área para a qual se volta a atenção internacional, ciosa em defender um inequívoco patrimônio da humanidade.

Sem querer invadir o indevassável mistério da consciência, podemos perguntar se a "maciça maioria" que votou pela manutenção do veto não o terá feito maciçamente, sem uma clara consciência de que tais gestos não escaparão ao julgamento de Deus que costuma pronunciar-se através do tribunal da História.

(SEDOC, julho/agosto de 1974)

2ª Assembléia de Chefes Indígenas (1975, Missão Cururu)

Preparativos:

Na reunião regional de pastoral indigenista, realizada em Belém de 13 a 16 de janeiro, atendendo às solicitações dos índios, foi aceita a proposta de uma 2ª. assembléia de chefes indígenas, marcada para 8 a 11 de maio, na Missão Cururu. Uma condição seria o transporte da FAB. Consultado a respeito o Brig. Camarão, comandante da 1ª Zona Aérea, concordou em dar essa colaboração. A reunião contaria com índios das Prelazias de Macapá, Óbidos, Santarém, Guiratinga, Diamantino, S. Félix e Marabá.

Desses só faltaram os da Prelazia de Marabá. Frei Gil, que se responsabilizara pelos representantes de lá, se escusou de última hora, por motivo de força maior.

Eis as comitivas que se formaram:

Comitiva de Santarém:

Procedentes de Santarém, chegaram no cargueiro Búfalo da FAB o Pe. Iasi e Frei Ranulfo Peloso da Silva, no dia 7 pela manhã.

Comitiva de Diamantino

Partiu de Utiariti, no dia 7, no teco alugado ao Summer Institute of Linguistics, levando o Irantxe Yananxi e o Nambikwára Axikaruçanã, acompanhados pelo Pe. Thomaz Lisboa. Foi em seguida ao Posto Tatui, onde embarcaram o Kayabi Yoparelpo e o Apiacás, Piry. Chegaram ao Cururu à tarde do mesmo dia.

Comitiva de Guiratinga e S. Félix.

Partiu de Merure no dia 4, passando pelo Tapirapã com destino a Marabá. Era integrada pelo Bororo Txibaibô, o Xavante Wayrotsú, e o Tapirapé Txuãeri. Vieram no teco pilotado por D. Tomás. Aguardaram em Marabá, no Colégio das Irmãs Dominicanas do dia 5 ao dia 8. A eles se juntou o Xerente Sampré, da aldeia do Funil (Tocantinia - GO). Embarcaram no catalina da FAB, que chegou dia 8 com a turma procedente de Tiriyó e Belém.

Comitiva de Óbidos:

Saiu no dia 6 a comitiva composta de três índios: Aviri e Nesáu, Ririyó e Mosôku, Kaxuyâna, acompanhados pelos freis Bento e Paulo. Pernoitaram em Belém, na Base Aérea, e no dia seguinte embarcaram no catalina com destino ao Cururu, juntando-se a eles o Pe. Egydio, o Frei Ervano e a jornalista Eliana de "O Estado de São Paulo". No pouso em Marabá, embarcou a comitiva de Guiratinga e São Félix, Pernoite em Santarém, no Seminário Pio X. Viajaram no dia seguinte com destino ao Cururu.

Comitiva de Macapá:

O Karipuna Manuel viajou de sua aldeia no dia 5, de motor de popa, depois de caminhão até Oiapoque. Da aldeia do Rio Oiapoque, veio Geraldo Lod, Galibi. Ambos embarcaram no avião da FAB com destino a Belém. Em Macapá, o bispo D. Mariano quis cumprimentar a turma e desejar bom encontro. Aí pernoitaram por motivo de pane. Chegaram a Belém no dia 7, onde tiveram que esperar até o dia 10, quando o Brig. Camarão autorizou pouso extra no Cururu de um avião fazendo linha Belém-Boa Vista.

Comitiva da Missão Cururu

Foi integrada por vinte representantes das aldeias Munduruku, acompanhados por Frei Ervano, diretor da Missão e Frei Edmundo. As Irmãs participaram na coordenação dos serviços. Os chefes que vieram de mais longe gastaram quatro dias de viagem, dois dias a pé e dois dias de canoa. A maior parte veio trazendo a família. De alguns lugares compareceu a aldeia inteira. Reuniram-se na Missão 850 Munduruku, sendo 500 procedentes das diversas malocas.

A chegada

O encontro pareceu inaugurar-se de fato com a chegada do Catalina que pousou às 11,30 na pista do Cururu com três comitivas a bordo. No imenso gramado via-se uma multidão de índios com os chefes, os adultos, as crianças. Muita alegria e emoção nos cumprimentos. Foram os Munduruku que convidaram, por carta, os chefes indígenas e os missionários. Cada família índia hospedou um ou mais índios convidados. Os missionários se alojaram nas dependências da Missão. Logo houve almoço e no início da tarde a turma se dirigiu para o local das sessões.

A Coordenação do encontro

O encontro teve uma coordenação com a finalidade exclusiva de ajudar na dinâmica. Era composta de índios e missionários. Reunia-se entre uma sessão e outra, preparando o passo seguinte.

O local

Os próprios Munduruku organizaram o local do encontro a um quilômetro distante da sede da Missão. Para ir até lá era preciso atravessar de canoa um pequeno igarapé. O local dispunha de um grande rancho de palha, com bancos de ripas de palmeira, com suportes fincados no chão. Inicialmente fora pensado como área de cozinha e dormida dos participantes, mas logo resolveram que serviria apenas como local das sessões.

1ª Sessão

Esta sessão contou com 60 participantes índios e 9 brancos, e foi de apresentação mútua. Consultada a assembléia sobre a conveniência ou não da participação da jornalista, todos concordaram que permanecesse. Durou toda a tarde. Vários Munduruku falaram em sua própria língua. Bem assim os dois Tiriyó. Mas logo outro índio traduzia. Falavam de pé, no meio do rancho. Enquanto o tradutor falava, o autor do depoimento ficava a seu lado.

Combinou-se uma pequena merenda no intervalo das sessões da manhã e da tarde.

À noite houve cantos e danças dos Munduruku e Nambikwára.

SEGUNDO DIA

Continuaram pela manhã as apresentações até o último tuxaua.

À tarde decidiram trabalhar em peque-

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

nos grupos, denominados "aldeias", com nomes próprios e integrados por seis índios de nações diferentes.

O objetivo desta nova dinâmica era executar um levantamento de todos os problemas das tribos, em seus aspectos positivos e negativos.

À noite fizeram uma grande fogueira na área da Missão e os Munduruku, homens e mulheres, dançaram ao som de cinco buzinas.

TERCEIRO DIA

As sessões desse dia foram privativas dos índios, sem a presença de nenhum branco. O objetivo era a busca de soluções para os problemas levantados. O chefe do posto da FUNAI, tendo ido ao local com dois companheiros, também da FUNAI, foram solicitados pelos índios que se identificarem e tiveram sua participação impedida, visto tratar-se naquele dia, de sessões exclusivas dos tuxáuas.

No fim da tarde tiveram uma partida de futebol e à noite cantos e danças.

QUARTO DIA

As sessões da manhã constaram de relatórios dos assuntos tratados no dia anterior para que os encarregados pela coordenação os anotassem.

À tarde, a fim de ganhar tempo, fizeram a sessão no parque da Missão, à sombra das mangueiras. Os índios deram suas apreciações do encontro e apresentaram já seus agradecimentos e despedidas. No fim da tarde, os chefes locais convidaram todos os presentes para uma refeição em comum, que constou de carne moqueada pelas índias e farinha de mandioca. Como bebida ofereceram caxiri à base de garapa de cana. Esta trazida por um chefe, de sua longínqua aldeia.

A noite as danças se animaram. Até os Tiriyó dançaram em trajes típicos, com muito agrado de todos.

QUINTO DIA

No momento da partida dos primeiros chefes, os Munduruku ofereceram aos missionários e tuxáuas uma chiche de buriti, em frente à casa do Francisco Akai.

Os demais índios aguardaram a chegada do avião da FAB.

No dia 14, pela manhã, partem as comitivas de Óbidos, Macapá, São Félix e o índio Xerente (Tocantinia) e às 11:30 do dia 15, partem as comitivas de Diamantino e Guiratinga.

Caciques participantes: Waru (Munduruku); Aviri (Tiriyó); Musóku (Kaxuyana); Yananxi (Irantxe); Manhuari (Munduruku - aldeia do Wameri); Txibaiou (Bororo); Wairotsú (Xavante - representante); Sampré (Xerente); Txuãeri (Tapirapé); Tauhé (Munduruku - aldeia S. Maria); Nasau (Tiriyó); Piry (Apiaká); Datxé (Munduruku - aldeia Watiri); Borúm (Munduruku - aldeia o Carroçal); Axikaruçauá (Nambikwára); Yotobimainbé (Munduruku); Yuparelpo (Kayabi); Hakái (Munduruku); Hakái (Munduruku - subchefe da aldeia do Pratati); Krixi (Munduruku - aldeia Lago do Junco); Kabuibe (Munduruku - Missão Velha).

1ª, 2ª e 3ª SESSÕES

Apresentação de uns aos outros

Waru (Agostinho - Munduruku): - Padres vieram de longe. Eles querem nós mesmos. Por toda parte eles igual padres Franciscano. Os padres criaram nós. Frei Hugo, Frei Luiz me levaram para estudar um pouco, depois voltei para casar. Meu filho esteve também em Belém. Estudou escrevendo e estudando mais do que eu. É motorista tratorista. Os padres vieram assistir nós no R. Cururu. Nossa terra mesmo. Legítimo brasileiro, não temos mistura. Brasileiro mesmo. Essa terra nossa mesmo. Os brancos não podem entrar. Nós duro mesmo.

Aviri (Tiriyó) - (traduzido por Musóku - Munduruku): - Não sou chefe. Sou gente a ufa. Primeiro só pai e mãe moravam nossa maloca. Quando mãe estava com dores ele nasceu mãe morreu. Foi criado não com leite mas com garapa no algodão, Banana. Quando grande o pai levou ele para o Rio Marapí. O pai morreu. Que posso fazer da minha vida? Plantação. Pensou que estava só. Depois outros chegaram. Mandou chamar outros parentes. Ficou como chefe porque foi criado com os frutos da terra. Depois nunca tinha visto os caraiba (civilizado). Só conhecia holandês, americano. Não conhecia brasileiro. Os americanos levou ele para a outra missão no Suriname. Ele não queria ser protestante, crente. Depois chegou o finado Protásio, fazer civilização. Perguntou quem era. Disse: dono da terra. Não tinha parentes chegados. Ficou chefe. Agora está de reserva, está um pouco retirado. Não é como primeiro que mandava nos trabalhadores. Gostou desta reunião. Nós debaixo do céu, na cabeceira de todo rio tem índio, mas um corpo só. Língua diferente, nós tudo igual, todos, primeiro, usava a mesma tanga. Brasileiro criado fora, estudar. Nós nem todos boa cabeça para estudar. Os filhos homens rapazes estuda só a língua deles. Português só pouco.

Musóku (Kaxuyana): - Falar da minha aldeia como foi antigamente. Não conheci os velhos. Quando me entendi, já tinha marreteiro, negociante. Antigamente nós muito pobres, sem faca, machado. Nós não conhecia os padres. Só marreteiro. Ensinaram caçar, fazer sarga (peixe aberto salgado). Agora estou vendo que faziam covardia com nós: vendiam coisa cara, até cachaça. Nós era como menino. Quando manda fazer alguma coisa ele faz. Depois missionários, Frei Fortunato, chegou lá. Meu irmão mais velho podia contar. Para nós a nossa vida era boa. Missionário falou: Todo canto tem missão Cururu, Tiriyó. Vocês não gostam de ir para lá. Nós não conhecia, como passar para lá. Vou dar um jeito. Falar com D. Floriano. Passado um ano voltou junto com bispo e falou: Nós sabemos que vocês estão passando mal, nas mãos dos pretos, dos marreteiros. Trabalham como burro pra outro se enricar, tomando chuva, ficar doente. Vou telegrafar pra Belém pedindo avião. Será que virá? Marcou dia e chegou com motor grande, levou rancho. Foi só embarcar. Os marreteiro foram em cima dele. Mostrou papel que nós estava devendo. D. Floriano não deu confiança, mandou embarcar. Fomos para Óbidos, depois para Tiriyó. A terra não é nossa. Chegaram 39. Atualmente são 66 ou 67. Estão pouco acima. Tem casa também na missão.

Yananxi (Iranxe): - Fui convidado. Fiquei de acordo para conhecer povo daqui. Viemos pouco, avião pequeno. Como nosso amigo estava dizendo, a missão ajuda com remédio. Tendo reserva, nós não deixa branco invadir. Nós precisa da nossa área. Outro chefe, Alípio, primeiro. Depois fizeram reunião escolheram eu. Disseram: vamos resolver um caso, vamos ver quem vai ficar chefe toda vida. Se vocês concordar. Até hoje estamos bem. A missão ajuda salvar a vida da gente para continuar a vida para frente. Nós precisa da nossa área. Muito índios no Brasil. Se outros índios tiver problema de terra, nós podemos acudir para vocês.

Manuari (Oscar - Munduruku - aldeia do Wameri): - Fomos convidados pelos tuxauas daqui. Estou satisfeito em tudo com parentes, que vieram de longe. Nambikwára, Apiaká é meu primo. Estou alegre e satisfeito. Não sei se todos estão satisfeitos. Não sou munduruku. Nasci no Igarapé onde estou morando. Tenho dois nomes Manhuarí e Baurebe (munduruku). Quando me entendi já havia padres. Missão Velha, Frei Luiz, Frei Hugo. Madre Coleta brasileira outra alemoa. Finado papai não sabia ler e escrever. Era índio. Mamãe era civilizada. Por intermédio de Frei Luiz e Hugo eu vim para cá. Estudei um pouco. Não aprendi bem. Aula era pouco. Eu já era rapaz. Nós tinha serviço. Trabalhar um pouquinho. Frei Plácido, ele mesmo ia levar merenda pro centro. Pessoal conseguia madeira. Tinha só casa. Estudei um pouco. Não sou sabido. Escrever, rezar, de tudo um pouquinho. Estou satisfeito com esses padres. São pai. Tudo mundo está satisfeito com os senhores, que vieram de longe. Meu pai era Kokama do Alto Solimões.

Txibaibou (Lourenço, Bororo): - Vizinho dos Xavantes. Sou chefe para as terras. Meu pai é chefe geral: Eugênio Aidji. Atendemos convite, Xavante, Tapirapé e Bororo em sinal de união. Todos somos brasileiros, mais brasileiros do que os civilizados. Somos filhos legítimos desta terra. Temos todo direito de ter um pedaço de terra, nessa terra que é nossa. Os brancos querem tirar nossa terra, querem acabar com nós. Devemos estudar como nos defender dos brancos e temos esperança de vencer os fazendeiros. Os brancos consideram o índio como bicho, mas somos gente como eles. Temos corpo, temos alma, sabemos pensar. Devemos confiar nos padres que defendem nós. Até dá a vida por nós. Nosso problema é terra. Temos muita briga com fazendeiros, como Pedro Xavante. Temos confiança nos padres. Não podemos confiar muito na Funai porque ela ajuda os fazendeiros. Estamos aqui para saber como defender nossa reserva. Um vai ajudar outro para saber como fazer.

Wairotsú (Pedro, Xavante): - Vou representar minha tribo. Não sou chefe. Chefe ainda está em Brasília. Há sete anos estamos lutando pra conseguir um pedacinho só. O branco está ocupando tudo, por isso cortamos um pedacinho só, para poder caçar, pescar, viver. Fazer outra aldeia. Muitos fazendeiros não querem sair, não querem deixar nem mesmo com polícia. Vai na casa deles dizer que não quer sair. Mesmo assim vamos lutar. O Brasil era cheio de gente, de índio que vivia espalhado. Nós junto com vizinhos Bororo estamos lutando. Até seis meses atrás, um ano atrás, fomos visitar outra aldeia Xavante. Chegamos à noite. De repente chega a notícia que lá onde eu estava ia sair confusão. Os brancos iam atacar. Nós iamos atacar também. Ninguém tinha coragem de entrar. Pedimos socorro a Cuiabá. Vem tenente, polícia, que pega revólver, metralhadora, canhão. Sabem que é canhão? Os missionários nos ajudando. Viajar noite inteira para não sair confusão. Nosso diretor para não sair confusão. Ainda não entregaram terra para os índios. O decreto já saiu. Falta só isso: dinheiro para indenização. Isso queria dizer para vocês, para saber o que nós sofremos para defender nossa gente. Missionário que estão dando por nós a vida, dando conhecimento para nós. Porque o branco vai aumentando, só o índio ir para o abismo. Nós podemos ficar mais amigos conhecendo índios de outras tribos. É a segunda vez que estou participando dessa reunião. A outra foi em Diamantino. Todos os Xavantes saber o que fazemos, como são os outros índios. Nas aldeias muitas perguntas. Vou contar.

Sampré (José Carlos - Xerente): - Meus irmãos, chamo de irmãos porque sou índio. Sou irmão da mesma cor, do mesmo massacre: Tenho o mesmo sangue. A recepção foi uma surpresa, que gostaria que fosse para autoridade. Tive vontade de me afastar. Precisei me controlar. Tive um grande abalo vendo a recepção. Criança correndo alegre. Conheço muita aldeia, onde vi muita pobreza. Carro entrando nas aldeias. Só conhecia os padres pregando sermões. Não conhecia os padres defendendo os índios. Aqui vi o direito que eles mostram e dão. A mesma coisa que os Xavante, os Karakati e outros precisam de um turrão para cavar um buraco para tirar água. O Cimi e a Missão só terão força com o grito de vocês. O Cimi espera o apoio de vocês.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

Txuãeri (José - Tapirapé): - Vim saber como é a vida do índio. Não temos terra. Temos casa, roça, mas estão tirando nossa terra. Terra não está marcada. Eu não queria vir. Tenho minha casa pra fazer. Quem vai? Estava fazendo farinha pra pagar a arara de D. Tomás. Acho que não vou, ninguém vai terminar meu serviço. Está marcado, você vai. Mas não sei como falar. O Março (chefe) falou que falar de nossa terra que não está marcada. A Funai esteve lá, depois foi embora. Não ajuda a nós. Marco falou para ver se índio daqui tem terra marcada. A nossa não está marcada não. Só nós fazendo roça.

Tauhé (Floriano - Munduruku, Aldeia S. Maria) : - Prezados padres e amigos índios. Eu também sou índio. Meu pai foi Munduruku. Estudei no colégio dos padre. Escrever e contar pouco. Muito satisfeito com estes aqui no meio de nós e Munduruku que vieram de longe. Eu gastei um dia de casa até metade do caminho, de canoa. Vim porque fui convidado pelo chefe da Missão S. Francisco. Sou chefe. Vim representar no meio dos meus parentes. Se nós ajuda a Missão a Missão ajuda nós. Nós compra café, açúcar, querosene, munição. Compra pouco mas dá pra viver.

Nasau (Mário - Tiriyó, traduzido por Mosóku): - O chefe da Missão falou sobre nossa missão. Ele veio para conhecer a terra. Foi convidado pelos amigos. Ficou alegre. Gosta de andar. Não é velho, mas sabe e manobra trabalho. Primeiro eles não gostava de ninguém. Maltratavam, judiavam. Não gostavam que ninguém vinha na aldeia. Depois missionário chegar. Também não gostar. Frei Protásio aprendeu a língua deles e depois ensinava na língua deles. Agora gosta de todo mundo: de vocês, de outras pessoas. Eles brigam também com nós. Só escuta falar Missão Cururu. Viemos para conhecer bem a vivência. Perguntou se nós está gostando dele. (Naturalmente, responderam todos).

Lá tem grupo da mesma tribo, mas não gosta que gente vai pelas casas deles. Pergunta se pode ir pelas casas de vocês e falar com qualquer um. Primeiro não era cristão, não conhecia Jesus, Deus. Eles pensavam que o Deus era o pai deles, que manobrava tudo.

Piry (Pedro - Apiaká): - Vim convidado pelos nossos patrícios. Índios que não conhecia. Xavante, Bororo já conhecia. Outros não conhecia. Vim para estudar nossos problemas. Quem vinha eram meu irmão, ma. muito gripado. Escolhemos, vim eu. Derrubamos cinco alqueires para fazer pasto para gado. Ter leite para nossas crianças. Leite está muito caro. Há pouco dos nossos que estão pelo mato. Os antigos andaram por aqui, fazer fogo no mato para tomar as mulheres. Estão ainda separados.

Datxé (Pedro - Munduruku, aldeia Watiri - traduzido por Waru, Agostinho): - Conhece todas as malocas velhas. Conhece esses rios. Onde vocês vai morar toma conta deles. Ir trabalhando com os padres. Eu fiz minha casa aqui. Dar tratamento minha filha. Plantar café, laranja, toda plantação. Quando estou ajudando missão cortando borracha. Os padres não podem ficar lá. Água muito fria. Andar a pé. Depois foi acostumando. Meu sogro foi criado assim. Eu casei com filha dele. Agora não tenho mais filho. Só pequeno. Agora estou ajudando todos. Estou bem aqui.

Borúm (Aracy - Munduruku, Aldeia Carroçal): - Estudei aqui. Vim para conhecer índios novos. Meu pai morreu aqui. Eu sempre venho de vez em quando, quando faço produto. Os padres são bons para todos. Gostam das pessoas. Farinha, sorva, os padres compra e vende pra baixo, pra nós comprar. Eu trabalhei. Eu não sou sozinho. Tenho muitos irmãos. Estou garantido. Deixar pais e irmãos é muito duro. Conheço até Cabruá. Conheço rios. Nasci no campo. Fui descendo no igarapé. Escolhi lugar Carroçal. Desse lugar não saio mais.

Axikaruçauá (Antonio - Nambikwára): - Posso falar. Gente tem boca. falar. Eu chefe de tudo até onça. Padre não sabia. Iasi não sabia. Serra Azul: Pessoal posto gasolina, moço eles mataram ele. Tomás não sabia. Roberto, meu primo trazer notícia. Ele escutá no ônibus, estrada grande. Ói, você não falar pra Tomás pra Funai. Tirar gente, deixar só pouquinho. Eu não quero índio mistura com branco. Roberto trazer notícia. Eu guardar escondida. Chefe não tem coragem. Tem dois chefes Aristides, mas não aguentar. Mulherada dele não gosta viver perto Uirapuru. Eu fosse lá tem coragem. Vou até lá a pé, até Serra Azul. Cinco rios, dez dias de viagem. Vai a pé. Onibus muito caro. Chefe deles Aristides não aguentar. Eu aguentar. Eu fui com americano conhecer Paranatinga. Conhece de tudo. Pessoal não conhece nós índios. Pensa que é gente do mato. É gente, não pode correr atrás. Arma assusta eles. Por isso correr. Não pode correr atrás. É gente. Eles atacar gado. Tito correr atrás não pode. Eu falar padre não trazer munição pra ele. Fala escondido esse passageiro: não pode falar esse padre. Vou Serra Azul. Sr Fritz não cuida nada. Não tem boca pra falar. Eu tenho. Fazer força. Trazer tudo pra cá.

Nota ao depoimento de Axikaruçauá:
Refere-se aqui ao fato ocorrido nas áreas próximas à reserva dos índios Nambikwara:
Três índios Nambikwára, depois de trabalharem durante semanas, para brancos, reclamam o pagamento. Foi-lhes negado. Resolveram ir para sua aldeia e foram ameaçados. Dormindo em um rancho, tiveram um branco, armado de revólver, para impedi-los de sair durante a noite, permanecendo com eles nos mesmo rancho. Um dos índios, após combinação prévia, fez intenção de fugir e foi logo impedido pelo branco; seus colegas, então, deram com um pau na cabeça do branco, ferindo-o mortalmente. Feito isso, arrastaram o corpo até perto de um córrego e o enterraram. Fugiram para sua aldeia. O corpo foi descoberto no dia seguinte e logo iniciaram as diligências para averiguar os culpados. O branco era o responsável por um posto de gasolina na BR-364, próximo à reserva dos Nambikwára. Os índios acima referidos e todos os seus parentes ficaram quase dois meses desaparecidos no mato. Aos poucos, quando a ação de repressão ou busca acabou, os índios voltaram a ter menos medo e retornaram para suas aldeias.
Ultimamente, os índios estão falando que o índio responsável pela morte do branco, foi levado para Cuiabá, iludido, e até agora não voltou, e desconfiam que esteja preso.

Yotobimainbe (Lauro - Munduruku):- Meu pessoal chegou. Fui chamar todos, não foi padre não. Eu mesmo chamar todos. Índio nosso não é brabo não. Quase civilizado. Chamamos todos. Conhece pessoal novo do mato. Padre também não conhece. Queremos falar um pouco para conhecer. Aquele compadre, aquele que vem do campo do Cabruá não conhece. Eu me criei aqui. Pequeno não tem roupa, padre mudar roupa. Depois fui embora. Depois voltar meio grande meio brabo. Papai, já velho contava tudo para mim. Nós de antigo não vai por esses campos de Cabruá. Não chega perto de branco. Já vam barco grande flechar canoa, e depois vei embora. Flechar da beira da canoa. Chega beira do Cururu. Frei fazer maloca. Ninguém conhece, só giria. Estudar pouco. Eu não estuda. Não me criar aqui. Se fazer casa aqui no meio dos padres e das irmãs, fiquei bom estava muito doente. Agora todo o meu pessoal que estava fora, vem tudinho. Eu mesmo avisei. Capitão está tudo morto. Só gente nova. Antigo não tem mais, só pouco velho.

Yupareipo (Francisco - Kayabi):- Dá licença. Falar um pouco. Vim aqui. Irmão chamar. Navio buscar castanha. Falar pouco língua. Fui criado no meio civilizado, Paranatinga. Agora conhecer língua. Vim aqui pra conhecer. Xavante, Bororo conheci. Outro, esse aqui não conhecia. Antigamente foi assim. Nós não ter machado. Era pedra. Não tem fogo. Primeiro era pagão. Agora civilizado, batizado. Nosso Pai do céu. Antigamente tinha pai, mãe não conhecia. Criado Paranatinga. Antigamente meu pai contava. Aquele passarinho. Apiaká queria, turma não dá. Turma não dá pra ele. Pessoal vai embora, vai procurar periquito, passarinho, que vi aqui mesmo. Primeiro nós morar junto. Sair briga. Não é briga, só divisão. Pessoal não dá passarinho. Eu primeiro que acompanha padre João. Conheci tudo lugar, cabeceira do Paranatinga. Primeiro não conheci civilizado, não tem ferramenta, como viver? Meu pai chamar pra ficar junto com ele. Conhecer meu pai. Trabalhei tudo lugar. Fui pra Cuiabá, um mês, três meses. Depois tinha índio brabo, canoeiro. Com padre ir amansar canoeiro. Agora conhecer padre. Gosta todo mundo amigo. Vem meu cása eu dar comida. Bebida não ter, dar comida. Eu levantei posto. Meu pai foi e meu cunhado. Polícia buscar nós. Eu fui lá. Armamento pra lá. Eu não sou bobo, não, eu falar. Agora fazendeiro que vem eu fui pra cima dele. Agora japonês já não aparece mais. Esculhambou nos. Mandai empregado Funai, não mexer com nós. Amansar nós nao, nós entrar no meio do civilizado. Agora cristão, batizado. Não faz confusão. Padre João falar. Seu pai fazer assim. Dois barcos chegam. Machado ir para cima.

Hakái (Francisco - Munduruku): - Não sei falar bem português. Falar pra todos. Vieram aqui com nós cinco. Tapirapé, Kayabi já conhece. Esse (Iranxe) não conhece. Sou criado aqui, mas nasci lá embaixo. Estudar um pouco, escrever. Estou trabalhando como mecânico. Sei pouco trabalhar. Com três mecânicos: nosso chefe primeiro alemão, agora nosso chefe Frei Ervano.

Hakái (Hugo - Munduruku, subchefe da Aldeia do Pratati, traduzido por Floriano:- Prezados amigos. Ele falou assim:

Como ele é um tuxáua da aldeia ele e o irmão mais velho Hilário. Ele não é velho, mas o pai foi velho. Primeiramente morava na cabeceira do lago onde mora Tomé (Bom Jardim). Ali se criou. O pai o levou lá. O pai morreu. Ficou como tuxáua. Disse que a Funai queria entrar a força. Tomar terreno da aldeia. Eles não consentiram que Funai tomasse a aldeia. Não é os padres que não quer. nós índios não consentimos que a Funai entrasse no meio de nós. ele trabalha, entrega produto aqui, compra o que precisa. Os padre tratam bem dele. Eles também tratam bem dos padres. Eles tem roça, café, laranja, roça. Agora, disse que mandou menino buscar cana pra tirar garapa e fazer mingau pra tudo nós. Ele está muito satisfeito com seus colega índio. Os antigo também, aos outros que vêm de longe eles dá boia e bebida. Assim também ele quer fazer.

Sampré (Xerente):- Fiquei muito satisfeito em saber que os irmãos não apoiaram a Funai . Ela não dá assistência que os padres dão. Quando índio sabe, quando vai até Brasília, Funai diz: esse índio é safado, não presta. Vocês foram convidar os patrícios do posto da Funai , eles não deixaram vir. Eu vi coisa que não tem em posto algum. Eu vou voltar à minha aldeia do Funil, pois sei que lá tem irmã. Funai não deixa padre entrar na aldeia. Quem bem soubesse, não aceitaria a Funai : Ali está a comadre (referiu-se à jornalista), que vai lançar publicamente, mas vou falar. Essa reunião é uma força para planta que está seco crescer.

Krixi (Juliano - Munduruku, Aldeia Lago do Junco - traduzido por Antônio):- Meus irmãos, o pessoal, vieram de longe, os padres, os índios é a mesma pessoa nossa. Está perguntando se tudo mundo está satisfeito. Nós também estamos satisfeito com os padres e irmãos que vieram de fora. Ele trabalha na aldeia pequena para fazer um produto e vender aos padres, para comprar mercadoria.

Kabuibë (Antônio - Munduruku - Missão Velha - traduzido por Floriano):- Tinha cinco velhos antigos. Depois morreram. Pai dele foi muito velho, não podia mais trabalhar. Os irmãos dele trabalhavam para o velho. Primeiro pai morava no campo, muito longe. Naquele tempo vinha comprar o sal a três dias de viagem a pé. Depois mudaram mais perto, lugar Kapitu. Vieram mais perto porque a Missão mudou para cá. Eles ficaram na missão velha. Ele ficou como chefe. Primeiro são muito, noventa e tantas pessoas. Agora se dividiram. A metade no baixo, moravam aqui no Junco na aldeia dele. O filho dele queria vir para cá, com muita vontade dele.

Então veio com pessoal todo. Ele faz produto, vem aqui. Daqui pra baixo não tem comércio. Os padres foram bons. Frei Hugo, Luiz. Depois chegou Fr. Plácido. Se algum dos colega aqui for à casa dele, vai levar pra dentro abraçando mesmo.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

Txuãeri (**José - Tapirapé**):- **Eu acho que a terra dos Munduruku está marcada. Aqui tem padres. Parece três ou quatro padras. Lá não tem padre. Só Funai. Nós falar pra Funai mander arame. Ela não mandar porque com arame ele ficar com terra. Aí, só pensar, na Takana. Não falar pra Funai. Está pensando como fazer. Nós ia acabar, antigamente só duas casas. Agora aumentar. Precisamos terra. Faze ideiro não gosta. No tempo do padre Francisco (Jentel) é também assim: fazendeiro tirar terra dos posseiros, pessoal falar que precise assustar para ver que Tapirapé querer matar posseiro. Nós não briga nào. Se ele matar nós mata. Nós era muito, está acabando. A policia foi até na aldeia. Um barco cheio. Marco disse que se vier policia, não deve correr. Policia encostou. Todo mundo foi ver o que quer. Índio Tapirapé não vai armado na aldeia de outro. Índio não é bicho, não é porco porque ir armado?! Eu venho aqui para ver. Não tem quem cuida minha mulher. Não tem pai. Só mãe de criação, mas marido está doente. Não sei se meu irmão está cuidando de meu filho. Tenho três irmãos. O menino é danado, quer comer sempre. Pai de minha mulher morreu, matado por meu tio, porque eles mataram o pai.**

4ª e 5ª SESSÕES

Trabalho em grupos

ALDEIA UÉ (Capivara) - **Participantes:** Xerente, Bororo, Munduruku e Nambikwára. Disse o **Xerente** que todos sofrem o mesmo massacre. Invasão de civilizado, matando filhos. Estamos sem apoio da Funai - não defende. Pessoal joga gado em cima da terra do índio. Aldeia de Funil está a irmã. Os curador mais velhos estão se acabando, os novos não tem mais o conhecimento que os velhos tinham. Até a polícia de Tocantínia atacava os índios montada a cavalo. Outros índios da região também sofrem sem atendimento. Quando se chega índio já morreu. A Funai não paga hospital. Assim se vive ali na região dos Xerente. Agora fizeram a reserva lá. O Inspetor de Belém (Delegado Regional da Funai) não atende a gente ali porque diz que pertence a outra delegacia. Vou sair para longe da Funai e vou para a Missão. Vou para longe da Funai e vou para a Missão. Já sofri muito com o SPI. Xerente ainda fazem festa, dança, festa do inhame, do mel, do corte de cabelo. Têm a sua língua. Quando chegam da caça não arriam logo mas esperam chegar curador velho. Aí arria devagar. Curador velho canta e reza pra Deus. Quando filho nasce fazem resguardos. Pai não come farinha de puba, não mata cobra, não ajunta pena, não come mel só depois que passou mel na cara. Quando morre alguém choram. Quando índio vai viajar reunem com ele e cantam e choram com ele. Aí ele vai se tratar longe. Quando volta é outra festa de alegria porque ele foi e voltou. Quando lua sai bonita, todos cantam. Cantam de cabeça baixa. Só chefe olha pra lua. Toda lua cheia nós canta e faz festa. Mas desde que veio a civilização sofremos demais. Veio a gripe que não tinha antigamente e os curador já também não conseguem mais curar. Tuberculose é que mais maltrata Xerente hoje.

Falando o índio **Nambikwára** disse que na sua terra também é assim. Caçam também de noite, aí matar bicho, aí chegar. Mulherada fazem chicha. Carne secar. Aí cuinha pequena sentado todo mundo fileira, pegar chicha beber. Comer beijú aí fazer festa. Outro dia caçar de novo. Caça um pra cá outro pra lá. Filho também vai caçar. Outro dia matou cepo de veado. Aí chamar mim e treze pra casa. Chamar gente, dividir caça com toda aldeia. Fazer chicha e beber. Tem serviço bastante, tem canavial, seis roças, derrubada grande, arroz. Está perdendo porque falta saco. Querem fazer farinha pra vender. Usa tanga, enfeite de braço e perna. De antigo tem ainda bastante. Usam remédio de mato, mas não tem para doença de civilizado. Experimentar remédio de mato, mas não ajudar. Pedir Padre, arrumar remédio doença civilizado. Agora nós tem. Tem cooperativa. Neste ano não aconteceu doença grande. Está bom. Tem um grupo em baixo que não quer chegar. Branco vai apertando. No lugar Serra Azul eles quer matar branco. Vou sondar branco na estrada. Padre vai junto na Serra Azul, falar com povo dali.

Os **Munduruku** plantam roça, colhem mel, fázem fogo, boia depois come, preparam café mingau, caçam. Plantam milho, batata, cará, mandioca, banana. Farinha puba, manicoera. Fazem festa com dança.

ALDEIA KENEBIT TAIBIRIPKA (Muricizal) - **Participantes:** Apenas índios Munduruku. Traduzindo para o português o que foi dito pelo participantes, o índio Floriano disse: Estes aqui estão mais acostumados com os padres enquanto a Funai não fornece mercadoria. Aldeia Cabruá está mais ligada com Funai e vai para toda parte fazer negócio: Jacareacanga, etc. Nós não temos queixa com os Padres, pois fomos criados. Só falta para mim é o café. Plantei muito mais secou. Na minha maloca, eu e a mulher e os filhos e outros parentes, mais de 38 pessoas, vivemos unidos. E agora estou ensinando os meninos porque quero menino bem educado. Depois eles vem para estudar na missão. Tenho pouco dinheiro mas dá pra viver. Embora outro índio esteja longe a missão não esquece dele, quando estava doente, mandou chamar.

ALDEIA FORMIGA - Participantes: Tapirapé, Iráintxe, Munduruku, Tiriyó e Kaxuyána. Para os **Iráintxe** o trabalho vai bem segundo orientação da Missão. os remédios são mandados pelos padres, mas o grupo os organiza, sem gente branca. A escola funciona. Nós mesmo arrumamos. Nós gostamos da missa, que o padre de vez em quando faz. No trabalho na roça padre não manda. O chefe dirige o trabalho. Nós mesmo temos que tocar pra frente. Certos problemas o padre é que leva pra frente. Está prometido a demarcação da área. É preciso ter o decreto da terra na mão porque dá mais segurança. Nós já temos. Nós tem problemas com fazenda, mas elas cercam a reserva. Criamos gado para a comida, porque não tem lugar para caçada. Quando acaba trabalho tem festa de cinco flauta. Estamos fazendo esforços para voltar às festas antigas, conservar enfeite, as flechas, etc.

O **Tiriyó** planta legumes perto da missão para casa, família. Cria porco, galinha. O grupo vive alegre, aos domingos tem missa, à noite brincadeira e bebida. Hoje passa bem, antigamente não tinha recursos. Hoje tem remédio, farmácia. Só falta doutor. O mal é a gente da família que pede e não paga. Pedem faca, machado até rede, mas não pagam. Uma coisa ruim é enganar os outros. Gente tem que falar certo. Lá não existe Funai, só FAB e Missionário e também enfermeiro apoiado pelo governo. Escola foi trazida pelo padre, mas no momento não tem aluno nem professor.

Os **Kaxuyâne** plantam banana, cana porque nada tinham para comer quando chegaram. Só o missionário tinha. Tem muita criança e passando bem. Criam galinha e porco. Compram e vendem na missão. Tem plano de fazer capelinha e roça maior. Vivem com os Tiriyó há sete ano e vão bem. Não deixaram de dançar e cantar. Fazem isto entre outubro e dezembro, quando todo trabalho pára. Assim como as férias dos brancos. Os novos não fazem enfeites. Ainda fazem seus instrumentos. Espécie de tambor, instrumento de casco de tracajá.

Estamos bem na Missão, diz o **Munduruku.** Plantamos roça, arroz, cana, banana. Não foi o SPI. Também nós afastamos o pessoal da Funai que ia fazer o segundo posto. Quando ele fala que vai trazer chefe, a gente diz: deixa vir, que a gente bota pra trás. A terra é nossa, mas sem demarcação nem decreto. Nós bem sabemos o que é a Funai e o que ela faz... Toda mercadoria é trocada na Missão. A escola vai bem. Professora não é índia. Medicamento tudo dado pelo padre. Tem muita gente se tratando. Tem gado, mas é dos padres. Só galinha e porco são nosso.

ALDEIA LAGO DA CIGANA - Participantes: Xavante, Kayabí, Munduruku, Tiriyó. Sobre problema de terra disse o **Xavante:** As terras deles estão demarcadas e que eles têm o decreto em mãos. Entretanto há ainda um bocado de posseiros dos quais se querem ver livres, mas está demorando a indenização dos intrusos, o que atrasa o despejo. Não querem estrada cortando a reserva. Foi iniciada mas conseguiram fazer parar a construção. A estrada dividiria a terra e o grupo; o pessoal que vai pela estrada traz doença, atrapalha os índios, explora os índios porque querem comprar barato e os brancos que são safados querem bulir as mulheres do índio. Daí nós botar todos os brancos fora da reserva o mais breve possível, não permitir estrada e combater com todos os meios essa estrada.

O **Kayabí** disse: tem terra boa e bastante, mas ainda não demarcada. Foi prometida para o fim de maio. Estamos esperando. Não existem posseiros nas terras. Só a questão com o japonês vizinho.

Tiriyó: Nós temos dificuldade com os irmãos de tribo do lado do Suriname, que condenam as coisas dos velhos porque americano, pastor do Araraparu proibiu danças, cantos, festas, bebidas também fumar. Tudo o que conhecia dos velhos, porque pecado, depois castigo, fogo grande, grandes chuvas. morrer alma.

ALDEIA BIO (anta) - **Participantes:** Apenas Munduruku - **Amâncio** diz: Estou gostando lá de casa. Bom pra mim porque tem caça, queixada, caetetu. Toda caça. Peixe também um bocado. Como à vontade. Tem roça estou brocando para fazer outra: abacaxi, cará, cana, banana. As vez tem febre no pessoa, malária, desenteria. Quando fica doente procurar remédio na Funai. Somos seis famílias; tenho cinco filhos. Mais ou menos 50 pessoas. Umas 20 crianças. Antigamente tinha as festas. Não estão preocupados com escola. Tinha até terceiro primário.

Em nome de **Saurotian,** disse ainda: Veio assistir festa e ver pessoal que veio de longe. Não sabia se havia gente que vem de longe. Antigamente o pessoal daqui que foi com Caiapó, que morava aqui. Fugiram e espalhou: Apiaká, Nambikwára. Tuxaua chamava Daibí, saiu daqui e virou Caiapó. Era Munduruku. Moravam muito aqui. Depois repartiram. Quando foram pro mato faziam guerra para matar. Morreu muita gente nossa.

Vim em lugar de meu pai, disse outro chefe, porque ele foi pra Belém. Só nós que mora lá: pai, mãe, eu e meu irmão.- Eu tenho três filhos. Temos roça. Muito café plantado, banana. Faço roça sozinho; casa também. Tres meses fazendo. Mora no lago mesmo aqui. Muito tucunaré no verão. Pega com anzol. Caça com arma. Flecha só peixe.

Saú diz que Munduruku da Missão não tem mais festa, nem de iniciação, nem de casamento. Nem quando morre. Só faz chorar.

Amâncio explica que no Cabruá tem tambor. Tem festa. Faz mingau de manicoera e faz festa e toca instrumento. Aldeia Paratati tem. Convida os índios das malocas. Toca o instrumento que tem lá. Feito de pau oco. Tem três instrumentos. Mulheres não podem ver. Toca dentro de casa. De noite sai pra fora. Toca noite toda. Dia clarear, guardar.

Krixi trabalha com os padres em carpintaria. Faz mesa, armário, etc. Dos sete filhos, quatro estão na escola.

Ninguém escreve em Munduruku, diz **Amâncio.** Tem americano que dá livro de Munduruku. Vem aqui de vez em quando. Na FUNAI e na Missão. Algum da Missão trabalha na Companhia. Vem apanhar de teco. Uma hora de viagem. Fica um mês a três meses. Leva solteiros e casado também. Quem foi está gostando.

ALDEIA S. FRANCISCO - Participantes: Apiaká e Munduruku. Para **Apiaká** tudo bem em assunto de terra. Estão aguardando demarcação para o próximo mês. **Munduruku** não tem noção exata dos limites das suas terras. Não estão demarcadas.

Os Apiaká conhecem dinheiro e utilizam-no. Produzem borracha, castanha, etc. Não trabalham para fora. Fazem comércio só com a Missão.

Os **Munduruku** não conhecem bem o dinheiro; embora o utilizem. Produzem farinha sorva, castanha, tapioca, artesanato, criação. Não têm gado.

Quanto à saúde não há problemas entre os Apiaká e Munduruku. Apiaká tem gente na aldeia que sabe aplicar injeção e dar remédios, que são fornecidos pela Missão, a partir do posto dos Kayabí. Os Munduruku, quando alguém fica doente, recorrem à Missão. Nas aldeias ninguém sabe fazer injeção. Não tem remédio.

Mais de um ano Apiaká não tem professora. Esta procurando. Escola Munduruku tem só na Missão, mas professora é de fora. Criança de outra aldeia vem estudar na Missão. Fica na casa de parente. Adultos não tem instrução. Gostam de aprender conhecer dinheiro e fazer conta, mesmo que não sabe escrever.

9ª e 10ª SESSÕES

Relatórios da reunião privativa

Txibâlbou (bororo) - Fomos convidados pelos Munduruku para ver problemas e modo de melhorar. Hoje vamos falar o que falamos ontem. Falar bem, falar mal? Falar verdade. Reunimos de boa vontade.

Sampré (Xerente) - Vou despedir-me dos amigos, da reunião. Vim de boa vontade. Não vim ganhando nada. Só passagem. O que precisamos é uma força de união para resolver nossos problemas. Estamos sofrendo. Meu chefe é Baioque. Pedi aos meus irmãos Munduruku para não vacilar e ficar unidos. Pedi a Deus para não desanimar no nosso sofrimento. Quero vontade de voltar para Aldeia Funil. Irei para lá para fazer força e dar uma força. Nosso sofrimento começou com o primeiro navio,que chegou ao Brasil. Na Aldeia Funil tem terra demarcada. Lá não aceita padre. Tem uma irmã. Que Deus abençoe para chegar a missão para resolver terra.

Marú (Munduruku) - Estamos unidos índios Munduruku, Xavante, esses todos colegas. Quando voltar para terra deles vão sentir. Estamos querendo bem deles. Padres missionários vieram para nos ajudar para melhorar nós aqui, o mesmo para vocês. Nossos avós eram guerreiros, tomaram essas terras com muitas dores, mesmo. Agora nós índios Munduruku, os antigo eram guerreiros mesmo. Os Munduruku cercavam o navio lá no morro no Santarém. Milhares e milhares de índios lançando flecha. O navio recuava. Munduruku guerreiros por toda parte. Meus avós contavam isso. Nós mesmo estamos espalhados. Aqui nos campos, maloca Karakupi. Ainda nós conhecia pedra onde fazia beijú. Naquele tempo ainda não usava farinha. Aquela pedra custa para esquentar. Ali fazer beijú.

Hakâl (Munduruku) - Escola. Estamos adiantado, dois filhos na escola. Sabem ler, escrever. Uma bem adiantada. Eu também não aprendi bem agora não posso ajudar mais. Se estudasse mais melhor.

Yoltobimainbé (Munduruku) -"Falar um pouco último dia. Senti um pouco, pessoal veio de longe. Agora não conheci tudo padres. Nós dois Chico e eu mandar pessoal para ajudar, fazer seguro nossa terra. Chamei pessoal daqui, ajudar assim vai. Sózinho não. O velho tudo que se fizeram deixaram panela, não deixaram. Arco flecha á nosso. Saco feito de tukumã que antigamente fizeram para pegar peixe. Tudo pescar: mulher, criança. Depois chegar, chamar pra comer. Depois acabar tomar xibé, qualquer coisa tomar. Agora último dia val embora amanhã. Companheiro sentir mesmo.

Yaparelpó (Kayabi) - O Xará mandou chamar nós. Eu falar nós ficar aqui na terra, no mato. Civilizado viver no campo. Nós agora segurar nossa terra. Por isso FUNAI ajuda pouco nós. Não pode entrar branco na terra. O chefe da pláozada foi embora, não voltar mais. O pessoal dele ficar chupando o dedo. O que nós tem é terra boa. FUNAI segura nossa terra,padre ajuda como está. Tem muita lavoura, dá comida criança. Nós tem saúde. Primeiro não tem enfermeira. Disse que branco quer tirar terra, pode tocar de qualquer jeito. Onde fazer roça, que não tem. Agora começamos ajuntar gado para comunidade.

Piry (Apiaká) - Estamos reunidos, nós parentes, amigos, missionários muito pra ficar junto. Não pode ficar junto. Tem seu lugar para trabalho. Eu falei: roça plantar três vezes no mesmo lugar, depois plantar capim para o gado. Nós temos cana mas ainda não tem utensílio para fazer o mel. Nós sabe fazer açúcar preto.

Yananxi (Iráintxe) - Viemos muito longe. Fizemos encontro com amigos. Nós viemos para conhecer problemas de outros índios, que têm problema de terrra. Nós viemos, vimos que tem problema de terra por causa do homem branco. Alguns não á muito. Outros índios, nós vimos que tem muito problema. Viemos para conhecer os problemas dos outros. Falei para vocês, para meus amigos, para ter segurança na área. Ter decreto da terra. Aí tem segurança. A Missão ajuda a escola para defender os brancos não deixar invadir, nós tem direito da área. Se não tem área não tem o

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

que dar de comer para filhos. Pensar bem pra frente. Nós que temos direito, não gente branca. Gente branca está lá longe. Padre ajuda para não invadir área do índio. Estou muito satisfeito por resolver meus problemas.

Axikaruçauá (Nambikwára) - Colegas, não bicho. Aqui vem tudo bem. Nós não tem nada. Quer dois padres, duas Irmãs. Escola. Nós querer fazer estrada. Eu pensar: Acho que padres e Irmãs não gosta de nós. Guri meu grandão, por no meu mandioca. Irmão não gostar de nós. Vamos Utiariti, remédio tratar de nós. Agora terra padre falar fazendeiro. Aqui tem lugar, pensar que era bicho, gente mesmo. Branco também gente. Índio novo. Um casal. Tito acompanhar. Fugir. Você ter arma assustar. Tirar roupa. Deixar arma. Porco, caetetu pode ir atrás com arma. Galera índio não tem roupa. Fritz não quer vestir. Jogar roupa, queimar. Agora conhecer índio nós tudo, não só vocês. Agora tudo. Mudar? Carregar gado cacunda? Tem gado bastante. Estória meu só isso.

Nasau (Tiriyó, traduzido pelo índio Kaxuyána) - Explicar o que chefe falou ontem. Sobre terra o chefe primeiro saber nome, quanto chefe tem, se obedece, se faz puxirum para fazer roça ligeiro. Se vai tudo. Ele é chefe só para dar conselho para não brigar, não desejar mulher do outro. Tem chefe por lá. Ele dá conselho. Ele governa só a gente. A nossa Missão não é muito boa: campo geral não é muito bom para plantação. Mato bom. Se fosse uma viagem po: terra, canoa, ele gostaria convidar os chefes daqui. Mas nós não tem motor, avião. Nossos antigos não tinha nada: ferramenta, machado. Só brigar, falar mal dos outros. Agora compreende um pouco. Jesus Cristo morreu pro nossos pecados.

Musóku (Kaxuyána) - Eu falei um pouquinho dos trabalhos, não tem castanha, só fazer caça, plantação para a missão. Ela paga. As máquina não está tudo assentada. Tudo já sabe ler pouco. Compreende dinheiro. Primeiro não conhece dinheiro. Frei Bento mostrou. Agora conhecer. Lá não vai marreteiro. Nossa terra ainda é livre. O branco não vai pra lá. Não sei como será daqui para frente.

Txuãeri (Tapirapé) - Vim no lugar do chefe. Não falo bem, dá de entender um pouco. Na aldeia não tem nada. Só nós mesmos. Nós tem pouco de vaca, só isso. O chefe está falando pra nós fazer roça grande. Comprar trator. Lá vende bem arroz. Antigo não tem machado. Derrubar jatobá grande, queimar raíz até secar e derrubar. O padre que vai na aldeia leva sal, rapadura, roupa joga tudo fora. Agora usa roupa. Não tem nada, não tem padre. Só irmã, pobre como nós. Ajuda dar remédio. Funai ajuda pouco pra mandar pro hospital.

Tauhé (Munduruku) - Prezados padres, ontem falou Sauretian da aldeia dele. Ele diz assim não sabia que tem reunião, vem fazer negócio vem de longe. Chegou aqui encontrou nossos amigos, nossos colegas, ficar satisfeito. Veio com muita vontade ver eles. Mas tem uma coisa que ele falou: quem bebe muito ele não gosta, porque ele não bebe. O pai dele também foi tuxáua. Eu também falei sobre minha aldeia. Estou vivendo bem. Como eu sou chefe, de plantação tenho tudo: mandioca, arroz, barata, abacaxi. Criação, só porco. Vinte cabeça lá. Eu estou ensinando ele para ver se vai para avante. Eu não sei muito bem, quer dizer, de leitura eu sei. Me criei aqui. Não nasci aqui, noutra maloca. Fui batizado 1917. E só o que disse.

Manhuari (Munduruku) - Bem, meus prezados ouvintes, quem falou na aldeia Pratati, foi Hugo Hakái. Ele na aldeia está vivendo bem, mas está faltando uma pessoa para ensinar ler, escrever, porque não tem filho, filha, que sabe ler. Ele também não sabe, quer ver se encontra gente. Não quer gente branco, como eu também, este aqui não aceita branco. Nós não aceita. Nós mesmos que devemos trabalhar. Agora falar de minha parte: Sobre negócio nossa pequena aldeia. Lá eu sou dono de lá. Eu nasci naquele rio, justamente eu fui pra lá abrir o lugar. Trabalhei o lugar desde 1961. O tratamento, estado de saúde, tenho um filho que trabalha por mim. Trabalha muito, muito bem. Quem ensina é minha filha. Nós não temos livro, caderno, nada. Minha filha tem livro. Está ensinando há três semanas. Nós quer ajuda de livro, catecismo. Ajuda de professor. Estou bem. No ano passado trabalhei pouco. Fizemos uma roça de 120 metros em quadrado. Precisamos ter pelo menos uma cabeça de gado. Aqui o Chico, por meio dos padres franciscanos. Eu ir, vou comprar isso; meus filhos é que vão comprar, neto, bisnetos. Se falei alguma coisa errada me desculpa.

Krixi (Munduruku) - Fui trabalhar. Tirei muita castanha. Lá a cobra picou minha mulher. Lá deixei tudo, vão trabalhar longe. Deixei tudo, a castanha ficou lá. Agora chegar aqui na missão. Foi bom. A irmã tratou minha mulher, dois meses. Como os padres são muito bons com nós. Não estou muito satisfeito porque mulher está doente. Fiquei satisfeito com padres missionários e também pessoal que vieram de longe. É só o que falei. Não sei se falei bem.

Datxê (Munduruku)-Vim aqui conhecer os amigos, os índios, todo o pessoal que está todo unido. Eu estou aqui, cheguei meio doente. Estou aqui, mas não posso trabalhar bem. A irmã está me tratando. Eu tenho criação de porco. Quem vai dar comida? Tem bastante criação, só de porco.

Krixi (Munduruku) - Vim aqui para assistir a essa reunião. Fui chamado, vim de longe, estou satisfeito. Falou pouquinho, mas certo. Falei na gíria. Espero que tudo está satisfeito comigo. Falei sobre doença da mulher. Ela está doente. Vim para tratar a mulher. Estou muito muito satisfeito com todos os que vieram. Foi o que falei ontem.

Kabuibe (Munduruku) - Vim para conhecer. Não sabia, não entendi. Estou gostando muito. Não estou bem satisfeito, mulher doente. Irmã é boazinha, vai tratar logo. Outra coisa que precisa na minha aldeia: tem muito menino. Tenho dois filhos que podeme ensinar os menino. Lá tem pouca comida. É longe da beira, não dá tempo para pescar. Volto da roça. Vou tarde e volto de noite. Preciso de criação. Se irmã me dá um porco aceito.

Saresabul (Munduruku) - Falei do negócio da saúde. Atendi o convite dos chefes daqui. Fiquei muito contente de ver os padres as irmãs, todos índios, mesmo sangue não estou muito satisfeito, mulher doente. Preciso de remédios na aldeia para algum caso.

Ikupi (Munduruku) - Falei sobre o negócio antigo, instrumento antigo. Ninguém deixar música antiga, buzina. Ninguém desprezar aquilo. Trabalhar nas panelas de barro. Hoje em dia muitos não sabem fazer. Mesma coisa de rede. Minha sogra sabe fazer. Tapakurá, sabe fazer. Nós troca com Missão e nós dá rede.

Hakái (Munduruku) - Vim aqui conhecer companheiro índio, conhecer padres missionários. Primeiro, o antigo não deixou o parecei - instrumento flauta ele não deixar. Eu vou continuar. sei tocar parecel. Sei tocar um pedaço de pau. Continuo a tocar, dançar. Esses instrumentos meus só três pedaços de pau. Mulher não pode ver.

Silvio (Munduruku) - Falar, vamos deichar de beber cachaça, não presta pra nós beber tanto. Eu na missão, não nasci aqui. Agora estou trabalhando na missão. Serro madeira. Os padres são bons. Não quero, que os padres e as irmãs saem daqui.

Burum (Munduruku) - Eu disse ontem, falei sobre tudo pessoal. Nós vamos ficar em paz. Tem muita gente que bebe demais, que briga. Não gosto desses brigadeiros, faz muito barulho.

Datiê (Munduruku) - Vamos demarcar, defender nossa terra. Os antigo foram fortes, que não deixava os brancos entrar. Os antigo, os avós contavam. Os antigos eram guerreiros. Agora deixar de matar os índios. Nós hoje estamos unidos, o que falta é criar. Um casal de porco, os padres podem arrumar. Não tem filho pra pescar. Quando vai trabalhar, quando volta é obrigado a pescar. Não tem filhos. Já foi falecido. Filha tenho três. Não tem maridos. Filho pequeno ainda não sabe pescar.

Wayrotsu (Xavante) - Eles já souberam o que disse ontem no grupo. Assunto terra, estrada não fazer confusão na área nova. O assunto se ontem eu disse uma coisa para eles porque eles quer saber alguma coisa. O Estatuto dos Índios. Lá está escrito: crime contra índio, nós não vivemos só um dia. Viver amanhã. Eles podem contar pro filhos sobre o progresso. Falei sobre a cultura dos indios. Os brancos não podem acusar, não pode brincar com cultura. Se branco oferece cachaça, ele tem direito de ficar na cadeia, porque dá estrago e é ruim para os indios. Se abusar das mulheres, pode ficar na cadeia. Elas não podem ler jornal, por isso eu contar para eles. O que é importante é a nossa vida, o nosso costume, não podemos deixar para pegar as coisas do branco. Nós temos tudo. Não perder. Lembrar pra não perder o nosso costume. Senão a ruína vem a destruição acabar o índio. Porque nós é assim a nossa vida, porque nós não podemos viver no meio dos branco, não vivemos só um dia, precisamos um chão, um pedaço de terra, não tudo, só pedaço. pedimos ao Presidente da Funai socorro pra sair a terra. Estamos esperando promessa. Tantos anos assim mesmo. A nossa vida é curta. Já ouvi falar tanto, ouvi falar que vão sair no fim do mês. Vamos ver. Se não sair, vamos a Brasília. Diz o jornal: a paciência do índio é curta.

Muitok (Munduruku) - Vim com mulher doente, muito doente. As irmãs muito bom. Deram tratamento. Ficou bom. Quero remédio pra minha mulher. As irmãs me deram, ficou melhor.

Krixi (Munduruku) - Vim aqui para conhecer os nossos parentes aqui, vim com muita vontade, para encontro, com nossos colegas que vieram de longe. Trabalho para ajudar a missão e a missão ajuda nós. Desde pequeno estou trabalhando na missão com os padres franciscanos, não sei falar português. Quem faz explicação pra mim é minha mulher. Ela criada no convento das freiras. Estudou, casou.

Datxê (Munduruku) - O senhor me desculpa que não sou nada. Cacique não sou. Sou capitão, o capitão é falecido. Hoje estou no lugar dele. Vim de longe fazer as compras com missionários franciscanos. Vim também com as irmãs pedir remédio. As missionárias são também muito bom. São todas boas. Vim de lá da aldeia do Muriçu, chamado daqui. Viemos com boa vontade. Temos muito serviço, mas fazemos uma pausa. Se não fosse assim seria uma vergonha para nós, principalmente pro capitão.

Atanásio (Munduruku) - Chefe é o papai. Eu sou lugar do nosso pai. Nós mora na cabeceira do Lago Grande. Só nós, tem famílias lá. Nós faz tudo: roça caça, nós mora na beira do lago.

Saú (Munduruku) - Não sou chefe, chefe é meu sogro, que não veio. Quando saí de casa estava sabendo dessa reunião. Aí soube que tinha reunião dos índios. Eu estava sabendo que havia gente de fora nossos amigos. Gostei de ver gente de fora. Tenho dois garotinhos que ficaram contentes de ver gente de fora.

Manoel (Karipuna) - Meus senhores amigos, poucas palavras. Me sinto muito satisfeito, amigo dos índios brasileiros. Achei muito bom conhecer, conhecer se unir. Segundo eu não sou contra o branco, não podemos empatar o progresso da nação, mas precisamos demarcar a terra, pra evitar atrapalhos. Quando a gente não sabe onde eu posso dizer isso é meu é nosso, não posso brigar com civilizado. Foi grande prazer conhecer tudo. Isso pra nós é grande progresso.

Geraldo (Galibi) - Meus amigos, nosso irmãos. Eu não conhecia esses nosso irmãos. Quando esperava chegar aqui, no centro da América do Sul? Gostei conhecer as nossas necessidades. Está havendo muita promessa, mas não sai. Vou pedir remédio ao chefe do posto, ele diz: não tem. Onde está? Vendeu pro branco. Tem muito civilizado. Põe na frente de nós. Sempre nossos avós falava que muita raça de nossa gente, nas nunca pensava de encontrar. A civilização não devia fazer assim, por isso o branco não quer ensinar. Quem começa tem que acabar. O civilizado por causa do "tutu", afasta nós pra terra pobre. Nós somos donos da terra, não homens que vêm de longe, do outro lado do oceano, até preto escravo da África, são ricos com nossas riquezas.

Ayiri (Tiriyó) - Não estou compreendendo bem, tirar índio. A terra é grande tem muito rio: Marapi, Trombeta. Outras tribos Tuyanana e outras, que não conheço. Primeiro morar junto. Avô contava tinha muita tribo, depois se espalhou. Não sei de onde era. Agora estou na Missão. Primeiro não tem roupa. Agora que vim para cá é que comecei a usar roupa. Frei Angélico recomenda não deixar coisas antigas. Primeiro não sabia que era roupa, camisa, sapato, por isso não usar. Negócio de terra. Eu morava noutro lugar. Outros morar pra cá, por lá. Dou conselho para não andar pra cá pra lá. Ficaram. Depois chegaram mais homens. Não tem problema de terra. Só bem longe é dos caraíba, dos pretos do Suriname.

Nasau (Tiriyó, apontando para um mapa que desenhou no chão) - Tem amor à terra que é nossa mesmo. Tem aldeia, missão. Essa terra até Marapi queremos pra nós. Pra cima os gateiros chegaram até a boca do Rio Marapi. Não quer que cacem do outro lado do Marapi. O gado está invadindo as terras. (O gado não é Brasil). A Missão está reunindo o gado. O gateiro abusou. Veio até a Missão. Holandês só presta para abusar da mulher dos outros, por isso não quero na nossa terra. Os pretos vêm, contratam os índios para trabalhar fora, enquanto os índios se ausentam abusam das mulheres.

Hakái (Munduruku) - Estou trabalhando no posto; seringa roça e tudo. Doente um pouco. Não dá pra trabalhar, plantando tudo, macaxeira, mandioca, banana. Fazendo casa, tirando pau, sapé pra cobrir.

Txibaibou (Bororo) - Vivendo com muitos problemas. Dei a iniciativa de haver uma ou duas vezes por ano reunião de índios de todos. Pedimos ajuda Missão e Funai pra ver se os índios vão pra frente. Funai está para ajudar. Eu sinto muito esses massacres, que a gente ouve pelo rádio: maltratados, tirar terra, estrada, transferidos. Nós somos gente como o branco, pouco diferentes. Sabe menos, eles mexem com caminhão, avião. A polícia manda gente pra proteger o branco, mas não o índio. A autoridade está pronta para mandar polícia quando há confusão de índio e para castigar. Quando o índio é ofendido polícia não aparece ou muito difícil. A saúde, a Funai está aí para proteger. Deve ajudar tudo igual, até o nível do branco. Defender todos, não olhar só grupo mais adiantado. Os missionários estão defendendo os índios, mas a Funai é que deveria fazer. Os padres não foram feitos para ajudar índio, mas ajudam melhor que a Funai. Entrosamento com branco não é bom. Conserva-se índio embora civilizado. Viver na nossa aldeia. Não deixar de ser índio. Somos os primeiros aqui dessas terras, não nós mas nossos avós. O índio tem sentido diferente: transferir índio é judiar é matar. Prestigiar índio, não é bicho, índio é sensível. Transferir Krenakarore é um crime. Galibi (aparteando): Quando chegar português na Bahia encontrar nós gente: não tem rabo! Não gado. Somos tratados como os negros tratam ó gado. Segue o Bororo: Os que ainda não tem problema de terra vão ter, é preciso garantir primeiro. Passar uma estrada em cima de uma aldeia é um crime. Por que não desviar? O Brasil é muito grande. Isso é triste.

11ª SESSÃO

Avaliação e despedida

Na sessão de despedida, 27 índios Munduruku manifestaram seu contentamento pela realização de uma assembléia na área deles, porque puderam conhecer outros índios. Agradeceram os que vieram de longe,

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

os Munduruku de outras aldeias. Desejamos ter outra reunião noutro lugar, disseram quase todos. Hakái disse que espera novo encontro em S. Paulo ou bem na Alemanha. O Nambikwára desejou outra reunião em S. Paulo, Rio Grande do Sul, não sei. Até lá em cima no céu. Ao partirem daqui disseram que sentiriam muito a separação. Alguns imploram as bençãos de Deus para todos os participantes. O mesmo fez Aviri (Tiriyó), Yopareipö (Kayabi), Yananxi (Irantxe); Txibaibou (Bororo) disse: o que foi discutido não fique só em palavras, cada um voltar para suas aldeias e pôr em prática, com Deus. Sem Deus nada se pode. Para nós outra reunião lá seria melhor no fim do ano, por causa do internato.

Meruri: aliança no sangue

O sangue de Meruri se torna neste momento o símbolo da luta e morte do índio brasileiro, luta e morte que na verdade já duram mais de 400 anos e que nas últimas décadas deste século conheceriam sua fase mais crucial, marcada pelo fim do próprio índio. Ninguém mais lhe dava esperanças de vida no ano 2000. Sua morte parecia inevitável, a história estava escrita e nada poderia mudá-la... a não ser o próprio índio. E ele resolveu mudar os caminhos da História. "Nós vamos unir, vamos morrer se for preciso, mas não vamos aceitar mais a imposição da vontade dos outros. Vamos exigir que todos, desde o governo até o nosso vizinho, nos tratem como gente livre, sem depender de ninguém". (Txibae Ewororo).

Desde a 1ª Assembléia de Chefes indígenas, em Diamantino (abril/74), reunindo representantes de 9 tribos, já diziam: Nós mesmos temos que ser os sujeitos de nosso destino, não é a FUNAI , nem são as Missões que resolverão os nossos problemas. "Nós mesmos", insistiam. Na Assembléia da Missão Cururu, Pará, (maio/75), estando presentes 13 tribos, repetiam "precisamos unir-nos". Na Assembléia de Meruri (set/75) uns se propuseram a ajudar os outros na solução de seus problemas. "Aonde o índio está sofrendo, vivendo na miséria, no lixo, a gente devia fazer força..." (Juruna Mário, chefe xavante). Aidji Kuguri (Eugênio Rondon), chefe bororo de Meruri, então dizia: "Não vamos esmorecer, vamos lutar sempre, custe o que custar. Vamos fazer como Tiradentes. Vamos sofrer e se preciso até morrer para a melhora pros nossos filhos. Que a gente tem que defender o que é deles, o que é da gente". "Não é de hoje a nossa luta, mas desde que conhecemos a civilização, nós nascemos pra isso, pra lutar", lembrava ainda Joaquim, índio Pareci.

Agora, Simão Cristino é assassinado, vítima dum sistema, duma civilização que massacra e destrói os povos indígenas.

"Meruri nunca mais será como antes, um lugar onde os índios bororo viviam pacificamente", dizia Irmã Rita.

Choram os Bororo, correm as lágrimas ao meu povo e os rios continuam crescendo e o mar se torna mais salgado.

Também a Igreja Missionária do Brasil foi profundamente marcada pelo massacre de Meruri, ela que nos últimos anos se sente cada vez mais comprometida com a causa dos marginalizados e oprimidos, principalmente os povos indígenas. Morrendo e ressuscitando naqueles que tombam na luta, ela se renova e se fecunda no sangue derramado que frutifica em novo ânimo, coragem e decisão de continuar ao lado daqueles que a civilização já condena à extinção definitiva. O fato de Meruri é um marco na caminhada da Igreja Missionária. Cabe lembrar um pouco o lento e progressivo despertar, entre nós, da consciência missionária, da tomada de posições significativas dos missionários a favor duma pastoral realmente indígena, a partir do Concílio Vaticano II.

Desde 1968 (1º Encontro Nacional no Morumbi), realizam-se encontros voltados para o problema indígena. A idéia se concretiza melhor em 1972, por ocasião da criação dum Conselho de sete membros, com a finalidade de: promover a pastoral indígena; desenvolver a formação dos missionários; conscientizar o povo brasileiro a respeito do índio; relacionar as missiões católicas indígenas com a CNBB, a FUNAI e missões de outros credos; assessorar juridicamente os missionários na defesa das terras e dos patrimônios indígenas e planejar Encontros de Estudos sobre Pastoral Indígena.

O Conselho Indigenista Missionário era inicialmente ainda uma cúpula, reunindo peritos na tentativa de equacionar a problemática da missão indígena. Pouca era a participação dos missionários engajados e logo se questionou sua pouca eficiência na solução dos problemas. Criou-se, então, um secretariado para animar os diversos trabalhos. O problema indígena é jogado diante da consciência da Igreja e do País. Logo se impôs também a necessidade de um contato direto, não só com as Prelázias, mas com os próprios índios.

1974 foi marcado pelo esforço para escutar as bases missionárias, auscultar a vontade do índio, regionalizar o trabalho do CIMI, enfrentar globalmente problemas como o das terras, a culturação e renovação pastoral. Neste sentido organizaram-se vários encontros regionais, o 1º deles em Meruri (agosto/74). Seguiram-se ainda outros: Miracema do Norte, Palmas, Uaupés, Belém, Porto Velho e Aquidauana. Ao final, acontece a 1ª Assembléia Nacional de Pastoral Indigenista, em junho de 1975, onde se define pela primeira vez, em âmbito nacional, uma clara posição dos missionários a favor do índio. É um compromisso em defesa da Terra, da Cultura e da Autodeterminação do índio.

Os missionários optam por uma encarnação realista e comprometida com a vida dos povos indígenas, convivendo com eles, investigando, descobrindo e valorizando, adotando sua cultura e assumindo sua causa, com todas as suas conseqüências..." (cf. 1ª Assembléia de Goiânia).

Colocado nesta perspectiva, o martírio de Meruri é conseqüência do compromisso assumido pelos missionários reunidos na 1ª Assembléia Nac. de Pasto. Indigenista. É a concretização da opção a favor do índio, a encarnação com todas as suas conseqüências, inclusive a morte. O sangue de Meruri foi o selo do assumir, o selo do compromisso, a aliança no sangue.

A RESERVA BORORO DE MERURI

Em cumprimento às disposições do Estatuto do Índio, do artigo 198 da Constituição Brasileira e da Convenção 107 de Genebra, no referente ás terras dos índios, a FUNAI tinha contratado uma companhia de agrimensores - "Plantel" - para demarcar a área dos índios Bororo de Meruri, município de General Carneiro e Barra do Garças, MT. A companhia demarcadora chegou á Colônia de Meruri dia 10 de julho de 1976 e começou seus trabalhos de demarcação da área no dia 12 do mesmo mês, três dias antes do assassinato do Pe. Rodolfo Lunkenbein, do índio Bororo Simão Cristino e do menor sertanejo Aloísio Bispo, pelos fazendeiros da região, chefiados por João Marques de Oliveira (vulgo "João Mineiro").

Esta reserva indígena de Meruri é uma parte da área pacificamente ocupada pelos Bororo da colônia de mesmo nome até meados do século XX, quando começaram a entrar e se estabelecer na região moradores provenientes do Estado de Goiás em fronteiras paulistas, como os Davi, os Toutinho, os Goveia, os Borges, etc. Era uma área compreendida entre o Rio das Mortes e o Rio Garças, nas imediações do Rio Barreiro em todo o seu percurso. Uma pequena parte desta área passou a constituir a nova reserva.

Não se fala aqui do antigo domínio dos Bororo, que se estendia desde o Triângulo Mineiro até as fronteiras com a Bolívia, compreendendo as regiões de Jataí, Coxim Corumbá e Cuiabá, para citar alguns dos nomes legados à Geografia Brasileira pela língua bororo.

Prevendo a invasão branca, que seria conseqüência da pacificação dos índios naquela região, o superior da Missão Salesiana, Dom Antonio Malam, tinha assegurado desde o começo do século dois lotes para uma maior segurança no trabalho assistencial aos índios.

Por sua vez, Dom Francisco de Aquino Correia, presidente do Estado de Mato Grosso, ciente de que o dever de garantir terras para os índios cabia mais ás autoridades civis do que aos missionários, escriturou aos índios Bororo dois lotes não contiguos, cada um de 25 mil hectares. Isto pelos anos de 1918-20.

Em 1930, a Colônia do Sagrado Coração de Jesus dos Tachos transladou-se para Meruri, dentro de um dos lotes doados por Dom Aquino, continuando porém a usar as áreas adjacentes com criação de gado e pequenas lavouras de subsistência.

Depois de 1950, os moradores intrusos da região, á começar por um fiscal de rendas, começaram a conseguir títulos de terras nessa área.

Em 1958, um dos lotes doados por Dom Aquino foi destinado provisoriamente para atendimento dos índios Xavante chegados a Meruri no ano anterior.

Em 1960, perante a realidade de que a maior parte do território indígena, inclusive boa parte das áreas doadas por Dom Aquino, estava sendo titulada a terceiros, o Pe. Bruno Mariano, superior da Colônia, conseguiu assegurar para atendimento dos índios a área intermediária entre os dois lotes doados por Dom Aquino.

Em 1972, depois da promulgação do Estatuto do Índio, e vendo que os Xavante estavam tramitando suas reservas, os Bororo de Meruri viram a possibilidade de reaver as suas terras e com um abaixo-assinado de todos os Bororo alfabetizados do lugar dirigiram ao Presidente da Funai o pedido formal do restabelecimento de sua reserva. Pelos anos de 1972-74 os fazendeiros começaram a vender os seus pequenos títulos e grandes posses a novos fazendeiros chegados na área com maiores pretensões e apoiados por empréstimos bancários.

Em 1974, Nonato Rocha que, em poucos anos se tinha "apossado" da maior parte de um dos lotes doados por Dom Aquino, - a área compreendida entre a BR-070 e o Rio das Garças, na margem esquerda do córrego Rokeeiao - começa a negociar essas terras com advogados paulistas e a lotear a área com cercas. Os Bororo contestam uma dessas cercas e, em sinal de protesto, fazem uma roça dentro do lote cercado. Surgem vários incidentes de invasão de gado, etc. nos quais intervêm autoridades federais, que começam a tomar conhecimento do caso Bororo. Pelo mesmo ano entram na região João Marques de Oliveira e Antonio Guedes Miguez, procurando estender seus novos títulos bem para dentro das poucas áreas que os índios conservavam. Apesar do protesto dos índios e das queixas apresentadas ás autoridades, estes dois fazendeiros destroem as matas que constituem a esperança para o futuro dos índios e constroem cercas, ou, tocando o gado dentro das roças e invernadas dos índios, provocam incidentes desagradáveis, às vezes tragicômicos. Tanto o Pe. Rodolfo e os índios, em seus comunicados ás autoridades competentes, como os representantes da Funai de Cuiabá em seus relatórios ao intervir nestes incidentes, manifestam a necessidade urgente de acelerar o processo de legalização da reserva para acabar com os conflitos.

Em meados de 1974, o Presidente da Funai , General Ismarth de Oliveira, visita Meruri e promete a legalização da reserva, manda apresentar um projeto e encarrega o Pe. Rodolfo de fazer um levantamento dos moradores da área. O Pe. Rodolfo faz este levantamento com todos os dados que lhe é possível obter e encaminhar á Funai de Brasília e á 5ª Delegacia Regional de Cuiabá um relatório ordenado, contendo, além da lista dos moradores da área com um breve histórico de cada um, escrituras e mapas dos lotes doados por Dom Aquino e dos lotes adquiridos pela missão, todos os quais ficariam também incluídos na reserva.

Os fazendeiros, chefiados em um primeiro momento por advogados paulistas e depois por João Mineiro, começaram a se organizar para impedir o processo da reserva, conseguindo até que a Câmara Munici-

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

pal de General Carneiro, a quem caberia por lei proteger os direitos do índio a ter uma terra apropriada e suficiente para sua sobrevivência, assinasse um pronunciamento contrário à mesma reserva, dirigido às principais autoridades de Brasília, Campo Grande e Cuiabá.

Toda uma Câmara Municipal pronunciando-se contra a reserva dos Bororo! E o pior foi que, apesar do respeitoso ofício dirigido pelo Pe. Rodolfo ao Prefeito de General Carneiro para impedir a construção de uma escola na beira da BR-070, perto de um bolicho dentro da área indígena, o Prefeito construiu assim mesmo a escola, provocando o deslocamento para esse lugar de novos bolichos e a formação de uma corrutela que veio a constituir um sério problema social, tanto para os Bororo como para os mesmos moradores. Conseqüência disto foi, em 1975, a morte do bororo Manoelito Rodrigues e a prisão, por parte dos Bororo, do bolicheiro Gonzaguinha, que no dia seguinte foi liberado mas que no dia 15 de julho/76 se apresentou em Meruri para pedir satisfação daquele caso, segundo sua própria declaração.

Em 1975, uma portaria do Presidente da FUNAI nomeia uma comissão chefiada pelo Delegado da 5ª DR da FUNAI de Cuiabá, Sr. Gerson da Silva Alves, e integrada por vários funcionários da FUNAI e pelo Pe. Rodolfo para definir oficialmente os limites da nova reserva. No novo mapa a elaborar procurar-se-ia evitar na medida do possível os limites formados por linhas secas para seguir mais limites naturais, como córregos. Foi assim um pouco reformado o projeto apresentado anteriormente e cujo levantamento já havia sido encaminhado, ficando fora parte das terras ocupadas por Minervino, Noroel Nunes e Boaventura Bigé, e entrando terras ocupadas por João Marques e Salvadorzinho, cujas áreas tinham sido ocupadas anteriormente pelos Bororo: Eugênio Rondon, chefe bororo de Meruri, lembra que nessa área ele ajudou a construir um curral da Colônia. Engenheiros da Comissão oficial elaboraram um mapa da nova reserva que teria uma extensão de 79.000 hectares de terra em sua quase totalidade arenosa, apta mais para a criação de gado do que para agricultura. A reserva encostaria no rio Garças, antigo reino dos Bororo, para que estes pudessem ter a pesca, um dos seus tradicionais meios de subsistência. Continuou, por parte dos fazendeiros, uma guerra psicológica de ameaças e promessas, que foram abalando o estado de ânimo de muitos índios e exasperando outros, até conseguir que um pequeno grupo, descontente com os chefes, abandonasse a área transportado por um caminhão do Prefeito de Barra do Garças, Váldon Varjão. Era o que os adversários da reserva esperavam para propalar que os índios tinham saído da área e que por isso a reserva já não se justificava.

Em fins de abril de 1976, todos os bolichos da estrada dentro da reserva foram fechados por ordem da Polícia Federal de Cuiabá. Os chefes continuavam insistindo para que se medisse a reserva. Em começos de julho do mesmo ano o Pe. Rodolfo se encontra em Cuiabá com o Gal. Ismarth, que lhe comunica que a Firma "Plantel", de Goiânia, tinha ganhado a concorrência para medição das reservas bororo de Meruri e Teresa Cristina (esta no Município de Rondonópolis).

Na noite do dia 14 de julho, o Pe. Rodolfo celebra a missa de ação de graças poque a medição da reserva tinha começado, e convida os Bororo a colaborar com o seu trabalho e responsabilidade no aproveitamento destas terras. Era sua última missa.

(Esta pequena visão histórica da Reserva de Meruri foi fornecida pelo Pe. Gonçalo Ochoa).

O MASSACRE DE MERURI NARRADO POR EUGENIO RONDON

Eu estava em casa, já na hora do almoço (11 horas do dia 15 de julho). Nesse meio tempo chegou essa caravana: uns seis veículos. Eu, vendo aqueles veículos, fiquei um pouco perturbado. Mas não maliciei nada, não, porque estava no tempo da política, então em pensei que o candidato, que tinha feito a campanha, ele veio até aqui prá fazer a propaganda dele. Então eu não maliciei nada. Acabei de almoçar, e falei: "Eu vou ver o que que é aquele movimento". Cheguei aqui no colégio, e logo encostei na diretoria. Eu vi que o tumulto já tinha circundado o padre Ochoa. Só estava ele em casa: o diretor (Pe. Rodolfo) estava no serviço.

Logo que eu cheguei, eu percebi que o pessoal estava revoltado, desejando briga mesmo, e sangue. A gente percebia, E passando por um e por outro, a gente percebeu que eles estavam alcoolizados. Não estavam no natural. Precisou neles intervir o álcool pra eles tomarem aquele impulso de ataque. Aí percebi. Eles iam insultando o padre Ochoa, até dando tapa no padre Ochoa, tirando os óculos dele, o chapéu dele, insultando, empurrando: e o padre Ochoa, com muita paciência, não se alterou. Sempre falando amigavelmente, para ter sossego, pra não ter alteração. Se eles fossem condoídos com a demarcação que estava realizando, que se entendessem com o órgão competente. "Qual o motivo que não avisaram os fazendeiros, antes de fazer a demarcação?" Porque eles falaram que ficaram mais ofendidos porque fizeram a demarcação sem ter indenizado nada. Então eles se revoltaram por causa disso.

Daí nos percebemos que eles queriam derramar sangue mesmo. Promessas que já vinha de muito tempo. Mas ninguém esperava deles uma surpresa dessas, menos ainda quando o pessoal estava tudo em serviço. Aqui contava só meia dúzia de Bororo em casa. O resto estava em trabalho e outros estavam em caça. E nós achamos que esta foi uma grande covardia desses elementos, chegarem aqui alcoolizados. É um sistema de bárbaros, uma espécie de terrorismo. Porque homem, pra ser homem, não precisa intervir pelo álcool. Homem para sustentar razão tem que vir no natural (...)

A NARRACÃO DO PADRE OCHOA

Pelas 10 horas da manhã (11 h de Brasília), encontrava-me na sede da Colônia Indígena Meruri, de saída para o campo onde o Pe. Rodolfo Lunkenbein, Diretor da mesma colônia, se encontrava trabalhando na destoca de um cerrado junto com outros dois ou três Bororo, quando me avisaram que havia gente procurando pelos padres. Voltei para atender aos que me estavam procurando, e vi que muita gente conhecida estava chegando em vários carros C–10 e outros. Fui cumprimentá-los. Logo percebi que João Marques de Oliveira (João Mineiro):José Antônio Guedes Miguez e Alaor Borges procuravam monopolizar a conversa, dirigindo insultos e ameaças contra mim e o Pe. Rodolfo, cuja presença solicitaram. João Marques de Oliveira, principalmente, não se limitou às palavras mas usou as mãos, empurrando, tirando-me os óculos - tudo fez para provocar algum motivo para realizar o que estava ameaçando. Estavam resolvidos a impedir a demarcação da reserva dos índios Bororo de Meruri, que tinha começado nessa mesma semana. Eles tinham ido buscar e trouxeram para a Colônia, nos seus carros, uma das três turmas de agrimennsores que estavam fazendo a medição. Procurei explicar ao grupo que a medição não era arbitrariedade dos Padres, como eles alegavam, mas um dos atos do processo de criação da reserva, ao qual se seguiria o trabalho do INCRA para a avaliação e as indenizações cabíveis, como já havia sido comunicado ao mesmo Pe. Rodolfo pelas autoridades competentes em Cuiabá (...)

A NARRAÇÃO DE GENOVEVA, IRMÃ DE EUGENIO RONDON

Aí afastaram dele um pouco. E enquanto ainda falavam espalharam do padre Ochoa. Aí um deles, o Gonzaguinha, chamou o padre Ochoa e encostou ele num carro e começou a falar forte e duro com o padre, mas eu não entendia o que ele falava. Aí ele foi no carro e pegou um papel e um livro grande, começou a abrir mostrando para o padre. Eu acho que essa hora eles ia fazer qualquer coisa com o padre Ochoa, mas veio o padre diretor nesta hora. Aí o padre diretor desceu do carro. Eles foram encontrar ele cumprimentando. Rodearam ele, fecharam ele mesmo. Aí eles começaram logo falar dos problemas que eles queriam resolver. Aí o padre falou: "Não vamos esperar o Funai". Eles estavam mesmo com raiva. Eles falaram um bocado de coisas pra ele mas eu não entendia. Aí ele falou assim: "Então vocês me dão o seu nome. Cada um vamos alistar o nome". Aí ele foi na diretoria, abriu a porta e saiu na porta outra vez. Saiu com um papel e lápis na mão. Aí eles fecharam em torno dele na porta. Aí essa hora eu não olhei mais. Começaram espalhar, começaram a descer os trem que eles tinham pegado na medição. Eles entregaram só uma arma dos Bororo que era do Jorge. Nóis estava na varanda.. Aí Relinda, filha de Pedro Rodrigues falou: 'Papai vai pedir a arma do senhor se não eles vão carregar"! Aí eu fiquei olhando atrais do Pedro e do padre Ochoa, e foram procurar a arma no carro. Esta hora eles já tinham levado o padre. Tinha uma dona no meio deles. Ela acompanhou também o padre para o carro. Nessa hora só vi ele no carro escorado. E o povo todo arrodeado com ele. Mas eu fiquei olhando si eles iam entregar a arma que estava faltando. Quando eu olhei o povo começaram a dar empurrão nele. E os Bororos correram lá para separar os civilizados. Mas não vi direito. Só vi quando os Bororo estavam chegando para acudir o padre. Aí começaram a dar tiroteio. Quando reparei, o padre pôs a mão direita assim, na barriga, depois no ombro direito. Quando começou a tontear e balançara para frente e para trás e a levantar o braço para acalmar o povo. Depois eu corri lá, quando vi minha mãe lá no meio. E falei: "Minha Nossa Senhora!" Agarrei na saia dela por trás, tirando ela do meio. Quando eu ia acudir ela, vi a faca entrando nas costas do meu irmão, mas não vi quem foi. Aí eu procurei alguma coisa para poder bater, mas não tinha nada. Só vi o meu chinelo. Agarrei e joguei de qualquer jeito no meio. Puxei o Simão para fora pelo braço, quando o padre já estava caindo. E deitaram ele no chão, mas não se via mais nada, tudo tava cheio de poeira dos carro que ia saindo. Puxei Simão e levei depois para o hospital. Mas não sabia que minha mãe também tinha ganhado bala. Quando fui depressa cheguemo no mata burro de saída ela começou a tontear. Falei para ele: "faz força para chegar no hospital". Aí ele começou a rezar. Fez sinal da Cruz e rezou o ato de contrição e foi rezando sem parar até chegar no hospital. Eu corri para o hospital. A Irmã veio saindo do hospital perguntando o que tinha acontecido. Eu falei que era muita coisa. Que o padre talvez tinha morrido. E tinha muitos feridos, mas era para ela atender o meu irmão que já tava lá. Mas ela quis ver o padre primeiro. Eu voltei de carreira, para apanhar espingarda em casa. Quando voltei com espingarda já não tinha mais ninguém. Só tinha o Pinheiro e um de seus filhos.

-"Eu vou derrubar ele em cima do padre mesmo". Mas o padre Ochoa gritou pra mim que por amor de Deus não fizesse isso. E a Irmã Margarida também falou que não fizesse assim. E as companheiras falavam que eles (os Pinheiro) não estavam com eles, elas também não queriam que atirasse. Mas eles (os Pinheiro) tavam era fingindo de estar acudindo o padre. Aí dona Olga falou que a minha mãe também estava machucada. Quando eu virei as costas os dois homens tinham corrido. Então fui lá e corri para ver como mamãe tava. Quando cheguei ela estava sentada. Tava branca, sem cor, escarrando sangue. Voltei na Touota. Mandei que esperasse para também levarem ela. Eles tavam levando Gabriel e José para o hospital. Depois vieram buscar também o Lourenço que estava na sua casa, pois todos os feridos ainda tinham ido para sua casa.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

HOMILIA DE DOM TOMÁS BALDUINO
PRESIDENTE DO CIMI

Irmãos,

Estamos diante de um acontecimento que, para mim, é a continuação da Palavra de Deus. Porque Deus não escreve por meio de letras mortas, mas, de letras vivas, que somos nós. E a Palavra de Deus na Bíblia não é outra coisa senão o acontecimento da caminhada dos homens em busca de Deus. E da caminhada de Deus em busca dos homens. Portanto, estamos diante da Palavra do Senhor, neste acontecido na aldeia de Meruri, com o assassinato do Padre Rodolfo e do índio Simão.

E é por isso que nós podemos aqui, numa celebração eucarística, comungando o Pão da Palavra, aprofundar esta Palavra. Ver bem o que Deus quer dizer para nós neste acontecido, neste sinal dos nossos tempos. Na verdade, Simão, índio Bororo, morrendo nas circunstâncias em que morreu, ele se torna como que Palavra de Deus. E nós precisamos atender a esta palavra. Esta palavra, irmãos, está em sequência àquela leitura do Êxodo: "Deus ouviu o clamor de seu povo". É a expressão de um clamor, seu sangue tingindo aquele pátio da aldeia de Meruri, juntamente com o sangue do Padre, é como a expressão mais quente de um clamor que sobe continuamente a Deus em nossa terra, em nossa região, e que vem de longe, na nossa história. Toda a nossa história é feita dessas "lágrimas que fazem encher os rios", como dizia Txibae Ewororo, que também foi ferido. Ele, como que numa poesia, conta o final de um drama, e este drama nós vivemos, aqui, como Palavra de Deus.

A história dos índios, contada em nossos livros, é mal contada. É uma história mentirosa. Como a história de nossos heróis, entre os quais Anhanguera, (*) é uma história mal contada. É uma história de matança, é uma história de pisar no chão e pisar no coração do índio e destruí-lo, procurando sua terra, tomando conta de sua alma, acabando com o seu povo, com sua Nação. Esta história precisa ser contada a nós, não pelos nossos historiadores que procuram embelezar as coisas num programa de Moral e Cívica, mas contada assim como conta um pedacinho dela este índio Bororo. E esta busca desenfreada pela terra, que este crescimento do latifúndio, sem medida, que no passado tinha justificativa de buscar a madeira, procurar o ouro, e procurar o próprio índio como escravo. Hoje existem justificativas mais bonitas ainda para os nossos ouvidos de "homens modernos e civilizados". Existe a justificativa do crescimento econômico, da expansão do nosso poderio, do desenvolvimento da agricultura e da pecuária, pelas grandes empresas, pelo grande capital. E quanto maior este capital, mais acolhido, mais protegido, mais defendido. Que ele seja nacional, que ele seja internacional ou multinacional. Nós precisamos ter consciência clara disso, e achamos e adoramos isto. Achamos que é a verdade e estamos visceralmente convencidos de que este é o caminho. Que nada pode impedir este progresso, este desenvolvimento. Nada pode frear a sua expansão. Que se transforme a ecologia, contanto que as matas dêem lugar aos pastos, ao boi, que desapareçam aos índios de uma vez por todas. "Mas o índio não pode impedir" como diria o Ministro, "o desenvolvimento do país". Como se ele fosse um obstáculo, como se ele fosse um estorvo. É o nosso pensamento, é a nossa idéia, a nossa filosofia, a nossa ideologia. Isso está dentro de nós, como a nossa espinha dorsal, como o nosso sangue. E no entanto, o resultado é a morte! - Morte não só do índio, morte do nosso povo!

Porque, segundo dados estatísticos, fornecidos pelo próprio INCRA, são 10 milhões de famílias sem terra. Fruto do nosso progresso, a marginalização brutal, crescente, rodeando não só as nossas capitais, mas nossas cidades do interior, acompanhando a orla das estradas, onde unicamente é possível, por um tempo, construir o seu rancho e às vezes fazer a sua pequena rocinha, porque não há mais lugar no latifúndio. Isso são os posseiros, são os sem terra. A situação para o índio é mais grave ainda, porque para ele a terra é como o ar que nós respiramos. A terra é para ele como a nossa Pátria, ou mais do que isso. (porque, afinal de contas, essa história de Pátria...). É peça de sua vida, é ligação do grupo ao seu passado,aos seus antepassados. E segurança do grupo no sentido de vivência, no sentido de reencontro com a natureza, no sentido de umá comunhão, duns com os outros, e comunhão com o mundo todo. Este mundo palpável e o mundo impalpável, que eles também representam, e com Deus no qual eles créem, muito mais do que nós. De modo que, se para o posseiro ou peão a falta de terra leva à marginalização, à pobreza, a falta de terra, para o índio, leva-o à morte, leva à sua destruição. De maneira que é por aí que se opera o genocídio, é matando a cultura do índio, é querendo teransformar o índio em mão de obra barata, é circunscrevendo-o dentro de nosso quadros rígidos, feitos para um outro tipo de povo, que ele acaba morrendo. De modo que esta morte é símbolo de tudo isto, é símbolo de todo este drama, que os índios estão vivendo. E parece que isso acontece em todo o território nacional, em toda a extensão, em toda a dimnensão deste país, a começar no Norte, indo até o Sul, de Leste a Oeste. Não há exceção.

Assim como no correr da história, desde que aqui pisaram os brancos, foi a mesma investida contra um povo, com características próprias, povo que representa uma riqueza, uma nobreza, uma contribuição imensa à humanidade e que consideramos como "coisa", como diz Lourenço, como diz Txibae Ewororo, o nosso ferido deste incidente de Meruri.

E, irmãos, do ponto de vista da visão bíblica, da visão de Deus e da visão de fé, esta perda, que está se operando, é uma perda que atinge mesmo uma dimensão de humanidade. A destruição dos grupos tribais por todo este processo de ganância, do capitalismo e da concentração da terra nas mãos de uns poucos, é uma destruição que atinge a própria humanidade. Não são indivíduos que são contados a menos, são povos com toda uma cultura, com todo um valor, com toda uma riqueza humana, que poderia muito bem contribuir para a nossa vida, para a nossa caminhada, para nos tirar de muitos impasses em que nós vivemos, como civilização que perdeu seu rumo.

Eles poderiam nos ajudar a descobrir alternativas para uma sociedade que chegou a um estrangulamento de poluição, de neurose, de crise, a mais profunda possível. E que não vê saída.

(*) Anhanguera era o cognome do desbravador português Bartolomeu Bueno da Silva que no século XVII, penetrou no interior do Brasil, ainda inexplorado, ajudando a ampliar as fronteiras do país, aprisionando e matando milhares de índios.

Cimi denuncia intervenção da Funai na Assembléia dos Índios (1977)

"Sábado último, dia 8, às 14 horas, declarando estar cumprindo ordem telefônica do general Ismarth de Araújo Oliveira, presidente da Fundação Nacional do Índio, o sr. José Carlos Alves, chefe da 10ª Delegacia Regional da Funai, acompanhado pelo sertanista Sebastião Amâncio e por um agente da Polícia Federal, suspendeu uma importante Assembléia de chefes indígenas das tribos Makuxi, Wapixana e Taurepang, que se realizava nas dependências da missão dos padres da Consolata, no rio Surumu, no território de Roraima, sob a orientação do bispo prelado D. Aldo Mongiano, auxiliado pela equipe missionária - sacerdotes, religiosas e leigos - e assessorado pelo Cimi.

Os motivos alegados para a intervenção foram, de um lado, a presença, naquele local, do presidente e do secretário do Cimi, dom Thomás Balduíno e padre Egydio Schwade, e, de outro, o fato de não se ter pedido licença à Funai para a realização da Assembléia.

É fácil imaginar a série de transtornos sobrevindos àquela missão religiosa, bem como aos 140 índios participantes da assembléia. Todos os trabalhos de coordenação do encontro, das diversas tarefas de transporte, acolhida, alojamento, alimentação, estudo, lazer, cuidadosamente conduzidos, até com a colaboração de voluntários vindos de Boa Vista, foram bruscamente interrompidos por essa medida policialesca. Os índios se viram violentamente frustrados na sua visível esperança e em seu trasparente entusiasmo de levar a cabo esse encontro de tuxauas - acontecimento que, embora raro, é tradicional em sua cultura. Eram 50 tuxauas e 90 acompanhantes (segundos - tuxauas, secretários etc.), representando cerca de 15 mil índios das três tribos. Eles já haviam feito, no dia 7 inteiro e na manhã do dia 8, o levantamento dos problemas de cada aldeia ali representada. Iam passar, na tarde daquele dia 8, em sessão privativa - só com a presença dos índios - às propostas de solução.

A intervenção ameaçadora da Funai configurou uma descabida e insólita ingerência no livre exercício pastoral de uma antiga e conceituada missão religiosa que vem realizando com dedicação e lealdade um lúcido esforço de presença eficaz da Igreja junto aos índios do território de Roraima. Configurou, mais ainda, uma brutal violação do direito dos índios de se reunirem para colocar em comum o conhecimento que possuem de sua realidade e procurar assumir junto aos meios pobres mas corajosos que eles mesmos vão descobrindo para solucionar seus problemas, ou pelo menos, atenuar seus sofrimentos.

Os depoimentos destes tuxauas, que o Cimi apresentará oportunamente à opinião pública, revelam, em linguagem profética, a dramática situação de um povo oprimido que resiste para sobreviver.

A gravidade dos fatos apresentados por aqueles tuxauas explica suficientemente o açodamento da Funai na tentativa de tapar-lhes a boca e barrar-lhes a união. Com efeito, devido à criminosa inoperância e, quase sempre, a conivência da 10ª Delegacia da Funai, as tribos do norte da Roraima - possivelmente a maior concentração indígena do País - que, de tempos imemoriais, ocuparam aquela região da fronteira com a Venezuela e Guiana, encontram-se hoje praticamente sem terra, com suas áreas invadidas pelas fazendas de gado. Conforme depoimento dos tuxauas, a Funai tomou claramente o partido dos fazendeiros, contra os índios a ponto de, várias vezes, oferecer e dar arame aos donos das fazendas para estes cercarem e se apropriarem das terras indígenas.

Pois bem, esta mesma Funai, que se coloca nesta posição política e economicamente cômoda e omissa, revela mais um aspecto de seu rosto, o aspecto policial, impondo-se pelo medo aos tuxauas destas tribos oprimidas, deixando-os ainda mais desconfiados do órgão oficial.

Estes índios, que sempre souberam reconhecer a dedicação e generosidade de seus missionários, ficaram revoltados com a prepotente decisão alternativa da Funai, a saber, ou a retirada imediata do bispo, presidente do Cimi, daquela casa missionária, ou a dissolução da assembléia.

Tendo o bispo recusado, por inconstitucional, a proposta de retirar-se, consumou-se a dissolução de uma das mais belas e promissoras assembléias de chefes indígenas de que se tem notícia no território nacional.

Por tudo isso, o Cimi levanta seu enérgico protesto em nome da igreja missionária e em nome também dos índios makuxi, wapixana e taurepang, aos quais a Funai, exorbitando sua função de tutora, retirou a voz e a vez, condições mínimas para que eles possam, um dia, integrar-se com dignidade á comunhão nacional.

Acreditamos, porém, na força dos fracos, na sabedoria dos incultos, na mecha que ainda está fumegante. Este acontecimento, embora atinja profundamente estes índios, estimulou os mais lúcidos dentre eles a se apoiarem mutualmente por meio do prosseguimento destes encontros, que constituem a única saída para que eles se tornem sujeitos, autores e destinatários da própria libertação.

(In: "O Estado de São Paulo", 11 de janeiro de 1977; transcrito no Boletim Ecclesia nº 465, 12 de janeiro de 1977)

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

Este livro foi impresso pela Símbolo S.A. Indústrias Gráficas. Rua General Flores, 518/22/25, fone 221-5833 – São Paulo

continuação da última capa

CNBB - Documentos assinados por:

Araújo / D. Serafim Fernandes de Araújo / D. José Thurler / D. Cristiano Portela de Araújo Pena / D. José Dalvit / D. Edilberto Dinkelborg / D. Honorato Piazera / D. Alberto Frederico Etges / D. Augusto Carvalho / D. Epaminondas José de Araújo / D. Belchior Joaquim da Silva Neto / D. Artur Horsthuis / D. Clemente José Carlos Isnard / D. David Picão / D. Armando Círio / D. José Melhado Campos / D. Aníger Francisco Maria Melilo / D. Gentil Diniz Barreto / D. José Brandão de Castro / D. Carlos Schmitt / D. Geraldo Michelletto Pellanda / D. José Costa Campos/D. Quirino Adolfo Schmitz / D. Arcângelo Cerqua / D. Victor Tielbeek / D. Adalberto D. Marzi / D. Cornélio Veerman / D. Elias Coueter / D. Walfrido Teixeira Vieira / D. José Gomes / D. Francisco Austregésilo Mesquita / D. Benedito Coscia / D. Gerardo Ferreira Reis / D. Antônio Ribeiro de Oliveira / D. José Mauro Ramalho de Alarcón Santiago / D. Pedro Filipak / D. João Hoffmann / D. Cornélio Chizzini / D. Miguel D'Aversa / D. João Marchesi / D. Raimundo Lui / D. Cândido Padin / D. Acácio Rodrigues Alves / D. Henrique Tadeu Prost / D. José Nicomedes Grossi / D. Climério de Almeida Andrade / D. Tomás Guilherme Murphy / D. José Lamartine Soares / D. Adriano Hipólito / D. Estanislau Arnoldo Van Melis / D. Bernardo Nolker / D. Manuel Lisboa de Oliveira / D. Altivo Pacheco Ribeiro / D. Filipe Tiago Broers / D. Tomás Vaquero / D. José Alberto Lopes de Castro Pinto / D. Valdir Calheiros de Novais / D. Alberto Trevisan / D. Romeu Alberti / D. Pedro Paulo Koop / D. Francisco Xavier Nierhoff / D. Marcos Antônio Noronha / D. José Lafayette Ferreira / D. Luís Gonzaga Fernandes / D. Ivo Lorscheiter / D. José Maritano / D. Ângelo Mugnol / D. Adriano J.M. Veigle / D. Roberto Gomes de Arruda / D. Frederico Helmel / D. José Fernandes Veloso / D. Bruno Maldaner / D. Henrique Ruth / D. Manuel Edmilson da Cruz / D. Rino Carlesi / D. Valfredo Tepe / D. Mário Teixeira Gurgel / D. Hélio Pascoal / D. Ângelo Rivato / D. Alquílio Álvarez Díez / D. Miguel Alagna / D. Jaime Collins / D. Juvenal Roriz / D. Tomás Balduíno / D. Máximo Biennès / D. José da Silva Chaves / D. Jorge Scarso / D. Eliseu Gomes de Oliveira / D. Servílio Conti / D. Benjamin de Souza Gomes / D. Pascásio Rettler / D. Jaime Chemello / D. Orlando Doti / D. Tito Buss / D. Antônio Cheuiche / D. Daniel Tomasella / D. Cândido Lourenço González / D. Onofre Cândido Rosa / D. Miguel Fenelon Câmara / D. Ângelo Guilherme João Frosi / D. Agostinho José Sartori / D. Luís Engênio Pérez / D. Alair Vilar Fernandes de Melo / D. Silvério Albuquerque / D. Roberto Pinarello de Almeida / D. Carmelo Cassati / D. Teodardo Leitz / D. Diógenes Silva Matthes / D. Constantino Amstalden / D. Joaquim Rufino do Rego / E. Eurico Krautler / D. Timóteo Cordeiro / D. Aldo Gerna / D. Valentim de Cologna / D. Antônio Sarto / D. Florentino Zabalza Iturri / D. Paulo Ed. Andrade Ponte / D. Frederico Didonet / D. Abel Alonso Núñez / D. Osório V. Stoffel / D. Estevão Cardoso, O.P / D. Marcelino Sérgio Bicego / D. Pedro Casaldáliga / D. Antônio A. de Miranda / D. Afonso de Oliveira Lima / D. Benedito Ulhoa Vieira / D. Antônio Soares Costa / D. Henrique Froelich / D. Celso Pereira de Almeida / D. Efraim Basílio Krevey / D. Estanislau A. Kreutz / D. Matias Schmidt / D. Nei Paulo Moretto / D. Pompeu Bezerra Bessa / D. José de Lima / D. Constantino Luers / D. José de Matos / D. José Maria Maimone / D. Albano Bortoletti Cavallin / D. Moacir Grechi / D. Antônio Agostinho Marochi / D. Eduardo Koaik / D. Jairo Ruy Matos da Silva / D. Urbano Allgayer / D. Antônio de Souza / D. Antonio Carlos Mesquita / D. José Freire de Oliveira Neto / D. José A. do Couto / D. Tiago Postma / D. José Rodrigues de Souza / D. Francisco Manuel Vieira / D. Joel Ivo Catapan / D. Angélico Sândalo Bernardino / D. Mauro Morelli / D. José Lambert / D. Aparecido José Dias / D. Silvestre Scandian / D. Gerardo Andrade Ponte / D. Edvaldo Gonçalves Amaral / D. Cláudio Hummes / D. Alano Pena / D. Adalberto Paulo da Silva / D. Augusto Alves da Rocha / D. Aldo Mongiano / D. Henrique Mueller / D. Domingos Wisniewski / D. Karl Josef Romer / D. Carlos Alberto Navarro / D. Antonio Celso Queiroz / D. Arnaldo Ribeiro / D. Marcelo Pinto Carvalheira / D. Luciano Mendes de Almeida / D. Tarcísio do Amaral / D. Emílio Pignoli / D. Jacó R. Hilgert / D. José Heleno / D. Amaury Castanho. **Prelados não-Bispos** Mons. Henrique Riemslag / Mons. Gutemberg Freire Régis / Mons. Jorge Marskell / Mons. Martinho Lammers **Abades Nullius** D. Inácio Barbosa Accioly / Frei Carmelo Recchia.

cm 1 2 3 4 5 6 7 8 9 CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM 12 13 14 15 16 17 18 19 20

CNBB – Documentos assinados por:

Cardeais D. Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta / D. Alfredo Vicente Scherer / D. Eugênio de Araújo Sales / D. Avelar Brandão Vilela / D. Paulo Evaristo Arns / D. Aloísio Lorscheider.

Arcebispos D. Hugo Bressane de Araújo / D. José de Medeiros Delgado / D. Antônio de Almeida Morais Júnior / D. Alberto Gaudêncio Ramos / D. José Newton de Almeida Baptista / D. Hélder Pessoa Câmara / D. Adelmo Machado Cavalcanti / D. Gerardo de Milleville / D. Orlando Chaves / D. Fernando Gomes dos Santos / D. Antônio Maria Alves de Siqueira / D. João Resende Costa / D. João de Sousa Lima / D. João Batista da Motta e Albuquerque / D. Oscar de Oliveira / D. Geraldo de Proença Sigaud / D. Alexandre Gonçalves do Amaral / D. Geraldo Maria de Morais Penido / D. José D'Ângelo Neto / D. João José da Motta e Albuquerque / D. Antônio Ferreira de Macedo / D. Afonso Niehues / D. José Maria Pires / D. Bernardo José Bueno Miele / D. José Cornelis / D. Nivaldo Monte / D. Vicente Marchetti Zioni / D. José Pedro Costa / D. Geraldo Fernandes / D. Pedro Fedalto / D. Luciano José Cabral Duarte / D. José Freire Falcão / D. Milton Correia Pereira / D. Bonifácio Piccinini / D. José Gonçalves da Costa / D. Gilberto Pereira Lopes.

Bispos D. Antônio Mazzarotto / D. Lafayette Libânio / D. João Alano Maria du Noday / D. Cândido Júlio Bampi / D. João Batista Cavati / D. Eliseu Maria Corolli / D. Francisco Borja do Amaral / D. Luís Gonzaga da Cunha Marelim / D. Ernesto de Paula / D. Antônio Záttera / D. Florêncio Sisínio Vieira / D. João Batista Muniz / D. Gregório Alonso Aparício / D. Delfim Ribeiro Guedes / D. Inácio Krause / D. Henrique Gelain / D. Francisco Xavier Rey / D. José de Medeiros Leite / D. Luís Gonzaga Peluso / D. Jorge Marcos de Oliveira / D. Benedito Zorzi / D. Francisco Prada Carrera / D. João Batista Costa / D. Gabriel

"Fazemos votos de que esta coletânea tenha a mesma sorte dos Documentos Pontifícios sobre questões sociais."

D. Paulo Evaristo, Cardeal Arns

Paulino Bueno Couto / D. Daniel Tavares Baeta Neves / D. Anselmo Pietrulla / D. Manuel Pedro da Cunha Cintra / D. Clemente Geiger / D. Rui Serra / D. José Terceiro de Souza / D. Antônio de Castro Mayer / D. José Lázaro Neves / D. José Alves Trindade / D. Afonso Maria Ungarelli / D. Paulo Hipólito de Sousa Libório / D. Cláudio Colling / D. Antonio Campelo de Aragão / D. Raimundo de Castro e Silva / D. Eliseu Simões Mendes / D. José Varani / D. Floriano Loewenau / D. Luís Antônio Palha / D. Guido M. Casullo / D. José Joaquim Gonçalves / D. Joaquim de Lange / D. José Adelino Dantas / D. Othon Motta / D. Zacarias Rolim de Moura / D. Expedito Eduardo de Oliveira / D. José de Almeida Baptista Pereira / D. Manuel Pereira da Costa / D. Camilo Faresin / D. Otávio de Aguiar / D. Vicente de Paulo Araújo Matos / D. Alonso Silveira de Melo / D. Ladislau Paz / D. Edmundo Luís Kunz / D. João Chedid / D. José Vásquez Dias / D. José Bezerra Coutinho / D. Jaime Luís Coelho / D. Severino Mariano de Aguiar / D. Hermínio Malzone Hugo / D. Antônio Baptista Fragoso / D. Gregório Warmeling / D. Almir Marques Ferreira / D. Jerônimo Mazzarotto / D. José Engênio Correia / D. Wilson Laus Schmidt / D. José de Aquino Pereira / D. Antônio Barbosa / D. Tiago C. Ryan / D. Walmor Battú Wichrowski / D. Jackson Berenguer Prado / D. José Romão Martenetz / D. Augusto Petró / D. Jaime Antônio Schuk / D. Manuel Tavares de

continua na página anterior

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM